

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL DOUTORADO

VALDENIA GUIMARÃES E SILVA MENEGON

***PORQUE NINGUÉM FAZ POLÍTICA SÓ – A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO
LEGISLATIVO MUNICIPAL (CAXIAS, MA - 1992 A 2016)***

SÃO LEOPOLDO

2019

Valdenia Guimarães e Silva Menegon

***PORQUE NINGUÉM FAZ POLÍTICA SÓ – A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO
LEGISLATIVO MUNICIPAL (CAXIAS, MA - 1992 A 2016)***

Tese de Doutorado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Área de concentração: Estudos Históricos Latino-Americanos

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Paula Korndörfer

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Máira Ines Vendrame

SÃO LEOPOLDO

2019

M541p

Menegon, Valdenia Guimarães e Silva.

Porque ninguém faz política só: a participação feminina no legislativo municipal (Caxias, MA - 1992 a 2016) / Valdenia Guimarães e Silva Menegon. – São Leopoldo: UNISINOS, 2019.

209 p.

Contém bibliografia.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Ana Paula Korndörfer

Co-orientação: Prof^a. Dr^a. Maíra Ines Vendrame.

Tese (Doutorado) – Doutorado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, 2019.

1. Mulheres na política. 2. Poder legislativo - Caxias. 3. Família. I. Título.

CDD: 320.082

CDU: 324-055

Catálogo na publicação: Leandro de Sousa Sant'Anna – CRB 13/667

Valdenia Guimarães e Silva Menegon

***PORQUE NINGUÉM FAZ POLÍTICA SÓ – A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO
LEGISLATIVO MUNICIPAL (CAXIAS, MA - 1992 A 2016)***

Tese de Doutorado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Área de concentração: Estudos Históricos Latino-Americanos

Aprovada em: _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Ana Paula Korndörfer (ORIENTADORA)
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Maíra Ines Vendrame (CO-ORIENTADORA)
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Jackson dos Santos Ribeiro (COMISSÃO)
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Miriam Steffen Vieira (COMISSÃO)
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Marluza Marques Harres (COMISSÃO)
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Marcelo Vianna (COMISSÃO)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS

SÃO LEOPOLDO
2019

Oferecimento

A Ludimar Lourenço de Jesus e Silva (*in memoriam*), pai querido, a eterna saudade que habita em mim.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pelas vitórias conquistadas até aqui.

Agradeço à Prefeitura Municipal de Caxias, pela liberação das atividades laborais no decorrer do doutorado.

Ao Governo do estado do Maranhão, por meio da Unidade Regional de Educação de Caxias, pelo apoio no desenvolvimento das atividades do doutorado.

Ao Centro de Ciências e Tecnologia do Maranhão (UniFacema), pelo apoio e liberação das atividades laborais sempre que requisitado, além de financiar o projeto de iniciação de pesquisa que deu início ao trabalho de tese.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão (FAPEMA), que financiou o projeto de pesquisa sobre campanhas eleitorais de mulheres em Caxias.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS, nas pessoas de Maria Cristina Bohn Martins e Eliane Cristina Deckmann Fleck.

À Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS, na pessoa de Saionara Brasil, sempre tão presente e acolhedora. Obrigada, querida.

Ao Cartório Eleitoral de Caxias, pelo fornecimento dos dados.

Às vereadoras Labibe Simão, Tânia Cantalice, Fátima do Brejinho, Cláudia Coutinho, Ana Lúcia Ximenes, Thaís Coutinho, Irmã Nelzir, Taniery Cantalice e Aureamélia Soares, pela disponibilidade em contribuir com a pesquisa.

À turma de Doutorado. Foram muitos risos com Ana Elizabeth Félix (*in memoriam*), Tina, Ana Maria, Thiago, Patrícia, Roza, Cleber, Rita, Elizeu, Marinalva, Regina e Cida.

À Ana Elizabeth Felix (*in memoriam*), que me deixou sozinha em meio ao Doutorado. Estou com muita saudade. “É só isso que eu quero te dizer”.

Agradeço em especial à amiga Fausta Maria, que me segurou e me acolheu no momento da partida de meu pai, além das noites sem dormir, fazendo a correção linguística e formatação desta tese.

Agradecimento à Tina, pelo abraço apertado, quando eu chorei a saudade do meu pai.

Aos meus queridos(as) alunos(as) do Centro de Ciências e Tecnologia do Maranhão (UniFacema), pelo carinho que me dedicam.

Às minhas orientandas do Programa de Bolsas - de Incentivo à Pesquisa (PIBIV) do Centro de Ciências e Tecnologia do Maranhão (UniFacema), Mágila, Rosiely, Mônica e Quézia.

À Luiza Vilanova, minha orientanda.

Ao Bruno Cosmo, pela disponibilidade do acervo.

À Neiva, por ter disponibilizado sua coleção de santinhos.

À Mabel de Sousa Medeiros, por ter feito contato com pessoas importantes para a pesquisa.

Ao Armando Reis Lobão, ao Célio Silva e à Lígia Costa, pela ajuda ao longo da jornada.

À Iasmin Barros pelo auxílio na leitura e transcrição das informações constantes nas Fichas de Cadastro das Candidaturas.

À Jucinete Batista, Liana Coutinho, Lívia Vilarinho, Quézia Dourado e Wagner Campos pelo carinho e torcida.

Ao Francisco das Chagas Alves, pelas vezes em que me substituiu para que eu pudesse concluir meu trabalho. Grata, amigo.

À Ana Paula Bonenberg, pela acolhida e ajuda no Rio Grande do Sul.

A todos os professores do PPG em História da UNISINOS, de modo especial, Marluza Marques Harres, Maria Cristina Bohn Martins, Eliane Cristina Deckmann Fleck, Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos, Marcos Antônio Witt e Paulo Roberto Staudt Moreira, pela acolhida e ensinamentos.

Sou imensamente grata à Ana Paula Korndörfer e Maira Ines Vendrame, pelas incansáveis conversas, orientações e risos.

Ao Cláudio Pereira Elmir, pela confiança sempre demonstrada.

À Miriam Steffen Vieira e Marluza Marques Harres, pelas indicações na qualificação.

À Suely Guimarães, irmã querida, pelas dicas e pelos cuidados com Júlia durante minhas viagens.

Aos meus irmãos muito amados: Carlito, Carlos, Marly e José Wilson.

À Kézia e Erislene, por serem abraço, cuidado e amor com Júlia enquanto eu estava distante.

À Vanda, Afonso, Diêgo, Davana, Diandra, Tayane, Maysa, Mayra, Marina, Sophia, Catarina e Lourenço. Agradeço a torcida e os sorrisos.

À minha mãe querida, Arinda Guimarães e Silva, pela força, coragem e dedicação à família. Obrigada por estar sempre presente.

Ao meu pai querido, Ludimar Lourenço (*in memoriam*), por tudo o que ele foi e nos ensinou. Saudade maior que o universo.

Agradeço ao Moacir José Menegon, pelo ser humano que ele é e por todo orgulho que demonstra sentir pelas minhas vitórias. Grata por você cuidar da nossa família enquanto eu alçava voos cada vez mais altos. Eu te amo.

Sou imensamente grata pelo amor de minha filha, Júlia Ludmila e Silva Menegon. Que eu seja sempre inspiração para ela.

“O meu texto é um lugar onde as mulheres se sentem em casa”.

Conceição Evaristo

RESUMO

A pesquisa analisa os principais pilares que alicerçam a entrada das mulheres na política representativa no município de Caxias, no Maranhão, entre 1992 a 2016. Nesse sentido, estabeleceu-se como objetivos: compreender o processo de organização das mulheres como sujeitos políticos ao longo do século XX, tendo como ponto de partida privações, segregações, controles e restrições das mais diversas nuances a que estavam submetidas, percebendo as articulações realizadas no processo constituinte de 1987, bem como as estratégias de atuação para aprovação da Legislação de cotas por sexo para o Legislativo e seu reflexo no ingresso das mulheres nas câmaras municipais; analisar a relação entre movimento feminista e as oportunidades de acesso das mulheres à representação política no Legislativo municipal; analisar as estratégias utilizadas pelas mulheres nas campanhas eleitorais ao Legislativo municipal de Caxias, Maranhão, entre 1992 a 2016, verificando similitudes e diferenças entre o grupo de vereadoras e as campanhas femininas; analisar a trajetória política das vereadoras caxienses que apresentam diferenciação em relação à outras e se existe algum tipo de vínculo de parentesco entre essas mulheres, ou entre elas e outros políticos. Utiliza-se como trilhas metodológicas a prosopografia e as fontes orais. A partir da análise do perfil do grupo de vereadoras caxienses, observou-se o uso das relações de parentesco pela maioria delas, sendo o nome um elemento que as distingue das demais candidatas e candidatos.

Palavras-chave: Mulheres; Participação Política; Legislativo Municipal; Família; Parentesco.

ABSTRACT

This research analyzes the main bases that supported women to entering representative politics in the city of Caxias, Maranhão, from 1992 to 2016. Considering this, we have set the following objectives: to understand the process of women's organization as political subjects throughout the twentieth century, starting by the deprivation, segregation, control and restrictions, of the most different degrees, to which they were exposed, we point out the articulations made in the national constituent process of 1987, as well as the action strategies for the approval of Legislation of Gender Quotas for the Legislature and its influence on women's participation in the City Councils; to analyze the relationship between the feminist movement and women's opportunities for access to political representation in the municipal legislative body; to analyze the strategies women used in electoral campaigns for the municipal legislature of Caxias, Maranhão, from 1992 to 2016, examining the similarities and differences between the group of female city councilors and women's campaigns; to analyze the political trajectory of the female city councilors, in Caxias, who show differences from others, and to see if there is any kind of kinship between those women, or between them and other politicians. As methodological tools we used prosopography and oral sources. From the analysis of the group of Caxias councilors' profile, we observed the use of kinship relations by most of them, and their name is an element that distinguishes them from other candidates.

Keywords: Women; Political participation; Municipal Legislation; Family; Kinship.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	Candidaturas ao Legislativo Municipal (Maranhão) por sexo (1996-2016)	84
QUADRO 02	Vereadores eleitos e vereadoras eleitas no Maranhão por ano e sexo (1992-2016)	85
QUADRO 03	Número de vereadoras eleitas por partido político - Maranhão (1992-2016)	86
QUADRO 04	Partidos dos governadores(as) do estado do Maranhão (1992-2016)	88
QUADRO 05	Candidaturas ao Legislativo Municipal, Brasil (1992-2016)	91
QUADRO 06	Número e percentual de mulheres eleitas para os legislativos municipais no Brasil (1992-2016)	104
QUADRO 07	Candidaturas ao Legislativo de Caxias (MA) por sexo (1992-2016)	104
QUADRO 08	Vereadores eleitos e vereadoras eleitas em Caxias (MA) por ano e sexo (1992-2016)	106

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01	Mapa de Caxias	23
FIGURA 02	Mapa Marcos do Feminismo (séculos XVIII e XIX)	40
FIGURA 03	Mapa Marcos do Feminismo entre o século XIX e as três primeiras décadas do século XX – Maranhão / Brasil	53
FIGURA 04	Material de Campanha Tânia Cantalice / Eleições 2004	133
FIGURA 05	Material de Campanha Cláudia Coutinho / Eleições 2004	135
FIGURA 06	Material de Campanha Ana Lúcia Ximenes / Eleições 2004	136
FIGURA 07	Material de Campanha Ana Lúcia Ximenes / Eleições 2012	136
FIGURA 08	Material de Campanha Irmã Nelzir / Eleições 2008	139
FIGURA 09	Material de Campanha Benvinda / Eleições 2012	140
FIGURA 10	Genealogia da família Coutinho	152
FIGURA 11	<i>Card</i> - Grande Carreata Léo 40 e Thaís Coutinho	168
FIGURA 12	Thaís Coutinho recebe apoio de empresário e ex-vereador	169
FIGURA 13	Cartaz de Campanha – Thaís Coutinho, 2008	170
FIGURA 14	<i>Flayer</i> de Campanha – Thaís Coutinho, 2012	171
FIGURA 15	Material de Campanha – Thaís Coutinho, 2016	173
FIGURA 16	<i>Card</i> de Campanha - Thaís Coutinho, 2016	174

LISTA DE TABELAS

TABELA 01	Naturalidade – vereadoras eleitas em Caxias (MA), 1992-2016	111
TABELA 02	Estado civil – vereadoras eleitas, Caxias (MA), 1992 - 2016	112
TABELA 03	Idade ao exercer o primeiro mandato - vereadoras eleitas, Caxias (MA), 1992-2016	113
TABELA 04	Grau de instrução ao exercer o primeiro mandato – vereadoras eleitas, Caxias (MA), 1992 – 2016	115
TABELA 05	Grau de instrução – vereadores eleitos, Caxias (MA), 1992 - 2016	116
TABELA 06	Formação superior – vereadoras eleitas, Caxias (MA), 1992-2016	117
TABELA 07	Profissão / ocupação – vereadoras eleitas, Caxias (MA), 1992 – 2016	118
TABELA 08	Religião – vereadoras eleitas, Caxias (MA), 1992 - 2016	121
TABELA 09	Estado civil, cônjuge político, profissão/ocupação do cônjuge, ser ou não ser político – vereadoras eleitas, Caxias (MA), 1992 - 2016	122
TABELA 10	Partido político e uso de sobrenome político - vereadoras eleitas, Caxias (MA), 1992 – 2016	124
TABELA 11	Participação em movimentos sociais - vereadoras eleitas, Caxias (MA), 1992 – 2016	126
TABELA 12	Candidatas eleitas e suas relações com políticos locais, Caxias (MA), 1992 – 2016	130
TABELA 13	Elementos presentes nos <i>Jingles</i> de Thaís Coutinho na campanha ao Legislativo de Caxias (MA), 2008, 2012 e 2016	178

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CMDM	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
DEM	Democratas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPU	União Inter-Parlamentar
LDO	Lei Orgânica de Caxias, Maranhão
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrático Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PGT	Partido Geral dos Trabalhadores
PJ	Partido da Juventude
PL	Partido Liberal
PMC	Prefeitura Municipal de Caxias
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPB	Partido do Povo Brasileiro
PPR	Partido Progressista Reformador
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Republicanos
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PROS	Partido Republicano da Ordem Nacional

PRP	Partido Republicano Progressista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTR	Partido Trabalhista Renovador
PV	Partido Verde
SMPM	Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres
TRE/MA	Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	O LUGAR DA PESQUISA	22
1.2	TRILHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS E FONTES UTILIZADAS: TRAÇANDO ROTAS DE APROXIMAÇÃO COM O OBJETO DE PESQUISA	25
1.2.1	A constituição dos dados prosopográficos	30
2	A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES	32
2.1	A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES COMO SUJEITOS POLÍTICOS	33
2.2	O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL	45
2.3	O MOVIMENTO FEMINISTA NO MARANHÃO	59
3	AS MULHERES E A POLÍTICA: USOS E (DES)USOS DOS MECANISMOS TRADICIONAIS DE PARTICIPAÇÃO NO LEGISLATIVO MUNICIPAL MARANHENSE	70
3.1	PODER LOCAL: MULHERES E HOMENS COMO AGENTES POLÍTICOS	74
3.2	RECRUTAMENTO FEMININO PARA A DISPUTA ELEITORAL AO LEGISLATIVO MUNICIPAL NO MARANHÃO	77
3.3	O PODER LOCAL E A ATUAÇÃO DAS FAMÍLIAS POLÍTICAS	90
4	A "FORÇA DA MULHER" E A HERANÇA FAMILIAR: OS MARCADORES PRESENTES NA DISPUTA ELEITORAL EM CAXIAS-MA	102
4.1	MULHERES ELEITAS EM CAXIAS - MA (1937-1992), ANTERIORMENTE À LEI DE COTAS	106
4.2	O GRUPO DE VEREADORAS ELETAS EM CAXIAS - MARANHÃO (1992-2016) - ANÁLISE DOS DADOS PROSOPOGRÁFICOS	109
4.3	SENSIBILIDADE E FORÇA: MARKETING ELEITORAL NAS CAMPANHAS FEMININAS DE CAXIAS - MA	132
5	<i>“PORQUE NINGUÉM FAZ POLÍTICA SÓ” - A TRAJETÓRIA DE THAÍS COUTINHO NO LEGISLATIVO DE CAXIAS-MA</i>	147
5.1	A TRAJETÓRIA DE THAÍS COUTINHO: DA HERANÇA FAMILIAR ÀS PARTICULARIDADES DA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE PRÓPRIA	155
5.2	THAÍS COUTINHO E AS ESTRATÉGIAS DE CAMPANHA: USO DA HERANÇA FAMILIAR COMO CAPITAL POLÍTICO	165
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
	REFERÊNCIAS	186
	ANEXOS	210

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990, foram intensificados, no Brasil, os debates acerca das questões de gênero e da participação das mulheres na política representativa. Em janeiro de 2003, logo que assumiu o mandato, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva criou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, ligada à Presidência da República. A partir daquele ano, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), criado em 1984, passou a integrar a estrutura dessa Secretaria. Foi realizada, durante o primeiro e o segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, uma intensa articulação para a criação de organismos de políticas para as mulheres em âmbitos municipal e estadual. Em 2007, criou-se, em Caxias, estado do Maranhão, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM)¹ e a Coordenadoria de Políticas para as Mulheres, transformada, em 2008, em Secretaria Municipal da Mulher².

Esses dois organismos se tornaram, em âmbito local, responsáveis por fazer a defesa dos direitos e por criar, em articulação com secretarias municipais e outros órgãos públicos e privados, políticas para as mulheres. A implantação desses dois órgãos possibilitou a estruturação de grupos de mulheres para a discussão de temas relativos ao enfrentamento à violência baseada no gênero, a sub-representação feminina na política³ e outros temas de interesse desse grupo.

Em março de 2009, a equipe gestora da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres participou, em Florianópolis, capital de Santa Catarina, do Encontro Nacional de Novos Prefeitos e Prefeitas, evento organizado pela Confederação Nacional de Prefeitos do Brasil. Na ocasião, participaram do evento gestores e gestoras municipais, ministros de Estado e suas comitivas, no intuito de discutir uma série de conteúdos relativos à gestão municipal, incluindo novas legislações relacionadas às políticas públicas.

¹ Segundo o Art. 2º do regimento interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, “O Conselho é órgão normativo, colegiado, consultivo e deliberativo, que tem sua composição paritária e está vinculada administrativamente à Secretaria Municipal da Mulher. Tem por finalidade, assegurar à mulher, através de ações e políticas públicas, o exercício pleno de sua participação no desenvolvimento social, econômico, político e cultural da sociedade, de acordo com as diretrizes aprovadas na Conferência Municipal dos Direitos da Mulher”. (BRASIL, 2016).

² “Art. 1º A Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, criada pela Lei Municipal nº. 1.745 de 23 de dezembro de 2008 e alterada pela Lei Municipal nº 2.072 de 07 de agosto de 2013 tem por finalidade promover, em âmbito Municipal, políticas que visem à equidade de gênero, à eliminação da discriminação e da violência contra as mulheres, de modo a assegurar-lhes o exercício pleno de seus direitos, sua participação e integração no desenvolvimento econômico, social, político e cultural”. (BRASIL, 2013).

³ Em 2011, foi realizado o Curso de Empoderamento de Mulheres, por meio de Convênio entre a Prefeitura de Caxias e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, e 200 mulheres foram capacitadas sobre temáticas relacionadas à participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. O Curso movimentou vários segmentos no Município, entre os quais mulheres jovens, conselheiras municipais, técnicas de diversas políticas públicas, lideranças femininas. Pela primeira vez se discutiam, oficialmente, temas ligados às demandas do movimento feminista e de mulheres no Município.

Entre as áreas de trabalho discutidas no Evento, as políticas para as mulheres ganharam espaço no debate, do qual participou a Ministra Chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Nilcéa Freire. Entre os conteúdos debatidos no Grupo de Trabalho, estava a Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, que alterou a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, conhecida como Lei dos Partidos Políticos, a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, o Código Eleitoral.

A análise girou em torno dos debates que a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres teve que empreender durante as votações para a aprovação do texto da Lei que viria a ser sancionada em setembro daquele ano. A ministra considerou como uma vitória a alteração do texto da Lei nº 9.504/1997, que trata, em seu Art. 10, Inciso 3º, do registro de candidatos: “Do número de vagas resultantes das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá *reservar* o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo” (BRASIL, 1997, grifo nosso).

A alteração na lei, que na época foi considerada pelo movimento feminista e de mulheres uma vitória da categoria, em tese, deveria provocar uma mudança na participação das mulheres no Legislativo, em todas as suas instâncias. No entanto, após duas décadas da promulgação da primeira legislação que definia cotas por sexo para o Legislativo no Brasil, os avanços ainda são ínfimos, colocando o país entre aqueles de menor participação feminina na política representativa⁴.

Como demanda do movimento feminista, a política de cotas para ampliação da participação das mulheres em espaços de poder e decisão provocou uma perspectiva de maior envolvimento das mulheres na chamada política representativa, já que os estudos têm apontado uma desigualdade estrutural de gênero no espaço público, de modo especial na política representativa.

Em âmbito municipal, as desigualdades entre homens e mulheres se apresentam a partir de certa ausência das mulheres nas câmaras municipais. O objetivo da Legislação de Cotas por sexo é criar uma política de inserção maior de mulheres em um espaço eminentemente masculino. Nesse sentido, é oportuno analisar se a alteração de 2009 na lei e seu entendimento pelos partidos políticos e pela própria sociedade levaram a algum resultado no âmbito do município de Caxias, estado do Maranhão.

⁴ Os dados sobre a participação das mulheres no legislativo brasileiro são discutidos no segundo capítulo.

Após a graduação, com a realização de especializações nos campos da História Política, da História do Maranhão e da Gestão de Políticas Públicas de Gênero e Raça, meu interesse se voltou para a compreensão da participação feminina no campo da política representativa. No mestrado, apesar de não ter trabalhado com temática relativa a mulheres, a linha de pesquisa à qual estive vinculada abordava exatamente grupos minoritários: mulheres, crianças e a vinculação com exploração, expropriação e violência.

Uma influência relevante para o despertar sobre a temática da participação feminina na política ocorreu a partir da experiência como gestora, em 2012, e técnica da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres de Caxias, estado do Maranhão, onde fui responsável, durante duas gestões (2009-2011 e 2013-2016), pela coordenação de Programas e Projetos. Foi naquele espaço que tive contato mais direto com as discussões sobre gênero, violência contra as mulheres, movimento feminista, empoderamento e sub-representação feminina na política.

A vivência no campo da gestão de políticas para as mulheres me permitiu a proximidade com estudos e práticas voltados para o enfrentamento à violência de gênero e para a elaboração de políticas de fortalecimento da participação política das mulheres, experiência rica em termos de elaboração, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas ao feminino.

Iniciei, naquele período, os estudos sobre a história das mulheres, de modo especial, com os trabalhos de Joan Scott “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (1995) e Michelle Perrot “Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros” (2010) e “mulheres públicas” (1998). As obras de Maria Mary Ferreira, “Gênero, política e poder: participação das mulheres nos espaços de poder no Norte e Nordeste” (2012), “Os bastidores da tribuna: mulher, política e poder no Maranhão” (2010) e “As caetanas vão à luta: Feminismo e políticas públicas no Maranhão” (2007), também me fizeram questionar sobre o perfil das mulheres que compõem o Legislativo maranhense. A constatação de que a presença feminina na Câmara Municipal de Caxias era escassa me levou a questionar as razões dessa pouca representatividade ao longo das legislaturas, bem como analisar como se processava a entrada das vereadoras no Legislativo municipal⁵.

⁵ Essa foi a temática abordada na monografia apresentada como trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Gênero e Raça em 2015, na qual discuti a sub-representação das mulheres no Legislativo caxiense. O trabalho foi, posteriormente, transformado em capítulo, com o título “Representatividade feminina no legislativo de Caxias - MA: entraves, rupturas e perspectivas atuais”, no livro “Direitos Humanos na América Latina” (MAX LIMONAD, 2016).

Analisar o Legislativo é um enorme desafio e, em se tratando do espaço municipal, as barreiras são infinitamente maiores, de modo especial quando a análise recai sobre a participação feminina nessa seara, já que as pesquisas sobre o tema ainda são escassas. No caso do Maranhão, as dificuldades são ainda mais elevadas, decorrentes do pequeno número de estudos e a dificuldade de acesso às fontes. O olhar sobre o Legislativo municipal foi despertado pelo fato de que as pesquisas existentes habitualmente destacam a criação e funcionamento dos municípios ou das câmaras municipais⁶ e, de modo muito mais tímido, as campanhas eleitorais. Ainda mais escassas são as pesquisas que tratam da participação feminina. Logo, o primeiro problema que se evidencia diz respeito a trabalhos que abordem a temática e o acesso às fontes.

As pessoas não costumam guardar material de campanha, nem mesmo os candidatos e candidatas. Dessa forma, há que se depender de colecionadores, de profissionais que acompanham o processo eleitoral ou de cabos eleitorais. Alguns dados sobre resultados das eleições, candidaturas por cargo, sexo, e filiação partidária não estão, ainda, organizados e disponíveis na internet. O esforço, então, torna-se muito maior.

A constatação da ausência de pesquisas sobre as campanhas eleitorais e a participação feminina no Maranhão levou a pensar sobre como se processa a entrada de mulheres na disputa eleitoral: se existe uma vinculação entre as candidatas aos Legislativos municipais no Maranhão e o envolvimento destas com o movimento feminista, ou se as mulheres eleitas fazem parte de um seletivo grupo de famílias que já têm tradição política em âmbito local.

Igor Gaspar Grill (2004), ao analisar as bases das heranças políticas⁷ no Rio Grande do Sul, aponta para a existência de uma vinculação entre parentesco, partidos políticos e redes, na definição do recrutamento e das escolhas de lideranças políticas. Para o autor,

O vínculo de parentesco atua tanto como uma fonte de crédito de notoriedade pessoal, quanto como um processo de investidura da instituição familiar, assim como a seleção interna aos partidos promove a capitalização de uma “história política” simbolizada pelas etiquetas, mas simultaneamente dependente das redes de relações no partido, personalizadas pelas lideranças, e dos trunfos simbolizados pelos líderes carismáticos (GRILL, 2004, p. 160, grifo nosso)

⁶ Os trabalhos de Patrick Cunha Silva (2014) e Luis Roque Klering et al, são alguns exemplos.

⁷ Patriat (1992) compreende herança política a partir de dois vieses: 1) como resultado de laços de parentesco resultantes de uma descendência ou de casamentos (parentesco por consanguinidade ou por aliança) e, 2) por vínculos de parentesco político, isto é, sistema de relações inseridas em uma tradição política ou força política cuja forma de enunciação busca na matriz do parentesco biológico o vocabulário e a forma de ordenar os elos hierárquicos.

Desse modo, a análise sobre a política local pode ser realizada sob a ótica da observação das lógicas, dos processos e dos mecanismos de transmissão que recaem sobre o recrutamento de lideranças políticas, podendo, portanto, ser um aspecto definidor na escolha de candidaturas, sejam elas masculinas ou femininas. Isso coloca em xeque, por exemplo, os limites da Lei de Cotas por sexo para o Legislativo no Brasil, já que o reconhecimento da população em relação a uma candidatura, muitas vezes, vincula-se não exatamente à plataforma exposta em campanha, mas aos atributos do candidato ou da candidata que “[...] permitem que este seja o depositário do patrimônio de uma linhagem, [...] e, principalmente, como reconhecimento dos eleitores que no mesmo identificam a memória de posições e de posicionamentos” (GRILL, 2004, p. 162).

Além do parentesco, há que se considerar, ainda, o capital de notoriedade⁸, que cada político deve ter investido em sua personalidade, pois se trata de capital pessoal que leva o eleitorado a se identificar com a candidatura e a faz merecedora de conquistar uma vaga na política representativa. Em um país onde as desigualdades econômicas fazem parte da sua estrutura, é necessário também se considerar que as campanhas eleitorais, no geral, demandam um investimento monetário elevado, sendo o capital financeiro, um dos requisitos que levam a influenciar nos resultados de uma eleição.

Afora esses aspectos, deve-se analisar a pouca ou quase inexistente punição⁹ aos partidos políticos e coligações que não cumprem o percentual de candidaturas por sexo estipulado na legislação, o que tem reforçado o descumprimento da lei ou o lançamento de candidaturas femininas apenas com o intuito de preencher o número de vagas de candidaturas de mulheres nas eleições proporcionais. Há casos de candidaturas que receberam pouquíssimos ou nenhum voto no dia da eleição¹⁰, o que indica o uso do nome da candidata apenas com o intuito de cumprir as exigências da legislação eleitoral.

⁸ Na concepção de Gaxie (1993, p. 79), o capital de notoriedade consiste na ideia de que o indivíduo é “[...] reconhecido pelos demais cidadãos, diplomado, economicamente poderoso, dispondo de relações numerosas entre seus pares, seus companheiros, autoridades administrativas e política e clientelas diversas”.

⁹ A Lei 12.034/2009, que regulamenta as eleições, não prevê sanção aos partidos políticos e coligações que não cumprem o percentual mínimo de sexo por pleito eleitoral. No entanto, o Tribunal Superior Eleitoral fixou jurisprudência determinando que o preenchimento seja obrigatório. O Tribunal compreende que, na impossibilidade de registro de candidaturas femininas no percentual mínimo estipulado pela Legislação, o partido ou coligação deve diminuir o número de candidaturas masculinas para está em conformidade com o que estipula a lei.

¹⁰ Nas eleições de 2008, a candidata Benvinda Machado recebeu apenas quatro votos. No mesmo pleito, a candidata Taniery Fernanda Porto Cantalice obteve zero votos, enquanto a mãe, Tânia Cantalice ficou como suplente, recebendo 148 votos. Já na disputa de 2012, as candidatas Elda de Areia Leão Brito Feitosa, Jardenia de Sousa Soares, Francisca Soares Moreira dos Santos, Maria das Dores Maia Araújo, Naiane Sousa Silva, Carla de Nazaré Silva Souza, Evanda da Silva França, Lindalva Sousa da Silva, Tatiana Pinto Barbosa, Renata Tavares de Oliveira, Rita Santos Queiroz, Clara Sousa Neta, Maria de Fatima Alves da Silva, Michely Lira Gomes, não tiveram votação alguma. Disponível em: www.tse.jus.br. Acesso em: 01 de novembro de 2019.

Desse modo, a pesquisa propõe analisar os principais pilares que alicerçam a entrada das mulheres na política representativa¹¹ no município de Caxias, no Maranhão. Nesse sentido, estabeleceu-se como caminhos ou objetivos específicos: 1) compreender o processo de organização das mulheres como sujeitos políticos ao longo do século XX, tendo como ponto de partida privações, segregações, controles e restrições das mais diversas nuances a que estavam submetidas, percebendo as articulações realizadas no processo constituinte de 1987¹², bem como as estratégias de atuação para aprovação da Legislação de cotas por sexo para o Legislativo e seu reflexo no ingresso das mulheres nas Câmaras municipais; 2) analisar a relação entre movimento feminista e as oportunidades de acesso das mulheres à representação política no Legislativo municipal; 3) analisar as estratégias utilizadas pelas mulheres nas campanhas eleitorais ao Legislativo municipal de Caxias, Maranhão, entre 1992 e 2016, verificando similitudes e diferenças entre o grupo de vereadoras e as campanhas femininas; 4) analisar a trajetória política de vereadoras caxienses que apresentam diferenciação em relação a outras vereadoras e se existe um tipo de vínculo de parentesco entre essas mulheres, ou entre estas e outros políticos.

O recorte temporal estabelecido foi de 1992 a 2016. No ano de 1992, ocorreu a última eleição em âmbito municipal anterior à primeira lei eleitoral que adota o sistema de cotas por sexo no Brasil, que data de 1995. O período analisado é estratégico para a ascensão de um grupo de mulheres ao poder. Foi nesse período que, em todo o país, a partir do primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003/2006), houve um fortalecimento das políticas para as mulheres, assim como se constituiu um momento emblemático para as discussões sobre as cotas por sexo na política encetadas pela minirreforma eleitoral de 2009.

A pesquisa tem, portanto, como período de análise, os anos de 1992 a 2016. Essa escolha se justifica pelo fato de as eleições posteriores ao ano de 1992 obedecerem ao que é estipulado pela Lei nº 9.100, de 1995, que regulamenta as normas para as eleições de 1996. As disputas a partir do ano de 1997 passam a ser organizadas pela Lei nº 9.504, de 30 de

¹¹ Sobre a questão de representatividade, ver o trabalho Holanda (2008), no qual a autora aprofunda a ideia de representação na Primeira República brasileira. Sugere-se também o trabalho de Ribeiro (2002), em que o autor faz um apanhado do conceito de democracia desde a Grécia Antiga até a atualidade, estabelecendo a diferença entre a democracia direta e a democracia representativa, sistema hoje adotado no Brasil.

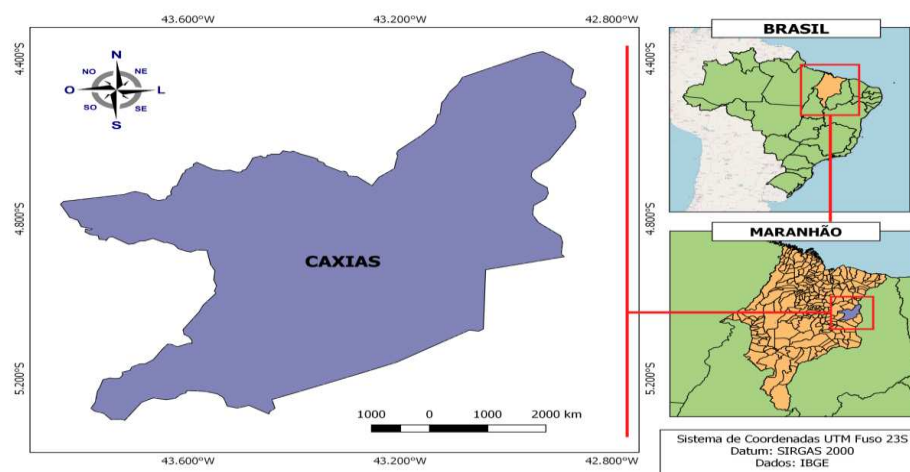
¹² A elaboração da Constituição de 1988 pode ser reconhecida no Brasil como um dos momentos de maior pluralidade e envergadura do Movimento Feminista e de Mulheres no Brasil. Foi o momento em que feministas e não feministas, vereadoras, deputadas, senadoras e lideranças da sociedade civil organizada se debruçaram em uma batalha que ficou conhecida pela imprensa nacional como o “lobby do batom”, movimento organizado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e que teve ampla participação popular em todos os estados brasileiros. Sobre esse processo no Maranhão, vide Valdenia Menegon (2018) e Maria Mary Ferreira (2010).

setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições seguintes, e pela Lei nº 12.034, de 2009, que altera o Código Eleitoral.

A partir da legislação de cotas por sexo, os partidos têm a obrigatoriedade de lançar candidaturas masculinas e femininas, respeitando o percentual estabelecido. Em Caxias, em 1992, foi eleita vereadora Labibe Gedeon Simão. Em 2000, foram eleitas Raimunda de Fátima Rocha Bezerra, Tânia Maria Porto Cantalice e Maria de Fátima Mendonça Campos. Nas eleições de 2004, foram eleitas Ana Lúcia Soares da Silva Ximenes e Cláudia Fabiana Vieira Silva. Em 2008, foi eleita Thaís Garcia Coutinho. Em 2012, foram eleitas Ana Lúcia Soares da Silva Ximenes, Thaís Garcia Coutinho, Benvinda Almeida Machado, Nelzir Oliveira Costa Queiroz e Taniery Fernanda Porto Cantalice. No ano de 2015, Maria de Fátima Rocha Bezerra assumiu uma cadeira na Câmara municipal, no lugar de Ronaldo Vieira Chaves, que foi nomeado secretário adjunto da Secretaria de Estado de Articulação Política. Nas eleições de 2016, foram eleitas Thaís Coutinho, Irmã Nelzir e Aureamélia Soares. Entre os anos de 1937 e 2016, vinte mulheres lançaram-se na empreitada da política representativa em Caxias.

1.1 O LUGAR DA PESQUISA

O recorte espacial da pesquisa é o município de Caxias. Situada no estado do Maranhão, Caxias localiza-se na região do Meio-Norte, a uma distância de 66 km da capital do estado do Piauí, Teresina, e a 360 km da capital do Maranhão, São Luís. Com área total de 5.196 km², é a quarta maior cidade em população do estado e o 13º município em extensão. O censo demográfico de 2010 apontou uma população residente de 155.129 pessoas, dos quais 75.082 são homens, e 80.047 são mulheres (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010). A população estimada em 2016 foi de 164.880 habitantes (IBGE, 2019).

FIGURA 1: Mapa de Caxias

Fonte: IBGE (2010)¹³.

No Maranhão, Caxias é o quarto maior colégio eleitoral, com 90.324 eleitores aptos a votarem em dezembro de 2016, o que corresponde a 1.961% do eleitorado maranhense. Desse total, 49.286 eram mulheres, o que representa 54.579% do total de eleitores do município (BRASIL, 2017).

A história da formação de Caxias está associada ao Período Colonial Brasileiro, ligada ao Movimento de Entradas e Bandeiras, bem como aos sertanistas que estruturaram o projeto de territorialização do espaço já ocupado pelas comunidades autóctones. A povoação se estruturou às margens do rio Itapecuru entre os anos de 20 e 30 do século XVIII, fazendo parte do extenso projeto político e econômico de Portugal, que passava pelo domínio sobre as águas do Rio Itapecuru, importante meio de transporte e comunicação.

Naquele período, Caxias se tornou um importante centro comercial, o segundo maior da Província do Maranhão. Tinha como base econômica, além do comércio, a agricultura e a pecuária. A partir de meados do século XVIII até o final do século XIX, o cultivo do algodão fez da Vila de Caxias um importante centro exportador da matéria-prima. Cultivavam-se, também, mandioca, feijão, arroz, cana-de-açúcar e outras lavouras. Em meados de 1740, o latifúndio cresceu, juntamente com outro pilar do sistema colonial no Brasil: o trabalho compulsório de negros africanos.

Elevada à categoria de cidade em 05 de julho de 1836, Caxias foi tomada pelos balaio¹⁴ em 01 de julho de 1839, e se instalaram ali um Conselho Militar e uma Junta

¹³ Mapa confeccionado utilizando o software livre de Geoprocessamento Qgis 2.14.9. Confeccionado por Adriano S. Sousa, 2018, a partir dos dados do IBGE, 2010.

¹⁴ Balaio era o nome dado aos membros da Balaçada, um dos principais movimentos ocorridos no Brasil no período Regencial. O nome deriva de um de seus líderes, que era apelidado de balaio, acusado muitas vezes pela historiografia oficial de “facinora” e “assassino”. Mais recentemente, o movimento foi compreendido como

Governativa, que passaram a articular e negociar diretamente com o presidente da província do Maranhão. Naquele período, Caxias já era a segunda cidade mais importante do Maranhão. Foi em Caxias que ocorreu o momento mais sangrento da Balaiada, que foi controlado pelo Coronel Luís Alves de Lima e Silva, posteriormente Duque de Caxias¹⁵.

O século XX foi marcado pelo processo de modernização da cidade, com a implantação das primeiras fábricas têxteis do Maranhão, ainda no final do século XIX, e com a criação de um ambiente urbano marcado pelo trabalho fabril, iluminação elétrica, água encanada, construção de pontes que facilitavam a locomoção, estrada de ferro e aquisição de costumes baseados na Europa¹⁶. No entanto, o estado de euforia durou apenas até a década de 1950, quando o parque têxtil caxiense não conseguiu manter a produção e muito menos competir com os centros urbanos do sudeste do País.

De “Princesa do Sertão”, Caxias passou a ser denominada pelos munícipes de “cidade do já teve”, em alusão à decadência da industrialização. Nem mesmo o surto econômico alcançado com o beneficiamento da castanha do coco babaçu, primeiro *in natura*, a partir de 1950, e, na década seguinte, com a extração do óleo e produção da torta, conseguiu retomar a opulência do início do século XX. No entanto, esse crescimento econômico ocorrido no município foi responsável pela criação de uma classe política advinda do seio das famílias que se favoreceram da economia do babaçu.

Nas décadas seguintes, percebeu-se a entrada na política dos herdeiros dessa elite econômica advinda da industrialização do babaçu, com destaque para a ocupação de cargos no Legislativo e Executivo municipal. Relevante frisar que, além das indústrias de beneficiamento do babaçu, o Município vivia, ainda, à custa do comércio e dos recursos públicos¹⁷ (COUTINHO, 2005; VILANETO, 2006).

Ao longo do século XX, Caxias se tornou um forte colegiado eleitoral, participou de decisões em nível estadual e teve representantes políticos no Estado, influenciando diretamente, em vários momentos, a política no Maranhão. Ademais, teve entre seus políticos

“Uma guerra de resistência do campesinato contra o recrutamento arbitrário e os abusos de uma elite que se considerava branca e superior”. (MOTTA; ZARTH, 2008, p. 171). Esse movimento teve início na Vila da Manga, atual município de Nina Rodrigues, seguido de Caxias, e se espalhou por grande parte do Maranhão, chegando até o Piauí e o Ceará. Motivados pela fome, repressão e arbitrariedade que eram vivenciadas à época em uma sociedade camponesa, lutaram pela defesa dos próprios filhos, família, direitos e ideais de democracia. Para saber mais sobre a Balaiada, buscar Assunção (2008).

¹⁵ Sobre a História de Caxias entre os séculos XVII e XX, vide Coutinho (2005); Melo, Souza e Salazar (2016); Sousa, Meneses e Viana (2015); Vilaneto (2006);

¹⁶ Sobre o processo modernizador em Caxias, vide o trabalho de Pessoa (2009).

¹⁷ Famílias como os Vieira Chaves (presentes na política local desde o século XIX), Barros, Simão, Coutinho (originários de Matões), Castro e Machado Torres foram beneficiárias desse momento econômico vivenciado pelo município e adjacências.

o exercício de cargos na esfera federal. Exemplo dessa influência ocorreu na década de 1950, momento em que políticos caxienses como Eugênio Barros e o vice, Aniceto Cruz, após vencerem a disputa para a prefeitura municipal, aliaram-se a Vitorino Freire, o chefe oligarca do Maranhão. Em 1951, Eugênio Barros “[...] chega ao governo do Estado por intermédio de sua ligação com o grupo político vitorinista do município” (BRANDÃO, 2015, p. 278).

A característica marcante do Município no último século foi seu atrelamento às oligarquias existentes, desde Vitorino Freire (da década de 1940 a 1964) até José Sarney (de 1966 até 2014). No entanto, foi a partir de Caxias que se articulou a frente de oposição ao grupo Sarney e que, nas eleições de 2014, elegeu Flávio Dino, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), para governador do estado.

É nesse cenário, no Leste Maranhense, que se desenvolve a presente pesquisa. Um espaço geográfico marcado por uma política comandada por famílias com fortes vinculações econômicas ligadas à indústria, ao comércio e também à propriedade rural, de modo especial à pecuária.

1.2 TRILHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS E FONTES UTILIZADAS: TRAÇANDO ROTAS DE APROXIMAÇÃO COM O OBJETO DE PESQUISA

Este estudo¹⁸ está inserido no campo da História Política, em conexão com a História das Mulheres, enfocando a entrada das mulheres na política representativa de Caxias (MA) e a provável conexão entre os mecanismos tradicionais¹⁹ de acesso ao poder e a influência da Lei de Cotas por sexo para o Legislativo na entrada das mulheres nas Câmaras municipais.

A pesquisa retrata as características do grupo de vereadoras, mulheres que ocuparam e/ou ocupam um lugar privilegiado no poder local em Caxias, no Maranhão, analisando quais foram as vias de acesso para a carreira política. O certo é que, por meio do processo eleitoral, mulheres foram e são legitimamente eleitas para, junto com seus pares, exercerem função legislativa. Constituem-se como elementos do estudo a análise de famílias políticas as heranças políticas, o processo eleitoral, o material de campanha, a escolha de candidaturas, o

¹⁸ CAAE - 54099216.4.0000.8007 e parecer número 1.475.922, expedido no ano de 04 de abril de 2016, pelo CEP da Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão (FACEMA).

¹⁹ Compreendendo o caráter multidimensional da participação, denominam-se mecanismos tradicionais de participação política, as estratégias utilizadas pelas famílias ou partidos políticos para o lançamento de candidaturas, em geral alicerçadas na indicação de algum líder político, a partir do uso do sobrenome de parentes ou cônjuge, sem que exista, necessariamente uma grande participação social anterior à campanha pelo (a) candidato (a).

marcador de gênero em campanhas eleitorais e a política de cotas enquanto uma política pública²⁰.

Busca-se entender de que modo as elites²¹ locais lançam candidaturas femininas em momentos conjunturais específicos e como se perpetua a reafirmação dos nomes das principais famílias caxienses. É, portanto, um trabalho focado nos estudos sobre o poder e nas estratégias utilizadas para sua manutenção. Enfocando a lógica de recrutamento eleitoral, o papel dos partidos políticos e a legislação eleitoral, além das lógicas próprias lançadas por grupos políticos para a manutenção do poder, este trabalho traz como foco a análise da participação feminina nas eleições para o Legislativo municipal.

De acordo com Renè Rémond, na introdução da obra por ele organizada e intitulada “Por uma história política” (2003, p. 22): “A história de fato não vive fora do tempo em que é escrita, ainda mais quando se trata da história política: suas variações são resultado tanto das mudanças que afetam o político como das que dizem respeito ao olhar que o historiador dirige ao político”. Nesse sentido, na atual pesquisa, a História Política imbrica-se com a História das Mulheres.

De acordo com Duby e Perrot (1991), a História das Mulheres deve ser entendida como a história da relação entre os sexos. Nesse caso, analisam-se as mulheres vereadoras de Caxias, fazendo-se uma conexão, percebendo como elas se lançam na corrida eleitoral e analisando se, e como, a política de cotas tem incidido sobre a ampliação da participação feminina no Legislativo municipal.

Desse modo, “é necessário introduzir na história global a dimensão da relação entre os sexos, com a certeza de que esta relação não é um fato natural, mas uma relação social construída e incessantemente remodelada, efeito e motor da dinâmica social” (COLLING, 2004, p. 17). Compreende-se que as relações desenvolvidas entre os sexos ao longo do

²⁰ De acordo com Rémond (2003, p. 23), “O desenvolvimento de políticas públicas sugeriu que a relação entre economia e política não era de mão única: se não há dúvida de que a pressão dos interesses organizados às vezes altera a condução dos negócios públicos, a recíproca não é menos verdadeira: a decisão política pode modificar o curso da economia para melhor ou para pior [...]”.

²¹ Para as discussões propostas, utiliza-se a concepção de elite segundo Mendes (1992), como grupos de pessoas que ocupam determinadas posições de destaque na sociedade e que dependem da posição geográfica, do contexto histórico e da rede social em que se insere um determinado grupo social. Já Busino (1992, p. 4, apud HEINZ, 2006, p. 08), defende que a elite é constituída por uma “[...] minoria que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente (por exemplo, a raça, o sangue, etc.) ou de qualidades adquiridas (cultura, méritos, aptidões, etc.). O termo pode designar tanto o conjunto, o meio onde se origina a elite (por exemplo, a elite operária, a elite da nação) quanto os indivíduos que a compõem, ou ainda a área na qual ela manifesta sua preminência. No plural a palavra ‘elites’ qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade”.

processo histórico precisam ser constantemente reanalisadas, já que o patriarcado²² tem consolidado associações assimétricas entre homens e mulheres e entre homens e outros gêneros, e tem conduzido à configuração de papéis desiguais, hierarquicamente organizados.

Pretende-se, a partir de uma análise prosopografia, perceber a participação das mulheres na política local, apreendendo os engajamentos políticos, o uso do sobrenome para o lançamento das candidaturas femininas e, sobretudo, as similitudes e diferenças na composição do grupo de vereadoras.

A análise está centrada nas características do grupo de vereadoras eleitas para a Câmara Municipal de Caxias nas eleições ocorridas entre 1992 a 2016. O intuito é perceber similitudes e diferenças na constituição do grupo, além de compreendê-las como agentes políticos inseridos em uma sociedade ainda conservadora.

Para a análise do grupo de mulheres eleitas para a Câmara Municipal de Caxias nas eleições de 1992 a 2016, a pesquisa faz uso da prosopografia, que, sob a ótica de Charle (2006, p. 41), é uma metodologia que se estrutura a partir de dois passos: 1) “definir uma população a partir de um ou vários critérios” e, 2) “estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica”. De acordo com Verboven, Carlier e Dumolyn (2007, p. 37, tradução nossa)²³,

De certa forma, pode-se dizer que é mais uma abordagem de pesquisa do que um método *sui generis*; é uma tentativa de reunir todos os dados biográficos relevantes de grupos de pessoas de forma sistemática e estereotipada. Como tal, é um sistema para organizar a maioria dos dados escassos de tal forma que eles adquiram um significado adicional ao revelar conexões e padrões que influenciam os processos históricos.

²² Compreende-se o patriarcado como um dos tipos de relação desenvolvida entre os gêneros ao longo da história humana. O conceito de patriarcado utilizado é o de Costa (2012), isto é, uma “[...] organização sexual hierárquica da sociedade tão necessária ao domínio político. Alimenta-se do domínio masculino na estrutura familiar (esfera privada) e na lógica organizacional das instituições políticas (esfera pública) construída a partir de um modelo masculino de dominação”. Para Saffioti (2015, p. 47-48), “O conceito de gênero não explicita, necessariamente, desigualdade entre homens e mulheres. Muitas vezes, a hierarquia é apenas presumida. Há, porém, feministas que veem a referida hierarquia, independentemente do período histórico com o qual lidam. Aí reside o grande problema teórico, impedindo uma interlocução adequada e esclarecedora entre as adeptas do conceito de patriarcado, as fanáticas pelo gênero e as que trabalham, considerando a história como processo, admitindo a utilização do conceito de gênero para toda a história, como categoria geral, e o conceito de patriarcado como categoria específica de determinado período, ou seja, para os seis ou sete milênios mais recentes da história da humanidade”. Patriarcado diz respeito às relações de dominação material e simbólica vivenciadas pelos homens sobre as mulheres. Gênero é amplo e genérico, já o patriarcado é mais específico, “dos últimos seis ou sete milênios, o primeiro cobrindo toda a história e o segundo qualificando o primeiro ou, por economia, simplesmente a expressão patriarcado mitigado ou, ainda, meramente patriarcado” (SAFFIOTI, 2004, p. 132).

²³ In a way we might say that it is rather a research approach than a method *sui generis*; an attempt to bring together all relevant biographical data of groups of persons in a systematic and stereotypical way. As such it is a system for organizing mostly scarce data in such a way that they acquire additional significance by revealing connections and patterns influencing historical processes (VERBOVEN; CARLIER; DUMOLYN, 2007, p. 37).

A prosopografia é um método estruturado para a análise de grupos de indivíduos²⁴, no intuito de fazer a comparação entre seus membros e, a partir dos resultados, verificar os graus de similitude e diferenças entre eles. Neste sentido, a prosopografia pode ser utilizada para os estudos de História Política e Social, já que se constitui como uma metodologia de pesquisa voltada para a explanação das similaridades, das especificidades e das causalidades do grupo estudado, que pode ser quantificado. Os estudos de elites locais se encaixam nessa dinâmica, ampliando a capacidade de visualização de grupos privilegiados de uma comunidade específica inserida num espaço regional/nacional. Várias pesquisas já apontam a complexidade existente na rede relacional de grupos locais em dissertações e teses sobre famílias de elites em cidades pequenas (NORONHA, 2011)²⁵.

O uso da prosopografia não se resume a um trabalho de compilação de informações, mas de comparações das características do grupo analisado, percebendo possíveis modificações no tempo. É essa intervenção realizada pela pesquisa, isto é, o uso da comparação das características e propriedades do grupo no tempo e as alterações sofridas, a análise de similitudes e diferenças, a principal característica da prosopografia.

O *locus* analisado é o Legislativo municipal de Caxias, que se constitui como um espaço público onde o fazer político tem sido engendrado de forma semelhante por famílias reconhecidamente “tradicionais” no município. Desse modo, o uso da prosopografia é importante na discussão proposta neste trabalho, no sentido de analisar como se processa a participação das mulheres na política local, a partir de similitudes e diferenças (origem familiar, escolarização, partidos políticos, situação econômica, estado civil, parentesco na política, etc.) na composição do grupo na Câmara municipal.

Desta feita, as perguntas que norteiam o trabalho são: Os movimentos empreendidos pelas mulheres ao longo do século XX exerceram impacto sobre a política caxiense? A Lei de Cotas por sexo tem influência sobre a eleição de mulheres no Legislativo de Caxias? Qual é o perfil do grupo de mulheres que atuaram ou atuam como vereadoras no município de Caxias, Estado do Maranhão, nas eleições ocorridas no período de 1992 a 2016? Como uma família política se organiza em termos de estratégias eleitorais em Caxias, Maranhão? Quais mecanismos são utilizados pelas mulheres candidatas e suas famílias ao se lançarem na política representativa?

²⁴ Para Verboven, Carlier e Dumolyn (2007, p. 37, tradução nossa), “A prosopografia não está interessada no único, mas no mediano, no geral e no ‘comum’ das histórias de vida de um número maior ou menor de indivíduos. O individual e o excepcional só são importantes na medida em que fornecem informações sobre o coletivo e o ‘normal’”.

²⁵ Os trabalhos de Igor Gaspar Grill el all (2008), Igor Gaspar Grill (2013), Leandro Piquet Carneiro e Maria Hermínia Tavares de Almeida (2008) são alguns exemplos de pesquisa.

O trabalho de reunião das fontes se processou entre os anos de 2016 a 2019. As principais instituições onde a busca de informações foi realizada foram a Câmara Municipal de Caxias, o Cartório Eleitoral de Caxias, o Instituto Histórico e Geográfico, a Academia Caxiense de Letras, o acervo digital da Biblioteca Benedito Leite e do Tribunal Superior Eleitoral. Além destes organismos, também se recorreu a obras já publicadas que contivessem informações sobre as vereadoras.

O *corpus* documental principal usado na pesquisa engloba desde dados colhidos junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na lista de candidatos e candidatas ao Legislativo Federal, Estadual e Municipal, senadores e senadoras, deputados e deputadas, vereadores e vereadoras eleitos no Brasil; ao Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), na lista de deputados e deputadas, vereadores e vereadoras eleitos (as) no estado; ao Cartório Eleitoral situado em Caxias, na Ficha cadastral de candidaturas, que continha registros de nascimento e casamento, Registro Geral Título de Eleitor, históricos escolares, diplomas e certificados; à Câmara Municipal de Caxias, em documentos como Regimento Interno, Diplomas de vereadoras, termo de posse das vereadoras eleitas, títulos de cidadania, informações sobre as legislaturas; ao Instituto Histórico e Geográfico de Caxias, a partir de recortes de jornais e revistas; e a materiais de campanha usados pelas vereadoras eleitas no período (cartazes, *jingles*, santinhos e *cards*). Também foram utilizadas matérias jornalísticas publicadas em sites e blogs da região, bem como projetos de lei apresentados por parte destas mulheres.

Em relação à Ficha de Cadastro de Candidaturas, estas se encontram no Cartório Eleitoral de Caxias, sob responsabilidade da Justiça Eleitoral da Comarca de Caxias. Todos (as) os candidatos (as) são obrigados pela Legislação eleitoral a disponibilizar informações pessoais e de rendimentos à Justiça Eleitoral, as quais ficam armazenadas nas Fichas. Estes documentos foram solicitados por meio de ofício à Juíza Eleitoral e disponibilizados para consulta na sede do Cartório Eleitoral. As informações contidas foram transcritas manualmente e, a partir daí, analisadas em separado e em grupo.

Após a coleta, as informações foram registradas e sistematizadas utilizando-se o *Excel* (versão 2013) para a construção do banco de dados sobre o grupo de vereadoras caxienses. Isso permitiu a construção de tabelas contendo similitudes e diferenças entre elas (nascimento, naturalidade, profissão, estado civil, incentivo da família, familiares políticos).

1.2.1 A constituição dos dados prosopográficos

Os dados prosopográficos foram organizados conforme modelo indicado por Perissinotto e Codatto (2011, p. 301), seguindo as variáveis:

1. Perfil social (local e data de nascimento, laços de parentesco, filiação partidária, escolaridade, instituições escolares pelas quais passou e em que data).
2. Atividades profissionais (ocupações exercidas por vereadores e vereadoras ao longo da vida, ordenadas conforme suas datas de entrada e saída).
3. Situação socioeconômica (Móveis e imóveis, empresas)
4. Carreira Política ou Burocrática (número de mandatos, funções e postos ocupados, dispostos cronologicamente conforme suas datas de entrada e saída e os partidos políticos correspondentes).

Neste sentido, a prosopografia é instrumental importante para revelar a origem social de candidatas, profissões, escolha de nomes políticos, grau de parentesco com outros políticos, filiação partidária, padrões de carreira política. O intuito foi observar características “comuns” das histórias de vida de vereadoras caxienses, buscando perceber as lógicas do grupo como um todo, no qual as ações excepcionais foram filtradas, com o objetivo de distinguir padrões e generalizações do grupo de mulheres que compõe a Câmara Municipal de Caxias no período analisado.

Como complemento a esses dados, também se fez uso de fontes orais²⁶. A pesquisa utilizou os resultados oriundos de entrevistas feitas com vereadoras caxienses no Projeto de Iniciação Científica Voluntário (PIVIC) “Representatividade feminina do legislativo de Caxias-MA: entraves, rupturas e perspectivas atuais”, desenvolvido pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (FACEMA), entre 2015 e 2016, no intuito de aferir como se processou a entrada destas mulheres na política representativa, filiação e participação em direções de partidos políticos, familiares políticos e a participação em movimentos sociais. Foram feitas entrevistas, usando-se um questionário com perguntas abertas e fechadas com oito das onze vereadoras analisadas no trabalho. O objetivo das perguntas foi o de obter informações acerca da entrada destas mulheres no campo da política representativa.

As entrevistas foram feitas após reunião inicial organizada pela Câmara Municipal de Caxias, na pessoa da então presidenta da Casa, a vereadora Ana Lúcia Soares da Silva Ximenes. O objetivo da reunião foi explicar os objetivos do Projeto e organizar a agenda de encontro com as vereadoras. A partir desse primeiro contato, as entrevistas foram realizadas

²⁶ Fraser (1984, p. 66) aponta que as fontes orais se diferenciam de outros documentos históricos, mesmo que “[...] com todas as possíveis distorções e erros, o testemunho oral é sempre uma maneira de dar significação ao passado para, ao mesmo tempo, dar sentido ao presente”.

em horário e local de escolha de cada uma das participantes da pesquisa. Após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, processou-se à realização das entrevistas, que foram gravadas, utilizando-se gravador de voz portátil. Após este período, as falas foram transcritas e, a partir daí, analisadas.

As fontes orais se constituem um relevante instrumento da pesquisa histórica, pois as falas de participantes de acontecimentos históricos resgatam a memória daquelas pessoas que os vivenciaram ou que deles fizeram parte de alguma forma. Como documento histórico, as fontes orais se apresentam como um instrumental valioso na pesquisa histórica.

O trabalho está dividido em cinco capítulos: o primeiro é a introdução. No segundo, intitulado “A participação política das mulheres”, faz-se uma discussão sobre a organização das mulheres como sujeitos políticos ao longo do século XX, tendo como pontos de partida as privações, segregações e opressões das mais diversas nuances a que estavam, ou estão, submetidas. Aborda-se, ainda, a trajetória dos movimentos de mulheres e feministas, em sua pluralidade de configurações, matizes, compassos e articulações em âmbitos internacional, nacional, regional e local.

O terceiro capítulo engloba a discussão sobre as mulheres e a política na democracia representativa, discute os avanços e desafios da lei de cotas e o uso dos mecanismos tradicionais de participação política. Também se aborda o arcabouço teórico-conceitual relacionado ao campo da política, poder, família, mulheres e elites. Analisa-se a relação entre o poder local e a participação feminina na política representativa, considerando a legislação de cotas para as eleições proporcionais no Brasil, tendo como base o sexo, pautando de que modo a Lei de Cotas por sexo no Brasil altera ou nutre a inclusão e a exclusão das mulheres na política representativa.

No quarto capítulo, debate-se acerca do marcador de gênero utilizado pelas mulheres na disputa eleitoral em Caxias, no Maranhão. Para o desenvolvimento da discussão, utiliza-se a prosopografia, o material de campanha das candidatas eleitas ao Legislativo municipal, percebendo similitudes e diferenças entre as candidaturas. Faz-se a análise prosopográfica, para perceber as características do grupo de vereadoras da câmara municipal de Caxias entre 1992 e 2016.

No quinto capítulo, analisa-se a trajetória política da vereadora Thaís Coutinho, que é a que mais apresenta diferenças em relação a outras vereadoras. Na sua trajetória, percebe-se, com maior clareza, a importância da manutenção do nome familiar, apresentando, sob a ótica dessa mulher, os desafios de ser uma herdeira política do interior do Maranhão e as estratégias utilizadas por ela e sua família para a manutenção do poder.

2 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES

O objetivo deste capítulo é realizar uma discussão sobre a organização das mulheres como sujeitos políticos ao longo do século XX, tendo como pontos de partida as privações, segregações e opressões das mais diversas nuances a que estavam submetidas. Também aqui se aborda a trajetória dos movimentos de mulheres e feministas²⁷, compreendendo-os em sua pluralidade de configurações, matizes, compassos e articulações em âmbitos internacional, nacional, regional e local.

Ao final do capítulo, analisam-se os reflexos desses movimentos no estado do Maranhão e, de modo mais específico, em Caxias, buscando perceber em que medida esses processos reverberam sobre a participação política das mulheres em âmbito local ao longo do século XX. Optou-se por abordar o Movimento Feminista obedecendo a uma ordem cronológica. Não que esta seja a única opção possível, mas foi utilizada meramente por uma questão didática, para a organização de alguns marcos da história do Feminismo em várias partes do mundo desde o século XVIII até a década de 1990.

Para a escrita, recorreu-se a uma revisão de literatura da qual fazem parte obras da História, da Sociologia e da Política, resultados de trabalhos que abordam temas correlatos aos aqui discutidos. Também se faz uso de obras clássicas do Feminismo no mundo ocidental, bem como de publicações de autores maranhenses do início do século XX, que contribuíram para a formação de uma mentalidade que restringia a atuação das mulheres brancas de classe média e alta ao campo doméstico, devido à proximidade do feminino com as sentimentalidades, mas que ignoravam o trabalho desenvolvido por mulheres negras e pobres. Segundo alguns pensadores do Maranhão à época, seguindo as teorias vigentes na Europa daquele momento²⁸, os homens estavam vinculados à racionalidade e as mulheres, à

²⁷ É relevante fazer a distinção entre os movimentos de mulheres e feministas, já que nem todos os movimentos empreendidos por mulheres ao longo da história levantam as mesmas bandeiras erguidas pelas feministas. Desse modo, em variadas situações, grupos de mulheres empreendem batalhas, mas não se reconhecem como feministas. No decorrer do trabalho, se utilizará a expressão movimento feminista para designar as diferentes manifestações organizadas por mulheres em suas diferentes nuances e representações. Aqui vale, portanto, fazer a distinção entre Movimento Feminista e Movimento de Mulheres. Para isso, é utilizada a definição de Cisne (2014, p. 129): “A princípio podemos dizer que todo movimento feminista é um movimento de mulheres, ainda que tenha alguns grupos de homens que se reivindicam feministas e integrantes do Movimento. Todavia, nem todo movimento de mulheres, necessariamente, possui uma configuração feminista”.

²⁸ Teóricos como Charle Darwin, Cesare Lombroso, enfatizavam a inferioridade das mulheres frente aos homens, assim como de outros grupos humanos como negros e indígenas. As teorias médicas do século XIX defendiam que o sexo, elemento natural e biológico, era responsável pelo 'destino' social de homens como provedores e de mulheres como esposas e mães. Essa visão das mulheres baseava-se no paradigma grego. Laqueur (2001) faz a análise dos dois modelos de interpretação do corpo feminino existente na época. O primeiro, de origem grega, que aceitava apenas uma estrutura básica do corpo humano, a masculina, perdurou

emotividade. Outras fontes de pesquisa foram jornais que circularam no Maranhão e em Caxias nas três primeiras décadas do século XX²⁹.

No campo historiográfico, as mulheres foram preteridas em relação aos homens. Isto produziu um forte impacto sobre a história do feminino. As mulheres foram relegadas ao esquecimento, já que ao longo da história o papel atribuído a homens e mulheres na sociedade tem sido relevante para gerar desigualdades entre os sexos: ao homem cabe a esfera pública, enquanto à mulher cabe o espaço privado. Sendo as atribuições de cada sexo reflexos de construções culturais que atribuem a homens e mulheres características distintas que fundamentam formas preconceituosas nas relações de poder, a escrita da história também tem sofrido esta influência.

Para Dias (1984, p. 7, grifo da autora) a memória social da vida das mulheres vai se perdendo mais por esquecimento ideológico do que por uma real inexistência de documentos. É verdade "[...] que as informações se escondem, ralas e fragmentadas, nas entrelinhas dos documentos, onde pairam fora do *corpus* central do conteúdo explícito", mas é preciso e é possível "reunir dados muito dispersos" e "esmiuçar o implícito".

Quando se trata dos movimentos empreendidos pelas mulheres, eles possuem, em cada tempo histórico, as chamadas bandeiras de luta. No entanto, a memória acerca da participação do feminino no campo político ainda não pode ser considerada como uma memória coletiva, já que não é abraçada por toda a sociedade. Para garantir a superação da invisibilidade das mulheres e seus movimentos, é necessário historicizar o movimento, procurando compreender a sua importância.

2.1 A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES COMO SUJEITOS POLÍTICOS

Ao longo do processo histórico no Ocidente, existem relatos de mulheres lutando por seus direitos, seja de forma isolada ou por meio de manifestações coletivas³⁰. Os debates que

até o Renascimento e o segundo, desenvolvido no século XVIII, afirmava a existência de dois sexos, não sendo o feminino inferior ao masculino. A discussão de Laqueur é realizada mais à frente.

²⁹ O principal jornal que circulava no Maranhão à época era o "Pacotinha", publicado, com alguns períodos de interrupção, entre 1980 e 1938 (PINHEIRO, 2007).

³⁰ Ao longo da história ocidental, sempre houve mulheres que se rebelaram contra sua condição, mulheres que lutaram por liberdade e, muitas vezes, pagaram com suas próprias vidas. A inquisição da Igreja Católica foi implacável com qualquer mulher que desafiasse os princípios pregados como dogmas inflexíveis, mas a chamada primeira onda do Feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo o primeiro deles, o direito ao voto (PINTO, 2010).

se sucedem no decorrer da história têm revelado que grande parte das explicações acerca das diferenças entre os sexos foi construída com base na natureza do feminino e do masculino.

Desde a Antiguidade, o conceito de cidadania excluiu as mulheres da arena política e da vivência pública. No Mundo Antigo, quanto menos se falava sobre elas, melhor era³¹. No Mundo Ocidental, portanto, o lugar das mulheres nos espaços públicos é interdito desde esse período. Na Grécia antiga, por exemplo, ressalvadas as generalizações, já que a Grécia não era unificada, a cidadania foi pensada de modo mais efetivo. Onde se viveu a *pólis*, o espaço de poder e decisão, a figura feminina era encarada com menosprezo, devendo se dedicar aos afazeres da casa³².

É relevante destacar que o lugar das mulheres, ao longo da história, provém do olhar masculino, o que se constitui em uma dificuldade. Ao se estudar o feminino, não se pode perder de vista a multiplicidade de diferenças que existem entre as mulheres, assim como existem entre os homens, “diferenças de estatuto, de fortuna, de atividade, que a sua condição comum de mulheres absolutamente não escondia.” (MOSSÉ, 1995, p. 19).

O imaginário sobre o feminino rompe as barreiras do tempo e assume maneiras diferentes de acordo com a época e as condições econômicas, políticas e culturais existentes. Certo é que o volume das vozes das mulheres aumenta com o passar do tempo, demandando aos homens e a toda a sociedade a necessidade por igualdade e participação política³³.

De acordo com Laqueur (2001), as diferenças entre os sexos ou a ideia da existência de dois sexos biológicos diferentes é um entendimento que pode ser contextualizado a partir da história. Segundo o autor, em meados do século XVIII, a ciência consolidou a ideia da existência de um modelo de dois sexos, contrariando o paradigma hegemônico da época, herdado dos gregos, de que existiria apenas um sexo biológico, enquanto o gênero se apresentaria pelo menos em duas probabilidades. No modelo grego (de um único sexo), em que o corpo feminino representava uma versão menos importante do que o masculino, homens e mulheres não seriam determinados por uma diferenciação fundamental em se

³¹ Sobre as mulheres na Antiguidade, ver a obra de Pantel (1990), “História das Mulheres: a Antiguidade”.

³² Para a discussão sobre mulheres e o espaço público, ver a obra de Perrot (1998), “Mulheres Públicas”.

³³ De acordo com Perrot (2010, p. 185), “Da história, muitas vezes a mulher é excluída. O é, primeiramente, ao nível do relato, o qual, passadas as efusões românticas, constitui-se como a representação do acontecimento político. O positivismo opera um verdadeiro recalçamento do tema feminino e, de modo mais geral, do cotidiano. [...] O ‘ofício do historiador’ é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios. Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou ‘mental’, ela fala do Homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade. Célebres – piedosas ou escandalosas – as mulheres alimentam as crônicas da ‘pequena’ história, meras coadjuvantes da História”.

tratando de natureza, biologia, ou corpos distintos, mas em termos de grau de perfeição e por um sistema hierarquizado, em que o masculino é superior ao feminino.

Já o modelo de dois sexos, construído a partir do século XVIII, traz uma nova configuração sobre o corpo feminino, que não seria interpretado como imperfeito quando comparado ao corpo masculino, mas como “seu oposto incomensurável”. Nesse sentido, não só os sexos são diferentes, como são diferentes em todo aspecto concebível do corpo e da alma, em todo o aspecto físico e moral.

Essa distinção trabalhada por Laqueur (2001) foi importantíssima para a compreensão de um novo modo de conceber o sexo feminino, que se processou no século XVIII. Feministas francesas como Olympe de Gouges³⁴, a partir dos ideais abolicionistas, tiveram um papel fundamental na modificação da relação entre os sexos e do lugar das mulheres na sociedade³⁵.

Como movimento social, a Revolução Francesa constituiu um marco decisivo na história das mulheres. Alicerçados nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade entre os indivíduos, os revolucionários colocam em xeque as relações entre os sexos, ao tratar sobre o lugar de direito que as mulheres deveriam ter na sociedade. Esse lugar, entretanto, mesmo com a Revolução, não seria ainda concedido, haja vista que até os partidários e líderes revolucionários comungavam da ideia de imutabilidade do *status* que a mulher ocupava na sociedade francesa da época³⁶.

Para Pinto (2003, p. 13), ainda no século XVIII, tem-se notícia de mulheres que, de maneira organizada ou não, lutaram por direito à cidadania, bem como para uma vivência legal em termos jurídicos fora do espaço doméstico, “único lugar em que tinham algum tipo de reconhecimento como esposas e mães”. De acordo com Perrot (2009, p. 14), a longo prazo, os efeitos da Revolução Francesa revestiram “[...] as definições das esferas pública e privada,

³⁴ Revolucionária francesa que participou ativamente da Revolução Francesa, Olympe de Gouges nasceu em 1748. Destacou-se entre tantas outras mulheres do período. Feminista, adepta das ideias de Condorcet através de sua atuação junto à Assembleia, nos salões literários e nas manifestações de ruas, ela reivindicava a participação da mulher (SCHIMIDT, 2012 p. 13). De acordo com Hunt (2009, p. 72), a sua declaração dos Direitos da Mulher insistia que esta nasce livre e permanece igual ao homem em direitos (Artigo 1º) “Todas as cidadãs e cidadãos, sendo iguais aos seus [da lei] olhos, devem ser igualmente admissíveis a todas as dignidades, cargos e empregos públicos, segundo sua capacidade e nenhuma outra distinção que não seja a de sua virtude e talentos” (Artigo 6º). Morreu em 1793, guilhotinada, como inimiga da Revolução.

³⁵ Sobre as feministas francesas, ver a obra de Scott (2002), “A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem”, e as de Duby e Perrot (1991), “História das Mulheres no Ocidente: século XIX” e “História das Mulheres no Ocidente: século XX”.

³⁶ Hunt (2009, p. 26), ao se referir ao modelo de mulher esperado pela Revolução, afirma que “Maria Antonieta era apresentada como a antítese de tudo o que as mulheres deviam representar: uma besta selvagem ao invés de uma força civilizadora, uma prostituta ao invés de uma mulher séria, um mostro gerando criaturas disformes ao invés de uma mãe. Ela era a expressão última e mais baixa daquilo que – no temor dos revolucionários – ocorreria às mulheres caso ingressassem no universo público: já não seriam mulheres, e sim medonhas perversões do sexo feminino”.

valoriza(m) a família, diferencia(m) os papéis sexuais estabelecendo uma oposição entre homens políticos e mulheres domésticas”. Embora patriarcal, ela limita os poderes do pai em vários pontos e reconhece o direito ao divórcio. De acordo com Fraisse e Perrot (1991, p. 09),

De facto, esse século assinala o nascimento do Feminismo, palavra emblemática que tanto designa importantes mudanças estruturais (trabalho assalariado, autonomia do indivíduo civil, direito à instrução) como o aparecimento coletivo das mulheres na cena política. Por isso, será preferível dizer que esse século é o momento histórico em que a vida das mulheres se altera, ou mais exatamente o momento em que a perspectiva de vida das mulheres se altera: tempo da modernidade em que se torna possível uma posição de sujeito, indivíduo de corpo inteiro e atriz política, futura cidadã.

Concomitante a esse processo, na Inglaterra, Mary Wollstonecraft³⁷, lutando contra a escravidão e a ordem sexual e de gênero, afirmava que “Desafortunada é a situação das fêmeas, educadas de acordo com a moda, mas deixadas sem fortuna alguma” (WOLLSTONECRAFT, apud ESTACHESKI; MEDEIROS, 2017). Considerava, ainda, que as mulheres não poderiam ficar confinadas às atividades domésticas. Em 1792, Wollstonecraft escreveu “Reivindicação dos direitos das mulheres”, marco fundamental do Feminismo moderno. A obra abordava a opressão estrutural na qual viviam as mulheres de sua época. É nesse documento que a filósofa discute a racionalidade feminina, defendendo a representação das mulheres no Parlamento inglês em um momento da história em que o voto era vetado ao sexo feminino.

É relevante destacar que as publicações de Mary Wollstonecraft receberam influência da Revolução Francesa. Seguindo os passos oriundos da promessa de emancipação dos indivíduos realizada pelos revolucionários, Wollstonecraft organiza seu trabalho sobre a necessidade de emancipação feminina e os desafios que deveriam ser superados nesse processo³⁸.

Nesse ínterim, a Revolução Industrial, na Inglaterra, provocava uma nova vivência para as mulheres das classes populares, produzindo outros lugares de sociabilidade além do espaço privado: as ruas, os mercados, as fábricas e as lavanderias se tornam locais de conversas e trabalho. Para as mulheres de condição financeira privilegiada, as igrejas, os magazines e os salões de chá se tornavam, então, âmbitos por elas frequentados. O processo de urbanização modificava de alguma forma os ambientes ocupados pelas mulheres

³⁷ Mary Wollstonecraft foi uma escritora romântica e de livros infantis. Filósofa inglesa que, no século XVIII, produziu textos sobre a Revolução Francesa. Em suas obras, questionou a ordem sexual e de gênero e defendeu os direitos das mulheres à educação e à igualdade no casamento. É considerada uma das precursoras do Movimento Feminista (ESTACHESKI; MEDEIROS, 2017).

³⁸ WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos das mulheres**. São Paulo: Edipro/Boitempo, 2015.

(PERROT, 1998). As cidades provocavam certa ruptura entre os espaços sexuados, que vão, pouco a pouco, rompendo as fronteiras entre os sexos e, conseqüentemente, entre o público e o privado.

Apesar dessas mudanças, até o século XIX, na Inglaterra, a imagem feminina persistia atrelada à ideia da procriação e da incapacidade de atingir a racionalidade plena, o que corroborou para que as mulheres fossem consideradas seres excluídos da vida pública. Tal imagem começou a ser definitivamente contestada por mulheres, de forma individual ou em grupos, a partir da segunda metade do século, já que elas se recusaram a permanecer confinadas ao espaço doméstico, exercendo unicamente as funções de mãe, esposa e cuidadora³⁹.

No mesmo período, feministas norte-americanas organizaram debates acerca da condição feminina e dos direitos das mulheres. A luta das mulheres nos Estados Unidos atrelava-se a outros fatores históricos além dos direitos políticos e civis. Manifestações isoladas de mulheres brancas em prol dos direitos civis foram documentadas naquele período, tais como a carta de Abigail Adams⁴⁰ escrita ao marido, o senador americano John Adams em 1776. Na carta, ela destaca a necessidade de os políticos não esquecerem as mulheres, sob a ameaça de uma rebelião feminina.

Muitas feministas da chamada Primeira Onda Feminista defendiam o fim da escravidão, antes mesmo de lutarem por seus direitos. Apesar disso, mulheres negras acusavam o Movimento Feminista norte-americano de rechaçar a participação de afro-americanas, já que os grupos feministas eram formados majoritariamente por mulheres brancas.

O discurso de Sojourner Truth na *Women's Rights Convention*, realizada em 1851 na cidade de Aron, nos Estados Unidos, é emblemático da indignação diante da invisibilidade com que as mulheres negras eram tratadas na época, não apenas pelos homens, mas também pelas mulheres organizadas em torno do movimento feminista norte-americano.

E não sou uma mulher? Olhem para mim. Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer

³⁹ Perrot (2010) assinala que o século XIX é marcado pelo discurso naturalista, baseado na dicotomia feminino x masculino, em que aos homens cabe a racionalidade, muito mais importante que o falo. É o cérebro aquele que determina a capacidade decisória e da razão lúcida. Já o feminino está voltado para o campo das sentimentalidades, da emoção, do coração, portanto, impossibilitado do domínio da razão.

⁴⁰ Carta de Abigail Adams. Disponível em: <https://www.history.com/this-day-in-history/abigail-adams-urges-husband-to-remember-the-ladies>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também!⁴¹

A questão levantada por ela indica a diferença entre mulheres brancas e negras: o trabalho. Enquanto as feministas brancas lutavam por direitos civis, mulheres negras lutavam não apenas pela liberdade, mas pelo seu reconhecimento como seres humanos. A fala de Sojourner Truth também coloca em xeque a ideia de que mulheres estavam, ou estão, relegadas ao espaço doméstico. Já no século XIX, ela denunciava que mulheres negras tinham vivências diferentes de mulheres brancas, além de toda uma estrutura vigente na época.

Pós manifestação de Sojourner Truth, em 1895, um grupo de mulheres negras de dez estados americanos se reuniu, na cidade de Boston, para discutir a organização de um movimento de mulheres negras⁴². Além do preconceito de cor, as feministas negras também denunciavam a segregação a partir das condições de classe social.

É preciso enfatizar, ainda, que o movimento feminista não ocorreu apenas no eixo central, envolvendo a parte ocidental da Europa e os Estados Unidos. Em meados do século XIX, o Feminismo também se desenvolvia entre as russas, relacionado, sobretudo, aos debates sobre a condição feminina. Os anos 1850 representaram o marco inicial da primeira onda do Feminismo russo, que atingiu seu ápice entre 1905 e 1917. Bastante heterogêneo, o Feminismo russo foi formado por mulheres pertencentes à aristocracia, filantropas, marxistas, radicais, liberais e até da *intelligentsia* russa.

Aas feministas russas se organizaram em congressos, mobilizações e protestos, destacando a necessidade de ampliação de direitos e a participação política das mulheres. A filantropa Anna Andréievna Kalmánovitch defendia, entre outras pautas, os direitos civis e políticos das mulheres⁴³.

A história do Movimento Feminista contemporâneo está, portanto, atrelada ao século XIX e ao processo de luta pelos direitos civis e políticos, a partir das manifestações pelo sufrágio universal nas três primeiras décadas do século XX. A virada do século XIX para o

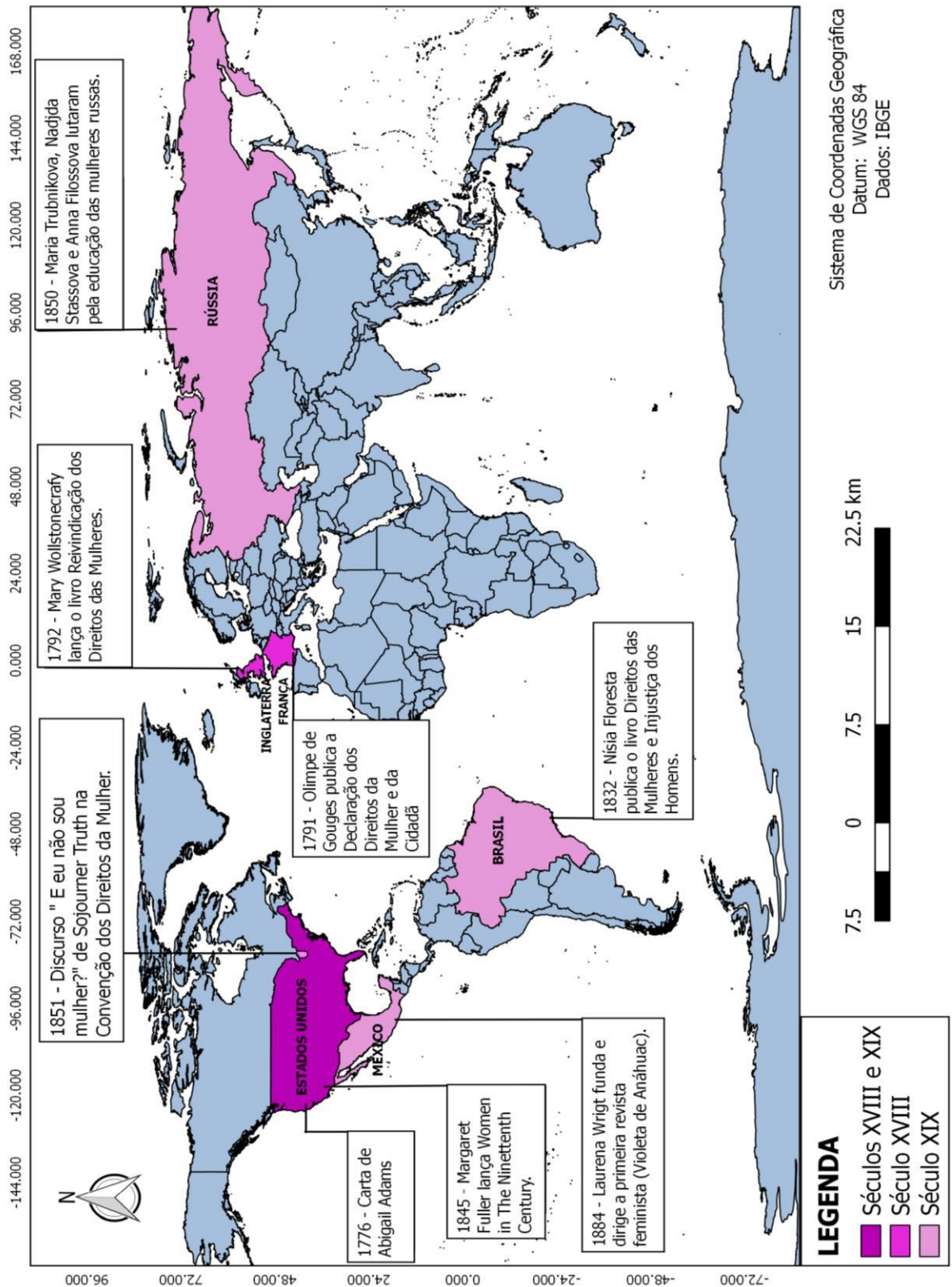
⁴¹ Carta de Sojourner Truth. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em 22 de janeiro de 2020.

⁴² Sobre o Movimento de Mulheres Negras nos Estados Unidos, ver a obra de Davis (2017), “Mulher, cultura e política”, no qual afirma, sobre esse movimento, que: “Em comparação com suas colegas brancas, as mulheres afro-americanas que instituíram esse movimento associativo nacional articularam princípios de natureza mais evidentemente política. Elas definiram como função primordial de suas agremiações a defesa ideológica e militante das mulheres negras – e dos homens negros – contra os danos causados pelo racismo” (p. 17). Sobre o Movimento Feminista negro no Brasil, ver a obra de Ribeiro, “O que é lugar de fala?” (2017) e “Quem tem medo do Feminismo negro?” (2018).

⁴³ Sobre a organização feminina na Rússia e URSS, ver o trabalho organizado por Schneider (2017), “A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia Soviética – artigos, atas, panfletos, ensaios.”

XX se constituiu como o espaço temporal em que as mulheres iniciaram o processo de luta contra a discriminação, ganharam certa visibilidade e um destaque maior em torno do “sufragismo”, buscando atender à reivindicação do direito ao voto estendido às mulheres.

FIGURA 2: Mapa marcos do Feminismo (séculos XVIII e XIX)



Fonte: IBGE, 2010, adaptado⁴⁴.

⁴⁴ Mapa confeccionado utilizando o software livre de Geoprocessamento Qgis 2.14.9. Confeccionado por Adriano S. Sousa, 2018, a partir dos dados do IBGE, 2010, e adaptado por nós para a pesquisa.

Conforme aponta a Figura 2, o Feminismo como movimento se iniciou na Europa no século XVIII, de modo mais específico, na França e na Inglaterra, e de lá se espalhou durante o século seguinte por outras regiões do mundo, a exemplo da parte oriental da Europa e das Américas do Norte e Sul, alcançando o Brasil. De acordo com Scott (2002, p. 27),

Na era das revoluções democráticas, ‘mulheres’ tornavam-se excluídas políticas por artes de um discurso baseado em diferença sexual. O Feminismo era um protesto contra as ‘diferenças sexuais’ na política, mas a reivindicação tinha de ser feita em nome das ‘mulheres’ (um produto do próprio discurso da ‘diferença sexual’). Na medida em que o Feminismo defendia as ‘mulheres’, acabava por alimentar a ‘diferença sexual’ que procurava eliminar. Esse paradoxo – a necessidade de, a um só tempo, aceitar e recusar a ‘diferença sexual’ – permeou o Feminismo como movimento político por toda a sua longa história.

Como manifestação de cunho social e político, o Feminismo é, portanto, um movimento moderno, originado em meio às ideias iluministas⁴⁵ e, por conseguinte, ao ideário presente tanto na Revolução Francesa⁴⁶, quanto na Independência americana. Propagou-se, inicialmente, vinculado às demandas por direitos políticos e sociais, tais como o sufrágio universal, mobilizando mulheres da Europa, dos Estados Unidos e, em seguida, de países da América Latina como Chile, Brasil, México, Costa Rica, Peru e Argentina.

O Movimento Feminista nasceu com a proposição de politizar o espaço privado, antes tomado meramente como doméstico, em contraposição ao público, tido como político. A dicotomia existente entre masculino e feminino, em que “Homem = Público, Público = Político, logo, Homem Político; e Mulher = Privado, Privado = Apolítico, logo, Mulher Apolítica” (BRITO, 2001, p. 37) é colocada em xeque pelas reivindicações das feministas. A ideia é que essa dicotomia garante a hegemonia masculina sobre a feminina, em que o patriarcado impede a ampliação da participação das mulheres nos espaços públicos.

Esse momento da história das lutas das mulheres ficou conhecido como a Primeira Onda do Feminismo, e, segundo Louro (2010, p. 15), seus

[...] objetivos mais imediatos (eventualmente acrescidos de reivindicações ligadas à organização da família, oportunidade de estudo ou acesso a determinadas profissões) estavam, sem dúvida, ligados ao interesse das mulheres brancas, de classe média e o alcance dessas metas (embora circunscrito a alguns países) foi seguido de uma certa acomodação no movimento.

⁴⁵ Segundo Petit (1994, p. 7), “[...] todo Feminismo é um movimento ilustrado quanto às suas raízes e às suas pretensões reivindicativas. De fato, as reivindicações feministas são possíveis a partir dos pressupostos do iluminismo ou dos iluminismos, a saber, a universalidade da razão, da liberação dos preconceitos, o horizonte de emancipação [...]”.

⁴⁶ A Revolução Francesa é, também, contraditória. O universalismo da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão não concerne verdadeiramente às mulheres: elas não são entendidas como indivíduos. A Revolução lhes concede, no entanto, direitos civis, mas nenhum direito político (PERROT, 2017).

Ocorrido entre o século XIX e as três primeiras décadas do século XX, esse período foi marcado pelo Feminismo desenvolvido sobremaneira no Reino Unido e nos Estados Unidos. A principal bandeira girava em torno das ações voltadas para a igualdade de direitos para homens e mulheres. As feministas protestavam contra as diferenças contratuais, de direito de propriedade e contra casamentos arranjados. As questões relacionadas ao poder político ganharam vulto no final do século XIX e se estenderam ao longo das décadas seguintes.

A segunda onda, ou geração, do Feminismo desenrolou-se de forma mais evidente entre as feministas norte-americanas e francesas nas décadas de 1960 e 1970. Segundo Narvaz e Koller (2006, p. 649),

A segunda fase do Feminismo (segunda geração ou segunda onda) ressurgiu nas décadas de 1960 e 1970, em especial nos Estados Unidos e na França. As feministas americanas enfatizavam a denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade, enquanto as francesas postulavam a necessidade de serem valorizadas as diferenças entre homens e mulheres, dando visibilidade, principalmente, à especificidade da experiência feminina, geralmente negligenciada. As propostas feministas que caracterizam determinadas posições, por enfatizarem a igualdade, são conhecidas como 'o Feminismo da igualdade', enquanto as que destacam as diferenças e a alteridade são conhecidas como 'o Feminismo da diferença'⁴⁷.

Nesse período, o Feminismo se pautava por novas demandas a partir do final da década de 1960, momento em que as ativistas políticas adentraram o espaço da academia e passaram a reivindicar uma história das mulheres, o que Scott (1998, p. 64) denomina de "conexão direta entre a política e a intelectualidade", sendo o campo da História um território vasto para a pesquisa.

Nos idos de 1970, articularam-se grupos feministas que deram visibilidade às causas da mulher, colocando na agenda pública a luta por direitos sociais e instigando a produção do conhecimento sobre a história das mulheres. De início, a produção se voltou para as pesquisas que tratavam sobre a condição feminina e, depois, de maneira mais ampla, sobre as questões de gênero.

Na década de 1970, foi construído o conceito de gênero para assinalar as diferenças construídas socialmente e que se baseavam nas características físicas de homens e mulheres⁴⁸.

⁴⁷ Scott (2002) defende que a questão da igualdade e da diferença deve ser compreendida como um paradoxo, isto é, ao mesmo tempo em que uma proposição não pode ser solucionada, só pode ser negociada, já que é, ao mesmo tempo, verdadeira e falsa.

⁴⁸ Para Scott (1995, p. 3), gênero se constitui como "[...] uma forma de indicar as 'construções culturais' – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma

O conceito do gênero relaciona-se às questões de poder e “[...] significa o saber a respeito das diferenças sexuais” (SCOTT, 1998). O gênero, como estrutura, traduz-se como uma dimensão central da vida social. Essa estrutura está presente em todas as relações sociais: na família, na escola, nas relações de trabalho, na mídia, na política e no lar. Para Connell (2016, p. 17), “Tecnicamente, o gênero pode ser definido como a estrutura de práticas reflexivas do corpo por meio das quais corpos sexuais são posicionados na história”.

A formulação do conceito de gênero se tornou fundamental para a própria organização do Movimento Feminista, pois, a partir dele, deu-se a vinculação do Movimento não apenas às questões de ordem das demandas femininas, mas às pensadoras do gênero, que passaram a criar uma epistemologia feminista⁴⁹. O termo gênero começou a ser utilizado na década de 1970, na Inglaterra, pelo Movimento Feminista e por historiadores e estudiosos sobre o tema, com o objetivo de mostrar que as diferenças entre homens e mulheres vão muito além de uma diferenciação dos órgãos sexuais.

Foi no intervalo entre os anos de 1960 e 1980 que ocorreu, a partir das reivindicações das feministas, a elaboração de uma história das mulheres ou de estudos feministas em outras áreas. Segundo Scott (1995), existiu um forte vínculo entre os estudos sobre as mulheres e a militância feminista nas universidades, de modo especial nos Estados Unidos.

Aqui cabe uma ressalva referente ao Feminismo como teoria/filosofia e prática. A teoria/filosofia feminista⁵⁰ engloba o campo das ideias, e a prática se constitui como movimento social. Apesar de estarem bastante imbricados, não possuem igual significado e seus desenvolvimentos nem sempre são os mesmos. A teoria feminista diz respeito ao questionamento da dominação exercida pelos homens que se ampara em práticas discursivas e não discursivas, na forma como o mundo é analisado a partir de verdades dadas como únicas, e acabadas. De acordo com Rago, “Trata-se de encontrar as categorias adequadas para conhecer os mundos femininos, para falar das práticas das mulheres no passado e no presente

forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. ‘Gênero’ é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”.

⁴⁹ Rago (1998, p. 3), em artigo que trata sobre a epistemologia feminista, alerta que o “[...] Feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera. Além disso, se consideramos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificaram como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma *nova linguagem*, ou na produção de um *contradiscorso*, é inegável que uma profunda mutação vem-se processando também na produção do conhecimento científico”. (Grifos da autora).

⁵⁰ De acordo com Miguel e Biroli (2014, p. 7), “A teoria política feminista é uma corrente profundamente plural e diversificada, que investiga a organização social tendo como ponto de partida as desigualdades de gênero. Com essa análise, evidenciam-se alguns limites mais importantes das instituições vigentes, que, a despeito de suas pretensões democráticas e igualitárias, naturalizam e reproduzem assimetrias e relações de dominação. Evidenciam-se também os limites das teorias políticas tradicionais, que tendem a aceitar sem questionamento a distinção entre a esfera pública e a privada e que são cegas à relevância política da desigualdade de gênero.”

e para propor novas possíveis interpretações inimagináveis na ótica masculina.” (RAGO, 1998, p. 92). Já o Feminismo, segundo Márcia Tiburi, constitui-se como movimento social, variado e heterogêneo, focado nas diversas assimetrias existentes entre homens e mulheres em todos os seus matizes (TIBURI, 2018, p. 25).

Do ponto de vista da organização e movimentação das feministas, 1975 tornou-se um ano emblemático, quando foi declarado pela Organização das Nações Unidas - ONU o Ano Internacional da Mulher, o que contribuiu para o fortalecimento das lutas femininas. No final da década de 1970, a história das mulheres afasta-se da política e, a partir da década de 1980, os estudos sobre a condição feminina e sobre as mulheres passam a ser tratados como estudos de gênero na Antropologia e História das Mulheres, na Historiografia. Esse momento, marcado pelos estudos de gênero, sublinha em definitivo o distanciamento da política⁵¹. Essa geração do Movimento se constitui como a Terceira Onda do Feminismo, que se delinea no debate sobre questões relativas à violência contra as mulheres, sexualidade e autonomia sobre o próprio corpo. Embasada em uma produção teórica, da qual o campo da História é um dos pioneiros, junto com a Antropologia, essa fase do Feminismo é marcada, também, pelos questionamentos relacionados à diversidade de mulheres e suas diferentes demandas⁵².

O movimento, então, passou por novos questionamentos que buscavam reconhecer a interseccionalidade⁵³ dos fatores de vulnerabilidade a que estão sujeitas as mulheres, desde as variadas formas de violência a que estão submetidas, as questões de ordem étnica ou a condição de migração, os casos envolvendo as refugiadas ou as consequências dos deslocamentos, as situações de deficiência, aparências, geração⁵⁴ e de classe social. Como movimento heterogêneo, o Feminismo deve ser analisado sob olhares diversos, já que traduz, em momentos históricos diferentes, demandas específicas do seu tempo, mas, também, da diversidade de mulheres existentes.

⁵¹ Para Scott (1998, p. 65), ocorre uma evolução que vai do estudo do Feminismo para as pesquisas sobre as mulheres e destas para a análise do gênero. “[...] essa narrativa tem variações significativas, dependendo de quem as relata. Em algumas versões, a evolução é encarada positivamente como um resgate da história, tanto de princípios políticos de interesses estreitos, quanto de um enfoque demasiado exclusivo sobre as mulheres ou de suposições filosoficamente ingênuas. Em outras, a interpretação é negativa, a ‘retirada’ para a academia (para não falar do desvio para o gênero e para a teoria) sendo encarada com o um sinal de despolitização”.

⁵² Sobre as diferentes necessidades das mulheres, ver as obras de Biroli (2013), Davis (2017), Connel (2016), Connel e Pearce (2015) e Ribeiro (2017).

⁵³ O Feminismo Interseccional defende que as desigualdades entre homens e mulheres só podem ser compreendidas se forem levadas em consideração as várias facetas das opressões às quais as mulheres, em sua pluralidade, estão submetidas. Nesse sentido, é necessária a análise dos fatores ligados a gênero, raça e classe social (TIBURI, 2018; RIBEIRO, 2018).

⁵⁴ Tiburi (2018, p. 28) denomina as questões de geração, deficiência, aparência, entre outras, de “plasticidades”, conceito que envolve as variadas condições a que estão submetidas as mulheres em uma sociedade patriarcal.

As discussões trazidas à época pelas feministas negras fizeram o movimento questionar suas próprias demandas, já que se compreendeu que as mulheres possuem diferentes necessidades. Essa vertente do Feminismo colocou em xeque a centralidade do gênero nas discussões sobre desigualdades. Para as feministas negras, as dimensões de gênero, raça e classe social não podem ser separadas, são todas prioritárias, e não competem entre si para designar a de maior importância (RIBEIRO, 2017).

Apesar das principais fontes de análise do movimento ainda se concentrarem no eixo central (França, Inglaterra e Estados Unidos), é necessário pensar o feminismo a partir das diferentes realidades, levando em consideração que as demandas de mulheres europeias e norte-americanas não são iguais às necessidades de mulheres de sociedades coloniais como o Brasil. Na compreensão sobre o feminismo, devem-se considerar, além da questão de gênero, os fatores raça/etnia, classe social, o que já era denunciado por mulheres negras no século XIX nos Estados Unidos. Essa vertente do Feminismo questiona não apenas o discurso conservador, mas também aquele dito progressista, inovador e propositivo, que fala da mulher universal, sem perceber as demandas específicas da diversidade das mulheres e as intersecções das opressões sofridas pelas negras (DAVIS, 2017; RIBEIRO, 2017).

O certo é que, em um momento específico da história humana, por volta dos séculos XVIII e XIX, mulheres em várias partes do mundo se manifestaram contra um sistema patriarcal que lhes interditava direitos civis e políticos e, com o passar das décadas, essas reivindicações se tornaram clamores mais altos e insuflaram a sociedade a ouvir suas vozes.

Os vários movimentos feministas ocorridos ao longo da história são expressões de uma organização maior das mulheres, envolta por uma base social e política que, em sua heterogeneidade, abarca o objetivo comum de emancipação política, de erradicação da violência baseada no gênero, de conquista e manutenção de direitos. As manifestações do Feminismo continuam avançando na questão do entendimento das mulheres como sujeitos políticos e históricos em todas as instâncias da sociedade, o que implica um novo sentido às relações estruturantes da sociedade.

2.2 O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL

Para os estudos sobre a atuação política das mulheres no Brasil, é necessário compreender o “Feminismo à brasileira”, considerando-se as particularidades de uma sociedade marcada por um processo de colonização extremamente violento e excludente em

termos de gênero, raça/etnia e classe social ⁵⁵. A partir do processo colonizador, houve uma política de tentativa de controle das mulheres por meio de discursos e práticas que determinavam padrões sociais ideais de comportamento, de organização das funções do corpo (procriação), de controle sobre os gestos e os hábitos, baseados naquilo que se defendia e acreditava serem próprios da natureza feminina (DEL PRIORE, 2009).

Por meio da lógica da colonização e do Catolicismo, as mulheres passaram a ser controladas para que não desempenhassem outros papéis que não aqueles determinados para a vida doméstica e familiar. No Período Imperial, a condição feminina variava conforme a categoria social, mas vigorava plenamente a ideia de inferiorização das mulheres em relação aos homens. Até o século XVII, os conhecimentos sobre os corpos masculino e feminino e sobre as diferenças entre ambos ocasionaram uma interpretação de inferioridade das mulheres (DEL PRIORE, 2009).

Os atributos próprios do corpo feminino⁵⁶, como a gravidez e a menstruação, eram considerados anomalias, atrelados a diagnósticos de doenças mentais ligadas ao universo feminino. Outro fator relevante era o controle da sexualidade feminina exercido pela Igreja Católica, bem como a disseminação do padrão eclesiástico do casamento, em que, afetadas pelo pecado, as mulheres deveriam prestar obediência a alguém do sexo masculino. Esse ideário pautava-se no “interesse de fazer da família o eixo irradiador da moral cristã.” (DEL PRIORE, 1989, p. 16).

No Brasil, apesar das manifestações de mulheres, anteriores ao século XIX, foi só no final desse século que as primeiras atividades conjuntas passaram a ocorrer, de modo especial, atreladas ao Movimento Sufragista⁵⁷. Nísia Floresta⁵⁸ pode ser considerada a precursora do

⁵⁵ É necessário compreender que o processo colonizador impetrado sobre a América Latina consolidada, de alguma maneira, a herança das potências coloniais, que impuseram seu padrão patriarcal sobre os povos colonizados, o que ocasionou o silenciamento das etnias do chamado Novo Mundo e impôs outros modelos sociais e possibilidades de vivenciar o corpo, o gênero e a sexualidade. Diante disso, é necessário analisar o gênero não apenas a partir dos países do eixo central como França, Inglaterra e os Estados Unidos, mas, também, a partir dos países do Sul, como o Brasil, que apresentam realidades históricas diferenciadas em termos de formação histórica, miscigenação e desvalorização de cultura dos povos que aqui viviam e dos que foram trazidos como escravos. A experiência da América Latina, subjugada pelo ideal de modernização advindo do Norte, deve ser levada em consideração ao se utilizar o conceito de gênero. O processo colonizador deixou marcas profundas nas vivências desses povos, a tal ponto que outros problemas sociais como a violência, a pobreza, o uso de drogas e as diversas formas de desigualdades (tais como raça e classe social), acabam por sobrepujar as demandas mais específicas das mulheres (CONNELL; PEARCE, 2015). Isso se explica pelo fato de que o processo de produção das opiniões, das preferências e dos interesses não é individual, mas remete às posições em uma coletividade, em redes desiguais que se estabelecem em contextos sociais concretos. Essa compreensão vincula as opções do indivíduo aos padrões de socialização e às variantes institucionais. São estes que definem o horizonte em relação ao qual se organizam identidades que estão, por sua vez, na base do entendimento que se tem dos próprios projetos e ambições, assim como daquilo que define o bem-estar de cada indivíduo (BIROLI, 2013).

⁵⁶ Sobre a questão do corpo feminino, vide as obras de Rodhen (2001), Martins (2010) e Federici (2017).

⁵⁷ De acordo com Costa (s. d.), “No Brasil, bem como em vários países latino-americanos, a exemplo de Chile, Argentina, México, Peru e Costa Rica, as primeiras manifestações aparecem já na primeira metade do século

Movimento Feminista no Brasil ao publicar o livro “Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens”, uma tradução livre do livro de Sophie, pseudônimo de Mary Wortley Montagu, que escreveu *Woman not inferior to man*⁵⁹, em 1739.

Nísia Floresta se tornou uma referência para o Feminismo Brasileiro em sua fase inicial, já que seu livro questionava a condição feminina e defendia a participação das mulheres em postos de poder. Foi também por meio dela que chegou ao Brasil a influência do Feminismo inglês no século XIX. Característico desse período é o fato de o Movimento ser empreendido por personalidades, estruturando-se a partir das manifestações individuais de algumas mulheres conhecidas por suas excepcionabilidades⁶⁰.

Além dessas mulheres, também é relevante destacar o papel que a imprensa teve, no final do século XIX, para a divulgação das ideias feministas de emancipação política das mulheres, bem como é necessário considerar o trabalho desenvolvido por médicos e estudiosos que se empenhavam em analisar a ordem social da época, percebendo-se, então, a elaboração de um novo padrão de feminilidade⁶¹.

No Brasil, esse feminismo desafiou as bases da sociedade brasileira ao questionar o estatuto de não cidadania das mulheres, o que as interditava dos espaços públicos. Pinto (2003) classifica esse período, que vai do século XIX até início do século XX, em 1932, quando as mulheres conquistam o direito ao voto, como os primórdios do feminismo: “No Brasil [...], a primeira fase do Feminismo teve como foco a luta das mulheres pelos direitos políticos, mediante a participação eleitoral, como candidatas e eleitoras” (PINTO, 2003, p. 13).

De acordo com Soihet (2000), após a manifestação de Nísia Floresta, floresceu, no Brasil, uma imprensa feminina que, de forma moderada ou mais exaltada, apontava a necessidade da educação feminina e da profissionalização, além do direito ao voto e de

XIX, em especial através da imprensa feminina, principal veículo de divulgação das ideias feministas naquele momento”.

⁵⁸ Nísia Floresta foi uma educadora, poetisa e escritora brasileira, nascida no Rio Grande do Norte, considerada pioneira do Feminismo no Brasil, defensora dos direitos das mulheres. Escreveu o livro “Direitos das mulheres, injustiça dos homens”.

⁵⁹ Disponível em: <http://digital.library.upenn.edu/women/sophia/woman/woman.html>.

⁶⁰ Como outras manifestações feministas da época, pode-se enfatizar a publicação, em São Paulo, em 1888, do Jornal “A Família”, por Josefina Álvares de Azevedo, que, mais tarde, tornou-se dramaturga e escreveu a peça “O voto feminino”, que defendia a cidadania das mulheres (HAHNER, 2003, p. 99).

⁶¹ Rago (1996, p. 19) destaca que, na passagem do século XIX, “a preocupação em definir a condição e o lugar da mulher, [...] marcou o debate tanto das feministas e escritoras empenhadas na luta pelos direitos femininos, quanto dos médicos e homens cultos das elites dominantes preocupados em ordenar a vida social. Mulheres das camadas médias e da aristocracia cafeeira, como a fundadora ‘d’A Mensageira, revista literária dedicada à mulher brasileira’, ou a conhecida escritora campineira Júlia Lopes de Almeida, de um lado, ou operárias anarquistas, de outro, colocaram em questão o lugar tradicionalmente designado à mulher, reivindicando o direito à educação, ao trabalho e à participação no mundo público em igualdade de condições com os homens”.

elegibilidade, direitos civis e o divórcio. Outro ponto a ser destacado foi a leitura feminista da época sobre a conjugação da luta das mulheres e o abolicionismo, uma marca também presente no Feminismo norte-americano daquele período.

Também deve ser destacada a heterogeneidade dos agrupamentos feministas já existentes na passagem para o século XX, compostos, sobretudo, por mulheres da elite ou da classe média, que compunham o grupo das feministas liberais, e mulheres operárias, que faziam parte do Feminismo com influência anarquista ou marxista. As feministas liberais reivindicavam participação política, igualdade jurídica e civil. Já as mulheres operárias inseriram no movimento a ideia de superação das desigualdades de classe social, levando para o debate a centralidade no trabalho, conforme preconizado pelas ideias de Karl Marx⁶² (FEDERICI, 2017; PERROT, 2009; RAGO, 1995/1996).

Para Rago (1985a), o Movimento Operário, em sua base massiva, operacionalizado por homens, acabava por fortalecer a intenção disciplinadora que conduzia as mulheres para longe dos espaços públicos e as confinava no âmbito privado, interditando a sua participação nas entidades de classe, nos sindicatos e fábricas. Talvez essa prática tenha acabado por consolidar, nos tempos atuais, a pouca participação das mulheres nas direções das entidades de classes e dos partidos políticos.

Influenciadas pelo que ocorria na Europa e nos Estados Unidos, feministas brasileiras da elite e da classe média criaram uma expectativa de mudança nas suas condições civis e políticas durante as últimas décadas do século XIX.

O fermento da agitação republicana dos fins da década de 1880 não apenas fortaleceu o desejo feminista por direitos políticos como também deu às mulheres argumentos adicionais em favor do sufrágio e oportunidades de procurar o voto. A proclamação da república, em 15 de novembro de 1889, ofereceu inicialmente a possibilidade de uma estrutura política mais fluida e aberta. Com a extensão do voto, em teoria, a todos os homens alfabetizados, a questão do sufrágio pôde tornar-se um tópico mais vital para as feministas cultas que experimentavam um sentimento de frustração e privação política (HAHNER, 1981, p. 80).

A Proclamação da República não trouxe, no entanto, uma mudança significativa na vida das mulheres no Brasil. Relegadas àquilo considerado inferior ou subalterno, as mulheres

⁶² Segundo Sílvia Federici (2017, p. 45), “É na luta antifeudal que encontramos o primeiro indício na história europeia da existência das raízes de um movimento de mulheres que se opunha à ordem estabelecida e contribuía para a construção de modelos alternativos de vida comuna”. De acordo com a estudiosa, os movimentos nascidos no seio da sociedade e que contaram com a participação intensa de mulheres, contribuíram para a derrocada do sistema feudal, sendo o capitalismo um movimento antirrevolucionário construído para conter as variadas manifestações de pequenos agricultores, artesãos e trabalhadores.

brancas, de classe média e alta, permaneceram por muito tempo voltadas para as atividades no âmbito privado.

A república oligárquica trazia suas contradições, que provocavam fissuras no pacto e possibilitavam o aparecimento ao longo do período de importantes manifestações de grupos até então excluídos da política e mesmo do mundo público em geral. Essas contradições aparecem tanto dentro da própria oligarquia como em decorrência das transformações que o país sofreu, principalmente a partir da década de 1910. No interior da oligarquia, a tensão relevante no que diz respeito ao Feminismo é derivada de núcleos familiares de pais cultos: famílias de muitas posses algumas vezes produziam filhos eruditos, detentores de títulos universitários. Praticamente sem exceção, é dentro desses núcleos familiares diferenciados que surgiam as principais vozes femininas contrárias à opressão da mulher. Não havia nessas famílias condutas éticas diversas ou formas alternativas de pensar o papel da mulher, mas um ambiente distinto que possibilitou às filhas o acesso ao mundo culto da leitura e da valorização da educação (PINTO, 2003, p. 17).

A dubiedade presente nos Art. 69 e 70 da Constituição de 1891⁶³, que definiam quem era considerado cidadão brasileiro, abriu brechas para a manifestação de mulheres em várias partes do país, solicitando alistamento eleitoral. As solicitações partiram de diversos estados, entre eles Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Maranhão, e as primeiras foram sumariamente rejeitadas⁶⁴.

Assim como as feministas europeias do século XVIII, as mulheres brasileiras do final do século XIX e início do século XX apontavam as incoerências e questionavam, baseadas na Legislação, a sua condição de cidadania, demonstravam que eram indivíduos, possuidoras de racionalidade, dotadas, portanto, do direito de votar e participar da disputa eleitoral. O movimento pelo voto feminino no Brasil, assim como todas as lutas engendradas pelas

⁶³ Os artigos 69 e 70 da Constituição de 1891 definiam: Art 69 – São cidadãos brasileiros: 1º) os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não residindo este a serviço de sua nação; 2º) os filhos de pai brasileiro e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro, se estabelecerem domicílio na República; 3º) os filhos de pai brasileiro, que estiverem em outro país ao serviço da República, embora nela não venham domiciliar-se; 4º) os estrangeiros, que achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro em seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem; 5º) os estrangeiros que possuírem bens imóveis no Brasil e forem casados com brasileiros ou tiverem filhos brasileiros contanto que residam no Brasil, salvo se manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade; 6º) os estrangeiros por outro modo naturalizados. Art 70 – São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei. § 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados: 1º) os mendigos; 2º) os analfabetos; 3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior; 4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual. § 2º - São inelegíveis os cidadãos não alistáveis (BRASIL, 1891).

⁶⁴ Antes da promulgação da Constituição, Isabel Dillon foi a primeira mulher a lançar candidatura à Constituinte de 1891. Myrthes de Campos, a primeira advogada do Brasil, foi também a primeira mulher a solicitar alistamento eleitoral sob a alegação de que a Constituição de 1891 não impedia o direito ao voto às mulheres. No entanto, o requerimento foi indeferido. No Rio Grande do Norte, a professora Leolinda Daltro também requereu seu alistamento, usando o mesmo argumento. Seu pedido também foi negado, o que a motivou, em 1910, juntamente com outras mulheres, a fundar o Partido Republicano Feminino (FERREIRA, 2010; PINTO, 2003; SOIHET, 2006).

mulheres brasileiras, fez parte de um conjunto de ações que primavam pela busca da cidadania e sua real efetivação. Esse processo de luta pelo voto feminino no país está associado à figura de Bertha Lutz⁶⁵.

Apesar de manifestações anteriores relacionadas à luta pelo sufrágio, esta foi a principal expoente da Primeira Onda do Feminismo no Brasil, tendo recebido influência tanto do Feminismo francês, a partir da sua formação na Sorbonne, quanto do norte-americano, quando da sua experiência com museus e o trabalho desenvolvido por mulheres nessas instituições nos Estados Unidos. Sob a liderança de Bertha Lutz, mulheres se organizaram em associações, pronunciaram-se publicamente, fizeram uso da imprensa feminina, buscaram apoio de lideranças e parlamentares. Em sua maioria, possuíram um discurso moderado.

Em 1928, na cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte, Celina Guimarães Viana, baseada no Art. 17 da lei eleitoral estadual, que estipulava que “No Rio Grande do Norte, poderão votar e ser votados, sem distinção de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por lei” (BRASIL, 1927), invocou, por meio de petição, o direito de votar e ser votada, recebendo parecer favorável. Pinto (2003, p. 15) define estas manifestações como sendo de “mulheres que lutaram pelo direito ao voto, porém de forma individual, solicitando seu alistamento como eleitoras e candidatas”. Essa prática já ocorria desde o final do século XIX. Naquele mesmo ano, e também no Rio Grande do Norte, foi eleita, por voto indireto, a primeira prefeita no Brasil, Luzia Alzira Soriano Teixeira, pelo Partido Republicano, na cidade de Lajes, apoiada pelos oligarcas regionais (DUARTE, 2003; RABAY, CARVALHO, SILVA, 2016; SOIHET, 2000).

O direito ao voto feminino se definiu com a promulgação do Decreto de nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, quando o então presidente Getúlio Vargas instituiu novo Código Eleitoral. O Código garantia também às mulheres a possibilidade de se candidatarem a cargos políticos. O Governo Provisório regulamentou, dessa forma, o alistamento e o processo eleitoral nas três esferas do Estado (federal, estadual e municipal), estipulando uma série de inovações, entre as quais se destaca o voto feminino⁶⁶.

⁶⁵Bertha Lutz nasceu em São Paulo em 1894. Filha do cientista brasileiro Adolpho Lutz e da enfermeira inglesa Amy Fowler, foi educada, primeiro no Brasil e depois na Europa, onde se graduou em Biologia, na Sorbonne, local que lhe proporcionou o contato com as ideias sufragistas. Foi a fundadora da Federação Brasileira para o Progresso Feminino em 1922 (PINTO, 2003).

⁶⁶ O novo Código eleitoral regulou, em todo o país, o alistamento eleitoral e as eleições federais, estaduais e municipais, considerando eleitor todo cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma do Código (BRASIL, 1932).

Nas eleições de 1933, Carlota Pereira de Queiroz⁶⁷ foi eleita pelo estado de São Paulo e se tornou a primeira mulher deputada federal do Brasil. Ela teve sua trajetória ligada ao trabalho desenvolvido na Cruz Vermelha⁶⁸, onde organizou um grupo de cerca de 700 mulheres, dando assistência aos feridos na Revolução Constitucionalista em São Paulo, o que serviu como suporte para o ingresso na vida pública, como deputada federal.

Em sentido amplo, é necessário afirmar que a Constituinte de 1932 teve um valor fundamental na luta pela cidadania feminina no Brasil. Nessa Constituinte, as diretrizes eleitorais foram consolidadas. A partir dela, foi permitido o voto secreto e direto, além do voto para todos os cidadãos maiores de 21 anos, incluindo as mulheres. Foram excluídos do processo eleitoral analfabetos, soldados, padres e mendigos.

Além das manifestações de mulheres enquadradas no Feminismo bem-comportado, que possuía uma perspectiva nitidamente liberal, associadas, sobretudo, à luta por direitos políticos, mas sem o confronto direto com o patriarcado, e formado, em sua maioria, por mulheres cultas e pertencentes à elite econômica brasileira, havia, ainda, outros grupos de mulheres que compunham o denominado “Feminismo difuso”. Esse grupo também era formado por mulheres que tinham acesso à imprensa e que se manifestaram por essa via, tais

⁶⁷ Carlota Pereira de Queiroz nasceu em São Paulo, em 1892, pertencendo a uma família tradicional das elites locais. Em 1909, recebe o diploma de professora pela Escola Normal da Praça. Em 1926, formou-se em medicina, recebendo o prêmio Miguel Couto pelo trabalho de tese que abordava o câncer. Trabalhou na chefia do laboratório de clínica pediátrica da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo de 1928 a 1947. Desse ano até 1952, chefiou o serviço de hematologia da Clínica de Obstetrícia e Ginecologia da Faculdade de Medicina da USP. Paralelamente a essas experiências, Carlota Queiroz percebeu a sua condição de mulher. Quando da eclosão da Revolução Constitucionalista, em 1932, em São Paulo, movimento que contestou o governo Vargas, organizou, à frente de 700 mulheres, a assistência aos feridos. Em maio de 1933, foi a única mulher eleita deputada à Assembleia Nacional Constituinte, na legenda da “Chapa Única por São Paulo Unido!”. Na Constituinte, Carlota integrou a Comissão de Saúde e Educação, trabalhando em temas como alfabetização e assistência social. Após a promulgação da Constituinte, em 17 de julho de 1934, teve o seu mandato prorrogado até maio de 1935. Eleita pelo Partido Constitucionalista de São Paulo, nas eleições de outubro de 1934, permaneceu na Câmara até 1937, quando foi instaurado o Estado Novo (1937-1945). Durante esse período, lutou pela redemocratização do País. Em 1964, Carlota Pereira de Queiroz apoiou o golpe militar. Faleceu em São Paulo em 1982 (SCHUPUN, 1999).

⁶⁸ De acordo com Campo (2009, p. 493), o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho é um movimento iniciado em 1828 e que tem como princípio prestar socorro a combatentes feridos em batalhas, buscando evitar e aliviar o sofrimento das pessoas. Tem como objetivo não apenas proteger a vida e a saúde, mas, também, respeitar todo ser humano. A Cruz Vermelha procura promover a compreensão mútua, a amizade, a cooperação e a paz duradoura entre todos os povos. Os princípios que norteiam as ações do Movimento são: humanidade, imparcialidade, neutralidade, independência, voluntariado, unidade e universalidade. Suas origens estão associadas ao filantropo suíço Henry Dunant, que, após visualizar os horrores da Batalha de Solferino, ocorrida no norte de Itália entre o exército imperial austríaco e as forças aliadas de França e da Sardenha, onde cerca de 40 mil soldados morreram ou ficaram feridos e foram largados à própria sorte, conseguiu reunir mulheres das localidades próximas para prestar assistência aos feridos sem distinção de bandeira, uniforme ou nacionalidade, com o objetivo único de ajudar homens que precisavam de socorro. Após o evento, Dunant escreveu suas memórias deste período em uma obra intitulada *Recordação de Solferino*, conclamando a criação de grupos de voluntários com vistas a prestar socorro e assistência aos feridos em tempo de guerra, além da formulação de um acordo internacional que garantisse a proteção de soldados feridos e de médicos em campos de batalha.

como escritoras, jornalistas, professoras, consideradas como “excepcionais”. Elas defendiam o acesso à educação e à instrução e denunciavam o patriarcado, abordando conteúdos relacionados ao divórcio e à sexualidade (PINTO, 2003).

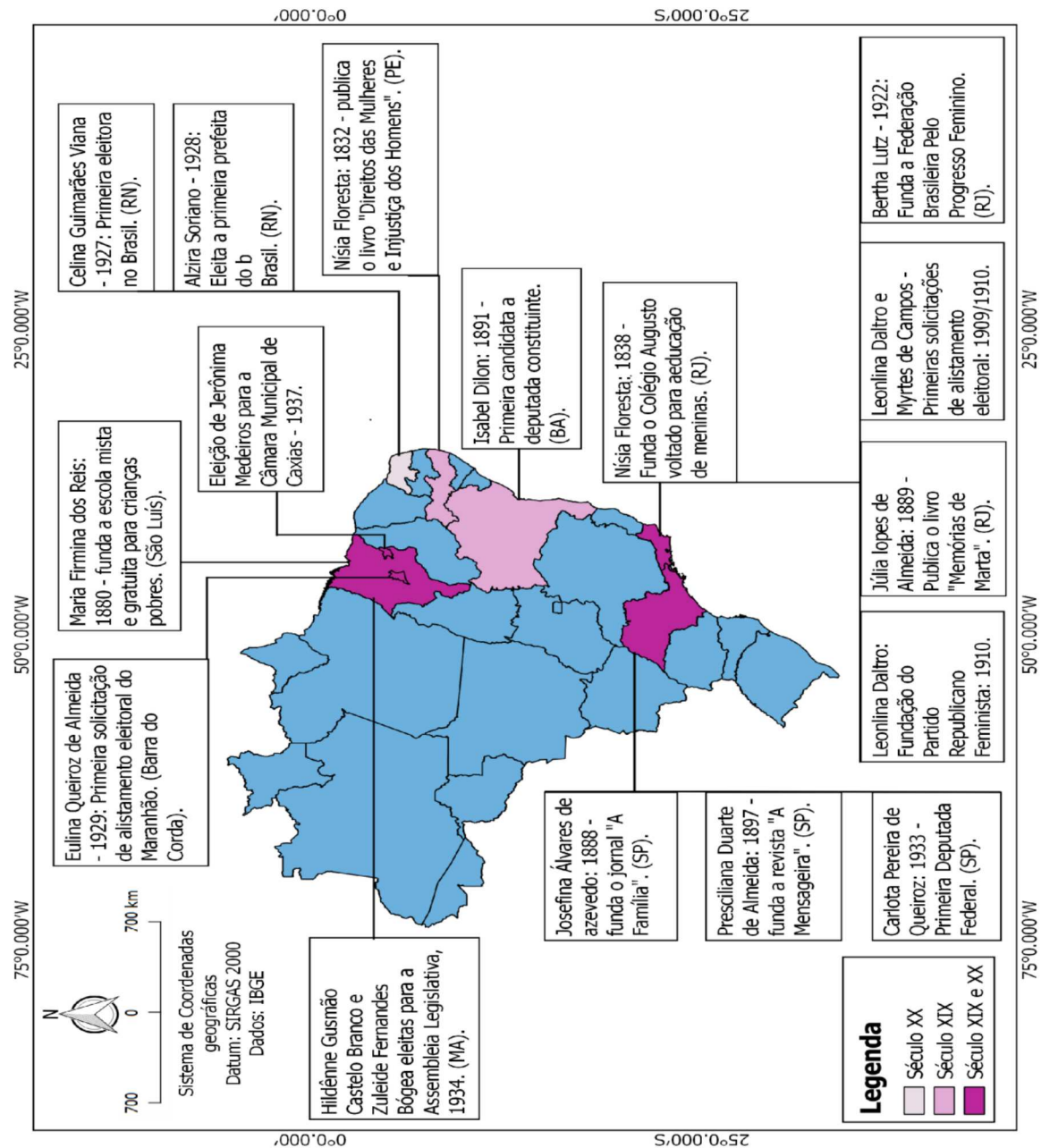
Já a terceira vertente da Primeira Onda do Feminismo no Brasil se apresenta por meio das participações das mulheres operárias que se processaram no seio do Movimento Anarquista e, em seguida, nas fileiras do Partido Comunista. O principal foco das atividades era a luta contra a exploração do trabalho, além da defesa mais radical da liberdade das mulheres⁶⁹.

Como ocorreu em várias partes do mundo, por motivos diferentes, porém com influências similares, entre meados da década de 1930 a 1950, o Feminismo perdeu lugar e tomou novos rumos a partir da adoção de políticas mais tradicionais pelos diversos governos. Na Rússia soviética e no México, sob a influência stalinista, as demandas das mulheres não entraram na pauta da agenda política nesse período⁷⁰. No Brasil não foi diferente. Com o Golpe de 1937, o Movimento sofreu um declínio, fragmentou-se e ressurgiu apenas nos anos de 1960 (CISNE, 2014; PINTO, 2003; SCHNEIDER, 2017).

⁶⁹ Sobre o Feminismo no Brasil, ler Pinto (2003) e Cisne (2014).

⁷⁰ Já em 1929, na Rússia, a seção feminina do Partido Comunista é dissolvida, e a homossexualidade e o aborto voltam a ser penalizados. A educação masculina e feminina é dividida, sendo o divórcio mais difícil de ser conseguido pelas mulheres. Há um retorno do modelo de família tradicional (SCHNEIDER, 2017).

FIGURA 3: Mapa Marcos do Feminismo entre o século XIX e as três primeiras décadas do século XX, Maranhão - Brasil



Fonte: IBGE, 2010 (adaptado)⁷¹.

A figura 3 mostra os principais marcos do Feminismo no Brasil e no Maranhão, enfatizando tanto as iniciativas isoladas, quanto o processo de agrupamento de mulheres. Aponta como as mulheres, ao longo do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX, manifestaram-se no Brasil em defesa dos direitos civis e políticos nos vários espaços do País, seja por meio da imprensa, da educação ou da política.

⁷¹ Mapa confeccionado utilizando o software livre de Geoprocessamento Qgis 2.14.9. Confeccionado por Adriano S. Sousa, 2018, a partir dos dados do IBGE, 2010. Adaptado por nós para a pesquisa.

O Movimento Feminista se processou no Brasil em meados do século XIX, a partir de iniciativas isoladas no Nordeste, nos estados de Pernambuco, Bahia e Maranhão, seguidos das manifestações no eixo Rio de Janeiro/São Paulo, as quais ecoaram novamente no Nordeste, no estado do Rio Grande do Norte, e se espalharam pelo território nacional nas três primeiras décadas do século XX. Por esses marcos, o Nordeste é pioneiro no Movimento empreendido pelas mulheres no Brasil.

É preciso ressaltar, no entanto, que, do mesmo modo como ocorreu em outros espaços geográficos, no Brasil, o movimento feminista deixou de fora demandas específicas das mulheres negras. Isso se deve à herança colonial e escravocrata que o país possui. A herança colonial, alicerçada na superioridade da população branca, massacrou e massacra a comunidade negra e indígena. De acordo com Suely Carneiro (2011):

O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras.

A estrutura racial fez com que o movimento feminista, ao longo do processo, negligenciasse as necessidades específicas destas mulheres. O feminismo que a maioria da população brasileira conhece é aquele que tenta romper com a dita “fragilidade feminina”, mito no qual mulheres negras não se enquadram, já que a vida delas tem sido marcada pelo trabalho dentro e fora do lar.

Entre as décadas de 1930 e 1940, as reivindicações feitas pelo Movimento Feminista no Brasil, na sua primeira onda, haviam sido formalmente reconhecidas na maior parte dos países ocidentais (direito ao voto, acesso ao ensino formal e acesso ao mercado de trabalho). Já a década de 1950 foi marcada, sobretudo, pela criação de clubes de mães e a participação em movimentos contra a carestia, de modo especial no Rio de Janeiro e São Paulo⁷².

Após esse período, em que o Movimento passou por certa desmobilização, reapareceu novamente, nos anos de 1960, imbricado aos segmentos que contestavam a ditadura civil-

⁷² Sobre os movimentos sociais nesse período, verificar a obra Gohn (2001), História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros, e de Pinto (2003) sobre o Movimento Feminista propriamente dito.

militar, então com influência do movimento estudantil⁷³ francês, das lutas pacifistas contra a guerra do Vietnã nos Estados Unidos, bem como do movimento *hippie* internacional, que ocasionou modificações profundas nos costumes da sociedade da época. A principal característica do Movimento, no período, referiu-se à afirmação de que o “pessoal é político”, colocando em xeque os paradigmas de política existentes naquele momento. Ao transformar o privado em espaço político, alterou-se a lógica do entendimento de que político é apenas o que ocorre no âmbito da esfera pública. A compreensão de que o tempo dedicado pelas mulheres à organização do espaço doméstico e ao cuidado dispensado a crianças, idosos, doentes ou pessoas com deficiência limitava sua participação política, provocou uma revolução no modo de pensar a casa e a rua⁷⁴. O privado, portanto, também é político.

Relevante contribuição para pensar o Movimento nesse período é o trabalho desenvolvido pela cientista política Saffioti (1976), que, em 1967, escreveu a tese de livre docência “A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade”, que, mais tarde, transformada em livro, tinha como proposta “apreender os mecanismos típicos através dos quais o fator sexo opera nas sociedades de classe de modo a alijar da estrutura ocupacional de grandes contingentes de elementos do sexo feminino. Visa, ainda, a desvendar as verdadeiras raízes deste alijamento” (p. 39). O livro também tinha como objetivo o vislumbre das vias de superação da situação das mulheres na sociedade de consumo. A publicação do trabalho de Saffioti foi fundamental para o estabelecimento de um proveitoso diálogo entre o marxismo e o Feminismo, contribuindo, sobremaneira, para a produção de conhecimento nestes campos. É perceptível que, a partir de então, o Movimento passou a defender que a hierarquização existente entre os sexos não é resultado da fatalidade biológica e, sim, uma construção sociocultural, cuja base encontra-se no patriarcado.

As mulheres, como novo sujeito social, abriram, nesse período, novas frentes no debate pela anistia política, contra a carestia, pelo direito de ter ou não filhos, pela punição

⁷³ Durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil, os movimentos sociais e populares foram duramente reprimidos. O Movimento estudantil foi um dos mais emblemáticos, liderando protestos e manifestações em todo o País, em oposição ao Regime, com um trabalho intenso da União Nacional dos Estudantes (UNE), que teve forte atuação de resistência aos governos militares. Sobre o tema, ler Jordana Santos (2009). Antunes e Ridenti (2007) destacam, no entanto, que o Movimento Estudantil, no Brasil, por suas especificidades, teve um calendário político próprio, anterior ao maio de 1968, na França. Os autores apontam os exemplos das greves de metalúrgicos em Osasco (SP) e de Belo Horizonte (MG) como marcas dessas especificidades do movimento no Brasil. A entrada das mulheres nos movimentos contra a ditadura civil militar trazia o paradoxo tanto da luta de classe, quanto das desigualdades baseadas no gênero. Sobre as memórias de mulheres que sofreram torturas no período militar no Brasil, ler Merlini (2010).

⁷⁴ O Feminismo Marxista teve enorme influência sobre esse aspecto, ao enfatizar a centralidade no trabalho feito por mulheres. Essa vertente do Feminismo entende a luta das mulheres a partir da compreensão dos corpos usados para o trabalho, “a procriação, o cuidado e a manutenção da vida, para a produção do prazer alheio, que também compõem a ampla esfera do trabalho na qual está em jogo o que se faz para o outro por necessidade se sobrevivência.” (TIBURI, 2018, p. 12).

para os casos de assassinatos de mulheres, pelo pleno exercício da sexualidade, pelo direito ao aborto, pela construção de creches e, claro, o enfrentamento à violência. Neste processo, criaram associações e instituições de apoio às mulheres, adentraram os espaços da sociedade civil organizada, como sindicatos e cooperativas, reivindicando suas demandas e lutando por espaço próprio. Desse modo, esse período foi marcado pela criação de diversos grupos de mulheres, nos quais “[...] tece-se uma crítica às concepções vigentes de rígida separação das [...] características ‘inerentes’ aos sexos. Trata-se de mostrar que esta discussão não pode ser abstraída do seu contexto histórico liberal.” (BRITO, 2001, p. 291-292).

O Feminismo no Brasil, nessa época, desenvolveu-se em meio ao regime militar e foi limitado pelas condições políticas do País. Assim é que

O regime militar via com grande desconfiança qualquer manifestação de feministas por entendê-las como política e moralmente perigosas. Em 1975, na I Conferência Internacional da Mulher, no México, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou os próximos dez anos como a década da mulher. No Brasil, aconteceu, naquele ano, uma semana de debates sob o título ‘O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira’, com o patrocínio do Centro de Informações da ONU. No mesmo ano, Terezinha Zerbini lançou o Movimento Feminino pela Anistia, que terá papel muito relevante na luta pela anistia, que ocorreu em 1979 (PINTO, 2010, p. 16-17).

A partir de então, o Movimento se espalhou para outras instâncias da sociedade civil organizada, tais como os movimentos comunitários e sindicais, e se consolidou na década seguinte ao adentrar os espaços do estado e dos partidos políticos, mesmo havendo, por vezes, recuos em vez de avanços. O movimento de mulheres das décadas de 1960 e 1970 engendrou um novo desenho de mulheres no Brasil, que foram às ruas, que reivindicaram direitos, que correram atrás da satisfação de suas demandas e que apontaram, por meio de denúncias e manifestações públicas, as assimetrias de gênero e a violência.

Naquela época, o Feminismo vivenciou uma forte articulação com outros movimentos sociais existentes: estudantil, por melhores condições de vida (englobando as manifestações contra a carestia), por creches, água encanada, energia elétrica, transporte e aquelas de cunho mais político, tais como a luta pela anistia a presos políticos, pelo direito à terra, contra o racismo, a discriminação a homossexuais e, claro, contra a ditadura civil-militar⁷⁵.

Assim é que, ao longo desse processo, as mulheres criaram frentes de participação política, entre as quais se destacam as organizações da sociedade civil (sindicatos, movimentos sociais, associações, movimentos populares, entre outros) e os partidos políticos,

⁷⁵ Sobre o tema, ler Pinto (2003), Costa (2005) e Sarti (1988).

por meio dos quais, mais tarde, ocuparam cargos e tiveram mandatos eletivos no Estado, nos poderes Legislativo e Executivo.

A partir da década de 1980, os estudos sobre a condição feminina e sobre a mulher – no singular, e não no plural, como se usa hoje – passaram a ser tratados a partir de uma perspectiva de gênero na Antropologia e na História das Mulheres. Essa década, no Brasil, foi caracterizada pela reconstrução da democracia, que se expressava na reorganização dos partidos, no retorno das eleições em todos os segmentos representativos, nos debates relacionados à construção da Constituição, entre outras questões. Comandado, em sua maioria, por homens, este momento refletiu a inquietação de vários segmentos sociais, entre os quais aqueles engendrados por mulheres, e a pauta passou a girar em torno da questão da Democracia, que se assenta na relação desses movimentos com o Estado, bem como a inserção das suas reivindicações na agenda pública.

Esse período foi representativo no Brasil, haja vista a luta pela redemocratização do país. A articulação de mulheres ficou conhecida como o Lobby do Batom, pela forte atuação das mulheres na Assembleia Nacional Constituinte, na qual o movimento defendeu a cidadania feminina e a implementação de políticas públicas para as mulheres. Assim, devido à pressão, em 1985, o então presidente José Sarney encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei para a criação do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), que passou a ser um órgão de articulação e luta pelas demandas femininas⁷⁶.

No entanto, é necessário afirmar que a democracia brasileira nasceu “torta”, no sentido de ser uma democracia limitada a determinado grupo social, ou seja, aos homens brancos, heterossexuais e de posses. Sobre isso, Ferreira (2004, p. 6) afirma que

[...] a democracia no Brasil, desde os seus primórdios, foi excludente, limitada e redutora e que ainda hoje sobrevive pela legitimação desta exclusão na medida em que limita a participação de cidadãos/ãos a partir de vários artifícios, que vão desde o acesso desigual à educação e aos direitos sociais, até as formas invisíveis de cercear essa participação com a sobrecarga de tarefas domésticas, a dupla e tripla jornada de trabalho que impede as mulheres de integrar-se e interagir no mundo público.

Esse foi, também, o momento de crescimento dos movimentos sociais no Brasil. O movimento feminista se desenvolveu e ganhou força em todo o país, tornando-se mais

⁷⁶ Uma das primeiras ações desenvolvidas pelo CNDM, ainda em 1985, foi o lançamento, em nível nacional, da campanha “Constituinte sem mulher fica pela metade”. Em 1986, o Conselho lança a Carta das Mulheres aos Constituintes. A Carta reivindicava, entre suas demandas, o estabelecimento da revogação de todas as disposições legais discriminatórias, a determinação de que qualquer afronta ao princípio da liberdade fosse considerada crime inafiançável, aceitar sem reserva todas as convenções e tratados internacionais de que o Brasil era signatário, no intuito de eliminar todas as formas de discriminação (BRASIL, 1986).

complexo em termos organizacionais e na diversificação ideológica. De acordo com Rodrigues (2005, p. 2),

No âmbito do Estado, a partir de meados dos anos oitenta, criam-se instâncias no Poder Legislativo e no Poder Executivo para o enfrentamento das desigualdades e discriminações de gênero, mediante a elaboração de legislação e implementação de políticas públicas para mulheres e com perspectiva de gênero. Surgem os Conselhos dos Direitos da Mulher, primeiros mecanismos institucionais em âmbito nacional, estadual e municipal, depois as Secretarias e Coordenadorias da Mulher.

As mulheres, além de público-alvo das políticas públicas, passaram a participar efetivamente da vida social brasileira, mesmo que de forma tímida, com um número de parlamentares ainda reduzido, demonstrando que havia um longo caminho a ser percorrido. Nas universidades, cresceu o número de publicações que tratavam sobre os estudos de gênero. Nos anos de 1990, com a criação de revistas científicas, tais como “Estudos Feministas” (1991) e “Cadernos PAGU” (1992), passou-se a centrar o enfoque nos estudos sobre gênero. No entanto, é importante afirmar que, durante muito tempo, a pesquisa sobre o feminino foi marginalizada no campo acadêmico.

Caracterizada como a Terceira Onda do Feminismo, essa década trouxe como bandeira de luta a ampliação da participação das mulheres no âmbito da política representativa. Em setembro de 1995, foi promulgada a Lei nº 9.100, que estabeleceu as normas para a realização das eleições municipais de 1996 e determinou uma cota mínima de 20% para candidaturas de mulheres (BRASIL, 1995). Em 1997, a Lei nº 9.504 estendeu a medida para os demais cargos eletivos por voto proporcional, isto é, a cota passou a valer também para Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas estaduais e Câmara Distrital e alterou o texto do artigo, assegurando não mais uma cota específica para as mulheres, mas uma cota mínima de 30% e uma cota máxima de 70% para qualquer um dos sexos (BRASIL, 1997).

A partir das eleições de 1996, já obedecendo ao sistema de cotas, e nas campanhas eleitorais de 1998 e 2000, cresceu o número de seminários e encontros com o objetivo de capacitar as mulheres para as disputas eleitorais. Para as eleições de 2000, reuniram-se no Seminário Mulheres na Política – Mulheres no Poder, a Articulação de Mulheres Brasileiras, a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, o Fórum de Mulheres do Distrito Federal. Além desses, outros organismos da sociedade civil organizada lançaram plataformas feministas, a partir de reivindicações e propostas advindas dos diversos movimentos de mulheres (GROSSI; MIGUEL, 2001).

Em meados dos anos de 2000, o Brasil ocupava a 99ª posição entre 189 países com mulheres no Parlamento, abaixo da média nas Américas: 19,5% da presença feminina ocorriam na Câmara, e 17,3%, no Senado. À frente do território brasileiro estavam países da América Latina, como a Argentina e o Peru, que se encontravam entre os 20 primeiros da lista com maior ocupação feminina de cadeiras no Legislativo. Em 2009, o Brasil integrava o grupo daqueles com desempenho considerado entre intermediário e ruim quanto à presença de mulheres no Parlamento: 8,6% na Câmara dos Deputados e 12,3% no Senado Federal (BRASIL, 2015).

De acordo com dados do Supremo Tribunal Eleitoral, em se tratando das Assembleias Legislativas estaduais, as desigualdades permaneceram inalteradas nos anos 2000. Como exemplos, podem-se destacar alguns casos: no Tocantins, das 24 cadeiras existentes, somente três eram ocupadas por mulheres; em Santa Catarina, das 40 cadeiras, apenas três eram ocupadas por mulheres; no Maranhão, das 43 cadeiras, apenas seis eram ocupadas por deputadas, sendo duas do PMDB (Nina Melo e Andréa Murad), uma do PDT (Valéria Macedo), duas do PCdoB (Ana Mendonça e Francisca Primo) e uma do PSL (Graça Paz)⁷⁷. (BRASIL, 2000).

Segundo autores como Araújo (2009), Ferreira (2010, 2012, 2015) e Soares (2016), a sub-representação feminina na política representativa está relacionada a vários fatores, entre os quais o fato de terem menos recursos financeiros que os homens, menos tempo para a dedicação à prática política, menos tempo de vida pública, menos influência política, o que, muitas vezes, fazem-nas preteridas em relação aos homens nas disputas pela direção dos partidos políticos e nas candidaturas; além do fato de enfrentarem a cultura patriarcal de eleitores e eleitoras, em que predomina a visão associativa de homens ao espaço público e de mulheres, ao espaço privado. Ademais, a ausência, a ineficácia e/ou o número insuficiente de equipamentos públicos, como creches e centros de Educação Infantil, assim como a falta de partilha nas tarefas domésticas, reduzem o tempo de dedicação das mulheres à vida pública.

2.3 O MOVIMENTO FEMINISTA NO MARANHÃO

O Maranhão carrega como característica política, desde a colonização, as marcas do mandonismo⁷⁸ e de uma forte presença oligárquica. Em termos políticos, a estrutura

⁷⁷ Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.

⁷⁸ Sobre mandonismo, clientelismo e coronelismo, ler o texto de Carvalho (1997), que faz uma diferenciação entre os três conceitos, destacando que “O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política

oligárquica tem sido uma marca que o define, a partir da hegemonia política exercida por grupos específicos, ao longo do século XX, e que leva como traço o uso patrimonialista do Estado⁷⁹.

No Maranhão, o Feminismo atrelava-se às discussões acerca do sufrágio feminino e pôde ser percebido na imprensa da época. Os jornais da capital, São Luís, mesmo que de forma discreta, destacaram a luta das mulheres, às vezes, em tom de crítica, outras vezes, demonstrando apoio ao Movimento⁸⁰.

A luta feminista no Maranhão no que diz respeito à atuação de mulheres da classe média e alta foi fortemente influenciada pela imprensa, já que as trabalhadoras das classes sociais mais baixas não tinham acesso à leitura e estavam relegadas ao espaço da casa ou do trabalho como engomadeiras, doceiras, costureiras, cozinheiras e, mais tarde, nas fábricas nascentes de Caxias, Codó e São Luís, no final do Oitocentos. Por meio da imprensa, mulheres passaram a manifestar o descontentamento com a ordem social de gênero existente.

tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas. A tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos. A história do mandonismo confunde-se com a história da formação da cidadania”. Para Carvalho (1997, p. 69), o mandonismo “refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas”.

⁷⁹Sobre a oligarquia no Maranhão, Reis (2013, p. 03) afirma que o processo de formação do sistema de dominação política no Estado pode ser dividido em dois períodos distintos: o primeiro tem início na década de 1820 e finda em 1840, apresentando “um extremo fracionamento das facções políticas, expresso nas lutas entre famílias importantes de proprietários rurais das regiões do Itapecuru e da Baixada, economicamente as mais significativas”. Já o segundo período, principia em 1850, quando “iniciou-se uma situação mais clara de definição dos agentes políticos e de afirmação de um padrão de carreira política” (REIS, 2013, p. 49). A oligarquia maranhense inicia ainda no século XIX e perdura durante todo o século XX, de modo especial sob a tutela de Vitorino, entre 1945 a 1965, quando José Sarney assume o governo do Estado. A partir de então, a história política do Maranhão é fortemente marcada pela atuação da família Sarney. Sobre esta família, ler os trabalhos de Costa (2002; 2006) e Guilhon (2007).

⁸⁰ A luta feminista no Maranhão se inicia entre meados do século XIX e início do século XX, a partir de iniciativas isoladas de mulheres (professoras, poetisas) definidas pela imprensa estadual como intelectuais. Nesse período de início da República, o estado representava o que havia de mais atrasado no País. O Maranhão vinha de uma crise econômica muito forte e de uma instabilidade política e social, resultado do mandonismo característico do século XIX, em que o poder era dividido entre grupos políticos denominados de Cabanos (Conservadores) e Bem-te-vis (liberais), que se revezavam no controle da Província, sem beneficiar a população, que vivia em situação de extrema pobreza. Essa realidade foi o principal vetor que fez eclodir, em 1838, um dos mais sangrentos movimentos populares do século XIX no Brasil: a Balaiada. Sanado o movimento – à custa de muito sangue –, o Maranhão termina o Oitocentos em uma situação de penúria, porém com uma intelectualidade farta, capaz de pensar o futuro do estado, tendo como norte as ideias republicanas e positivistas. A República, nesse sentido, poderia ter provocado uma mudança significativa. No entanto, foi absorvida pelos mesmos mandatários, antes adeptos da Monarquia. A fraude eleitoral era a tônica, sendo que os candidatos que faziam oposição precisavam passar por uma “comissão eleitoral”. O Maranhão Republicano, pois, viveria a turbulência política daqueles tempos. Com sua estrutura fundiária, promoveu a “chefes políticos” os grandes proprietários; submeteu os eleitores à coação do “voto de cabresto”; estabeleceu, como regra eleitoral válida, o “voto aberto” em listas, facilitando as fraudes, viciando a escolha (BRANDÃO, 2015, p. 275). É nesse cenário que se processam as manifestações de mulheres maranhenses solicitando o direito ao voto e maior participação nas decisões do Estado.

Na época, a defesa dos direitos da mulher era atravessada pela necessidade de ampliação dos espaços de atuação feminina fora do âmbito doméstico, enfatizando que o lar não era a única esfera de domínio das mulheres (PACHECO, 2012).

Arcelina Mochel⁸¹ (1934, p. 3) demonstra a ideia que alguns pensadores da época já desenvolviam em relação ao papel das mulheres na sociedade maranhense. Segundo a autora,

É preciso persistir em dizer que a mulher não encontra no lar a única esfera de ação. Pela sua independência econômica coloca-se a frente de todas as atividades e penetra nos mais obscuros departamentos da vida. [...]. Terminemos com a prepotência do homem e a inferioridade demasiada da mulher!

Grande parte das publicações femininas do início do século XX no estado refletem as características do que Pinto (2003) denomina de Feminismo bem-comportado, movimento que não rompia com a divisão dos papéis sociais da época. As ideias que vigoravam então eram a da participação feminina, não nas trincheiras da política, mas por meio da educação. Esse pensamento foi destacado em entrevista concedida pela professora Maria Ferreira, de São Luís, ao Jornal “A Mocidade” em 1934:

Sim, a mulher cabe um papel importante na sociedade. Mas, como ella deverá desempenhar este papel? Deverá ir para os campos de lucta, tomando parte em batalhões patrioticos? Ir para os congressos, para as Camaras? Fazer comícios em praças publicas, estimulando o povo a trabalhar pelo interesse da colletividade? Assumir o governo de um Estado, de uma Nação? Tratar da vida política de seu paiz? Não! A tarefa da mulher é mais nobre, mais dignificante e tambem mais ardua. Cabe-lhe o dever da formação do caracter do homem, pois tão sómente ella é quem o ensina a conhecer a justiça, a praticar a caridade e é quem planta na sua alma a semente da fé (FERREIRA, 1934, p. 2).

A escrita de Ferreira (1934) demonstra o impacto das vozes feministas no Brasil e no Maranhão e a visão que a sociedade maranhense, incluindo as mulheres, tinha em relação ao Feminismo e ao sufrágio universal. Parte significativa da população maranhense não via com bons olhos a participação política das mulheres, em especial, sob a alegação dos malefícios que isto poderia acarretar na criação dos filhos. Do mesmo modo, a professora Odila Pinho⁸²,

⁸¹ Feminista, natural de São Luís (MA) em 1918, formada em direito, tirou o primeiro lugar em concurso público para Promotoria, porém, por razões de ordem política, teve seu nome preterido em favor do segundo colocado. Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde incorporou a luta pela emancipação feminina, filiando-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Foi uma das fundadoras do jornal comunista “Momento Feminino”. Elegeram-se vereadora para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 1947. Lutou pela anistia de presos políticos na década de 1940 e foi uma das líderes do Movimento contra a Carestia nos anos 1950 (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000).

⁸² Odila Pinho foi professora normalista do Liceu Maranhense em São Luís, na capital do estado, muito conhecida pela sociedade da época.

em entrevista concedida ao jornalista Carlos Humberto Reis, em 1931, do Jornal “O Tempo”, destacou ser favorável ao voto feminino:

Sou. Porque entendo que a mulher dispõe de todas as faculdades inerentes ao homem, de pensar, de sentir e de agir. E' inegavel que não aplaudo a posição da mulher, nos postos governamentais, mas isto não quer dizer que lhe seja excusado o direito de votar. O voto feminino, pelos moldes por que venha a ser talhado, constituirá, estou certa, uma das bellezas, na implantação do novo curso de idéas, a que o Brasil terá forçosamente de atingir, pela sua grandeza territorial. aliada á evolução de uma perfeita mentalidade, que já se prenuncia, nos nossos futuros horizontes (REIS, 1931, p. 19).

O posicionamento de Odila Pinho também estava presente nos principais jornais da época (A Mocidade, O Tempo, A Rua, A Pacotilha), que exaltavam a emancipação das mulheres por meio da educação e da instrução, mas não concordavam com a ocupação, por parte delas, de cargos de poder. De acordo com Pacheco (2012, p. 254),

No que se refere ao voto feminino, uma das primeiras manifestações neste sentido, ocorreu através da carta de uma leitora ao Jornal A Rua, do dia 11 de maio de 1915, questionando os leitores desse periódico se a mulher já não estaria preparada para adquirir direitos políticos similares aos dos homens.

A sociedade, de modo geral, ainda compreendia a função da mulher associada às atividades do lar, relacionada à educação dos filhos. A mulher atuava como um complemento do homem, sendo a emancipação feminina considerada perniciosa ao futuro da sociedade. Para Gomes de Castro⁸³, (1919, p. 27, grifos nossos),

A atividade, a qualidade masculina, por sua vez, ao contrario do sentimento, o atributo feminino, se especializa, se concentra no mundo, sem abranger o espaço, o seu meio gazoso. Com efeito, o espaço, o grande meio que envolve tudo, a sede abstracta do destino, o objeto do estudo matemático, é inerte.

O argumento utilizado por Gomes de Castro reflete o pensamento que vigorava na época, que apontava a inferioridade feminina e a superioridade masculina, o que tornava as mulheres inaptas para as atividades políticas e as afastava dos espaços públicos. Entre os jornais que circulavam em Caxias no início da década de 1930 está “Voz do Povo”, que, em

⁸³ Promotor, político (Deputado Geral, Senador e Presidente da Província do Maranhão e do Piauí no Império e na República, foi deputado e governador do estado do Maranhão) e escritor brasileiro, nascido em Alcântara, no Maranhão, em 1836. Foi colaborador do jornal “*A Situação*”, ligado ao Partido Conservador. Fundador dos jornais “*O Tempo*” e o “*O Nacional*”. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/infDoc/HistoriaPreservacao/Presidentes/PresImperio.htm>>. Acesso em: 10/01/2019.

seu editorial do dia 04 de abril de 1931, censurou as mudanças ocorridas no comportamento feminino e criticou a mulher moderna:

A mulher moderna é como a borboleta: de cérebro vazio, não pensa senão em cinema, em passeios, em aventuras; não sente senão a sensação, a volúpia do extravagante, do fútil e do ridículo desejo de ser galante através dum artificialismo mascarado e doentio. Não sabe amar senão o batom, o rouge e essa infinidade de cousinhas fúteis que constituem todo o apuro e preocupação da mulher elegante. [...] Na conversação, affecta-se em exhibição de erudição e literatura, recita uma dúzia de frases que traz sempre decoradas, esforçando-se por se fazer passar por espirituosa. [...] Inimiga das obrigações domésticas, prepara-se pela manhã e procura manter [...] o mesmo tom elegante durante o dia, com a especial preocupação de não desalinhar a toilette, conservar a compostura do rosto, manter a mesma linha [...] impecável. São deusas de argila, de rostos pintados e unhas cumpridas a servir de adorno no jardim da nossa curiosidade. É isso apenas a mulher moderna! (PINHO, 1931, p. 2).

Os impactos da urbanização e os novos costumes advindos a partir da industrialização chocaram a sociedade maranhense, tão acostumada com os gestos contidos e os hábitos caseiros das mulheres. O pensamento do colunista aponta para o modo como ele encarava os novos hábitos femininos das classes média e alta: sem responsabilidades nos cuidados com a casa e na educação dos filhos.

Segundo o jornal “Pacotilha”⁸⁴, foi em 1929 que ocorreu, no Maranhão, o primeiro pedido de alistamento eleitoral realizado por uma mulher. A manifestação ocorreu em Barra do Corda e foi realizada por Eulina Queiroz de Almeida à Comarca daquele Município, pedido acatado pelo juiz de Direito.

No manifesto intitulado “Pelo Maranhão feliz: ao eleitorado maranhense”, Soares de Quadros (1934, p. 05), candidato independente nas eleições para deputados à Assembleia Constituinte do estado do Maranhão em 1934, assim se reporta às forças novas que compõem a política maranhense naquele momento: “O meu idealismo presente concretiza-se à presença de forças novas capazes d’uma transformação radical na vida político-administrativa de nossa terra. Essas forças novas são o VOTO FEMININO e a INDEVASSABILIDADE DOS SUFRÁGIOS, garantida pelo Código Eleitoral”.

A fala do candidato revela a importância que foi dada ao voto feminino, já que a participação das mulheres nas eleições, como eleitoras ou candidatas, tenderia a modificar o cenário político da época, pois, pela primeira vez, as demandas femininas poderiam ser apresentadas por uma mulher. Daí as manifestações de organizações como a Liga Eleitoral

⁸⁴ EM TORNO do Feminismo. *Pacotilha*. São Luís. Nº. 218 de 22 de nov. de 1929, p. 01.

Católica e de Soares de Castro, conclamando a participação feminina nas eleições e revelando a sua importância.

Como resultados efetivos dessas mudanças, logo em seguida à promulgação do Novo Código Eleitoral e da Constituição de 1934, na eleição ocorrida em 14 de outubro daquele mesmo ano, elegeram-se, no Maranhão, duas deputadas estaduais, Hildêne Gusmão Castelo Branco, do Partido Republicano, e Zuleide Fernandes Bógea, pertencente aos quadros da União Republicana Maranhense, partidos que, à época, dividiam o poder no estado⁸⁵. A entrada de duas mulheres no Legislativo maranhense logo em seguida à promulgação do voto feminino pode ser considerada uma conquista valiosa, haja vista as estruturas conservadoras que constituem a base da sociedade maranhense⁸⁶. O discurso de ambas era considerado inovador para a época e bem próximo às lutas empreendidas pelo Movimento Feminista do período.

Hildêne Gusmão empreendeu a tentativa de fundar o Partido Feminino Brasileiro em âmbito nacional. Segundo ela, o objetivo do Partido era “[...] o fortalecimento do braço masculino, na obra dos nossos maiores augúrios, sintetizado no dístico de nossa bandeira: ‘Ordem e Progresso’” (MAGALHÃES, 2010, p. 306). A fala da deputada demonstra a filiação do seu discurso à tendência do Feminismo que Pinto (2010) denominou de “Feminismo bem-comportado”, movimento empreendido por mulheres, que se processa no início do século XX, mas que não objetivava romper com a lógica da dominação masculina e com a condição feminina da época. Buscava, apenas, auxiliar os homens na prática dos bons costumes assim considerados pela sociedade. A iniciativa, apesar de progressista para o período, ainda continha fortes traços de conservadorismo, inclusive no próprio seio do Movimento Feminista, que só seriam superados nas décadas seguintes.

Após esse pleito inicial para o Legislativo estadual maranhense, elegeram-se mulheres, no geral, pertencentes à elite do estado e com indicação de familiares, homens, maridos, pais e padrinhos políticos⁸⁷. De 1934 até o pleito atual, o número de mulheres ocupando cadeiras no Legislativo maranhense tem-se ampliado, sendo o pleito compreendido entre 1999 e 2002, o que apresentou a maior presença de mulheres na Assembleia Legislativa do Maranhão, com onze deputadas.

⁸⁵ “O Maranhão é um estado de tradição oligárquica e cadeira cativa na política nacional, mas com uma história de mulheres fortes que se destacaram desde o século XIX por exercerem considerável poder na sociedade [...]” (SCAVONE, 2010). Sobre a participação das mulheres na política maranhense, ler os trabalhos de Ferreira (2007; 2010).

⁸⁶ Sobre grupos políticos e a formação das oligarquias no estado do Maranhão, ler a obra “Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão”, de Flávio Reis (2013).

⁸⁷ Sobre a herança familiar como capital político no Maranhão, ver a obra “Gênero, política e poder – participação das mulheres nos espaços de poder no Norte e Nordeste”, de Ferreira (2012).

No que tange ao Executivo, a primeira prefeita do Maranhão foi eleita no município de São João dos Patos, em 1934. Joana dos Santos Rocha, conhecida como D. Noca, exerceu uma forte influência naquele município por duas décadas. Em 1943, por sua vez, foi nomeada pelo interventor Saturnino Belo, no município de Coelho Neto, a segunda prefeita do estado do Maranhão, Maria Dalva Machado Bacelar, filha de uma das mais tradicionais famílias do interior maranhense, os Bacelar, grandes latifundiários e comerciantes que, até hoje, permanecem na política maranhense. Aqui é possível perceber a interlocução entre as mulheres, a família e a política no Nordeste brasileiro.

Em 1947, Dalva Bacelar foi indicada pelo governador Sebastião Acher da Silva, tornando-se a única deputada constituinte maranhense (FERREIRA, 2010, p. 96). Em uma época em “[...] que moça não saía sozinha”⁸⁸, foi um acontecimento que deve ser analisado de forma a destacar que o Maranhão foi um dos pioneiros na escolha de mulheres para a ocupação de espaços na política representativa.

Como possível reflexo do que ocorria no Brasil, em Caxias, em 1937, elegeu-se a primeira vereadora, a professora Jerônima Medeiros, apoiada pela Liga Eleitoral Católica⁸⁹, órgão que tinha forte participação no processo constituinte da época. Jerônima Medeiros era solteira, irmã de Alexandre Manoel de Medeiros Filho, cuja filha, Maria Luíza Medeiros Pereira, era esposa do intendente Francisco de Brito Pereira, que governou o município entre 1910 e 1912.

O partido ao qual Jerônima Medeiros era filiada, o PSD (Partido Social Democrático), era ligado à Liga Eleitoral Católica, obedecia ao comando do chefe político local, Magalhães de Almeida, que pertencia aos quadros do PSD. Nas eleições de 1937, o PSD indicou ao cargo de prefeito Alcindo Guimarães, que saiu vencedor nas urnas. A entrada de Jerônima Medeiros na disputa eleitoral daquele ano pode ter relação não apenas com o movimento de opinião, que acolhia os avanços da participação feminina na vida pública, mas como membro da Liga Eleitoral Católica. A vereadora pode ter sido usada como meio para que esta

⁸⁸ Entrevista concedida por Dalva Bacelar, ao Blog Portal Cagidas, 27 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://samuelcn.blogspot.com/2012/02/dalva-bacelar-uma-mulher-que-fez.html>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2018.

⁸⁹ Liga Eleitoral Católica – órgão pertencente à igreja Católica, muito atuante nas décadas de 1920 e 1930, tinha como objetivo conter o avanço do Comunismo e articular-se com o mundo político. De acordo com o Monsenhor Joaquim Martins Dourado, autor do folheto *Aos eleitores catholicos*, datado de 1933, a LEC, apesar de negar a fundação de um partido político, tinha como objetivo “trabalhar decididamente, pelo bem da Pátria. [...] regenerar o instituto do voto [...] levar ao Parlamento brasileiro nomes que sejam um penhor da nossa grandeza moral e uma garantia da paz e da estabilidade social”. Mais à frente, Martins Dourado enfatiza a necessidade do alistamento eleitoral feminino das mulheres católicas. Segundo ele: “Se se esquivarem a esse dever, terão o desgosto de assistir à victoria dos dois grandes inimigos da sociedade brasileira: o divorcio e o ensino leigo. Isto é, a dissolução da família e a educação atheista dos filhos.” (DOURADO, 1933, p. 14).

agregação atingisse seus objetivos: buscar o apoio de mulheres para combater os avanços de ideias comunistas que eram combatidas na região naquela época⁹⁰.

Jerônima Medeiros foi eleita em 1937, período em que o Brasil passava por profundas modificações em sua estrutura política, marcada, sobretudo, pela criação da Justiça Eleitoral, e pela instituição do voto feminino e do voto secreto. No Maranhão, no entanto, a estrutura de poder vigente, marcada pelo controle do voto pelos donos de terras e as precárias condições socioeconômicas da população, dificultaram o livre exercício do sufrágio como um direito conquistado (BRANDÃO, 2015).

A legislatura para a qual Jerônima Medeiros foi eleita, em 12 de março de 1937⁹¹, durou até 10 de novembro daquele mesmo ano, já que, com a promulgação da nova Constituição, as câmaras municipais e todo o Legislativo brasileiro foram fechados, e assim permaneceram até 1945, após a morte de Getúlio Vargas e o final do Estado Novo.

Após o curto mandato de Jerônima Medeiros, somente em 1954 foi eleita outra mulher para a Câmara Municipal de Caxias, a professora Silvandira Kós Guimarães, que entrou na política a partir da indicação de Alderico Machado, líder político de Caxias e do município vizinho de Aldeias Altas, e pai do ex-prefeito de Caxias, João Machado⁹². Segundo Antônia Lopes Guimarães Oliveira⁹³, sobrinha da vereadora, “Chegando o dia da posse, Silvandira, juntamente com os demais membros da mesa, fizeram o juramento exigido, como compromisso, achando-se sempre nos trabalhos, de acordo aos projetos ao Município e ao povo em geral”. O pleito no qual exerceu o mandato de vereadora foi de 1955 a 1958. Após essa legislatura, o município teve representantes femininas até o ano de 1976. Depois disso, as mulheres só retornaram à Câmara Municipal de Caxias em 1984.

No decorrer do século XX, as mulheres caxienses encontraram outras frentes de atuação além do Legislativo, sobretudo nos movimentos sociais urbanos ocorridos no final da década de 1950 e ligados ao PCB. Sua principal reivindicação girava em torno da defesa dos direitos trabalhistas, combatendo a jornada de trabalho excessiva, os baixos salários, os frequentes acidentes e a exploração do trabalho infantil, bem como a violência baseada no gênero, violência à qual as operárias eram submetidas (MENDES, 2015, p. 294).

⁹⁰ Jornais como “Voz do povo” e o “Cruzeiro” disseminavam um discurso totalmente contrário às ideias comunistas e enfatizavam a necessidade de combatê-las.

⁹¹ Segundo matéria publicada no Jornal “O Combate”, nº 3.305, edição de 27 de março de 1937, p. 04, São Luís, Maranhão.

⁹² Alderico e João Machado, respectivamente pai e filho, eram representantes do Vitorinismo em Caxias, juntamente com outros chefes locais, no geral fazendeiros, comerciantes e industriais.

⁹³ Antônia Lopes Guimarães Oliveira, Livro D’ouro, 23 de julho de 1977. Caxias, Maranhão.

A partir das ações do PCB em Caxias, foi criada a União Feminina do Bairro Cangalheiro, associação formada por operárias e camponesas que tinha como pauta reivindicatória políticas públicas para a cidade e o enfrentamento da violência à qual as operárias eram submetidas. Posteriormente, a entidade transformou-se em associação beneficente, denominada União Feminina de Assistência Social, perdendo a sua identidade originária (MENDES, 2015). Desse modo,

O PCB local criou ainda uma União Feminina, no Cangalheiro que reivindicava benefícios para o Bairro. Joaquim Teixeira relata, porém, que a entidade foi cooptada pela burguesia na pessoa de Abreu Sobrinho, transformando-se na associação beneficente, denominada União Feminina de Assistência Social. Passou a receber recursos financeiros, mas teve sua função reivindicatória descaracterizada. Outra base de iniciativa feminina foi fundada na Rua Santa Maria pela militante Maria Augusta. Havia também uma célula também no Bairro Ponte. (MENDES, 2015, p. 294).

De acordo com Mendes (2015), o PCB também foi responsável, na década de 1950, por deflagrar a primeira greve de operários em Caxias. Na pauta da greve estavam a defesa de direitos trabalhistas, a luta contra o preconceito racial e a violência contra as mulheres. Ainda na década de 1960, no intuito de lutar contra a Ditadura Civil-Militar⁹⁴, como ocorreu em várias partes do país, foram organizadas diversas formas de manifestação em defesa de direitos básicos como alimentação, saúde, educação, moradia, água encanada e energia elétrica.

Na segunda metade da década de 1970, constituiu-se o movimento de professores da rede municipal de ensino, que lutavam por melhores condições de trabalho e salário. Esse movimento, apesar de não tratar das questões ligadas ao universo feminino e se identificar com os processos relativos ao conflito capital/trabalho, apresentava um marcador de gênero, já que a grande maioria das filiações é, até hoje, constituída por mulheres (SOUSA, 2015). A participação feminina nesses movimentos foi significativa, de modo especial naqueles ligados à luta contra a carestia.

Em 1980, foi criado em Caxias o Núcleo da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, cujo objetivo era fornecer amparo jurídico às ações desenvolvidas pelos filiados e organizar as manifestações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. A primeira

⁹⁴ Em 1966, assumiu a prefeitura de Caxias o Diretor da Junta Militar e chefe do Tiro de Guerra, o Segundo Tenente Reformado Aluísio de Abreu Lobo, com o total apoio dos militares. Foi no governo do “Avante”, em alusão ao *slogan* de sua gestão, que ocorreu, segundo os jornais da época, o crescimento urbano do Município, com abertura, calçamento e asfalto de ruas. Bairros novos foram surgindo. O tenente foi responsável pela usina de asfalto de Caxias, dando à cidade um aspecto de modernidade, com praças, o mercado central, o prédio da prefeitura, o novo prédio da Câmara de Vereadores e os primeiros postos médicos (BRANDÃO, 2015, p. 275).

Diretoria do Núcleo foi composta por quatro mulheres: Teresinha Santos, Luiza Resende, Eulina Moraes e Maria do Espírito Santo. Em 1988, o Núcleo passou a assumir a categoria de Centro de Defesa em Direitos Humanos com a denominação de “Antônio Genésio”, homenagem a um trabalhador rural assassinado em conflitos de terras no Município (SILVA, 2004, p. 234).

Em 1983, foi criada a Associação de Mulheres do Bairro Seriema, cujo objetivo era fazer a articulação do movimento feminista e reivindicar os direitos das mulheres. A Associação ainda existe, cadastrada no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher,⁹⁵ mas perdeu significativamente o sentido inicial⁹⁶.

Por iniciativa do Poder Público Municipal, na primeira gestão de Humberto Coutinho (2005-2008), foi criado o Conselho dos Direitos da Mulher, ligado à secretaria Municipal de Assistência Social⁹⁷. O Conselho, órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, objetivou definir, acompanhar e avaliar as políticas públicas municipais voltadas para o atendimento das demandas das mulheres, sob a perspectiva de gênero, raça e etnia.

Relevante observar que a criação do Conselho da Mulher em Caxias, assim como a implantação da Secretaria da Mulher⁹⁸, em 2008, fez parte de um conjunto de ações que ocorreram, no Brasil, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, quando houve um substancial investimento em políticas para as mulheres, com o incentivo à criação de conselhos e organismos de políticas para as mulheres em níveis estadual e municipal. As ações que ocorreram naquele período no Município, refletem, portanto, o momento vivido no País, com o incentivo à criação e/ou ampliação dos organismos de defesa e atendimento às mulheres.

Observa-se que, para a criação de ambos os órgãos, não houve uma participação popular ampla. O que ocorreu foi uma intervenção do ponto de vista do Estado, representado pela Prefeitura Municipal de Caxias, que se inseriu na lógica maior do desenvolvimento das políticas para as mulheres no Brasil.

Desse modo, a partir das reflexões realizadas no capítulo, fica assinalado que o Movimento Feminista, observado em toda sua pluralidade de configurações, matizes,

⁹⁵ Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, lista de instituições cadastradas no CMDM (Prefeitura Municipal de Caxias/Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres/Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (Documentos Internos).

⁹⁶ A Entidade informou que toda documentação inicial foi perdida ao longo do tempo, incluindo registro de fundação, fotografias, informes.

⁹⁷ Em 2008, com a criação da Secretaria Municipal da Mulher, o CMDM passou a fazer parte da sua estrutura, deixando de estar ligado à Secretaria Municipal de Assistência Social.

⁹⁸ O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Caxias foi criado a partir da Lei Municipal nº 1.658, de 10 de maio de 2007, e a Secretaria Municipal da Mulher, a partir da Lei Municipal nº 1.745, de 23 de dezembro de 2008, ambos na administração de Humberto Coutinho.

compassos e articulações, é caracterizado por diferenças em termos de organização e bandeiras de luta, já que se organizou a partir de variados grupos de mulheres em diferentes épocas. No Maranhão e, de modo mais específico em Caxias, observa-se que, ao longo do século XX, os espaços de atuação das mulheres foram expandidos, tanto no que se refere à órbita do estado, como no seio da sociedade civil organizada, o que contribuiu para a maior participação das mulheres. No entanto, ao longo do processo, as manifestações femininas reafirmaram, por vezes, certa condição de subalternidade no modelo de sociedade em que estavam inseridas, representando, não exatamente, os interesses das mulheres, mas os dos grupos políticos aos quais estavam associadas e, quando da organização de entidades femininas, sendo cooptadas por grupos políticos locais.

Desse modo, após fazer a reflexão acerca das lutas organizadas pelas mulheres ao longo da história, as diversas agendas do movimento e as conquistas empreendidas nos campos dos direitos civis, políticos e sociais, cabe perceber como as mulheres têm ampliado a participação nos espaços de poder e garantido seu lugar de fala⁹⁹ e como são inseridas na política representativa no Brasil. A ampliação dessa participação e poder de fala das mulheres será analisado nos capítulos seguintes.

Tendo como parâmetro que a presente pesquisa trata sobre a agenda política do movimento feminista, o próximo capítulo faz uma análise sobre a participação política das mulheres no campo da política representativa, compreendendo-as como figuras públicas, inseridas nas disputas locais e o emaranhado de relações que é preciso manter para se lançarem como candidatas. Afora isto, faz-se um estudo sobre como se processa o recrutamento eleitoral no Brasil e as alianças partidárias com vistas ao sucesso nas eleições municipais.

⁹⁹ Segundo Ribeiro (2017, p. 64), o conceito de lugar de fala diz respeito não ao fato de apenas mulheres falarem sobre mulheres, ou somente negros falarem sobre negros, mas ao processo de refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes que são consequências diretas das hierarquias sociais existentes.

3 AS MULHERES E A POLÍTICA: USOS E (DES)USOS DOS MECANISMOS TRADICIONAIS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO LEGISLATIVO MUNICIPAL MARANHENSE

Após o longo trajeto percorrido pelas mulheres desde o século XVII na busca por direitos civis, sociais e políticos, é necessário analisar como as conquistas empreendidas por elas se encaixam em uma estrutura política cujas bases se assentam na denominada democracia representativa¹⁰⁰. A literatura aponta que a conquista do voto e o estatuto de cidadania, bem como a garantia de um percentual mínimo de candidaturas por sexo nas eleições proporcionais, por si só, não têm garantido a representação¹⁰¹ igualitária entre homens e mulheres na política eletiva no Brasil¹⁰². Desse modo, é preciso levar em consideração que, assim como os homens, as mulheres, ao tentar adentrar o espaço da política, “conciliem as variadas conexões das arenas em que se inserem e as expectativas ou demandas das suas diferentes bases de apoio”¹⁰³ (SAWICKI, 1999, p. 30, tradução nossa)¹⁰⁴.

¹⁰⁰ Nesse sentido, deve-se compreender que, no Brasil, “O sistema democrático representativo se legitima pelo consenso de eleições livres e do sufrágio universal, sendo os atores principais nesse sistema os partidos políticos e os cidadãos e cidadãs que participam, seja com o direito a se elegerem, seja com o direito a elegerem outrem para um determinado cargo político em um período específico. O sistema eleitoral, que dita as regras do escrutínio, e o sistema partidário, que expressa a organização dos/as cidadãos/ãs para a conquista de cargos eleitorais, constituem as instituições mais importantes para o desempenho da participação via representação política”. (ÁLVARES, 2008, p. 896).

¹⁰¹ De acordo com Ribeiro (2002, p. 30-31), representação possui o “[...] sentido básico de tornar presente o ausente. [...] quando votamos, é como se nomeássemos procuradores, que decidirão por nós: estaremos vinculados pelos atos que eles praticarem”, porém existem muitas críticas ao uso do termo, já que em variados contextos, ele pode assumir características diferentes. De acordo com Antonio Carlos Alkmim (2013), existem cinco modelos de representação: 1. *autorizativo* – baseada na ideia de poder absoluto, onde o representante está acima de tudo e de todos; 2. *liberal* – em que o contrato consentido torna o representante fiel aos representados em seus direitos a propriedade, liberdade e igualdade em sintonia com a sua condição natural; 3. *crítico* - Negativa da representação. [...] as eleições denotam uma correlação de forças na sociedade como um todo, uma sociedade dividida em classes; 4. *identidade* - Visão da representação como retrato, miniatura, mapa, espelho, amostra da população, quanto aos seus atributos sociais, demográficos, segmentos de opinião. Defesa de representação das minorias e, por último; 5. *processual* - ênfase na representação como processo substantivo, sendo necessários a definição e o aprofundamento do papel dos representados e dos representantes, através da institucionalização, sendo igualmente importante o estabelecimento de mecanismos de responsabilização dos atores políticos em suas diferentes funções”. (Antonio Carlos Alkmim, 2013, p. 69-70). (Grifo nosso). Na presente pesquisa se utiliza a ideia de representação enquanto fator que tem impedido um número maior de mulheres ocupando cargos na política. A ideia de que um maior número de mulheres no exercício do poder, garantiria uma maior visibilidade deste segmento da população brasileira, sem, no entanto, esquecer, que a representação, por si só, não garante o fim das desigualdades existentes entre homens e mulheres.

¹⁰² De acordo com Teixeira et al. (2012, p. 140) “Mesmo com a Constituição de 1988 tendo assegurado a participação política feminina como eleitora e elegível, isso não garantiu o maior percentual de mulheres nas esferas de poder decisório político (esferas deliberativas)”. A afirmativa corrobora as pesquisas de Costa (1998) e Álvares (2012; 2014).

¹⁰³ No original: “concilier les diverses connexions des espaces dans lesquels elles opèrent et les attentes ou les exigences de leurs différentes bases de soutien” (SAWICKI, 2005, p. 30).

¹⁰⁴ Ao fazer a comparação entre a sociologia política francesa e a norte-americana, Frédéric Sawicki afirma que “esses estudos levam à descoberta de uma cegueira cruzada e convida cientistas políticos franceses a dar mais destaque à arena parlamentar, às relações entre os políticos e grupos de interesse, o exercício prático da profissão política e a sociologia dos círculos profissionais” (SAWICKI, 2005, p. 30).

Depois de inúmeras conquistas, incluindo uma maior participação na esfera pública¹⁰⁵, faz-se necessário compreender os mecanismos utilizados pelas mulheres para o ingresso na política representativa, antes uma seara eminentemente masculina. Nesse sentido, buscou-se analisar a relação entre o poder local e a participação feminina nas eleições municipais, percebendo o envolvimento das mulheres na política brasileira.

Além disso, há ainda que se considerar o sistema eleitoral brasileiro, baseado em modelo majoritário e proporcional, adotado pela Constituição brasileira de 1988. O primeiro tem por base o fato de que a candidatura eleita é aquela que obtém o maior número de votos, valendo para o executivo das três esferas de governo e o senado federal. Já o segundo estrutura-se na lógica da proporcionalidade para a composição das assembleias legislativas e das câmaras municipais, definido pelas regras estabelecidas pelo Código Eleitoral Brasileiro de 1965¹⁰⁶.

A presente pesquisa tem como principal período de análise os anos de 1992 a 2016, e essa escolha se justifica pelo fato de os pleitos posteriores à eleição de 1992 terem sido influenciados pela Lei nº 9.100 de 1995¹⁰⁷, que estabelece normas para as eleições de 1996. Os pleitos de 1997 em diante foram, também, afetados pelas alterações ocorridas nas disputas eleitorais a partir da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições seguintes, e pela Lei 12.034, de 2007, que altera o Código Eleitoral, conforme já mencionado anteriormente.

No entanto, é necessário fazer um recuo temporal, no intuito de realizar uma breve análise da história do poder local no Brasil, de modo especial, sobre as câmaras municipais, um dos principais mecanismos de poder nos municípios brasileiros. Para isso, recorreu-se a

¹⁰⁵ Para Perrot (1998, p. 7-8), a esfera pública, por oposição à esfera privada, designa o conjunto jurídico ou consuetudinário dos direitos e dos deveres que delineiam uma cidadania, mas, também, os laços que tecem e que fazem a opinião pública. Mais concreto e material, o “espaço público”, amplamente equivalente à cidade, é um espaço sexuado em que os homens e as mulheres se encontram, se evitam ou se procuram. As relações entre eles estão no centro da intriga, mesmo quando se trata principalmente, como aqui, das mulheres, pois só a partir dessa dualidade se pode entender o lugar delas, nessa relação dinâmica, amorosa ou indiferente, desejante ou conflituosa. O espaço ao mesmo tempo a regula e a exprime, a torna visível.

¹⁰⁶ A Lei nº 4737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral afirma, no artigo 83, que “Na eleição direta para o Senado Federal, para Prefeito e Vice-Prefeito, adotar-se-á o princípio majoritário” (Redação dada pela Lei nº 6.534, de vinte e seis de maio de 1978); e, no artigo 84, que “A eleição para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, obedecerá ao princípio da representação proporcional na forma desta lei”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4737.htm. Acesso em: 12 de julho de 2018.

¹⁰⁷ A Lei nº 9.100/1995 estabelece, em seu § 3º, que “Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres”. Já a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, em seu artigo 10, parágrafo 3º, estabelece a ampliação das cotas por sexo para o mínimo de 30% e máximo de 70% das candidaturas para ambos os sexos e para cargos nas Câmaras dos Deputados, Câmaras Legislativas, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. A Lei nº 12.034, de 2007, estabelece, no parágrafo 3º do artigo 10 da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), que “cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo”.

uma revisão de literatura, da qual fazem parte obras da História, da Sociologia, da Antropologia da Política e da Ciência Política, resultado de trabalhos recentes que abordam temas correlatos aos aqui discutidos, oriundos, em sua maioria, de publicações no Brasil. Também se utilizaram obras de autores renomados no campo da História e da Ciência Política francesa. A pesquisa baseia-se, ainda, em dados oriundos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE – MA) e da Câmara Municipal de Caxias.

Para o desenvolvimento do trabalho, fez-se ainda uma análise dos mecanismos de transmissão e apropriação dos capitais simbólico, político¹⁰⁸ e financeiro, utilizados por agentes políticos como estratégias para as eleições municipais no Maranhão. Essa discussão dialoga com a ideia de constituição e renovação das elites políticas, já que em sociedade de democracia representativa, as elites ostentam uma parcela de poder que quase sempre lhe é adjudicada por outros sujeitos através do voto.¹⁰⁹

A elite aqui analisada compreende o grupo de indivíduos que fazem parte do Legislativo em âmbitos estadual e municipal e que, portanto, ocupam posições formais nos espaços de poder e decisão, o que corrobora com a visão de Perissinotto e Codato (2015)¹¹⁰, de que os membros de uma elite são definidos pela importância atribuída àquele grupo que ocupa posições de destaque nas organizações da sociedade. Uma característica analisada dos integrantes deste grupo é que somente eles se constituem como detentores do poder político, pois possuem mandato eletivo para o exercício do poder e são considerados importantes para uma determinada sociedade (COSTA; BUTURRE; LOPES, 2015).

Trata-se, então, de analisar a participação feminina nas últimas eleições municipais e estaduais no Brasil e no Maranhão, de modo mais específico, compreendendo o legislativo como:

[...] um campo de poder produtor de leis e normas determinantes de modos de viver, comportamentos e ações públicas que garantem mudanças ou não nos modelos

¹⁰⁸ Utiliza-se, aqui, a ideia de capital político desenvolvido por Pierre Bourdieu (2007, p. 190), para quem o capital pessoal por notoriedade, o capital delegado e o capital pessoal heroico se constituem nas “forças de mobilização que [a pessoa, o indicado, o herdeiro] detém quer a título pessoal, quer por delegação”.

¹⁰⁹ “A eleição cria distinções. Se escolho, pelo voto, quem vai ocupar um cargo permanente – ou exercer um encargo temporário –, minha escolha se pauta na qualidade. Procuro eleger quem acho melhor. Mas o lugar do melhor é na aristocracia! A democracia é um regime de iguais. Portanto, todos podem exercer qualquer função”. (RIBEIRO, 2002, p. 11). Eis a grande contradição do regime democrático: escolhe-se, por meio de eleições para cargos públicos, os melhores, criando, portanto, uma elite política, uma aristocracia.

¹¹⁰ Para Mills (1956), citado por Perissinotto e Codato (2015, p. 20-22), os agentes da elite são aqueles que “ocupam as posições estratégicas de comando da estrutura social”. Essas posições são estratégicas porque controlam “as principais hierarquias e organizações da sociedade moderna”, quais sejam, o aparato estatal, as forças armadas e as grandes empresas capitalistas.

estabelecidos. É também responsabilidade do legislativo garantir os anseios da população através da formulação de leis e controle das ações do executivo, assegurando recursos para implementação de políticas públicas de forma a viabilizar solução de problemas e medidas capazes de superar os dilemas da sociedade. Nesse espaço de poder os embates políticos se dão através de articulações partidárias que envolvem diferentes interesses, nem sempre explícitos (FERREIRA, 2010, p. 12).

No Brasil, a participação política nos municípios vincula-se muito mais às articulações em nível estadual e ao poder local de famílias e lideranças políticas do que por clivagens a nível federal ou às orientações político-ideológicas ligadas à fidelidade partidária, segundo Carneiro e Almeida (2008). Isso contribuiu para a existência de um multipartidarismo extremamente fragmentado.

Por outro viés, as análises realizadas por Miguel (2003) e Kerbauy (2005) sobre as Câmaras Municipais apontam a ideia de que estas são uma espécie de “*minor league*”¹¹¹ na política representativa, sendo apenas uma porta de entrada para outras posições de maior envergadura na arena política em termos estaduais e federais. No caso de Caxias, no entanto, essa realidade carece de maiores estudos, já que, desde o Império até a República, o número de vereadores que assumiram cargos eletivos de maior competência não foi representativo: apenas quinze exerceram funções como prefeito, deputado estadual ou federal¹¹², e nenhuma das vereadoras caxienses ocupou outros cargos eletivos. Outro dado relevante em relação aos legislativos municipais é a predominância do sexo masculino em detrimento do feminino, embora o número do eleitorado brasileiro indique um percentual maior de mulheres¹¹³. Os estudos de Miguel (2003), Silva (2004), Kerbauy (2005) e Ferreira (2012) têm apontado que o número de homens no Legislativo municipal brasileiro é maior do que o número de mulheres, apesar de o número de eleitoras ser maior do que de eleitores.

¹¹¹ Em tradução livre, seria o equivalente a liga menor ou de acesso a outras posições político-partidárias.

¹¹² Na história da Câmara Municipal de Caxias, os vereadores que exerceram mandatos em outras esferas da política representativa foram, até o momento, os seguintes: João Paulo Dias Carneiro (Legislatura 1818-1820) foi vice-presidente da província do Maranhão e a representou na Câmara de Deputados do Império; Libânio da Costa Lobo, deputado estadual; Francisco Dias Carneiro, prefeito de Caxias; Cristino Cruz, deputado federal (1892); Aniceto de Almeida Cruz, prefeito de Caxias; Alderico Novais Machado, deputado estadual e vice-presidente da Assembleia; Luís Gonzaga Abreu Sobrinho, deputado estadual na década de 1940, prefeito do município de Governador Eugênio Barros (1963-1967); José Gentil Frazão Rosa, deputado estadual; Marcelo Thadeu de Assunção, deputado estadual por dois mandatos e prefeito de Caxias; Ezíquio Barros Filho, prefeito de Caxias; Humberto Ivar Araújo Coutinho (1989-1992), deputado estadual por três mandatos e presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão por duas vezes; Ivan Santos Magalhães, prefeito do município de São João do Sóter; Ferdinando Araújo Coutinho, prefeito do município de Matões; Fauze Elouf Simão Júnior, prefeito interino de Caxias; Fábio José Gentil Pereira Rosa, prefeito de Caxias.

¹¹³ Para Kerbauy (2005, p. 340), “Uma característica marcante das câmaras municipais brasileiras é sua composição predominantemente masculina, repetindo o que se verifica nos legislativos estadual e federal, embora o contingente de eleitores do sexo feminino seja maior do que o de eleitores do sexo masculino, para todo o período apresentado [de 1996 a 2004]”. Já Bohn (2009, p. 66) afirma que “o legislativo municipal representa o primeiro passo na escada de ambição política da maior parte dos indivíduos interessados em perseguir uma carreira política e uma grande oportunidade para grupos sociais tradicionalmente sub-representados na arena política”.

Por outro lado, os estudos referentes às campanhas eleitorais de mulheres indicam certas singularidades no modo feminino de *fazer política*, independente da filiação partidária, destacando-se a participação em determinadas comissões ou secretarias atreladas à ótica do cuidado¹¹⁴. Neste sentido, Miguel (2001) e Avelar (2001) destacam quais seriam os diferenciais da participação feminina na política. O primeiro enfatiza que, sob o nome de “política do desvelo” (p. 259), do inglês *care politics*, algumas estudiosas indicam que as mulheres apresentam certa singularidade ao adentrarem a esfera política, mantendo uma proximidade com uma plataforma baseada no cuidado e na defesa de políticas como saúde, educação, meio ambiente, entre outras, o que contribuiria para o arrefecimento da agressividade presente na política, que é vista como uma característica masculina. Já Avelar (2001) assinala que as mulheres costumeiramente dão mais atenção e prioridade às políticas relacionadas aos direitos das mulheres e às políticas públicas direcionadas às crianças, à saúde e à reprodução¹¹⁵.

Desse modo, compreender como se processa a participação feminina na política representativa é um viés relevante para o entendimento do próprio fazer política em âmbito local e da articulação deste com outras esferas políticas em âmbito estadual e federal, bem como para o indicativo de permanências e rupturas nas carreiras políticas dos sujeitos que ocupam espaços no legislativo.

3.1 PODER LOCAL: MULHERES E HOMENS COMO AGENTES POLÍTICOS

Ao se pensar os municípios, faz-se necessária a análise das câmaras locais. Avaliando o caráter das sete Constituições brasileiras, constata-se que quatro delas foram promulgadas por assembleias constituintes, duas das quais fixadas pelo Executivo (uma por D. Pedro I, em 1824, e outra por Getúlio Vargas, em 1937), e uma foi aprovada pelo Congresso Nacional no período ditatorial civil-militar na década de 1960. Há uma prevalência nos textos constitucionais de uma alternância entre regimes mais fechados e mais democráticos, refletindo a conjuntura de cada época não apenas do Brasil, mas também do cenário internacional. Em todos os textos constitucionais, o Poder Legislativo local foi, de alguma forma, afetado, contribuindo para uma política mais ou menos participativa.

¹¹⁴ Para a análise da participação feminina, fez-se uso dos trabalhos de Guionnet (2002) e Achin (2005).

¹¹⁵ Ao analisar a participação das duas deputadas oriundas de Caxias, tanto na esfera federal quanto na estadual, Márcia Marinho e Cleide Coutinho, respectivamente, observa-se a conformidade da afirmativa. Márcia Marinho, como deputada federal pelo Partido Social Cristão (PSC), entre 1995 a 1998, integrou a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, Comissão de Educação, Cultura e Desporto e a Comissão de Seguridade Social e Família.

A chamada Constituição Cidadã de 1988, sob influência dos movimentos sociais, recebeu, em seu texto, um caráter inovador no que se refere aos municípios, ao reconhecê-los como entes federados ao lado da União e dos estados, além de lhes garantir, como entidades político-administrativas, detentoras de um legítimo poder estatal, a autonomia política, administrativa e financeira, respeitando os limites de seus territórios (KERBAUY, 2005).

Segundo Guerzoni Filho (2008, p. 01), “Nesse quadro, o Poder Legislativo municipal não poderia ser excluído e as Câmaras de Vereadores, de fato, passaram a gozar de ampla autonomia, como um autêntico Poder”. A Constituição de 1988 instituiu que o poder Legislativo nos municípios seria exercido pela Câmara de Vereadores, com número de legisladores definidos em Lei Orgânica, obedecendo ao máximo a partir do quantitativo de habitantes existente no território do município¹¹⁶. A ela cabia o direito de legislar sobre seus próprios vencimentos e cargos em comissão.

Os legislativos municipais pós Constituição de 1988 passaram a ter uma atuação mais próxima do eleitorado, o que os tornaram atrativos para aquelas pessoas que almejavam fazer parte do poder local ou, ainda, que desejavam galgar espaços maiores na política representativa. A institucionalização do modelo proporcional das eleições aos legislativos estaduais e municipais no Brasil, a partir da Constituição de 1988, também foi um vetor importante na condução da política local. O atual padrão das eleições indica a formação de coligações que permitem alianças temporárias entre partidos políticos com ideais antagônicos com o objetivo de conseguir cadeiras nas câmaras municipais e assembleias legislativas (KERBAUY, 2005).

Esse modelo causou certa distorção no comportamento legislativo no Brasil. Assim como no caso das casas legislativas estaduais, nos municípios predomina a propensão dos vereadores de seguirem as determinações das lideranças partidárias e do executivo local. O modelo de lista aberta¹¹⁷, que existe em nosso sistema eleitoral, permite ao eleitorado escolher candidatos e não apenas os partidos aos quais as candidaturas estão vinculadas (KERBAUY; DIAS, 2017; SANTOS, 1997).

¹¹⁶ Alicerçada no Art. 29 da Constituição Federal e na Emenda nº 58, de 2009, que define, no seu inciso IV, um número máximo de vereadores conforme o número de habitantes do município, a Lei Orgânica do Município de Caxias determina a existência de 19 cadeiras no legislativo municipal, já que, pelo último censo, o Município possui 155.129 habitantes (IBGE, 2010).

¹¹⁷ O Sistema eleitoral proporcional de lista aberta corresponde àquele em que os eleitores votam em um ou mais candidatos para cada vaga. Ao final da eleição, a lista com os candidatos mais votados por partido e a quantidade total de votos recebidos por partido – que corresponde aos votos dados aos candidatos de cada partido – são contabilizados. O total de vagas disponíveis é, então, dividido proporcionalmente ao quantitativo de votos recebido por cada partido. Através desse sistema, é definida a quantidade de vagas pertencente a cada partido. A partir dessa quantidade de vagas, são considerados eleitos os candidatos por partido, obedecendo à ordem de quantidade de votos obtidos na eleição.

É necessário pensar o papel exercido pelos gestores municipais no controle do processo eleitoral, pois é comum nos municípios a atuação dos (as) prefeitos(as) na definição das campanhas eleitorais, no comando da atuação dos chamados “cabos eleitorais” e no uso da *patronagem*¹¹⁸. Isso ocorre pelo fato do montante de recursos controlado por eles contribuir para que vereadores e vereadoras aprovelem projetos encaminhados pelo Executivo no intuito de garantir benesses para si mesmos e para suas bases eleitorais, independente da vinculação partidária e ideológica (KERBAUY, 2005; SANTOS, 1997). De acordo com KERBAUY (2005, p. 67),

Ao contrário do que mostram os estudos feitos para as esferas federal e estadual, indicando a recuperação da importância dos partidos, as pesquisas realizadas na esfera local apontam para o desprestígio da função da coordenação exercida pelos partidos, ao mesmo tempo em que se ressalta a atuação do prefeito como o maior detentor do processo legislativo, ao tomar a iniciativa de projetos de leis, sendo o responsável por individualizar a negociação política e desconsiderar totalmente o papel da organização partidária.

O Legislativo municipal constitui-se, então, em espaço de troca de favores não apenas durante os processos eleitorais, mas no decorrer dos mandatos, distribuindo benefícios com o objetivo de angariar votos para os(as) vereadores(as) e seus aliados(as). Desse modo, “o poder local é mais suscetível a cair nas mãos de interesses particulares transformando-se em domínios de tiranetes locais” (SOUZA, 2004, p. 03). Como, no geral, no Brasil, as carreiras parlamentares se iniciam em âmbito local, a partir das câmaras municipais e, depois delas, se expandem para outras casas legislativas em nível estadual ou federal, ou, ainda, para espaços do Executivo, o legislativo municipal é um ponto chave na engrenagem da política brasileira, sendo um suporte para as práticas patrimonialistas que ocorrem em todos os espaços da política nacional.

¹¹⁸ De acordo com Weingrod (1977, p. 324), “a patronagem em sentido antropológico tem um significado especial ou técnico: é usado para designar um tipo particular de relação interpessoal, [...] é a análise de como pessoas de autoridade desigual, ainda ligadas por laços de interesse e amizade, manipulam suas relações para atingir seus objetivos”. Do ponto de vista da ciência política, a patronagem envolve as relações em que partidos políticos e políticos, eleitos ou não, utilizam a máquina do Estado para favorecer os correligionários, distribuindo favores como empregos ou favorecimento em troca de apoio político. Já o conceito de clientelismo significa, na visão de Graziano (1983) e Simmel (1971), uma relação diádica, isto é, que envolve elementos que atuam de maneira intercambiante, dos quais se destacam: a) assimétrica, entre atores (ou grupos) que controlam recursos desiguais; b) particularista, privada e que presume envolvimento afetivo (troca, conflito, dominação e substituição), e c) onde os atores retiram benesses mútuas.

3.2 RECRUTAMENTO FEMININO PARA A DISPUTA ELEITORAL AO LEGISLATIVO MUNICIPAL NO MARANHÃO

Após conquistarem os direitos políticos ao longo do século XX, tornando-se aptas não apenas a votarem, mas também a serem candidatas, as mulheres têm enfrentado dificuldades em relação aos homens na disputa eleitoral. Não possuem uma história política consolidada para apresentar ao eleitorado, dispõem de poucos recursos financeiros para utilizar em campanhas, têm pouco tempo disponível para se dedicar à política, possuem menos influência política e, muitas vezes, são preteridas em relação aos homens nos partidos políticos. Enfrentam, ainda, a cultura patriarcal de eleitores(as), em que predomina a visão que associa os homens ao espaço público, e as mulheres, ao espaço privado, além da violência baseada no gênero, forte mecanismo de distanciamento das mulheres da vida pública (COSTA, 2012).

Nesse sentido, o conceito de “cultura política” se constitui em um instrumental necessário à compreensão das estratégias utilizadas pelos agentes na reprodução do capital político e simbólico utilizado nas campanhas eleitorais, já “[...] que permite estabelecer uma ponte entre os sistemas políticos propriamente ditos e os aspectos culturais e imaginários de uma sociedade, seus rituais, práticas, discursos e representações políticas.” (BARROS, 2011, p. 45)¹¹⁹.

As transformações de ordem cultural e social ocorridas na sociedade brasileira nas últimas décadas têm interferido no imaginário do eleitorado. Isso tem contribuído para a eleição de determinados agentes que possuem perfil condizente com o que a sociedade aspira para a ocupação dos cargos eletivos. Aqueles que se tornam os legítimos representantes do povo nas casas legislativas e nos Executivos municipal, estadual e federal.

A própria Legislação eleitoral tem, em certa medida, acompanhado esse processo, ao sinalizar avanços no que diz respeito à maior participação das mulheres no Legislativo. É evidente que os ganhos até agora alcançados advêm fortemente das lutas empreendidas pelas mulheres brasileiras ao longo de todo o século XX e que culminam, na atualidade, com uma lei que estipula cotas por sexo para a disputa eleitoral no sistema proporcional¹²⁰.

¹¹⁹ Para Berstein (1998, p. 352-353), tal como surge aos olhos dos historiadores, a noção de cultura política está, pois, estritamente ligada à cultura global de uma sociedade, sem, todavia, se confundir totalmente com ela, porque o seu campo de aplicação incide exclusivamente sobre o político. Não poderia, pois, haver antinomia, uma vez que a cultura política, como a própria cultura, se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro.

¹²⁰ Segundo Martelotte (2016a, p. 92), “As leis de cotas por gênero aos legislativos são ferramentas de ação afirmativa centradas no poder Legislativo e cujo principal objetivo é corrigir a sub-representação feminina na arena política e assegurar o cumprimento efetivo dos direitos políticos das mulheres”.

Relevante destacar que a concepção contemporânea do sistema de cotas baseia-se, sobretudo, na ótica dos Direitos Humanos, em que se defende que grupos específicos, como negros, crianças e mulheres, possuem especificidades próprias. A ideia de universalidade prevista pela aceção de direitos humanos é um importante fator que influenciou para a formação de um sistema de proteção que envolve todos os indivíduos sob a perspectiva de que os direitos das pessoas são inalienáveis, imprescritíveis e indivisíveis.

As cotas por sexo para o legislativo, assim como as cotas raciais, fazem parte de um mesmo processo que visa, através de medidas concretas e provisórias, reparar o passado de desigualdade, com o objetivo de remediar a situação de discriminação a partir de políticas que busquem a igualdade substantiva dos grupos que vivem em situação de vulnerabilidade e risco social¹²¹. Como política de ação afirmativa, que visa reparar a situação assimétrica de homens e mulheres na vida pública, as cotas por sexo para o legislativo, “Num primeiro momento, são medidas compensatórias que possibilitam que mais mulheres ocupem espaços. Num segundo, são medidas distributivas que buscam assegurar a igualdade entre homens e mulheres” (PIOVESAN, 2005, p. 169).

De acordo com Santos, Paula e Seabra (2012, p. 287), as cotas “[...] foram incorporadas e efetivadas nesses sistemas pelo comprometimento dos partidos com essas medidas, além da pressão organizada das mulheres e da sua capacidade de interferir na construção das políticas de recrutamento e investimento eleitoral”. São subjacentes a essa realidade duas situações específicas: uma é a resistência à participação feminina que existe dentro dos próprios partidos políticos, e a outra é a crença que afeta as próprias mulheres de que o campo político é um lugar masculino e não delas. No entanto, focar a pouca participação das mulheres na política representativa apenas tendo como base o machismo, tanto dos partidos políticos como da própria sociedade, não responde na totalidade ao que acontece no Brasil.

Desse modo, é imperativo analisar a participação feminina na política representativa pós cotas por sexo no Brasil também a partir dos mecanismos de recrutamento e do modelo do sistema eleitoral e político do País¹²², bem como fundamentado na própria gramática de

¹²¹ Para Flávia Piovesan (2005, p. 40) “As ações afirmativas, enquanto políticas compensatórias adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado discriminatório, cumprem uma finalidade pública decisiva para o projeto democrático, que é a de assegurar a diversidade e a pluralidade social. Constituem medidas concretas que viabilizam o direito à igualdade, com a crença de que a igualdade deve se moldar no respeito à diferença e à diversidade”.

¹²² De acordo com Clara Araújo (2007, p. 538) “É praticamente um consenso que os sistemas proporcionais tendem a facilitar mais as eleições femininas, seguidos dos sistemas mistos e, por último, dos sistemas majoritários. [...]. Embora não exista consenso acerca de como a natureza do sistema partidário afetaria a eleição de mulheres, há certa tendência a se considerar que os sistemas pluripartidários que não contam apenas com dois

funcionamento da política nacional. Entende-se, portanto, que o recrutamento feminino e os resultados das eleições encontram-se alicerçados em múltiplos fatores.

Enquanto o movimento sufragista do final do século XIX exigia o direito ao voto para as mulheres, a Lei de Cotas afirma a necessidade da representação feminina na política representativa, centrando-se na real possibilidade de as mulheres serem eleitas, preferencialmente de forma paritária em relação aos homens. O primeiro formato da legislação previa a reserva de 20% das vagas para candidaturas de cada sexo e foi sancionada no ano de 1992. Essa legislação foi alterada pela Lei nº 9.504/1997, que definiu a obrigatoriedade da reserva de, no mínimo, 30% (trinta por cento) e, no máximo, 70% (setenta por cento) das vagas para candidaturas de cada sexo.

Em 2009, ocorreu nova alteração na Legislação eleitoral. A Lei nº 12.034 modificou o texto da lei anterior e não apenas determinou a reserva, mas obrigou os partidos políticos e as coligações ao preenchimento do número de vagas resultantes das regras previstas para o percentual de candidaturas por sexo¹²³. A modificação da palavra “reservar” para “preencher”, ocorrida na Lei, incidiu diretamente sobre o número de candidaturas femininas para o Legislativo em todas as esferas de governo. Esse dispositivo jurídico passou a garantir que ao menos 30% das vagas relativas a candidaturas para o legislativo, a partir das eleições de 2010, fossem femininas. Na época, a decisão foi considerada uma melhoria por parte do movimento feminista, ao mesmo tempo em que outros consideravam que a nova lei não traria grandes avanços no sentido de garantir a ampliação no número de mulheres ocupando cadeiras no Legislativo.

A promulgação da Lei nº12.034/2009 engendrou uma nova configuração para as eleições em todo o território nacional, obrigando partidos políticos e coligações a garantirem candidaturas mínimas por sexo. O objetivo da lei foi o de minimizar as disparidades na indicação de candidaturas masculinas e femininas ao Legislativo.

De acordo com Santos, Paula e Seabra (2012, p. 290), a Legislação obrigou os partidos políticos a investirem em estratégias para o recrutamento feminino para a disputa eleitoral. Ao analisar a presença feminina na Câmara Municipal de Porto Alegre no Rio Grande do Sul, Rodrigo Soares (2016, p. 65) enfatiza que ao “[...] estipular as cotas para as candidaturas, o Estado passa aos cuidados dos partidos políticos e coligações a tarefa de buscar mais

ou três grandes partidos e com maior estabilidade institucional tendem a apresentar proporção mais elevada de eleitas. [...] Dimensões internas ao contexto partidário também teriam papel importante no processo de recrutamento eleitoral e nas chances de eleição de mulheres, sobretudo a ideologia e a organização partidária. Partidos de esquerda tendem a estimular mais a participação e a ampliar as chances de eleição de mulheres.

¹²³ “[...] cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo” (BRASIL, 2009).

mulheres que se interessem pela competição, caso contrário, podem ser inviabilizadas as candidaturas de seus concorrentes que já estão no poder”. Como os partidos necessitam cumprir as exigências da Legislação, ampliou-se a necessidade de realização do recrutamento feminino para a competição nos certames eleitorais no intuito de conservarem seu capital político e, conseqüentemente, seu poder de barganha diante do funcionamento da política brasileira.

Ao analisar a inserção das mulheres na vida parlamentar no Rio de Janeiro e no Ceará no ano de 2010, a pesquisa de Santos, Paula e Seabra (2012) apontou que, no Rio de Janeiro, apenas o PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) cumpriram o percentual estabelecido pela legislação, com 32% e 31%, respectivamente. O PSB (Partido Socialista Brasileiro), com 29%; o PPS (Partido Popular Socialista), com 29%; o PT (Partido dos Trabalhadores), com 27%; o PR (Partido da República), com 27%; e o PP (Partido Progressista), com 26% chegaram próximos. O PDT (Partido Democrático Trabalhista), com 18%; o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), com 16%; o PV (Partido Verde), com 16%; o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), com 11%; e o DEM (Democratas), com 10%, tiveram um desempenho bem menor. No Ceará, apenas o PSDB, com 41%; o PCdoB, com 33%; e o PTB, com 33%, apresentaram candidaturas em percentual maior do que o que prevê a Lei de Cotas. O DEM (28%), PP (25%) e PR (25%) ficaram próximos de atingir o percentual, com 28%, 25% e 25%, respectivamente. O PV e o PT, ambos com 16%, ficaram muito abaixo do percentual esperado; e PSB e PDT não tiveram candidaturas femininas para a Câmara dos Deputados.

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Maranhão não chegaram à metade do percentual exigido pela lei eleitoral nas eleições de 2010. Já nas eleições de 2014, Acre, Amapá, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia e Sergipe atingiram o percentual mínimo para candidaturas nas Assembleias Legislativas (BRASIL, 2018).

De acordo com Araújo (2009), o sistema eleitoral e partidário no Brasil faz com que o partido e o capital individual da mulher que busca uma vaga no Legislativo tenham forte peso na escolha das candidaturas. Além disso, mulheres possuem maiores chances de sucesso como candidatas em estados menores e menos desenvolvidos em termos econômicos do que o seu inverso¹²⁴.

¹²⁴ Sobre a análise do efeito das cotas no Brasil, Araújo (2009, p. 27) destaca que estas só podem ser analisadas conjugando as dimensões sócio-econômicas, institucionais e as relacionadas com os fatores culturais.

Comparações entre a Lei de Cotas promulgada no Brasil e a legislação existente em outros países da América Latina apontam diferenças. A maioria dos países latino-americanos seguiram leis que instituíram cotas eleitorais de gênero ainda na década de 1990, mais especificamente entre os anos 1996 e 1997, entre um e dois anos após ser realizada a IV Conferência Mundial sobre a Mulher de Pequim (1995), que previa a implantação de ações com vistas a garantir o acesso igualitário e a plena participação das mulheres nos espaços de poder e decisão¹²⁵.

Na Argentina, por exemplo, a Lei nº 24.012, de 29 de novembro de 1991, garantiu a participação das mulheres de forma muito mais acentuada do que ocorreria na realidade brasileira posteriormente. A Lei nº 24.012/1991, “Ley de Cupo Femenino”, como é conhecida, substituiu o Art. 60 do antigo Código Eleitoral argentino, estabelecendo, naquele ano, que “Las listas que se presenten deberán tener mujeres en un mínimo del 30% de los candidatos a los cargos a elegir y en proporciones con posibilidad de resultar electas. No será oficializada ninguna lista que no cumpla estos requisitos.” (ARGENTINA, 1991).

Em 2017, o Código Eleitoral argentino foi novamente modificado e ampliou a participação das mulheres por meio da sanção da Lei nº 27.412/2017, que, no Art. 60, formaliza os requisitos para a oficialização das listas de candidaturas para o senado e as câmaras de deputados¹²⁶, assegurando a paridade nas eleições. Afora a questão das cotas, existem, entre Brasil e Argentina, diferenças fundamentais em termos de funcionamento dos seus respectivos sistemas eleitorais proporcionais¹²⁷. As listas fechadas predominantes no sistema eleitoral argentino, seguidas pelo comprometimento de líderes de partidos e a própria “intencionalidade dos atores em relação à variável gênero e em relação às lógicas pragmáticas

¹²⁵ Argentina (1991), Brasil (1995); México (1996), Paraguai (1996), Bolívia, Costa Rica, Equador, Panamá, Peru e República Dominicana (1997), Venezuela (1998), Colômbia (1999), Honduras (2000), Espanha (2007), Uruguai (2009), Haiti, Nicarágua e Panamá (2012), El Salvador (2013), Chile e Venezuela (2015). Fonte: <https://oig.cepal.org/pt/leis/leis-de-cotas>. Acesso em: 03 de outubro de 2018.

¹²⁶“Las listas de candidatos/as que se presenten para la elección de senadores/as nacionales, diputados/as nacionales y parlamentarios/as del Mercosur deben integrarse ubicando de manera intercalada a mujeres y varones desde el/la primer/a candidato/a titular hasta el/la último/a candidato/a suplente” (ARGENTINA, 1991).

¹²⁷ Na Argentina, a representação proporcional existe no Congresso da Nação e funciona da seguinte forma: Municípios: listas mistas. Câmara dos Deputados: sistema de listas fechadas de partidos, com uma distribuição proporcional de assentos segundo o método d'Hont. Para conseguir um assento, um partido deve obter 3% dos votos emitidos em uma circunscrição, no mínimo. Os assentos vacantes que surjam das eleições gerais são ocupados por substitutos eleitos ao mesmo tempo em que os membros titulares. Senado: voto majoritário em primeiro turno, usando as listas dos partidos. A lista que obtiver maior porcentagem de votos em cada circunscrição terá direito a dois assentos, enquanto a lista com a segunda porcentagem mais alta de votos terá direito ao assento restante. Os assentos vacantes que surgirem entre as eleições gerais são ocupados por substitutos eleitos ao mesmo tempo em que os membros titulares. São eleitos três senadores para cada província e três pela cidade de Buenos Aires. São eleitos em listas fechadas através do sistema de representação proporcional. São nomeados proporcionalmente de acordo com o critério de densidade estabelecido na Constituição Nacional e se possibilitam reeleições indefinidas. O voto é obrigatório entre os 18 e os 70 anos de idade, com algumas exceções (RAMÓN FREDIANI, 2005).

envolvidas nas disputas eleitorais”, têm contribuído para as diferenças entre o quantitativo de mulheres eleitas para os legislativos da Argentina e do Brasil (ARAÚJO, 2010, p. 567-568).

Analisando a participação política das mulheres na América Latina, Alexandre Piffero Spohr et al (2016) constataram, a partir da literatura, o peso maior da dinâmica institucional sobre outras variáveis como as condições socioeconômicas e culturais para a eleição de mulheres. Os fatores socioeconômicos, tais como nível de escolaridade e mercado de trabalho foram considerados importantes, mas existem situações em que mulheres de baixa renda conseguem se eleger em grande quantidade para o legislativo. Do mesmo modo, as variáveis culturais, tais como religião e cultura política, têm apresentado pouca relação com o quantitativo de mulheres eleitas para o legislativo dos países no Continente.

De acordo com Htun (2002), o peso da atitude da cidadania da população não pode mais ser considerado um forte impedimento para a eleição de mulheres, pois os eleitores da América Latina já se apresentam preparados a votar em mulheres que se mostram capacitadas para o exercício de mandatos, além de muitos as considerarem mais aptas para a vida pública em muitos aspectos.

Passadas, então, duas décadas desde a promulgação da primeira Lei de Cotas no Brasil, percebe-se o crescimento do número das candidaturas femininas, mas não o acesso aos assentos do Senado, da Câmara Federal, das Assembleias Estaduais e, menos ainda, das Câmaras Municipais. Os limites da Legislação brasileira dizem respeito ao fato de que a garantia da candidatura não significa afiançar a vaga nos espaços da política representativa, enquanto a legislação argentina prevê a possibilidade de as candidaturas femininas serem consolidadas como vagas no Legislativo. Eis, aí, provavelmente, a diferença entre as legislações dos dois países¹²⁸.

Apesar da visibilidade hoje garantida às mulheres e da ocupação de campos como a educação, a indústria, o comércio, a ciência, a construção civil, entre outros, ainda há um longo percurso para a efetivação da igualdade política. O Brasil tem uma das taxas mais baixas do mundo no que se refere à participação das mulheres no Congresso Nacional. A

¹²⁸ Mesmo com todos os avanços obtidos entre as mulheres argentinas, Martelotte (2016b, p. 01, tradução minha), ao analisar a situação naquele país, afirma que: “[...] os dados do 'Sex and Power' (ELA, 2010) mostram que, apesar dos aumentos nos níveis de educação (hoje são mais de 60% dos graduados das universidades nacionais) e experiência profissional das mulheres, persistem importantes desigualdades de gênero no acesso a posições de decisão máxima. Das 10 posições de decisão máxima nas áreas política, econômica e social, apenas duas foram ocupadas por mulheres (ou seja, 20% dos cargos). Esse resultado, embora esteja longe de ser igual, deve-se ao efeito 'arrasto' da Lei de Cota, que faz com que a presença de mulheres na legislatura chegue a 30,6%. Se analisarmos a presença de mulheres nas posições de topo de sindicatos ou empresas, vemos que esse percentual caiu para 5 e 4,4%, respectivamente”.

União Inter-Parlamentar¹²⁹ (BRASIL, 2015) advertiu que, de um total de 190 países, o Brasil ocupava apenas a 116ª posição no *ranking* de representação feminina no Legislativo. A pesquisa colheu informações dos Legislativos nacionais até 1º de janeiro de 2015, período que englobou o pleito 2011-2014, quando havia 45 deputadas federais (9% do total) e 10 senadoras (13%).

Segundo a mesma pesquisa, no pleito 2015-2018, o número de mulheres passou a ser de 51 deputadas, num universo de 513, o que corresponde a 9,9% do total. No Senado, dos 81 assentos, 12 são ocupados por mulheres, mantendo o mesmo percentual anterior. A média mundial é de 22,1% de mulheres nos parlamentos.

Nos Legislativos estaduais, a sub-representação de mulheres permanece inalterada. De acordo com dados do Supremo Tribunal Eleitoral, em se tratando das Assembleias Legislativas estaduais (2015-2018), as desigualdades permanecem (BRASIL, 2018). Como exemplos, pode-se destacar o estado do Tocantins, onde das 24 cadeiras existentes, somente três são ocupadas por mulheres; em Santa Catarina, das 40 cadeiras no Legislativo estadual, apenas três são ocupadas por mulheres; para o Maranhão, das 46 cadeiras, temos apenas seis deputadas¹³⁰.

No caso das Câmaras Municipais, no município de Caxias, estado do Maranhão, apesar dos avanços de candidaturas femininas nas últimas eleições, o número de mulheres eleitas não corresponde ao mesmo avanço tido em termos de candidaturas, o que pode ser resultado de variáveis diversas. Do mesmo modo, a realidade de outros estados como o Pará, de modo especial, a região de Paraupébas, aponta que, nas eleições municipais de 2008, 75% das candidaturas foram masculinas, e 25%, femininas (TEIXEIRA et al, 2012). Dessas candidatas femininas, duas foram eleitas (TRE/PA, 2008)¹³¹. No que se refere ao Rio Grande

¹²⁹ A *Inter-Parliamentary Union* (IPU) é uma organização internacional de parlamentos criada no ano de 1889. A Organização recebe recursos principalmente de seus membros, através de fundos públicos. É sediada em Genebra, na Suíça. O objetivo da IPU é implantar o diálogo parlamentar em todo o mundo e realizar a tentativa de estabelecer a democracia representativa. Possui forte ligação com a Organização das Nações Unidas. Os dados apresentados foram extraídos de sua base de dados sobre os parlamentos nacionais. Disponível em: <http://www.ipu.org/parline-e/partlinesearch.asp>. Acesso em: 10 de julho de 2018.

¹³⁰ Ana Mendonça (Ana do Gás), do PCdoB; Andreia Murad, do PRP; Francisca Primo, do PC do B; Graça Paz, do PSDB; Nina Melo, do MDB e Valéria Macedo, do PDT. Em termos estaduais, ao menos no último pleito, há a participação de mulheres de partidos tanto de direita, quanto de esquerda, o que contraria o que vinha ocorrendo nos pleitos anteriores. Os estudos coordenados por Maria Mary Ferreira (2010, p. 117-123), em relação ao Legislativo estadual do Maranhão, apontavam uma prevalência da eleição de mulheres filiadas a partidos de direita, tais como os antigos PFL e PMDB, mais tarde transformados em Solidariedade e MDB. Os estudos apontam, ainda, que é comum a migração de deputados e deputadas de um partido para o outro, o que ocorre de forma mais evidenciada em partidos de bases mais conservadoras. Fonte: Assembleia Legislativa do Maranhão. Deputados. Disponível em: <http://www.al.ma.leg.br/deputados/>. Acesso em: 20 de agosto de 2018.

¹³¹ Dados retirados do site do Tribunal Regional do Pará. Disponível em: <http://www.tre-pa.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2008/eleicoes-2008>. Acesso em 16 de janeiro de 2019. Os dados sobre candidaturas daquele ano não estão disponíveis para acesso.

do Sul, Pinto, Moritz e Schulz (2000, p. 10), ao analisar a trajetória das vereadoras gaúchas entre 1992 a 2000, afirmam que os dados

[...] apontam para um acréscimo no percentual de vereadoras como decorrência da lei de cotas: em 1992, representavam 5% e, em 1996, 11%. Também é necessário chamar a atenção para o crescimento no total de cidades com representação feminina. Em 1992, 41,5% das cidades gaúchas contavam com vereadoras; em 1996, esse número aumentou para 63,5%.

O Quadro 01 compila os dados das candidaturas das últimas seis eleições ao Legislativo municipal do Maranhão, entre 1996 e 2016, e revela certa permanência em termos percentuais nas candidaturas femininas e masculinas, indicando uma enorme diferença entre a participação de homens e mulheres na política representativa local.

Quadro 01 - Candidaturas ao Legislativo municipal (MA), por sexo (1996-2016)

ANO	Nº DE CANDIDATURAS	CANDIDATURAS MASCULINAS	%	CANDIDATURAS FEMININAS	%
1992 ¹³²	-	-	-	-	-
1996	4.385	3.330	75,94	1.055	24,06
2000	10.853	7.941	73,16	2.912	26,84
2004	13.431	10.207	75,99	3.224	24,01
2008	14.149	10.704	75,65	3.345	24,35
2012	16.268	11.066	68,02	5.202	31,98
2016	17.109	12.632	73,83	4.477	26,17

Fonte: Quadro elaborado a partir de dados do Tribunal Regional Eleitoral (MA), 2018.

Se for observada a série histórica da corrida eleitoral proporcional para os municípios maranhenses, é possível perceber o crescimento das candidaturas masculinas e femininas entre 2000 e 2016. Apesar disso, o Maranhão ainda não conseguiu atingir o percentual mínimo de 30% estipulado pela legislação brasileira, variando entre 24% e 26% de candidaturas femininas no período analisado. Outro fator relevante é que, apenas nas eleições de 2012, o percentual de candidaturas femininas foi superior aos 30% estipulado na Legislação. O quadro ainda indica uma ampliação de candidaturas femininas em termos

¹³² Os dados relativos ao ano de 1992 ficaram prejudicados, já que somente a partir das eleições de 1996 o TER disponibiliza informações relativas aos candidatos e candidatas por sexo. Os dados disponíveis referentes a esse ano revelam apenas o quantitativo de mulheres e homens eleitos para o legislativo municipal.

numéricos, já que também tem crescido o número de candidatos em todas as eleições, mas permanece baixo o número de candidaturas de mulheres em termos percentuais.

Outro ponto a ser destacado é que as candidaturas femininas não têm incidido diretamente sobre os assentos no Legislativo municipal. Apesar de ter crescido o número de candidaturas femininas, houve a ampliação das candidaturas masculinas, e o percentual de vereadoras nas câmaras municipais no Maranhão permanece abaixo dos 30% previstos na Lei. O ano em que o percentual mais se aproximou ao estipulado na Lei foi 2012, com 18,45% de mulheres eleitas. Nas eleições de 2016 (17,15%), porém, estes números caíram novamente, conforme aponta o quadro a seguir.

QUADRO 02 - Vereadores eleitos e vereadoras eleitas no Maranhão, por ano e sexo (1992-2016)

ANO	Nº DE VAGAS	VEREADORES ELEITOS	%	VEREADORAS ELEITAS	%
1992 ¹³³	1.608	1.429	88,86	179	11,14
1996	1544	1354	87,69	190	12,31
2000	2.349	1.981	82,63	368	17,37
2004	1.528	1.275	83,44	253	16,56
2008	1.986	1.652	83,18	334	16,82
2012	2.358	1.923	81,55	435	18,45
2016	2.403	1.991	82,85	412	17,15

Fonte: Quadro elaborado a partir de dados do Tribunal Regional Eleitoral (MA), 2018.

O quadro 02 revela uma insistente permanência da sub-representação política das mulheres nas Câmaras municipais do Maranhão, oscilando entre 11,14%, no ano de 1992, última eleição municipal ocorrida antes da promulgação da primeira Legislação de cotas por sexo ao Legislativo, e o ano de 2016, com 17,15%. Essa oscilação indica que o sistema de cotas não tem incidido de maneira significativa para a ampliação do número de cadeiras ocupadas por mulheres no Legislativo municipal.

O ano de 2012¹³⁴ representa o ano em que ocorreu o maior quantitativo de mulheres eleitas para as câmaras municipais no Maranhão, apesar de ainda não alcançar os 30%

¹³³ Os dados referentes ao ano de 1992 podem apresentar alguma inconsistência devido ao fato de que alguns nomes de vereadores eleitos não puderam ser identificados como sendo masculinos ou femininos.

¹³⁴ De acordo com Ferreira (2012, p. 48), “É importante ressaltar que a eleição de 2012 teve uma importância muito significativa para as mulheres, tendo em vista que foi a primeira eleição realizada sob vigência da Lei nº

estipulados pela Legislação. Em termos percentuais, o aumento de mulheres eleitas entre os anos de 1992 e 2016 foi de 6,01%, o que não representa uma amplitude considerável na participação feminina nas Câmaras municipais maranhenses.

Nas eleições de 1992, quando o Maranhão possuía 137 municípios, 43 deles, incluindo a capital São Luís, não elegeram mulheres para as Câmaras municipais. Nas eleições de 2016, entre os 217 municípios no estado, 32¹³⁵ não elegeram candidatas. O município de Senador La Rocque foi o único em que o número de mulheres eleitas foi superior ao de homens¹³⁶, repetindo o feito das eleições de 2008, quando o município foi o único do Maranhão em que a presença de mulheres foi maior do que de homens na câmara municipal.

O Quadro 03 aponta a distribuição de mulheres eleitas por ano e partido político, incluindo a junção de alguns partidos que ocorreram por conjunturas nacionais diversas.

QUADRO 03 - Número de vereadoras eleitas por partido político no Maranhão (1992-2016)

Partido político	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016	TOTAL
PAM	-	-	01	01	-	-	-	02
REDE	-	-	-	-	-	-	02	02
PEN	-	-	-	-	-	-	05	05
PMB	-	-	-	-	-	-	05	05
PDS	06	-	-	-	-	-	-	06
PDC ¹³⁷	07	-	-	-	-	-	-	07
PST	05	-	05	-	-	-	-	10
PPL	-	-	-	-	-	11	-	11
PTN/PODEMOS	-	-	-	-	01	03	07	11
SD	-	-	-	-	-	-	11	11
PROS	-	-	-	-	-	-	13	13

12.034/2009, que alterou a conhecida Lei nº 9.096/95 e a Lei nº 9.504/97, estabelecendo que ‘cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo’, embora grande parte dos diretórios municipais e regionais não tenha cumprido a lei. Sabe-se, porém, que houve alertas por parte dos Tribunais Regionais aos partidos para o cumprimento das cotas”.

¹³⁵ São eles: Açailândia, Alcântara, Axixá, Belágua, Bom Lugar, Cachoeira Grande, Carutapera, Cedral, Centro do Guilherme, Governador Edson Lobão, Governador Nunes Freire, Graça Aranha, Grajaú, Itaipava do Grajaú, Jatobá, Lago da Pedra, Lima campos, Marajá do Sena, Maranhãozinho, Matões do Norte, Nova Colinas, Pastos Bons, Pinheiro, Rosário, Santa Helena, Santa Rita, São Pedro dos Crentes, Serrano do Maranhão, Sucupira do Norte, Tasso Fragoso, Tuntum e Zé Doca.

¹³⁶ O Município de Senador La Rocque está localizado na região sudoeste maranhense, possuindo uma população de 17,998 habitantes (IBGE, 2010). Segundo sua Lei Orgânica, a Câmara Municipal possui 11 vagas. Nas eleições de 2016, foram eleitas sete mulheres e quatro homens.

¹³⁷ É relevante salientar, que em 1993, o Partido Democrático Cristão (PDC) e o Partido Democrático Social (PDS), fundiram as siglas, fundando o Partido Progressista Reformador (PPR). Do mesmo modo, o Partido Social Trabalhista (PST) e o Partido Trabalhista Renovador (PTR) fundiram suas siglas, fundando o Partido Progressista (PP), que durou até 1995. Em 1995, a sigla é novamente modificada, passando a ser denominada Partido Progressista Brasileiro e, posteriormente, apenas Partido Progressista, o atual PP.

PRN/PTC ¹³⁸	03	-	01	05	03	-	06	18
PHS	-	-	-	-	05	07	10	22
PT do B	-	03	03	09	04	05	03	27
PSDC	-	-	02	04	07	11	09	33
PSL	-	06	-	04	03	12	08	33
PRB	-	-	-	-	07	12	22	41
PRTB	-	04	04	-	12	13	08	41
PPS	-	02	08	09	16	12	05	52
PMN	03	08	05	09	04	16	13	58
PC do B	-	01	02	01	07	20	33	64
PSB	05	06	-	12	16	14	13	66
PSC	14	08	08	-	09	10	09	67
PRP	-	10	15	09	07	12	15	68
PT	-	03	02	12	15	27	19	78
PV	-	-	01	25	20	32	19	97
PSD	01	16	30	-	-	31	24	102
PL/PRONA/PR ¹³⁹	07 (PL)	04 (PL)	11 (PL)	26 (22 – PL e 04 PRONA)	18 (PR),	06 (PRONA), 23 (PR)	13	108
PPB/PTR/PP ¹⁴⁰	06	08	25	30	15	19	19	122
PDT	08	08	13	26	41	25	36	157
PSDB	16	20	31	21	23	25	28	164
PTB	16	10	-	28	26	29	15	178
PMDB	18	37	41	45	42	51	25	259
PFL/DEM	56	36	81	38	24	24	10	269

Fonte: Quadro elaborado a partir das informações disponibilizadas pelo TRE (MA), 2018.

O quadro 03 permite compreender que os partidos políticos que mais elegeram mulheres para as Câmaras municipais no Maranhão em termos numéricos, no período analisado, foram: PFL/DEM (269), seguido de PMDB (269), PTB (178), PSDB (164) e PDT (157). Em se tratando de mulheres eleitas para os legislativos municipais, PMDB, PFL/DEM,

¹³⁸ O antigo Partido da Juventude (PJ), em 1989, foi denominado de Partido da Reconstrução Nacional, que, em 2000, passou a ser denominado de Partido Trabalhista Cristão (PTC).

¹³⁹ O atual PR constituiu-se de uma junção de duas outras siglas partidárias anteriormente existentes, quais sejam: o Partido Liberal, criado em 1985 e que, em fevereiro de 2003, como consequência da Lei Eleitoral 9.096/1995, que estabeleceu a cláusula de barreira de 5% dos votos válidos, incorporou mais duas agremiações, o Partido Social Trabalhista (PST) e o Partido Geral dos Trabalhadores (PGT). Do mesmo modo, o PL fundiu-se ao Partido da Reedificação da Ordem Nacional (Prona) em outubro de 2006, que se denominou de Partido da República (PR).

¹⁴⁰ Esse partido político foi criado em setembro de 1995 a partir da fusão do Partido Progressista Reformador (PPR) com o Partido Progressista (PP) e o Partido Republicano Progressista (PRP). Em 04 de abril de 2003, voltou a chamar-se apenas Partido Progressista (PP).

PDT, PMN, PL/PRONA/PR, PSDB, PPB/PTR/PP foram os partidos que, no período analisado, elegeram mulheres em todos os pleitos, sendo, também, os que mais as elegeram para as Câmaras municipais.

Outro ponto relevante é a ampliação do número de mulheres eleitas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) a partir das eleições de 2004, um ano após a eleição de Luís Inácio Lula da Silva (filiado a esse Partido) para Presidente da República. É provável que essa questão seja um reflexo do maior investimento do Partido nas eleições municipais e em candidaturas femininas nos quadros da agremiação.

O quadro 04 representa a ligação partidária dos governadores do Maranhão entre os anos de 1991 a 2016, no intuito de fazer uma relação entre o partido político que comanda o estado e a ampliação do número de eleitos(as) para as Câmaras municipais no período correspondente.

QUADRO 04 - Partidos dos governadores(as) do estado do Maranhão (1992-2016)

Período	Partido Político	Governador (a)	Forma de Condução ao Cargo
1991-1994	PFL	Edson Lobão	Eleito por sufrágio universal
1994-1995	PFL	José de Ribamar Fiquene	Vice-Governador eleito, assumiu após a renúncia de Edson Lobão, que assumiu cadeira no Senado Federal. ¹⁴¹
1995-1998	PFL	Roseana Sarney	Eleita por sufrágio universal
1999-2002	PFL	Roseana Sarney	Reeleita por sufrágio universal
2002-2007	PFL	José Reinaldo Tavares	Vice-Governador eleito, assumiu após a renúncia de Roseana Sarney que foi para o Senado ¹⁴² , reeleito em sufrágio universal.
2007-2009	PDT	Jackson Lago	Eleito em sufrágio universal, cassado em 03 de março de 2009. ¹⁴³
2009-2011	PMDB	Roseana Sarney	Segundo lugar nas eleições de 2006, assumiu após a cassação de Jackson Lago. ¹⁴⁴
2011-2014	PMDB	Roseana Sarney	Eleita por sufrágio universal

¹⁴¹ Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fiquene-jose-de-ribamar>. Acesso em: 16 de janeiro de 2019.

¹⁴² Fonte: <https://imirante.com/maranhao/noticias/2003/01/01/jose-reinaldo-toma-posse-e-viaja-para-brasil.shtml>. Acesso em: 16 de janeiro de 2019.

¹⁴³ Fonte: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tse-confirma-cassacao-de-jackson-lago,356073>. Acesso em: 16 de janeiro de 2019.

¹⁴⁴ Fonte: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1026638-5601,00-TSE+CASSA+O+MANDATO+DO+GOVERNADOR+DO+MARANHAO+JACKSON+LAGO.html>. Acesso em: 16 de janeiro de 2019.

2014-2015	PMDB	Arnaldo Melo	Presidente da Assembleia Legislativa, assumiu após renúncia da governadora Roseana Sarney ¹⁴⁵ .
2015-2018	PCdoB	Flávio Dino	Eleito por sufrágio universal

Fonte: Quadro elaborado a partir de informações disponibilizadas pela imprensa e dados do TRE (MA), 2018.

O quadro 04 assinala os partidos aos quais estavam ligados os governantes do estado do Maranhão entre 1991 e 2016 e apresenta o modo como o Executivo estadual passou por mudanças no período analisado. Alguns governadores não findaram mandato e foram substituídos por seus vices ou pelo segundo colocado no processo eleitoral.

O quadro também aponta a lógica do recrutamento político, segundo a qual a escalada de poder perpassa a lógica de possuir mandato de governador do estado para depois concorrer a cadeiras no Senado. Foi o que ocorreu com Edson Lobão e Roseana Sarney, que renunciaram ao cargo de governante do Estado para participarem da disputa na esfera federal. Anteriormente, José Sarney, também passou pelo mesmo processo.

Os dados acima também podem demonstrar um capital político e econômico vinculado a uma articulação do poder local com a esfera estadual. As informações contidas no quadro 04 revelam que parte significativa das mulheres eleitas para os legislativos municipais pertenciam ao PMDB e PFL/DEM nos períodos em que estes partidos governavam o estado. Entre 1992 a 2000, enquanto governava o estado, o PFL chegou a eleger 56 vereadoras em 1992, 31 em 1996; e 81 em 2000, número que, posteriormente, foi decaindo em meio às mudanças de governante e partido no executivo maranhense.

O mesmo ocorre em relação ao PMDB. Após a primeira eleição de Roseana Sarney para o governo do estado, o número de vereadoras passou de 41 em 2004 para 51 em 2012. Esse número cai para 25 na eleição seguinte, dois anos após Flávio Dino, do PCdoB, ser eleito ao governo estadual. Nas eleições de 2016, o PCdoB teve um crescimento no número de mulheres eleitas, passando de 20, em 2012, para 33 em 2016.

As informações constantes acima podem indicar um alinhamento das eleições municipais às decisões tomadas em nível estadual. A tendência aponta que, nas eleições locais, os partidos que mais possuem mulheres eleitas para as Câmaras municipais pertencem ao partido de quem governa o estado ou que faz parte da base do governo. Isso se reflete, por

¹⁴⁵ Fonte: <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2014/12/apos-renuncia-de-roseana-arnaldo-melo-toma-posse-como-governador.html>. Acesso em: 16 de janeiro de 2019. <https://www.blogsoestado.com/danielmatos/2014/12/10/arnaldo-melo-toma-posse-do-governo-do-estado-do-maranhao/>. Acesso em: 16 de janeiro de 2019. <http://jornalpequeno.blog.br/manoelsantos/2014/12/11/arnaldo-melo-e-impedido-no-cargo-de-governador-estado-maranhao/>. Acesso em: 16 de janeiro de 2019.

exemplo, na ampla maioria de vereadoras eleitas pelo PFL nos pleitos em que este partido governava o estado do Maranhão¹⁴⁶.

Isso pode apontar que o capital econômico ligado ao investimento financeiro do partido nas candidaturas femininas proporciona vantagens em termos de eleição de mulheres¹⁴⁷, o que corrobora a ideia de que a existência de um múltiplo conjunto de capitais é necessária para o sucesso das candidaturas. São esses capitais e mecanismos familiares e locais que são investigados na pesquisa.

Acompanhando a tendência em relação ao Legislativo estadual, como apontou Ferreira (2010) ao estudar o perfil das deputadas da Assembleia Legislativa do Maranhão, as vereadoras eleitas, em sua maioria, pertencem a partidos que possuem uma base ideológica mais conservadora, incluindo tanto os partidos mais antigos, como PMDB, PFL/DEM e PSDB, como, também, os de origem mais recentes, como o PRB (fundado em 2003) e o PROS (criado em 2010). Esses dados podem apontar, possivelmente, a origem social e política das candidatas, sem uma ligação direta com movimentos sociais e populares, incluindo o movimento feminista.

Apesar de o Maranhão ser um dos estados que mais cedo tiveram a participação de mulheres no Legislativo municipal e estadual, como já foi explicitado no capítulo anterior, poucas são as eleitas oriundas do seio do Movimento Feminista. Na realidade, parece haver um laço estreito entre as escolhas de candidaturas e as relações familiares no estado¹⁴⁸, aspecto este que buscaremos investigar no presente trabalho.

3.3 O PODER LOCAL E A ATUAÇÃO DAS FAMÍLIAS POLÍTICAS

Conforme explanado anteriormente, após a Constituição de 1988, os legislativos municipais ganharam maior autonomia, tendo autonomia de jurisdição de seus atos, podendo

¹⁴⁶ Roseana Sarney foi eleita governadora do Maranhão no ano de 1994 e reeleita em 1998. Conforme os dados levantados, o PFL saiu de uma realidade de 36 vereadoras, em 1996, para 81 no ano 2000, enquanto Roseana era gestora do estado.

¹⁴⁷ No entanto, a indagação necessita de um estudo aprofundado acerca do investimento partidário nas candidaturas masculina e feminina.

¹⁴⁸ Grill (2013, p. 135-136), ao analisar a oligarquia no Maranhão e a manutenção da elite política, destaca que “No plano das lutas eleitorais, a possibilidade de ‘etiquetagem’ e os limites das fronteiras daqueles que podem ser considerados como parte da ‘oligarquia’ ou daquilo que é designado como ‘oligarquia’ delineiam um espaço político dotado de plasticidade. É utilizado estrategicamente de acordo com a conjuntura e com os alinhamentos faccionais. Os critérios sociais (relações de parentesco no mundo da política, reprodução de famílias em posições políticas e partidárias, controle por parte de grupos familiares de recursos de poder políticos, etc.) e políticos (manutenção de ‘grupos políticos’ em cargos por períodos longos, cooptação de lideranças, sucessões controladas, etc.) acionados para justificar a utilização da expressão estigmatizante e portadora de estereótipos possuem alvos móveis e são mobilizados ao sabor das clivagens efêmeras que se fazem, desfazem e refazem constantemente”.

apresentar projetos sobre tributos, propor alterações no orçamento e políticas públicas, modificar projetos de lei de iniciativa dos Executivos, além de elaborar o Plano Diretor no espaço do seu território¹⁴⁹. Ao desenvolver o papel de legisladores, vereadores e vereadoras se tornaram porta-vozes das demandas da sociedade em nível local.

Os dados do STE (2018) apontam uma ampliação no número de candidaturas aos legislativos municipais. Essa realidade talvez reflita a lógica do recrutamento político no Brasil, em que as câmaras municipais são os espaços hierárquicos mais baixos na pirâmide do poder no Brasil (MIGUEL, 2003).

QUADRO 05 - Candidaturas ao Legislativo Municipal/Brasil (1992-2016)

ANO	Nº DE CANDIDATURAS	VAGAS
1992 ¹⁵⁰	-	-
1996	305,873	41.274
2000	246,608	41.049
2004	369,024	51.419
2008	349,767	51.989
2012	449,792	56.818
2016	463,374	57.971

Fonte: Elaboração a partir de dados do Superior Tribunal Eleitoral, 2018

O quadro 05 indica um crescimento significativo do número de candidaturas, com um leve decréscimo no ano 2000. Na mesma medida, devido às alterações existentes na própria

¹⁴⁹ De acordo com a Lei Orgânica de Caxias, Maranhão, em seu Art. 8º, “Cabe à Câmara Municipal, com sanção do Prefeito Municipal, dispor sobre matérias de competência do Município e, especialmente: I. Legislar sobre assuntos de interesse local, inclusive suplementar as legislações federal e estadual; II. Legislar sobre tributos, taxas e contribuições municipais, bem como autorizar isenção e anistia fiscais; III. Votar o orçamento anual, o plano plurianual de investimento, a lei de diretrizes orçamentárias e autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais; IV. Deliberar sobre a obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito; V. Autorizar a concessão de auxílios e subvenções; VI. Autorizar a concessão de serviços públicos, na forma da lei; VII. Autorizar a concessão de direito real de uso de bens municipais; VIII. Autorizar a concessão administrativa e a cessão de uso dos bens municipais; IX. Autorizar a alienação de bens imóveis; X. Autorizar a aquisição de bens imóveis, salvo no caso de doação sem encargos; XI. Dispor sobre a criação, organização e supressão de Distritos, nos termos da lei; XII. Criar, alterar e extinguir cargos, empregos e funções no serviço público e fixar as respectivas remunerações; XIII. Dispor sobre a criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e órgãos da administração; XIV. Aprovar o Plano Diretor; XV. Delimitar o perímetro urbano; XVI. Autorizar as mudanças de denominação aos prédios, vias e logradouros públicos; XVII. Dar denominação aos prédios, vias e logradouros públicos; XVIII. Exercer, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado a fiscalização orçamentária, operacional e patrimonial do Município; XIX. Requisitar, a rede bancária local, extratos e saldos da movimentação dos recursos financeiros municipais; XX. Dispor sobre programas e planos municipais de desenvolvimento; XXI. Dispor sobre iniciativa popular e a cooperação das associações representativas dos diversos setores sociais em projetos de lei de interesse municipal; XXII. Autorizar convênios com entidades públicas ou particulares e consórcios com outros municípios.” (CAXIAS/PMC, Lei nº 01/2015).

¹⁵⁰ Os dados relativos à eleição de 1992 não estão disponíveis para pesquisa.

legislação, o número de vagas para as câmaras municipais também aumentou das eleições de 2000 para as de 2016. Depois do ano de 2000, o quantitativo de candidatos só se ampliou de modo especial nas duas últimas eleições, o que pode refletir que, cada vez mais, as pessoas encontram no Legislativo municipal a chance de entrar na política representativa e, posteriormente, alavancar sua atuação através de outros cargos, sejam eles eletivos ou não.

De acordo com Costa et al, (2015, p. 67), o recrutamento parlamentar, no Brasil, é ligeiramente diferente daquele de dez anos atrás e muito diferente daquele de 100 anos atrás. Nos últimos anos, ocorreu certa modificação¹⁵¹ no modo como são recrutados os novos candidatos ao Legislativo brasileiro, o que tem sido analisado a partir das dimensões do *background* social e da carreira política. De acordo com Coradini (2001, p. 07),

[...] independentemente da formalização jurídica e das filosofias políticas subjacentes, o fenômeno eleitoral implica, entre outras coisas, uma seleção prévia de candidatos, os quais, com base numa série de atributos sociais que podem ser lidos também como “qualidades pessoais” ou de “liderança”, tentam legitimar essa condição de candidato.

A definição de Coradini indica a reprodução das elites por meio de uma espécie de seleção a partir de bases previamente estipuladas pelo jogo político. Nesse sentido, candidatos (as) dão continuidade a carreiras políticas de famílias que compõem a elite política de determinadas regiões ou estados. Isso significa dizer que as elites, para manter o poder, procuram ocupar as posições dentro das esferas políticas, administrativas, econômicas, militares, culturais e religiosas.

No entanto, há uma predominância na repetição de nomes e sobrenomes na ocupação de cargos eletivos. Parecem ser quase sempre os mesmos indivíduos ou famílias que permanecem nesses postos, o que acaba por acarretar certa dificuldade na entrada de novas pessoas ou grupos na política representativa que não pertençam ao ciclo político criado e reproduzido ao longo de décadas. No caso do Maranhão, tem-se o exemplo da família Sarney e seus aliados, que controlaram a política no estado até 2015. É uma típica família política¹⁵²,

¹⁵¹ As principais modificações analisadas por Costa et al (2015) se referem ao deslocamento das bases sociais do recrutamento político para as classes médias e médias-baixas da sociedade brasileira, o que provocou, em certa medida, alteração na composição social e econômica dos parlamentares brasileiros nos últimos tempos.

¹⁵² O entendimento do que seja uma família política se conecta com o conceito de “política de parentela”, desenvolvido por Linda Lewin (1993, p. 115) ao se referir à família Leite na Paraíba. Segundo a autora: “[...] a expressão ‘política de parentela’ é empregada neste estudo para denotar o papel influente que o grupo familiar extenso ou parentela exerceu na Paraíba como o núcleo organizacional para os agrupamentos políticos fundamentais. Estes, por se basearem fortemente em critérios de sangue e casamento, foram ‘grupos de base familiar’. Num nível mais complexo, entretanto a política de parentela refere-se à maneira pela qual era conduzida a atividade política.” (LEWIN, 1993, p. 115). Letícia Canêdo (1991), ao analisar a política mineira, descreve os modos como o capital político-familiar é transmitido e reproduzido ao longo de gerações.

que conseguiu, durante cerca de cinquenta anos, lançar candidaturas a cargos eletivos no Executivo estadual e nas três esferas do Legislativo de filhos, filha e neto do patriarca José Sarney¹⁵³.

Monique de Saint-Martin¹⁵⁴, ao definir o sentido de reconversões no campo da política, afirma que parece ser relevante que se compreenda que existe “[...] um desdobramento de atores, que parece ser da mesma família ou do grupo social, que é desmembrada no espaço social que mostra que a posição está mais ou menos amenizada e tratada para converter um espécies de capital ou recursos em outros recursos”¹⁵⁵.

A permanência de famílias na ocupação dos cargos públicos por meio do processo eleitoral é um fator relevante, já que parece existir uma continuidade de grupos familiares tradicionais na apropriação de cargos eletivos que se iniciam em âmbito local por meio das eleições para vereadores e prefeitos. Para Cãnedo (1995, 1997, 2002), é no interior das famílias, das redes de parentescos e amizades, que se processam a transmissão de cargos, vocação política, ideologias e posicionamento partidário. As famílias mantêm-se no poder a partir de mecanismos específicos de controle formal e de negociação de interesses.

Entende-se, portanto, que, utilizando o processo democrático advindo da representação, a ocupação do cargo de vereador(a) se dá a partir da permanência dos nomes das principais famílias tradicionais existentes em nível local. Ao que parece, as câmaras municipais continuam sendo ocupadas por “um grupo social da gente nobre da governança” conforme afirmam Coelho e Magalhães (1986, p. 43) ao se referirem às oligarquias camarárias existentes em Portugal no século XVII.

¹⁵³ No caso de Caxias, os principais nomes que indicam a permanência de políticos ou de famílias políticas na disputa e vitória ao legislativo municipal são: Fauze Elouf Simão (1958, 1962, 1966, 1972, 1976, 1982 e 1988), substituído pela esposa Labibe Gedeon Simão (1992) e pelos filhos Fauze Elouf Simão Júnior (1996) e Paulo Sérgio Gedeon Simão (2004, 2008, 2012 e 2016); Berilo Souza de Araújo (1982, 1988, 1992, 1996 e 2000); Antônio José Ximenes (1988, 1992, 1996, 2000, 2008 e 2016), substituído pela esposa Ana Lúcia Soares da Silva Ximenes (2004 e 2012); Antônio José Bittencourt de Albuquerque (1988, 1992, 1996, 2004, 2008, 2012 e 2016); Ferdinando Araújo Coutinho (1988, 1992, 1996, 2000), substituído pela esposa Claudia Fabiana Vieira Silva (2004) e posteriormente pela filha Thaís Garcia Coutinho Guimarães (2008, 2012 e 2016); Marcelo Thadeu de Assunção (1976 e 1982), substituído pelo sobrinho, Antônio Luiz de Oliveira Assunção (1992, 1996, 2000, 2004, 2008 e 2012); Evangelista José da Silva (1982, 1992, 1996, 2004, 2008), substituído pelo sobrinho Edilson Ribeiro Fernandes (2012 e 2016) e; José Gentil Frazão Rosa (1972 e 1976), substituído pelo filho Fábio José Gentil Pereira Rosa (2000, 2004, 2008 e 2012).

¹⁵⁴ Entrevista de Monique de Saint-Martin concedida a Mónica Maldonado para o Centro de Investigaciones María Saleme de Burnichon/ Facultad de Filosofía y Humanidades a Universidad Nacional de Córdoba em 01 de novembro de 2010. Disponível em: <https://ffyh.unc.edu.ar/ciffyh/los-sociologos-se-deben-comprometer-con-los-movimientos-de-defensa-de-los-derechos-humanos/>. Acesso em: 02 de agosto de 2019.

¹⁵⁵ Tradução livre: “haya un desplazamiento de actores, que pueden ser de la misma familia o del mismo grupo social, que se desplazan en el espacio social cuando ven que su posición está más o menos amenazada y tratan de convertir unas especies de capital o de recursos en otros recursos”.

Assim como ocorre na França e na Alemanha, o recrutamento de políticos para este poder depende efetivamente das próprias lógicas do campo político. Esse espaço, no entanto, está fortemente sujeito à concorrência interpartidária e à realidade local, como assinala Achin (2005), ao analisar a entrada das mulheres na chamada “Casa baixa” nos dois países supracitados.

De acordo com Achin (2005), nas Casas Baixas na França e na Alemanha (que equivalem à Câmara dos Deputados no Brasil), a participação das mulheres no *Bundestag*, o Parlamento Alemão, era maior do que na Assembleia francesa entre os anos de 1950 a 1980, o que parece ser paradoxal, haja vista que, em tese, poucas políticas públicas são executadas na Alemanha que auxiliem as mulheres em questões relativas às consequências da maternidade na carreira profissional e as políticas relativas à sexualidade. Na França, essas políticas são mais acentuadas, o que deveria contribuir para uma maior participação política das mulheres no Parlamento.

Para que essa realidade se concretize, existem mecanismos específicos de transmissão do capital político agregado a determinados nomes e sobrenomes tradicionais na política, dos quais se destacam as estratégias de parentesco, vínculos de amizade e confiança, as “indicações” (ou investidas) a cargos na órbita do estado, carisma, construções míticas em relação ao patriarca, competência pessoal, técnica e, sem menos importância, o capital econômico/financeiro. Para Cãnedo (1997, p. 01),

Aludir à transferência de votos, exibir imagens televisivas insinuando esta transferência como uma promissória para a guarda do mandato eletivo para uma pessoa, ou a manutenção desse mandato dentro de um mesmo grupo de aliados, ou de uma mesma linhagem, contradiz a ideia de alternância de poder, que se associa à ideia de eleição, e introduz um elemento de permanência no lugar da esperança de mudança e de livre acesso. São alusões que alteram a concepção de indivíduo-cidadão, ao sugerir, de um lado, apropriação da autonomia e da liberdade de escolha do cidadão-eleitor; de outro lado, contestar a igualdade de chances: os candidatos sem padrinhos, sem pais eleitos, sem tios seriam bastardos?

Desse modo, é possível perceber a família¹⁵⁶ como um ponto chave na compreensão da política em âmbito local. Como defende Lima (2013, p. 10), “Não é nenhuma novidade o poder que os nomes de família e grupos políticos possuem no Brasil, no Nordeste”. Seguindo o mesmo parâmetro, Oliveira (2012) afirma existir no País uma complexidade exercida pela estrutura familiar e pela estrutura de parentesco na constituição da vida política brasileira.

¹⁵⁶ Para Nunes (1997, p. 30), a vida familiar tem grande importância no Brasil: “[...] quando os brasileiros dizem ‘minha família’, referem-se à família extensa, à parentela. Quando querem se referir à família nuclear, os brasileiros em geral dizem ‘minha mulher (ou marido) e filhos’”.

Parece haver um caráter operatório dos laços sociais para a manutenção do posicionamento político de famílias e grupos. De acordo com Miguel (2003, p. 116),

É possível estabelecer uma “estrutura da carreira política no Brasil”, ainda que, devido à falta de estudos específicos, apenas de maneira intuitiva. O cargo de Vereador ocupa a base, sendo a posição eletiva de menor prestígio político. O Vereador que deseja ascender na carreira via de regra cogita disputar a eleição para Deputado Estadual ou então Prefeito Municipal, embora, caso trate-se de uma cidade de grande porte, este último cargo seja elevado demais para suas pretensões. E assim por diante, até a Presidência da República, que está indiscutivelmente no topo da carreira política brasileira. Na maior parte dos casos, pretendentes à Presidência já desempenharam a função de Governador Estadual e/ou Ministro de Estado.

Neste emaranhado de relações, a influência familiar aparece como um dos principais eixos de articulação e manutenção do poder. Essa transmissão de capital simbólico advindo do sobrenome e do pertencimento a uma determinada família tem sido utilizada como um dos principais mecanismos de inserção de indivíduos no campo da política representativa. É o que, na concepção de Bourdieu (2007), denomina-se capital político, isto é, a existência de um reconhecimento, por parte de outros indivíduos, de que este ou esta é capaz de engrenar na carreira política¹⁵⁷, assim como ocupar cargos hierarquicamente mais elevados na órbita do Estado.

Este reconhecimento amplia o capital político da pessoa. Às vezes, ocorre de um indivíduo, mesmo possuindo capital político e financeiro gerado pela herança familiar, não engrenar na carreira pública pela ausência de determinados atributos, tais como carisma, simpatia, experiência, sexo e idade, além do fato de não ter construído redes de apoio e reciprocidade entre a população. Nesse sentido, o reconhecimento vem por meio dos papéis que desempenham enquanto membros de uma determinada família.

O capital simbólico¹⁵⁸ representa, portanto, uma confiança social, isto é, algo que depende fundamentalmente da crença socialmente difundida na sua validade. (BOURDIEU, 2007, p. 194). Deste modo, a força do capital, carregado de simbologia e significados, está associada à garantia do prestígio que o indivíduo tem sobre a sociedade. O capital político é,

¹⁵⁷ Entende-se, por carreira política, a ideia “[...] de que os políticos atribuem pesos diferenciados aos cargos que podem vir a ocupar, optando por aqueles que julgam mais importantes ou prestigiosos. Uma vez que tais julgamentos quase sempre coincidem, é possível dizer que o campo político se estrutura como uma carreira hierarquizada, com formato aproximadamente piramidal. Como regra geral, postula-se que quem está na base da pirâmide deseja ascender, mas como as vagas em cada etapa superior são cada vez menos abundantes, gera-se uma competição permanente.” (MIGUEL, 2003, p. 01).

¹⁵⁸ Este capital, segundo Bourdieu (2007, p. 145), “não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio. [...] os agentes detêm um poder à proporção do seu capital, quer dizer, em proporção ao reconhecimento que recebem de um grupo”.

portanto, um tipo de capital simbólico, já que significa o peso da validade de uma pessoa para adentrar o espaço da política.

O capital pessoal de ‘notoriedade’, ou de ‘popularidade’ - ‘firmado no fato de *ser conhecido e reconhecido* na sua pessoa (de ter um ‘nome’, uma ‘reputação’, etc.) e também no facto de possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conservação de uma ‘boa reputação’ - é frequentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios, e, em particular, em profissões, que como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural ou, como no caso dos advogados, um domínio profissional da eloquência (BOURDIEU, 2007, p. 190 -191).

O capital simbólico embutido no sobrenome representa uma confiança social já adquirida e disseminada entre os eleitores, isto é, algo que depende fundamentalmente da crença socialmente difundida na sua validade e que, no momento da disputa eleitoral, é repassado para a candidata que é apresentada para a sociedade (BOURDIEU, 2007, p. 194).

O uso do sobrenome da família ou do cônjuge parece possuir um valor considerável no imaginário da população, o que indica a aceitação da candidatura, não exatamente pelo nome ou pelas propostas, mas pelo sobrenome da candidata. É o que Briquet (1992, p. 4), ao analisar a transmissão de patrimônio político envolvendo membros da família Gavinni no norte da Córsega entre 1850 a 1962, aponta:

[...] a simples constatação da transmissão dos mandatos políticos no interior de uma mesma família assim como a aparente facilidade dessa transmissão, que obedece a um esquema análogo àquele que rege a herança das riquezas e, na maioria das vezes também, àquele dos saberes, permite evidenciar a existência de uma forma específica de patrimônio político: o patrimônio político familiar. É em grande parte em nome de seu pertencimento a um grupo de parentesco particular que os membros da família Gavini podem pretender ao exercício do poder notabiliário. Nisso, eles são os depositários passageiros de um capital político feito de reputação coletiva, mas também de apoios e de fidelidades da parte de sua clientela, capital que não lhes pertence como propriedade particular, mas ao conjunto da linhagem.

O capital político herdado, apesar de não possuir concretude, se apresenta de duas formas: a primeira, através do usufruto (em vida), e a segunda, por meio da utilização da herança do nome (COSTA, 2011a, 2011b; MARNEUR, 2017; RABAY, 2012¹⁵⁹). No primeiro caso, são exemplos, no Maranhão, os herdeiros políticos Roseana Sarney, Sarney Filho e Adriano Sarney, que usufruem do capital simbólico do patriarca, José Sarney, ainda vivo (ARAGÃO, 2017). No segundo caso, tem-se o exemplo, em Caxias, da família Simão:

¹⁵⁹ Para Brossier e Dorronsoro (2017, p. 1) “[...] o uso do parentesco tornou possível a instalação de dinastias políticas no topo do Estado e, se as famílias políticas à frente do executivo raramente conseguem sobreviver à terceira sucessão, isso ocorre de forma diferente para as dinastias dos parlamentares ou dos eleitos locais”.

Labibe, que utiliza o sobrenome do marido, e Fauze, Jamil e Paulo Simão, que utilizam o sobrenome do pai, Fauze Elouf Simão¹⁶⁰, já falecido, para garantir as benesses políticas, tanto para si, quanto para o grupo que lideram, assim como para afiançar certa sustentabilidade na disputa eleitoral.

Além desse capital, o indivíduo político deve ser possuidor, ainda, de um capital econômico¹⁶¹ (garantia financeira, patrimônio pessoal e familiar, doações de campanha, investimentos e de tempo para a prática política), o que dificulta a entrada feminina na política. Também é preciso construir um capital de relações, assumir certos cargos e desempenhar atividades de assistência aos cabos eleitorais e eleitores (MIGUEL, 2003).

O capital econômico/financeiro é um dos principais mecanismos envolvido em uma campanha. Homens e mulheres, ao disputar uma campanha eleitoral, devem ter disponível um substancial volume de recursos para arcar com despesas inerentes a pagamento de pessoal (técnico, jurídico, de campo, lideranças), propaganda, locomoção e outros custos gerados no processo eleitoral. Sem recursos financeiros, de modo especial, na reta final de campanha, candidaturas minguam diante do poder aquisitivo de candidatos mais ricos e preparados economicamente.

Do mesmo modo, a aquisição do capital cultural, nesse caso representado pelo saber para a vivência política, tem se constituído como um peso na vida pública das mulheres, já que elas, via de regra, não dispõem de tempo adequado para a formação política, assim como para a participação em organizações da sociedade civil e partidos políticos.

Por último, mas não menos importante, está o capital social¹⁶², representado pelas redes de relações e articulações desenvolvidas pelo indivíduo ou pelo grupo do qual faz parte, e nem sempre o nome de uma mulher é bem visto como o indicado para a disputa eleitoral.

¹⁶⁰ Fauze Elouf Simão nasceu no município de Monção, no Maranhão, descendente de árabes. Foi patriarca de uma das mais tradicionais famílias políticas de Caxias. É, até a atualidade, o político com maior número de mandatos como vereador (32 anos) em Caxias. Fonte: Câmara Municipal de Caxias. Labibe Gedeon Simão foi vereadora em Caxias na legislatura de 1993 a 1996, seguida dos filhos Fauze Elouf Simão Júnior, vereador em Caxias na legislatura de 1997 a 2000 e prefeito interino de Caxias, em um tumultuado mandato no ano 2000, além de ter sido secretário de Estado e secretário municipal em vários momentos da história de Caxias; Paulo Sérgio Gedeon Simão é vereador em Caxias desde 2005 até a atualidade, estando em seu terceiro mandato consecutivo. O irmão mais velho, Jamil Gedeon Miranda Neto, é desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão.

¹⁶¹ O capital econômico é constituído pelos diferentes fatores de produção tais como terras, fábricas, trabalho, que se alinham ao conjunto dos bens de ordem econômica (dinheiro, patrimônio, bens materiais), que são acumulados, reproduzidos e ampliados pelo indivíduo, através de estratégias específicas de investimento econômico, mas, também, através de investimentos culturais e à aquisição e preservação de relações sociais que podem beneficiar os indivíduos nos momentos necessários (BOURDIEU, 2007).

¹⁶² Para a conceituação de capital social, recorreu-se à de Bourdieu, que o definiu como “[...] o agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo.” (BOURDIEU, 2001, p. 67).

Esses são os capitais presentes nas trajetórias e nas experiências individuais e coletivas das famílias políticas no Maranhão.

O parentesco é uma das armas mais utilizadas para a manutenção do poder, ou seja, fazer o sucessor se tornar a principal marca para a manutenção da linhagem política, a partir do processo democrático alavancado pelo voto¹⁶³. Estas elites se mantêm por meio da herança familiar, da transmissão de cargos públicos por diversas gerações, nem sempre ocasionada pela morte do antecessor, mas, também, pela impossibilidade deste em concorrer a cargos eletivos. É necessário, ainda, que o “herdeiro” ou “herdeira” se mostre digno da transmissão da herança política, mostrando-se “digno de seu nome” (SAINT-MARTIN, 1992, p. 46). Para Monique de Saint-Martin,

[...] o prestígio de um nome e a qualidade de “grande família” podem sobreviver, por algum tempo pelo menos, à diminuição do patrimônio econômico da família. Entretanto, o valor de um nome ou de um título nunca é independente da utilização efetiva que dele faz cada um dos portadores (e sobretudo de seu grau de domínio das regras do jogo), nem do valor que lhe é reconhecido pelos integrantes do seu grupo, dos outros grupos e do mercado onde circula.

No Maranhão, o poder das famílias/elites se fundamenta a partir de quanto capital político seus membros conseguem agrupar e acumular. Isso se confirma a partir da ocupação de postos de mando e decisão, do número de votos conquistados a cada disputa eleitoral e quais funções-chave são exercidas pelos indivíduos pertencentes ao grupo dentro do aparelho do estado, bem como da posição socioeconômica dos indivíduos, assim como sua situação política. A elite política, neste caso, se entrelaça com a posição de riqueza ocupada por estes indivíduos, que entram na disputa eleitoral e adentram os espaços de poder e decisão na esfera estatal (COSTA, 2006).

Afora isso, existe um forte entrelaçamento entre as elites locais e as elites centrais no que se relaciona aos negócios, à política e à administração pública. Deste modo, a elite consegue conceder proteção, bem como cargos oficiais¹⁶⁴ e favores políticos, a fim de defender os interesses dos ricos e influentes na esfera local. Quando se trata de eleições

¹⁶³ Sobre a estrutura oligárquica no Maranhão, ler a obra de Flávio Reis (2013), *Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão*, na qual o autor aponta os principais alicerces da manutenção das oligarquias maranhenses. Grill, Reis e Barros Filho (2008) apresentam, também, uma coletânea de artigos sobre a constituição das elites, dos profissionais e lideranças políticas do Rio Grande do Sul e do Maranhão, fazendo uma comparação entre estas duas configurações geográficas diferentes, mas que, em alguns momentos, possuem convergências.

¹⁶⁴ Bourdieu (2007, p. 142) afirma que “uma das formas elementares de poder político tem consistido, em muitas sociedades arcaicas, no poder quase mágico de *nomear* e de fazer existir pela virtude da nomeação”. Esse poder parece que ultrapassa o limiar dos anos e chega até a atualidade, quando o poder de indicar e nomear os filhos parece ser um dos principais vieses que apresentam o poder político dos indivíduos.

municipais, portanto, não se pode perder de vista a interdependência entre o local e o estadual, em que as alianças partidárias são definidas, o que tende a interferir diretamente nas alianças locais, deliberando os acordos temporários e as indicações de candidaturas. Desse modo, as eleições em âmbito municipal são espaços distintos para o aparecimento e atualização de laços que vinculam candidatos e eleitores (GRILL et al, 2009), para os quais é preciso

Perceber como se processa a interação entre espaços periféricos (locais) e centrais (especializados, diferenciados e profissionalizados) de embate eleitoral. Sendo que os primeiros podem ser mais ou menos integrados às lógicas de funcionamento e divisão do espaço político central (especialmente às lógicas partidárias).

Deste modo, ao tratar sobre o poder local no Maranhão, não se deve fazê-lo sem reportar à estrutura patrimonialista com o que estado foi tratado ao longo de todo o século XX, tendo sido dominado por duas grandes oligarquias¹⁶⁵. Esse “poder supremo está nas mãos de um restrito grupo de pessoas propensamente fechado, ligadas entre si por vínculos de sangue, de interesse ou outros, e que gozam de privilégios particulares, servindo-se de todos os meios que o poder pôs ao seu alcance para os conservar.” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1992, p. 835).

No Maranhão, parece que o núcleo familiar tem sido uma das bases de organização política, assim como em outros estados do Nordeste, como o Piauí. A elite política no Maranhão se confunde com oligarquia ou prática oligárquica, em que as benesses são garantidas aos membros do grupo, de modo especial àqueles que carregam a marca da parentela, da consanguinidade ou do casamento (COSTA, 2006; RABAY, 2012; SANTOS, 2009). Desse modo, conforme aponta Oliveira et al (2017, p. 167),

Historicamente sempre foi comum a identificação de oligarquias no comando político de alguns estados brasileiros, sobretudo nordestinos, assim como determinados sobrenomes na política nacional. [...] O que se verifica empiricamente a cada pleito, tanto do ponto de vista dos estados como das pequenas cidades do interior e até mesmo em capitais e no plano federal, é a continuidade da política como campo cada vez mais propício para atividades familiares. Podem-se encontrar hoje, e não raramente, netos ou bisnetos daqueles que nos tempos remotos já estavam presentes na ocupação dos espaços de poder, sustentados por relações e vínculos familiares que lhes permitiam o exercício político. As últimas eleições indicam que esse processo vem se reproduzindo de tal maneira que questões mais básicas da dimensão republicana e democrática devem ser discutidas e consideradas.

¹⁶⁵ A primeira oligarquia era comandada por Vitorino Freire, da década de 1940 até o ano de 1965, quando José Sarney assumiu o governo do Maranhão, dominando o estado até recentemente, quando o Grupo Sarney foi derrotado pela Frente de Libertação do Maranhão, que teve na figura de Flávio Dino aquele que venceu, por duas eleições, os candidatos sarneystas.

No caso específico da participação política das mulheres no Maranhão, reafirma-se a fala de Pinto (1994, p. 256), quando sustenta que:

[...] os espaços de participação política nas democracias representativas obedecem a uma lógica diversa daquela que rege a participação através dos movimentos sociais. Isto decorre, entre outras razões, da forma como os discursos se constituem no interior das duas lógicas: a pretensão à hegemonia do discurso político e a tendência corporativista do discurso dos movimentos sociais.

O poder político é medido, ainda, pelos cargos públicos que o grupo é capaz de agregar, atribuindo-se pesos distintos aos cargos existentes no estado, onde alguns são avaliados como mais importantes do que outros e onde o poder político é estruturado como uma via hierarquizada em forma piramidal. Essas famílias também ocupam outros espaços do Estado, através de nomeações e contratos. Nesta lógica, algumas pessoas, mais do que outras, são consideradas mais aptas para o exercício de cargos públicos, seja por indicação ou por representação, julgadas, portanto, como apropriadas ou não para o fazer político cotidiano (COSTA; BUTURRE; LOPES, 2015, p. 18). A família é, pois, um dos esteios da manutenção do poder tradicional. Torna-se a garantia da continuidade do nome e da ocupação dos cargos no campo político. Assim é que:

Família ainda importa. As estruturas de parentesco formam parte da realidade social e política brasileira no século XXI. Redes familiares controlam partidos políticos, controlam o centro do poder executivo e formam redes atravessando o poder legislativo com parlamentares hereditários, sempre se renovando pelas gerações (OLIVEIRA, 2012, p. 13).

Desse modo, parece haver uma relação entre o uso do sobrenome para a disputa eleitoral, a ampliação de candidaturas femininas e o aumento de mulheres eleitas para o Legislativo municipal maranhense. Ressalte-se que, em grande medida, as mulheres maranhenses vencedoras na disputa eleitoral estão ligadas a partidos conservadores, o que se constitui um indicativo mais do uso de candidaturas femininas oriundas de famílias políticas do que da militância em movimentos sociais e populares.

Esse processo também permite perceber os limites que a sociedade impõe a partir das percepções sobre as habilidades, facilidades e dificuldades que o feminino enfrenta na política representativa. O participar da política está ligado a uma série de desempenhos e atenções que se espera das mulheres que assumem cargos públicos.

É necessário observar as lógicas sociais e políticas que atuam na definição das candidaturas e os acordos feitos e as alianças formadas, bem como observar os partidos aos

quais candidaturas eleitas estão filiadas e as interferências do plano central sobre as eleições periféricas. Esse também é um viés trabalhado na pesquisa. Desse modo, a percepção que se constrói sobre o sistema de cotas no Brasil, apesar de demonstrar avanços sobre a participação feminina na política representativa, ainda necessita de maior consistência, haja vista que, para além das cotas, é preciso modificar o próprio sistema eleitoral e político brasileiro, já que os fatores institucionais e a manutenção de uma cultura política baseada na pouca alternância de poder, parecem incidir mais fortemente para a eleição de mulheres no legislativo.

No capítulo seguinte, será feita a análise do grupo de vereadoras caxienses, no intuito de verificar similitudes e diferenças entre essas mulheres que se elegem para o Legislativo municipal, incluindo suas origens familiares, suas filiações partidárias, suas redes de relações políticas, as interferências do poder estadual na escolha de suas candidaturas e o uso do nome como herança política. Busca-se, com isso, compreender o modo como as mulheres constroem uma carreira política e quais capitais são preponderantes para o sucesso na trajetória pública.

4 “A FORÇA DA MULHER” E A HERANÇA FAMILIAR: OS MARCADORES PRESENTES NA DISPUTA ELEITORAL EM CAXIAS – MA

No capítulo anterior analisou-se a participação política das mulheres compreendendo-as como sujeitos políticos que representam os grupos aos quais estão vinculadas. Especificamente, no Maranhão, o poder das famílias se fundamenta a partir de quanto capital político, econômico e cultural seus membros conseguem acumular, bem como as redes de relações que eles conseguem estruturar para a disputa eleitoral.

Nesse sentido, homens e mulheres que ocupam, ou ocuparam, o Legislativo municipal, mesmo que hierarquicamente estejam na base da pirâmide eleitoral, representam uma elite política em âmbito local, elegendo-se a partir da articulação entre os grupos políticos municipais, estaduais e até federais. Em vista disso, é útil o trabalho de Bourdieu (1996, p. 15), que alerta para o fato de que:

[...] não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la como “caso particular do possível”, conforme expressão de Bachelard, isto é, como uma figura em um universo de configurações possíveis (grifo do autor).

Desse modo, neste capítulo, objetiva-se capturar a lógica do funcionamento das eleições municipais proporcionais no Município de Caxias, de modo a se perceber como as mulheres se inserem nessa disputa, quais as permanências que podem ser visualizadas no grupo de mulheres eleitas para a Câmara Municipal entre 1992 e 2016. Nesse sentido, lança-se mão do uso da prosopografia como ferramenta útil para a compreensão do perfil desse grupo que compõe a elite política local. Também se faz uso de materiais de campanha utilizados pelas mulheres nas campanhas eleitorais. Foram analisados cartazes e *jingles*¹⁶⁶. Por fim, como complemento das informações, utilizou-se fontes orais no intuito de complementar as informações que não foram possíveis de adquirir através da prosopografia.

A ideia é analisar a constituição desse grupo de mulheres, percebendo as configurações partidárias, as famílias às quais pertencem, os níveis de parentesco ou conjugalidade com outros políticos, o número de mandatos, a origem social e econômica.

¹⁶⁶ *Jingles* é um produto de cunho publicitário. É uma palavra derivada do inglês e se trata de música feita para promover uma marca, produto ou pessoa (no caso, as campanhas eleitorais) em publicidades veiculadas em carros de som, rádio e/ou televisão. O *jingle* eleitoral tem como objetivo seduzir o público, nesse caso, os eleitores, elevando as características do candidato ou candidata. No geral, são curtos e possuem letras e melodias simples, no intuito de promover a rápida memorização para que sejam inconscientemente lembradas por aqueles que as escutam. Sobre marketing eleitoral e o uso dos *jingles*, ver obra de Manhanelli (2011) “Jingles eleitorais e marketing político [recursos eletrônicos]: uma dupla do barulho”.

Além disso, ainda se buscou verificar quais delas ocuparam outros cargos eletivos ou por nomeação, se utilizam algum sobrenome político e se participavam de movimentos sociais.

Para o desenvolvimento do trabalho, fez-se ainda uma análise da constituição dos patrimônios políticos e os mecanismos de transmissão e apropriação dos capitais simbólico, político¹⁶⁷ e financeiro, utilizados por agentes políticos como estratégias para as eleições municipais. Essa discussão está relacionada com a ideia de constituição e renovação das elites políticas, já que em sociedades de democracia representativa, as elites ostentam uma parte de poder que, quase sempre, são-lhes adjudicadas por outros sujeitos por meio do voto.

É relevante perceber as permanências e as rupturas na constituição deste grupo. Do ponto de vista da historiografia, é importante analisar as relações entre o local e o global, as influências externas da política macro nas decisões em âmbito municipal e como se processam as escolhas para as candidaturas femininas, compreendendo-as como frentes familiares, coletivas, não apenas como decisões individuais.

Isso posto, destaca-se que, em 2012, foram comemorados os oitenta anos da inserção feminina no processo eleitoral no Brasil, conquista decorrente da promulgação do Código Eleitoral por Getúlio Vargas, em 1932. Como que em alusão à data, foi nas eleições de outubro daquele ano que o Legislativo municipal de Caxias viu, pela primeira vez, a eleição de cinco mulheres para a Câmara Municipal. Em um total de dezenove cadeiras, cinco foram ocupadas por mulheres, o que representou 26,31%, número próximo ao estipulado pela Legislação de cotas por sexo para o Legislativo brasileiro.

O ano de 2012 também foi emblemático, pois, naquele contexto, ocorreram as primeiras eleições após a última alteração na Lei de cotas por sexo para o Legislativo, a Lei 9.504/97. Nesse pleito, no Brasil, as mulheres ocuparam 30% ou mais do total de candidaturas, influência do julgamento do Recurso Especial (REsp) n.º 784-32, ocorrido em agosto de 2010 (SOARES, 2016, p. 70).

De maneira semelhante, nunca antes na história de Caxias, as mulheres haviam se projetado de tal forma em um espaço de poder, à exceção, talvez, da eleição de Márcia Marinho à prefeita, no ano de 2000, o que não foi um evento de Caxias. Desde a promulgação da primeira Lei de Cotas por sexo para o Legislativo no Brasil, o ano de 2012 representou, em todo o País, o aumento, ainda que tímido, da participação das mulheres no Legislativo e Executivo municipais, fato que se ampliou nas eleições de 2016, conforme quadro 06.

¹⁶⁷ Utiliza-se aqui a ideia de capital político, desenvolvido por Bourdieu (1989, p. 190), segundo o qual, o capital pessoal por notoriedade, o capital delegado e o capital pessoal heroico, que se constituem nas “fontes de mobilização que a pessoa, o indicado, o herdeiro, detêm quer a título pessoal, quer por delegação”.

QUADRO 06 - Número e percentual de mulheres eleitas para os Legislativos municipais, Brasil 1992-2016.

ANO	Nº DE VEREADORAS ELEITAS	%
1992	3.952	7,4
1996	6.536	11,1
2000	7.001	11,6
2004	6.555	12,7
2008	6.512	12,5
2012	7.648	13,3
2016	7.803	13,47

Fonte: Quadro construído a partir dos dados do Tribunal Regional Eleitoral (MA), 2019.

Os dados do quadro 06 apresentam uma oscilação no crescimento das vagas ocupadas por mulheres no Brasil no Legislativo municipal. Diferentemente das duas eleições anteriores, em 2012, houve um decréscimo no número de mulheres eleitas após um rápido aumento nas eleições de 2000. Em 2016, ampliou-se novamente o número de mulheres eleitas no País.

Do mesmo modo, em Caxias, houve um crescimento considerável no número de candidaturas femininas ao longo dos processos eleitorais, mais do que triplicando entre as eleições de 1996 e de 2016. O quadro 07, a seguir, aponta esta realidade.

QUADRO 07 - Candidaturas ao Legislativo de Caxias (MA) por sexo (1992-2016)

ANO	Nº DE CANDIDATURAS	Nº DE CANDIDATURAS MASCULINAS	%	Nº DE CANDIDATURAS FEMININAS	%
1992 ¹⁶⁸	-	-	-	-	
1996	89	72	80,90	17	19,10
2000	119	101	84,87	18	15,13
2004	116	92	79,31	24	20,69
2008	130	102	78,46	28	21,54
2012	259	186	71,81	73	28,19
2016	269	189	70,26	80	29,74

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados do Tribunal Regional Eleitoral (MA), 2018.

O quadro 07 indica uma ampliação no número de candidaturas femininas, já que também tem se expandido o número de candidatos em todas as eleições, mas uma

¹⁶⁸ Os dados relativos ao ano de 1992 ficaram prejudicados, já que somente a partir das eleições de 1996, o TRE disponibiliza os dados relativos às candidaturas.

permanência da baixa candidatura de mulheres em termos percentuais. Apenas no ano de 2016 este número se aproximou dos 30% estipulados pela Legislação (29,74%).

Os dados podem apontar ainda que os partidos políticos recrutam mulheres no intuito de cumprir com as demandas impostas na Legislação eleitoral, haja vista o aumento do número de candidaturas femininas em termos numéricos. As eleições de 2000 representam o pleito que, em termos percentuais houve a menor participação feminina nas eleições para o período analisado. 2004 apresenta um leve aumento no número de candidaturas femininas, em relação à eleição de 1996, que foi bastante afetada pela Legislação que previa a ampliação das cotas por sexo no Legislativo. Já nos anos posteriores à promulgação da última Lei de cotas, as eleições de 2012 e 2016 apresentaram um aumento considerável do número de candidatas ao Legislativo no Município. Nas eleições de 1996, mesmo com o aumento de candidaturas femininas, nenhuma candidata teve êxito.

Foi possível verificar, ainda, que nas eleições de 2012, 12 das 73 candidatas ao Legislativo caxiense não tiveram votação, zerando o quantitativo de votos. Nas eleições de 2016, 16 candidatas não tiveram sequer seu próprio voto (BRASIL, TRE - MA, 2016), o que pode indicar uma tentativa de lançar candidaturas femininas, não para a efetiva disputa eleitoral, mas, sim, para burlar a Legislação e atingir os 30% de candidaturas por sexo indicado na Lei, bem como a utilização dos recursos do Fundo Partidário¹⁶⁹.

Outro ponto a ser destacado é que o crescimento do número de mulheres que disputam o legislativo municipal não tem incidido diretamente sobre os acentos nas câmaras. O percentual de vereadoras na Câmara Municipal de Caxias permanece muito abaixo dos 30% previstos na Lei. Essa permanência também é sentida em outros estados do Brasil e entre outras instâncias do Legislativo, como o Senado. Nas eleições de 2010, por exemplos, 2/3 das cadeiras do Senado foram renovadas, sendo sete mulheres eleitas. Nas eleições de 2018, o número se repetiu, o que representa 13% dos acentos (TSE, 2019).

¹⁶⁹ O Fundo Especial de assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) é um instrumento formal, regulamentado pela Lei nº9.096/1995, que tem por objetivo o financiamento público, não exclusivo, dos partidos políticos do Brasil, não limitado aos processos eleitorais. De acordo com o Artigo 44, os recursos oriundos do Fundo, além de outras finalidades, pode ser utilizado “[...] na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, criados e executados pela Secretaria da Mulher ou, a critério da agremiação, por instituto com personalidade jurídica própria presidido pela Secretária da Mulher, em nível nacional, conforme percentual que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% (cinco por cento) do total[...]” (BRASIL, 1995). Recentemente foi aberto processo investigativo contra o PSL relativo às eleições de 2018, em que o presidente do Partido foi acusado de usar candidaturas femininas laranjas para desvio das verbas do fundo partidário. O processo está em andamento.

Em relação ao número de mulheres eleitas, 2012 foi o ano que mais se aproxima do percentual estipulado na Lei, com um aumento nos assentos ocupados por mulheres no Legislativo municipal de Caxias (26,31%), conforme aponta o quadro 08, a seguir:

QUADRO 08 – Vereadores eleitos e vereadoras eleitas em Caxias - MA, por ano e sexo (1992-2016).

ANO	Nº DE VAGAS	Nº DE VEREADORES ELEITOS	%	Nº DE VEREADORAS ELEITAS	%
1992	17	16	90,01	01	9,09
1996	17	17	100,00	0	0
2000	17	14	72,30	03	27,7
2004	11	10	90,09	01	9,09
2008	11	10	90,09	01	9,09
2012	19	14	73,70	05	26,31
2016	19	16	84,22	03	15,78

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados do Tribunal Regional Eleitoral (MA), 2016.

O quadro 08 aponta para a permanência da baixa representatividade feminina na Câmara Municipal de Caxias. A eleição de 1996 foi a primeira sob a influência da Lei de Cotas, e, apesar de dezessete mulheres terem se candidatado ao cargo, nenhuma foi eleita. Em termos percentuais, a eleição de 2000 foi a que mais se aproximou dos 30% estipulados em lei, apesar de naquele ano ainda não existir a exigência dessa marca para as candidaturas por sexo. Em números reais, 2012 foi o ano de eleição com o maior quantitativo de mulheres eleitas (cinco) e, considerando as legislaturas, a de 2013 a 2016 foi, que teve o maior número de mulheres ocupando cadeiras no Legislativo municipal de Caxias, já que, em 2015, assumiu a vereadora Raimunda de Fátima Rocha Bezerra.

4.1 MULHERES ELEITAS EM CAXIAS (1937-1992), ANTERIORMENTE À LEI DE COTAS

Depois da eleição, em 1937, de Jerônima Medeiros para a Câmara Municipal de Caxias, já mencionado em capítulo anterior, em 1955, elegeu-se, para o Legislativo municipal, a professora Silvandira Kós Guimarães, que exerceu o mandato de 1955 a 1958. A vereadora fazia parte de uma família tradicional caxiense e era solteira. Eleita pelo PSD¹⁷⁰, a vereadora foi a única mulher presente na legislatura.

¹⁷⁰ O Partido Social Democrático (PSD) foi um partido político existente no Brasil criado em 1945 e extinto no período da ditadura civil-militar através do Ato Institucional n. 02 em outubro de 1965. O ato extinguiu todos os partidos políticos, através do artigo 18, que figurou com a seguinte redação “Ficam extintos os atuais Partidos

No Maranhão, PSD e PTB eram partidos controlados por Vitorino Freire e que, em Caxias, tinham a adesão de Eugênio Barros, Alderico Novaes Machado, João Elzimar da Costa Machado¹⁷¹ e Numa Pompílio Bayma Pereira, políticos com forte peso na política local. A candidatura de Silvandira Kós foi apresentada pelos líderes políticos da família Machado.

De acordo com Brandão (2015, p. 278), os grupos políticos de Caxias refletiam os conflitos existentes em âmbito estadual, e Caxias representava um espaço de disputas das agremiações alicerçadas na “situação” ou “oposição”. O pleito de 1955, por exemplo, ocorreu sob forte tumulto, sendo a eleição contestada pela oposição. De acordo com o jornal “O Estado do Maranhão”, de 30 de agosto de 1998,

O pleito de 1955 foi veementemente contestado pelas Oposições Coligadas, que impetraram recursos no TER e no TSE, com vistas a dificultar a diplomação e posse de Matos Carvalho e Alexandre Costa, os quais segundo os opositoristas, elegeram sob a égide da fraude eleitoral.

Após essas duas mulheres, elegeu-se Adelaide Fraga Lima no ano de 1962¹⁷². Nascida em Caxias, no dia 21 de outubro de 1915, teve quatro pleitos na Câmara municipal, tornando-se a vereadora com o maior número de mandatos no Legislativo municipal. Foi auxiliar de Enfermagem e parteira por mais de cinquenta anos no município e era conhecida como “Mãe Adelaide”. Na segunda, terceira e quarta eleições de que participou, foi eleita pela ARENA¹⁷³.

Joana dos Santos Machado, conhecida como “Mãe Joana”, foi uma mulher negra, nascida em Caxias - MA, no dia 02 de junho de 1921. Dedicou 70 anos de sua vida à ocupação de parteira. Trabalhou durante 35 anos por conta própria em um posto de saúde do Município, no Hospital Acrísio Cruz, no Hospital Miron Pedreira e na Casa de Saúde e Maternidade de Caxias. Em 1967, elegeu-se vereadora¹⁷⁴.

Políticos e cancelados os respectivos registros”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm. Acesso em: 30 de junho de 2019. O PSD, juntamente com o PTB, constituiu a base governista de Getúlio Vargas e teve uma atuação de cunho centrista, congregando representantes de várias regiões do País. Dentre os filiados maranhenses importantes esteve Clodomir Cardoso, jornalista e advogado, que foi deputado provincial, prefeito de São Luís, deputado federal e senador da República pelo Maranhão. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1566>. Acesso em 30 de junho de 2019.

¹⁷¹ “No tocante à eleição de Caxias para prefeito e vice em 1955, disputaram o pleito os candidatos: João Elzimar da Costa Machado e José Waldemar Labre de Lemos. Ambos pertenciam à legenda PSD e eram sustentados pela base vitorinista em Caxias [...]” (BRANDÃO, 2015, p. 280).

¹⁷² Não foi possível descobrir o partido ao qual Adelaide Fraga era filiada quando venceu as eleições naquele ano.

¹⁷³ A Aliança Renovadora Nacional foi um partido político brasileiro criado a partir do bipartidarismo presente no período da ditadura civil-militar. A ARENA representava o governo enquanto a oposição era representada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

¹⁷⁴ De acordo com Arthur Almada Lima Filho, Joana dos Santos Silva foi eleita vereadora em 1965 “[...] com expressiva votação, cumprindo o mandato até 1970, numa época em que os vereadores não eram remunerados

Conceição de Maria Assunção de Araújo era conhecida como Conceição “Pé no Chão”, devido ao fato de, nos discursos, subir ao palanque com os pés descalços, como manifestação pela falta de recursos financeiros para custear as despesas de campanha. Abraçou, sozinha a participação na política local. Filha da tradicional família “Assunção”, era funcionária pública federal, lotada no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Nunca foi casada e ingressou na carreira política com o apoio do político João Castelo¹⁷⁵, para o qual já havia trabalhado em eleições anteriores¹⁷⁶.

Edmée Chaves de Assunção, uma das pioneiras da educação no município, nasceu em Caxias em 1913 e foi eleita pela ARENA, por dois mandatos consecutivos. Iniciou sua atuação no magistério logo em seguida à conclusão do curso de normalista. Pedagoga, Edmée Assunção também foi secretária de educação no segundo mandato de prefeito de Aluísio Lobo, entre os anos de 1978 e 1983.¹⁷⁷

Essas vereadoras foram eleitas em processos eleitorais anteriores à primeira lei de cotas por sexo no Legislativo brasileiro. A última eleição ocorrida no Brasil, anterior a essa Legislação, data de 1992, quando Labibe Gedeon Simão foi eleita vereadora em Caxias.

Labibe Gedeon Simão, nascida em Caxias – MA no ano de 1934, casou-se com Fause Elouf Simão, o vereador com o maior número de mandatos no Município, sete ao todo, o que totaliza trinta e dois anos exercendo a função de vereador, tendo ainda presidido a Câmara Municipal nos períodos de 1977 a 1982. Nas eleições de 1992, a família Simão lançou o nome de Labibe Simão à Câmara Municipal, sendo esta eleita pelo PFL com 534 votos. Além de vereadora, Labibe Simão foi também vice-prefeita de Caxias, ao lado de Márcia Serejo Marinho, na administração de 2000 a 2004.

A candidatura de Labibe Simão, em 1992, ocorreu em função da aposentadoria do esposo, já em avançada idade. Depois do único mandato, os filhos Paulo e Fauze Simão se tornaram os herdeiros políticos da família. Nas eleições seguintes, em 1996, não houve nenhuma mulher eleita para a Câmara Municipal de Caxias.

[...]. Ainda em vida, essa hora enfermeira recebeu expressivas manifestações de carinho e respeito de seus conterrâneos e do poder público municipal” (LIMA FILHO, 2014, p. 160).

¹⁷⁵ João Castelo Ribeiro Gonçalves, foi um político, nascido em Caxias, em 1937, advogado e empresário que exerceu o cargo de Deputado Federal por cinco mandatos. Foi deputado Constituinte em 1987. Foi ainda governador do Maranhão entre 1979 a 1982; senador de 1983 a 1991 e prefeito da capital do estado São Luís, entre 2009 e 2012. Faleceu em 11 de dezembro de 2016. Fonte: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74445/biografia>

¹⁷⁶ Informações obtidas a partir de entrevista com a vereadora no Projeto de Iniciação Científica “Representatividade feminina no legislativo de Caxias-MA: entraves, rupturas e perspectivas atuais”, desenvolvido na Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão (FACEMA) entre os anos de 2015-2016.

¹⁷⁷ Além dessas vereadoras de mandato, houve ainda Ivanise Barros Lima, na legislatura de 1959 a 1962; Maria de Jesus Ribeiro da Silva Azevedo, na legislatura de 1983 a 1988, e Yvone Reis Moreira Cutrim, na legislatura de 1989 a 1992 sobre quais não se obtiveram maiores informações.

Relevante observar que nesse grupo de mulheres há uma tendência às profissões/ocupações ligadas ao cuidar. Ser parteira ou auxiliar na área de saúde, bem como no campo educacional, possivelmente conferia um capital relacional e prestígio amplo, algo que pode ter facilitado o acesso dessas mulheres a cargos políticos. Compreendendo que as vias de acesso à política podem ser diversas, elas apontam para o fato das mulheres que se tornaram vereadoras detinham um capital relacional e prestígio junto a famílias poderosas no município.

Joana dos Santos e Adelaide Fraga eram conhecidas no município como “mães”, o que invoca a ideia de cuidado e zelo, características que o imaginário popular vincula ao feminino. As demais vereadoras eleitas em processos anteriores à Lei de Cotas, alinham-se a ocupações/profissões voltadas à arte do cuidar: enfermeiras, técnicas de enfermagem, parteira, professoras, o que indica uma utilização de alguns capitais, tais como o marcador de gênero. Jerônima Medeiros, Silvandira Kós, Edmeer Chaves Assunção, Labibe Gedeon Simão eram professoras, enquanto Joana dos Santos (atendente de enfermagem e parteira), Adelaide Fraga Lima (parteira), Ivone Reis Moreira Coutinho (médica), articulam-se à população através da área da saúde.

4.2 O GRUPO DE VEREADORAS ELEITAS EM CAXIAS, MARANHÃO (1992-2016) - ANÁLISE DOS DADOS PROSOPOGRÁFICOS

A presente análise tem por objetivo traçar o perfil do grupo de mulheres eleitas para a Câmara Municipal de Caxias, estado do Maranhão, entre as eleições de 1992 a 2016. A partir do estudo, será possível visualizar o perfil das mulheres eleitas. A maioria dessas mulheres já tinha alguma experiência política anteriormente ao primeiro mandato de vereadora, não exatamente exercendo alguma função eletiva, mas participando de eleições anteriores às por elas disputadas, cujos candidatos eram os esposos ou parentes próximos. No geral participavam como coordenadoras de campanhas ou auxiliavam de algum modo no processo eleitoral de cônjuges ou parentes. Essa realidade condiz com os estudos de Costa (2011) acerca da profissionalização política das mulheres no Maranhão, quando esta afirma que:

Corroborando as ideias de autores que discutem sobre o processo de profissionalização política, o tempo de dedicação dessas mulheres às atividades políticas, em geral, somam vários anos. Não apenas pelo número de mandatos acumulados, mas também por atividades desempenhadas antes da ocupação do cargo eletivo. Identificamos casos de passagem por secretarias, participação nas campanhas dos maridos ou do pai, antes de serem eleitas. O conhecimento e as práticas adquiridas nessas esferas acabam funcionando como capital significativo de diferenciação entre os concorrentes na arena política (COSTA, 2011, p. 41).

Para a coleta dos dados prosopográficos, foram analisadas as informações constantes no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), no que se refere às listas de candidaturas deferidas e a de eleitos e eleitas. Também nos referidos sites, foi possível verificar, entre as vereadoras pesquisadas, quais possuíram ou possuem funções em partidos políticos e os anos em que exerceram essas funções.

As informações sobre as legislaturas da Câmara Municipal de Caxias também foram importantes para situar no tempo a eleição de mulheres, bem como para identificar o período de mandato de cada vereadora e os anos de maior número de mulheres com acento nas cadeiras na Câmara municipal, bem como se o exemplo de Caxias reflete realidades de outros municípios maranhenses ou brasileiros. A partir das informações obtidas no site da Câmara Municipal de Caxias, também foi possível estabelecer conexões entre as vereadoras e outros políticos locais e regionais, destacando os parentescos existentes entre elas e outros vereadores e entre elas mesmas.

Entre as principais fontes pesquisadas, vale destacar as Fichas de Cadastro das Candidaturas, documento preenchido pelas próprias candidatas e que ficam armazenadas no Cartório Eleitoral de Caxias. Nessas fichas, foi possível verificar informações tais como nome completo, escolaridade, estado civil, filiação partidária, coligação. Entre os anexos das fichas, constavam certidão de nascimento, casamento, diplomas escolares e relação de bens das candidatas.

A análise quantitativa dos dados coletados foi orientada pelo trabalho de vários pesquisadores¹⁷⁸ que se valeram da prosopografia como ferramenta teórico-metodológica para a realização de estudos sobre elites. Os resultados estão apresentados em quadros e tabelas com a finalidade de possibilitar uma melhor visualização da realidade que envolve esse grupo específico de mulheres.

Após a reunião dos dados, processou-se a organização das informações por meio de tabelas orientadas em seis categorias diferentes, a saber: 1. Informações Gerais, como nascimento, naturalidade, filiação, raça/etnia, grau de instrução, estado civil, nome e profissão/ocupação do cônjuge; 2. Partidos Políticos, uso de sobrenome político e participação em Movimentos Sociais; 3. Ocupação de outros cargos eletivos; 4. Eleições a que concorreu, cargo que disputou, situação da candidatura, coligação e o local da eleição

¹⁷⁸ Perissinoto e Codato (2015), Heinz (2006) e Noronha (2011) foram alguns dos utilizados.

(município ou estado); 5. Número de mandatos, local, início e fim de mandato, outros cargos eletivos que ocupou; 6. Familiares políticos, grau de parentesco/conjugalidade, cargo ocupado pelo parente/cônjuge, local e período.

O grupo de vereadoras analisado é composto por onze mulheres, a contar com Labibe Gedeon Simão, que entrou no grupo pelo fato já exposto, pois foi a última vereadora eleita no município sem a influência da Lei de Cotas. A ideia é perceber quais as permanências vinculadas a esse grupo que compõe a elite política local, além de realizar comparações entre o local e outros municípios brasileiros, no intuito de perceber similitude e diferenças entre a realidade de Caxias e outros espaços geográficos.

A literatura tem apontado a existência de três rotas de entrada das mulheres na política brasileira¹⁷⁹, quais sejam: laços familiares, militância em partidos políticos ou movimento social e pelo uso das atividades profissionais. Os principais estudos apontam ainda a utilização de vários capitais que, agregados, contribuem positivamente para o lançamento de candidaturas femininas, incluindo a ideia de que mulheres são mais honestas, estão mais ligadas ao cuidar e, portanto, mais aptas ao trabalho com o povo¹⁸⁰.

Desse modo, foram construídas matrizes de análise para decodificar as estruturas do grupo de mulheres que enfrentaram e venceram a corrida eleitoral. A primeira parte do estudo apresenta informações sobre nascimento, naturalidade, filiação, raça/etnia, grau de instrução, estado civil e religião. A tabela 01, aponta a naturalidade das vereadoras.

TABELA 01 - Naturalidade - vereadoras eleitas, Caxias (MA), 1992-2016.

NATURALIDADE	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Natural de Caxias (MA)	05	45,40%
Natural de Cururupu (MA)	01	9,1%
Natural de Penalva (MA)	01	9,1%
Natural de Chapadinha (MA)	01	9,1%
Natural de São João da Serra (PI)	01	9,1%
Natural de Teresina (PI)	01	9,1%
Natural de Natal (RN)	01	9,1%
TOTAL	11	100%

Fonte: Tabela construída a partir das informações constantes nas Fichas de Cadastro de candidaturas, 2019.

¹⁷⁹ Sobre as portas de entrada das mulheres na política, recomendam-se os trabalhos de Araújo (2005), Avelar (2001) e Céli Pinto et al (2000).

¹⁸⁰ Para a discussão da temática, verificar os trabalhos de Costa (2011 e 2011a).

A partir dos dados da tabela, foi possível verificar que cinco vereadoras eram filhas de Caxias, e três eram naturais de outros municípios maranhenses, a saber (Cururupu, Penalva e Chapadinha) e três de outros estados (Rio Grande do Norte e Piauí) e que chegaram a Caxias em razão do matrimônio¹⁸¹. Das seis que não eram caxienses, ao menos quatro receberam o título de cidadã caxiense concedidos pela Câmara Municipal, sob a justificativa de relevantes trabalhos realizados no Município¹⁸². Em termos de classificação, os municípios maranhenses naturais destas mulheres, são considerados de pequeno porte, não tendo grande expressividade na política maranhense, com exceção de Chapadinha, que nos últimos anos se destaca por conta do número de gaúchos que se deslocaram do sul do Brasil para o Maranhão a partir da década de 1980.

TABELA 02 - Estado Civil - vereadoras eleitas, Caxias (MA), 1992-2016.

ESTADO CIVIL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Casada	09	81,8%
União Estável	01	9,1%
Solteira	01	9,1%
TOTAL	11	100%

Fonte: Tabela construída a partir das informações constantes nas Fichas de Cadastro de candidaturas, 2019.

No período analisado, nove delas eram casadas, uma vivia em união estável¹⁸³ e uma era solteira. Essa é uma realidade em grande parte do País, pois, em geral, a literatura (MIGUEL; BIROLI, 2010; COSTA, 2011) tem apontado que mulheres se lançam na política representativa a partir de laços de parentalidade ou conjugalidade¹⁸⁴. De acordo com Luís Felipe Miguel e Flávia Birolli (2010, p. 668), uma “[...] rede de contatos explica porque, para as mulheres que ingressam na carreira política, o capital de tipo familiar – as redes de apoios herdadas de pais, irmãos ou maridos – é tão importante”.

¹⁸¹ Informação obtida através das próprias vereadoras nas entrevistas.

¹⁸² Ana Lúcia Soares da Silva Ximenes, natural do município de São João da Serra PI, Benvinda Almeida de Chapadinha, MA, Tânia Maria Porto Cantalice, de Natal, RN e Taniery Cantalice de Teresina, PI, receberam o título de cidadãs caxienses concedido pela Câmara Municipal. Fonte: <http://portalsinalverde.com/noticia/11519-vereadores-recebem-titulo-de-cidadao-caxiense>.

¹⁸³ Nas eleições de 2004, mesmo não sendo oficialmente casada, Cláudia Fabiana Vieira da Silva, utilizou o sobrenome político do marido, Ferdinando Coutinho em sua campanha eleitoral. Na urna eletrônica o nome para votação foi “Cláudia Coutinho”.

¹⁸⁴Costa (2011), Ferreira (2010 e 2012).

O casamento, portanto, pode se constituir como uma das vias de acesso feminino para a política. Costa (2011), em pesquisa realizada sobre candidatas no Maranhão, observou a família como um dos principais mecanismos que encaminham as mulheres na política. De acordo com a pesquisadora, todas as entrevistadas,

[...] tiveram uma iniciação política dentro do seio familiar, demonstrando a ideia de um trajeto peculiar na formação de político. O acionamento das relações de parentesco apareceu nas disputas políticas, o nome como elemento de distinção em relação aos demais candidatos envolvidos na disputa eleitoral aparece no conjunto dos casos.

Desse modo, tanto a noção de família quanto de laços de parentesco e afinidade deve ser analisada, pois importa dizer, que a proximidade com um político com experiência no campo da representação, pode facilitar a entrada e permanência de figuras públicas nas instâncias do estado. No caso das mulheres, o uso do sobrenome do cônjuge político ou de parente pode ser um indicador de boa aceitação nos processos eleitorais.

TABELA 03 - Idade ao exercer o primeiro mandato - vereadoras eleitas, Caxias (MA), 1992-2016.

NATURALIDADE	QUANTIDADE	PERCENTUAL
19 a 30 anos	1	9,1%
31 a 40 anos	4	36,3%
41 a 50 anos	3	27,3%
Mais de 50 anos	3	27,3%
TOTAL	11	100%

Fonte: Tabela construída a partir das informações constantes nas Fichas de Cadastro de candidaturas, 2019.

Em termos de faixa etária, observou-se que para quatro mulheres, o primeiro mandato ocorreu entre os 31 e 40 anos (45,45%), seguida das faixas de três candidatas sagraram-se vereadoras entre os 41 a 50 anos e outras três que se elegeram com mais de 50 anos, cada uma correspondendo a 27,27%. Esses percentuais, apontam que seis mulheres se elegeram para a Câmara Municipal de Caxias, após os quarenta anos de idade. Isso representa uma entrada tardia na política representativa. Esta realidade corrobora com os estudos de Pinto et al. (2000), feita com vereadoras gaúchas entre as eleições de 1992 a 2000, em que a maioria contava com mais de 40 anos, sendo 41 anos para as eleitas em 1992 e 42,5 anos para a legislatura de 1996-2000.

Costa (2011), ao analisar os perfis, as trajetórias e as campanhas eleitorais de mulheres no Maranhão, tanto para o executivo quanto para o legislativo, observou que “[...] em relação à idade de ocupação do primeiro cargo eletivo dessas mulheres, todas foram eleitas antes dos 35 anos, chamando atenção para o recrutamento precoce no processo de especialização política”.

De acordo com a pesquisa de Palheta, Nascimento e Álvares (In FERREIRA, 2012), o mesmo ocorreu entre as candidatas eleitas para a Câmara Municipal de Belém, nas eleições de 2008, quando 90,9% tinham entre 40 e 50 anos de idade. Uma pesquisa realizada pela Rede Mulher e Democracia (2008, p. 23) sobre o perfil de parlamentares (deputados e deputadas) do Nordeste revelou que a faixa etária entre 30 e 49 anos é predominante (48,5%). Porém, segundo a pesquisa, “[...] são os que têm mais de 50, somando 44,7%, que geralmente, estão numa situação mais confortável para a disputa eleitoral”. Já a pesquisa realizada por Teixeira et al. (In FERREIRA, 2012), sobre o município de Parauapebas, no Pará, indica que “[...] as candidatas da microrregião, em sua maior parte, estão na faixa etária que vai dos 35 a 44 anos de idade (os homens também)”. Situação mais confortável diz respeito a uma maior estabilidade econômica e, provavelmente, ao fato de os filhos estarem mais crescidos, o que favorece à participação política.

Entre as deputadas e deputados que compõem a Assembleia Legislativa do estado do Maranhão, Grill (2007) observou a entrada precoce entre homens e mulheres: mais de 70% estrearam na política com idade inferior a 35 anos, e 25%, antes dos 25 anos.

De acordo com os estudos de Avelar (2001), a vida das mulheres, no geral, é pautada conforme o status conjugal e a maternidade, o que contribui para uma entrada “tardia” das mulheres na vida pública. O uso do tempo, gasto não apenas para o trabalho fora de casa e os estudos, mas em tarefas domésticas (cuidados com o lar, crianças, pessoas com deficiência, doentes e idosos), faz com que as mulheres não se dediquem de forma simétrica aos homens na vida pública.

Com o casamento, a mulher amplia o campo de suas tarefas domésticas, assumindo outras responsabilidades que irão demandar mais tempo e energia. Com a maternidade, mais ainda, tempo e energia tornam-se cruciais na vida da mulher. As tarefas extra-família tornam-se cada vez mais seletivas. Já a paternidade não significa necessariamente alteração no estilo de vida, razão pela qual os homens podem continuar desempenhando tarefas envoltentes, como é o caso da política (AVELAR, 2001, p. 153).

Já para Miguel e Birolli, (2010) tanto o casamento quanto as tarefas domésticas, não representam, necessariamente, um empecilho à entrada das mulheres na política. Para estes

pesquisadores, existe um peso maior da própria estrutura da sociedade, que marca a política como um espaço eminentemente masculino, o que faz com elas, muitas vezes não se vejam ocupando esta seara pública.

TABELA 04 - Grau de Instrução ao exercer o primeiro mandato - vereadoras eleitas, Caxias (MA), 1992-2016.

GRAU DE INSTRUÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Ensino Fundamental incompleto	0	0%
Ensino Fundamental completo	1	9,1%
Ensino Médio incompleto	0	0%
Ensino Médio completo	1	9,1%
Ensino Superior incompleto	2	18,2%
Ensino Superior completo	7	63,6%
TOTAL	11	100%

Fonte: Tabela construída a partir das informações constantes nas Fichas de Cadastro de candidaturas, 2019.

Quanto ao grau de instrução, a maior parte das vereadoras eleitas já possuía curso superior quando da vitória na primeira eleição. A literatura sobre elites destaca que o nível de escolaridade é uma das variáveis para ingressar no campo da política representativa, realidade que diz respeito aos dois sexos¹⁸⁵. Apenas uma delas possuía o Ensino Fundamental incompleto, e duas, o Ensino Superior Incompleto. Levando em consideração que a taxa de analfabetismo em Caxias é de 25,40% entre a população com idade superior a 15 anos (IBGE, 2010) e o fato de que a maioria das vereadoras eleitas possuir curso superior, verifica-se a permanência de uma elite letrada na composição da Câmara Municipal. Em relação ao mesmo período analisado, o grau de instrução de homens eleitos em Caxias obteve-se a seguinte configuração:

¹⁸⁵ Sobre a variável grau de instrução e sua importância para a disputa eleitoral ou a manutenção de elites, vide obra de Felisbino, Bernabel e Kerbaui (2012).

TABELA 05 - Grau de Instrução - vereadores eleitos, Caxias (MA), 1992-2016.

GRAU DE INSTRUÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Ensino Fundamental incompleto	04	8,2%
Ensino Fundamental completo	03	6,12%
Ensino Médio incompleto	01	2,04%
Ensino Médio completo	08	16,32%
Ensino Superior incompleto	02	4,1%
Ensino Superior completo	27	55,10%
Sem Informação ¹⁸⁶	03	6,12%
TOTAL	49	100%

Fonte: Tabela construída a partir das informações constantes nas Fichas de Cadastro de candidaturas, 2019.

Apesar da superioridade numérica de vereadores eleitos para o mesmo período, foi possível inferir que em termos percentuais, as mulheres vereadoras possuem mais instrução do que os homens, tanto em nível superior completo quanto o inconcluso. Os dados também estão em consonância com os estudos nacionais que indicam que os políticos (as) que possuem curso superior têm certa vantagem em relação àqueles que não os detém.

Estudos sobre recrutamento político¹⁸⁷ apontam que, de maneira geral, possuir um curso superior é um dos fortes requisitos para a ascensão em um grupo político. A realidade de Caxias também é compatível com o perfil educacional de deputados e deputadas do Nordeste e com o perfil educacional dos vereadores e vereadoras do município de São Carlos, no interior do estado de São Paulo.

Os vereadores da cidade de São Carlos possuem alta escolaridade; a média do grau de instrução dos legisladores no município supera a média nacional para o mesmo cargo. A maior parcela dos representantes possui ensino superior completo, inclusive com especialização. O número de representantes com apenas o ensino médio completo também é alto (MARTINS; KERBAUY, 2017, p. 144).

¹⁸⁶ A partir desta tabela, a nomenclatura “Sem informação”, a parecerá com a sigla “s.i”.

¹⁸⁷ De acordo com Norris (2013, p. 11), os principais fatores que influenciam o processo de escolha dos candidatos, podem ser esquematizados da seguinte forma: “a *certificação*, envolvendo o Direito Eleitoral, as regras partidárias e normas sociais informais que definem os critérios para a candidatura elegível; a *indicação*, envolvendo a oferta de elegíveis que buscam postos políticos e a demanda dos selecionadores ao decidirem quem é nomeado; a *eleição*, o passo final que determina quais indicados obterão assentos no poder Legislativo”.

Por outro lado, foi possível também concluir uma diferenciação relativa ao grau de instrução entre vereadoras e vereadores, enquanto nenhuma delas se elegeram sem o ensino fundamental incompleto, entre eles, a marca chega próxima aos 9%, realidade que também aparece em relação ao ensino médio completo. Apenas 9,1% das mulheres eleitas tinham esse grau de instrução, enquanto para eles, o percentual sobe para 16,32%. Essa diferenciação, pode apontar que a sociedade cobra maior formação e qualificação para as candidaturas femininas do que masculina.

Outro elemento marcador no recrutamento político diz respeito à formação dos candidatos e candidatas aos cargos do Legislativo e Executivo. A formação superior estabelece uma variável relevante na identificação da origem e composição social das elites políticas. Estudos apontam que os recursos de posição social (ocupação e escolaridade) dos políticos é uma fonte rica para identificar a estratificação social e a legitimação de classificações hierárquicas do capital social (MARENCO; SERNA, 2007; GAXIE, 2012; CORADINI, 2012). Sobre isso, a tabela 06, a seguir, apresenta a formação superior das vereadoras caxienses.

TABELA 06 – Formação Superior - vereadoras eleitas, Caxias (MA), 1992-2016.

FORMAÇÃO SUPERIOR	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Licenciatura em Letras	01	14,3%
Licenciatura em Pedagogia	01	14,3%
Licenciatura em Normal Superior	01	14,3%
Bacharelado em Enfermagem	01	14,3%
Bacharelado em Fonoaudiologia	01	14,3%
Bacharelado em Direito	01	14,3%
Bacharelado em Administração	01	14,3%
TOTAL	07	100%

Fonte: Tabela construída a partir das informações constantes nas Fichas de Cadastro de candidaturas, 2019.

A tabela demonstra a presença mais significativa de mulheres ligadas à educação, seguida da área de saúde. Os dados não apresentam uniformidade em termos de profissão, pois a formação superior inclui as áreas de licenciatura (três), saúde (duas), Administração (uma) e Direito (uma). Corandini (2012) destaca que

Ao tomar os candidatos eleitos, essas relações entre titulação escolar e cargo em disputa ficam bem mais intensas. Nesse caso também, no extremo do polo da maior titulação escolar e mais especificamente, correspondendo aos com curso superior completo, destacam-se em um bloco à parte os candidatos a Senador, Governador, Deputado Federal e Deputado Estadual. Os candidatos a Prefeito ocupam uma posição intermediária, mas ainda fortemente associados ao curso superior completo, embora também ao curso superior incompleto. No extremo oposto, nesse caso também se posicionam somente os candidatos a Vereador, correspondendo mais diretamente aos que apenas leem e escrevem, com o curso fundamental completo ou incompleto e com o ensino médio completo ou incompleto.

No caso das mulheres eleitas para a Câmara Municipal de Caxias, há, portanto, uma divergência com relação ao estudo de Coradini (2012), o que pode indicar que as exigências para as candidaturas femininas sejam mais elevadas que as feitas para candidaturas masculinas. No entanto, isso carece de uma pesquisa mais aprofundada para fazer a comparação entre o nível de escolaridade entre os homens eleitos para a Câmara Municipal de Caxias.

O grupo de mulheres com nível superior, são aqui denominadas de “profissionais”. Em termos percentuais, é superior o número de mulheres com titulação em nível superior do que as que possuíam apenas o ensino fundamental e médio. Esses dados também podem indicar uma certa prevalência entre mulheres com condições sócio-econômicas mais elevadas, que tinham recursos para ingressarem no nível superior. Outra questão a ser destacada é a vinculação das mulheres eleitas, a profissões ligadas ao “cuidar”. Dentre aquelas que cursaram universidade, cinco entre as sete, alinham-se a profissões pretensamente femininas, quais sejam, as áreas da educação e a saúde. O perfil do grupo de vereadoras caxienses parece seguir a lógica das mulheres eleitas em período anterior à pesquisa para a Câmara Municipal de Caxias, estando o grupo ora analisado, tendendo ao atrelamento a profissões entendidas como do campo feminino. No que se refere às atividades econômicas desenvolvidas pelas vereadoras eleitas, foi possível extrair as seguintes informações:

TABELA 07 – Profissão/ocupação – vereadoras eleitas, Caxias (MA), 1992-2016.

PROFISSÃO/OCUPAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Funcionárias Públicas	04	27,3%
Secretária/Datilógrafa	01	9,1%
Administradora	01	9,1%
Empresária	01	18,1%
Dona de casa	01	9,1%

Fonoaudióloga	01	9,1%
Enfermeira	01	9,1%
Sem Informação	01	9,1%
TOTAL	11	100%

Fonte: Tabela construída a partir das informações constantes nas Fichas de Cadastro de candidaturas, 2019.

Em termos de atividade econômica, quatro vereadoras declararam ser funcionárias públicas, aqui denominadas de “burocracia”. Uma vereadora declarou ser “empresária”. Duas declararam atuar na área de saúde, uma como dona de casa, e uma não informou a atividade econômica. Corroborando com outras representações de espaços brasileiros e estrangeiros, se tomarmos como referência os municípios franceses¹⁸⁸, por exemplo, em Caxias, o perfil do grupo apresenta membros pertencentes aos extratos médios e altos da população, com alto nível de escolaridade.

Os achados da pesquisa diferem daquilo que Perissinotto e Miríade (2009), descobriram em relação à eleição de deputados federais em 2006. De acordo com os autores, a maior parte das ocupações apresentadas pelos vencedores do pleito era constituída por políticos (46,8%) e por advogados (8,8%) e empresários (6,6%). As demais categorias (assalariados urbanos, comerciantes, engenheiros, funcionários públicos e médicos), agrupavam os demais percentuais. No caso das vereadoras caxienses, existe uma sobre-representação das funcionárias públicas (27,3%), seguida das empresárias (18,1%).

Os estudos sobre recrutamento político no Brasil (RODRIGUES, 2002; BRAGA, 2008; ÁLVARES, 2006), apontam que os princípios de representação política no País têm fortes características elitistas, havendo predomínio sobre a escolha dos chamados profissionais liberais. Já os trabalhos de Cervi, Costa, Codato e Perissinotto, 2015 e Silva e Silva, 2015, chamam a atenção para o fato de que existe no Brasil características que levam os partidos políticos a escolherem candidatos e candidatas a partir da articulação de recursos simbólicos e materiais que são julgados importantes na disputa eleitoral, tais como as variáveis políticas, financeiras e sociais (PHILLIPE GUEDON, 2017).

O fato de pertencer a este grupo contribui para viabilizar economicamente a campanha eleitoral, já que é tradição que as famílias políticas invistam vultosas quantias na continuidade

¹⁸⁸ Sobre isto, vê o trabalho de Daniel Gaxie (2012), que trata sobre a origem de deputados na França e Christine Guionnet (2002) sobre a relação entre gênero e a participação política das mulheres e o gênero na França.

de seus membros nos cargos eletivos, seja qual for a esfera. Mas há uma predominância daquelas que se autodeclararam funcionárias públicas (quatro entre as onze vereadoras). De acordo com os estudos de Cervi (2010) e Cervi (2012), “Político com mais recursos de empresas tendem a ter um volume maior de dinheiro na campanha e a conquistar mais votos individuais, aumentando as chances de vitória”. Para Gaxie (2012, p. 87),

Independentemente do cargo considerado (prefeito, gestor departamental, candidato às eleições legislativas, deputado ou ministro), pode-se estabelecer uma correlação estreita entre a representação política de um grupo e a posição social de seus membros.

O grupo possui como atributo o uso da identidade profissional para buscar eleitores adeptos entre aqueles que compartilham sua vivência profissional, destacando em suas campanhas eleitorais características positivadas da profissão, formando uma rede de articulação entre os pares. Ana Lúcia Ximenes, por exemplo, possui uma forte vinculação com o grupo de professores, e Thaís Coutinho possui uma identidade vinculada aos profissionais da área da saúde. Coradini (2012) destaca que:

Em termos gerais, tomando o conjunto dos candidatos não eleitos de todos os cargos em disputa, há uma forte associação entre os comerciantes e os trabalhadores, funcionários e trabalhadores do comércio, serviços e indústria em geral e os outros proprietários – agricultores, pecuaristas, etc., com os candidatos a Vereador.

Apesar de a literatura apontar que, no Brasil, o recrutamento preferencialmente recai, no caso da esquerda, para profissionais da educação e participantes do movimento sindical, e, no caso da direita¹⁸⁹, há convergência, principalmente, com candidatos ligados aos setores da área produtiva e empresarial, em Caxias, essa característica não se confirma. Em nível local, a pesquisa aponta que não existe essa distinção entre as mulheres eleitas. É perceptível que têm

¹⁸⁹ Neste trabalho, busca-se fugir à definição de direita e esquerda, já que por vezes, essa separação pode parecer confusa ou simplória, no entanto, cabe aqui o conceito de direita dado por Barcellona, citado por Bobbio (2001, p. 09) de que as características da direita podem ser definidas a partir da consideração do indivíduo como átomo isolado, o primado da economia de mercado sobre a sociedade, a personalização da autoridade. Já a esquerda, segundo a definição do próprio Bobbio, está atrelada a “[...] três questões tradicionais – “igualdade entre quem, igualdade em relação a que, igualdade com base em qual critério?”, a esquerda, com respeito à primeira, tende a dar uma resposta mais extensiva (senão ‘todos’ contra ‘poucos’, os ‘mais, contra os ‘menos’; com respeito à segunda, dá preferência aos direitos humanos fundamentais contra os bens de consumo e patrimoniais; com respeito à terceira, tende-se a considerar como mais de acordo com a esquerda os critérios da necessidade e do trabalho, e mais de acordo com a direita os critérios do mérito e da posição social (BOBBIO, 2001, p. 23 - 24). Evitam-se as denominações direita e esquerda ao nos referirmos aos partidos políticos no Brasil, pois entende-se que, após a queda do muro de Berlim e, a dissolução da União soviética, os partidos políticos foram profundamente impactados, o que se configura em um enorme grau de indiferenciação entre as ideologias que permeiam as siglas partidárias. No Brasil, isso se tornou mais evidenciado a partir das alianças projetadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, os quais, com a desculpa da governabilidade, construíram um leque de alianças envolvendo partidos de diversas matizes ideológicas.

entre as eleitas profissionais da educação e empresárias que estão, às vezes, vinculadas a partidos mais conservadores ou mais progressistas.

TABELA 08 – Religião – vereadoras eleitas, Caxias (MA), 1992-2016

RELIGIÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Católica	7	63,6%
Evangélica	3	36,4%
Religião de matriz africana	0	0%
TOTAL	11	100%

Fonte: Tabela construída a partir dos dados colhidos no Relatório de Pesquisa PIVIC 2015-2016 (FACEMA).

Quanto à religião, há uma predominância de católicas, seguido das chamadas evangélicas¹⁹⁰, e nenhuma de matriz africana. A realidade em termos de orientação religiosa corrobora com os dados da pesquisa realizada por Martins e Kerbauy (2017, p. 144), no município de São Carlos, no estado de São Paulo, em que os vereadores:

[...] são predominantemente católicos, segmento este que representa 76,2% do total dos entrevistados. Tanto os evangélicos quanto aqueles que declaram não ter religião correspondem a 9,5% dos vereadores, enquanto os espíritas somam o menor número de representantes, que equivale a 4,8% da sua totalidade.

Esse dado aponta uma hegemonia das religiões de matriz cristã, própria da sociedade brasileira, mesmo em regiões como o Nordeste, em que o percentual da população preta e parda é bastante elevado. Em um país em que religião e política parecem ter uma relação intrínseca, de modo especial em âmbito local, a marcação religiosa parece fazer diferença para o grupo de eleitores.

No caso caxiense, as vereadoras Irmã Nelzir, Fátima da Baixinha e Thaís Coutinho possuem ligação com as igrejas pentecostais. Apesar da legislação eleitoral proibir atos políticos com fins eleitorais no interior de agremiações religiosas, existe um apelo das lideranças religiosas para que seus fiéis votem em alguém pertencente aos seus quadros. Em se tratando da realidade analisada, o processo de confessionalização da vinculação religiosa

¹⁹⁰ A variável religião possui relevância pelo fato de que algumas candidatas utilizam o marcador religioso como diferencial em relação a outras candidaturas. A vereadora Nelzir Oliveira Costa Queiroz, por exemplo, utiliza como diferenciação o nome político “Irmã Nelzir”. De acordo com Paulo D. Siepierski (1997, p. 47), a irrupção desses grupos religiosos, genericamente denominados protestantes ou evangélicos, na vida política do país reflete seu crescimento espetacular, especialmente durante o regime militar, embora já pudesse ser notado antes e tenha se acelerado depois dele.

parece aproximar as candidatas do eleitorado que possui vínculo com essas igrejas, fortalecendo as conexões baseadas na fé.

No tocante ao nível de parentesco e conjugalidade com políticos, observa-se uma permanência em termos de continuidade de nomes de famílias políticas. Oito entre as onze possuem parentesco com político. É o que aponta a tabela 09, a seguir.

TABELA 09 – Estado civil, cônjuge político, profissão/ocupação do cônjuge, ser ou não ser político – vereadoras eleitas, Caxias (MA), 1992-2016

VEREADORA	ESTADO CIVIL	CÔNJUGE	POLÍTICO OU NÃO	PROFISSÃO / OCUPAÇÃO DO CÔNJUGE¹⁹¹
Labibe Gedeon Simão	Casada	Fause Elouf Simão	Sim	Professor
Maria de Fátima Mendonça Campos	Casada	Edvan de Oliveira	Não	Empresário
Tânia Maria Porto Cantalice	Casada	Robério de Barros Cantalice	Sim	Empresário
Raimunda de Fátima Rocha Bezerra	Casada	Cícero Bezerra	Não	Empresário
Ana Lúcia Soares da Silva Ximenes	Casada	Antônio José Ximenes	Sim	Servidor Público
Cláudia Fabiana Vieira Silva	Solteira ¹⁹²	Ferdinando Araújo Coutinho	Sim	Proprietário Rural
Thaís Garcia Coutinho Guimarães	Casada	Daniel de Sousa Barros	Sim	Servidor Público
Benvinda Almeida Machado	Casada	José Raimundo Pereira Filho	Sim	Médico
Nelzir Oliveira Costa Queiroz	Casada	Assis Alder Queiroz	Sim	Empresário
Taniery Fernanda Porto Cantalice	Solteira	s.i.	s.i.	s.i.
Aureamélia Brito Lima Soares	Casada	Adelmo Andrade Soares	Sim	Odontólogo

Fonte: Tabela construída a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral e do Relatório de Pesquisa PIVIC 2015-2016 (FACEMA), 2019.

A tabela acima aponta um predomínio de mulheres casadas com políticos. Apresenta ainda a atividade econômica do cônjuge e uma preponderância de empresários atuando em

¹⁹¹ A categoria “Profissão/Ocupação do Cônjuge” foi definida a partir dos dados oriundos do Tribunal Superior Eleitoral em casos em que o esposo da vereadora também já disputou cargo eletivo. As demais informações são oriundas do Relatório de Pesquisa PIVIC 2015-2016 (FACEMA). Esse último caso, serve para identificar as profissões/ocupações dos cônjuges de Maria de Fátima Mendonça Campos, Tânia Maria Porto Cantalice e Thaís Garcia Coutinho Guimarães. No caso de Daniel de Sousa Barros, ele é compreendido na presente pesquisa como político, pois, apesar de não ter até o presente momento, disputado alguma eleição, ele é oriundo de uma família política, sendo também o principal articulador da campanha da vereadora, além de ter exercido cargos de confiança no município de Caxias e na órbita do governo do estado do Maranhão.

¹⁹² Apesar de na Ficha de Cadastro da candidatura constar a denominação de estado civil como “solteira”, Cláudia Fabiana Vieira da Silva, vivia em situação de união estável com Ferdinando Araújo Coutinho quando se lançou candidata a vereadora.

diferentes áreas. Logo em seguida vêm os funcionários públicos e por último, com o mesmo quantitativo, médico, professor e odontólogo, os denominados profissionais liberais. Também aparece uma que vivia à época em união estável com um proprietário rural que também era político.

Guionnet (2002), ao analisar as eleições municipais de 2001 na França, indica que as mulheres, apesar da pouca experiência no campo da política representativa, apresentavam como conhecimento anterior, afora outros indicativos, o envolvimento nas campanhas dos maridos, o que indica que a realidade do casamento parece ser uma constante na vida destas mulheres que se lançam na corrida eleitoral. Já Moritz (2017, p. 05), aponta a existência de uma vinculação entre a entrada das mulheres na política e os vínculos de parentesco ou conjugalidade. Segundo a autora, a maioria das vereadoras brasileiras ingressou na política a partir de suas relações de parentesco. Ou seja, são “herdeiras” do espólio político dos maridos, ou ex-maridos, pais ou irmãos. Do mesmo modo, Pinto e Silveira (2018, p. 190) referem que

O segundo tipo de capital, o familiar, é considerado aqui o parentesco sanguíneo ou por casamento, e tem particular importância no exame das carreiras políticas femininas. Estudos que analisam conjuntos de legislaturas têm mostrado que esse capital é mais importante para as mulheres do que para os homens, em que pese ser uma forma bastante comum de entrada na política para ambos.

O casamento ou parentesco com político é, portanto, um dos mecanismos denominados na pesquisa de “tradicionais”, que têm influência na entrada de indivíduos na política brasileira. Existe uma constância no uso do capital familiar para a entrada de homens e mulheres (com maior peso para estas) na disputa eleitoral.

O grupo apresenta uma permanência no que se refere à vinculação das vereadoras eleitas (seja por parentesco ou conjugalidade) com políticos locais. Oito das onze vereadoras eleitas possuem familiares políticos, entre as quais seis com esposos que já exerceram mandatos anteriores na Câmara Municipal. Desse modo, parece que a entrada das mulheres na política caxiense se revela como uma decisão conjunta, que reflete os interesses da família.

Das onze vereadoras, oito delas entraram na política tendo um antecessor do sexo masculino: marido, pai ou tio. Três delas, não tiveram antecessores na política representativa, e uma delas (Taniery Cantalice) teve como antecessora a mãe, Tânia Cantalice, também vereadora, ex-esposa do empresário Robério Cantalice, que exerceu influência no círculo político local, como a liderança política do PRTB, partido ao qual as duas foram filiadas nos momentos dos mandatos exercidos na Câmara Municipal.

Quanto ao vínculo em agremiações partidárias e nome político, a tabela 10 releva que, apesar do crescimento obtido pelos partidos de esquerda nas últimas décadas no Brasil, de modo especial o PT¹⁹³, o predomínio ainda recai sobre partidos de linha mais conservadora. Quanto ao capital político familiar, fica evidenciada a preferência pelo uso de sobrenomes já reconhecidos na política local e regional.

TABELA 10 – Partido político e uso do sobrenome político, vereadoras eleitas, Caxias (MA), 1992-2016

VEREADORA	PARTIDOS POLÍTICOS	USO DE SOBRENOME POLÍTICO	IDENTIFICAÇÃO DO SOBRENOME
Labibe Gedeon Simão	PFL	SIM	Labibe Simão
Maria de Fátima Mendonça Campos	PSD	NÃO	Fátima do Brejinho
Tânia Maria Porto Cantalice	PRTB	SIM	Tânia Cantalice
Raimunda de Fátima Rocha Bezerra	PL (2000) e PRB (2012)	NÃO	Fátima da Baixinha
Ana Lúcia Soares da Silva Ximenes	PL (2004) e PTB (2012)	SIM	Ana Lúcia Ximenes
Cláudia Fabiana Vieira Silva	PTB	SIM	Claudia Coutinho
Thaís Garcia Coutinho Guimarães Barros	PDT (2008) PSB (2012 e 2016)	SIM	Thaís Coutinho
Benvinda Almeida Machado	PMDB	NÃO	Benvinda
Nelzir Oliveira Costa Queiroz	PP e PSB	NÃO	Irmã Nelzir
Taniery Fernanda Porto Cantalice	PRTB	SIM	Taniery Cantalice
Aureamélia Brito Lima Soares	PC do B	SIM	Aureamélia Soares

Fonte: Tabela construída a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2019.

Quanto aos partidos políticos, há uma predominância, no grupo, de agremiações de visão mais conservadora, quais sejam: PFL (atual Solidariedade), PSD, PL (atual PR), PTB, PMDB, PP, PRTB. As filiações mais próximas da esquerda e centro-esquerda encontradas no grupo foram: as de Thaís Coutinho (PDT, nas eleições de 2008, e PSB, nas disputas eleitorais de 2012 e 2016); a de Irmã Nelzir (PSB, na campanha para a reeleição em 2016), e a de Aureamélia Soares (PCdoB, em 2016)¹⁹⁴.

Há também, entre as eleitas para mais de um mandato, uma tendência à migração partidária entre uma eleição e outra¹⁹⁵, o que pode indicar os resultados das alianças firmadas em níveis federal e estadual com vistas ao processo eleitoral. São os casos de Ana Lúcia

¹⁹³ Martins e Kerbaauy (2017), ao analisar o perfil dos vereadores do município paulista de São Carlos, indicam um forte crescimento do Partido dos Trabalhadores.

¹⁹⁴ Na análise só foi avaliada a filiação partidária das vereadoras referentes ao período de cada uma das eleições a que concorreram, e as migrações partidárias ocorridas durante o mandato, ou após ele, foram desconsideradas.

¹⁹⁵ Essa realidade também foi observada por Ferreira (2010), ao analisar a participação das deputadas estaduais no Maranhão.

Ximenes, Thaís Coutinho e Irmã Nelzir, que mudaram de sigla partidária nos mandatos posteriores.

De acordo com Pinto et al (2000), as agremiações que mais receberam filiações de mulheres eleitas no Rio Grande do Sul, entre as eleições de 1992 e 1996, foram o PPB¹⁹⁶, o PMDB e o PDT, o que corresponde também à realidade aqui analisada. Reis e Grill (2016, p. 133) destacam a diferença nos percursos de filiação de deputadas e senadoras brasileiras, sendo algumas delas filiadas a partidos classificáveis como “à direita”, em diferentes períodos (UDN, Arena, PDS, PL, PFL, PTR, PPB, PDC e PP), ao mesmo tempo em que outras podem ter uma localização partidária mais alinhada “ao centro” (direita e esquerda), ou “à esquerda”, ligadas ao MDB, PMDB, PSDB, PDT ou PT.

Outro dado importante diz respeito à não ocupação de cargos de direção na órbita dos partidos políticos. Apenas uma das vereadoras possuía cargo de direção na agremiação à qual era filiada em uma das eleições a que concorreu. Essa realidade, de alguma forma, foge àquilo que a literatura existente indica acerca da ideia de que a ocupação de posto de direção em partidos políticos facilita a indicação de nomes para a disputa eleitoral. No caso de Caxias, isso não tem tido uma influência direta na indicação das mulheres para concorrer às eleições. De acordo com Felisbino et al. (2012, p. 223),

[...] a participação no seio da legenda partidária é importante para criar laços nas disputas políticas. Em outras palavras, se a interação da mulher com o partido é baixa, conseqüentemente diminui as chances do sexo feminino de participar das atividades políticas.

Em que pesem as características ideológicas dos partidos políticos que acatam determinadas candidaturas, é necessário pensar que cada agremiação partidária oferece as vagas a candidaturas que possam realmente contribuir para o sucesso de suas campanhas. Daí a preferência por candidatos ou candidatas “bons de votos” e por aqueles ou aquelas que concorrem à reeleição, pois já provaram que possuem peso na disputa eleitoral e já têm um capital social e político reconhecido pelo conjunto dos eleitores.

Afora isso, ainda há que se considerar as articulações internas de cada partido, quem o controla, a quais grupos é ligado na esfera estadual, afinal, é o partido que determina, respeitando a Legislação eleitoral vigente, a dialética que domina a competição política. De acordo com Gaxie (2012, p. 01),

¹⁹⁶ Partido do Povo Brasileiro, agremiação partidária criada em 1985 no Brasil de viés liberal.

Correlatamente, as relações privilegiadas que se estabelecem entre os organismos políticos e certos grupos sociais tendem a especificar as condições gerais da concorrência e do sucesso políticos, favorecendo o recrutamento de quadros em consonância com a base social do partido e reforçando os laços entre o partido e sua base.

Outro ponto de relevância diz respeito não apenas às mudanças de siglas partidárias ou à vinculação ideológica das agremiações as quais as vereadoras eleitas estão alinhadas, mas também à rotatividade presente em âmbito local. As vereadoras caxienses também mudam de grupo político à medida que esses se revezam no poder. Essa lógica está associada à existência de uma característica da política brasileira, de modo especial no que se refere ao espaço local: a patronagem¹⁹⁷.

TABELA 11 – Participação em Movimentos Sociais, vereadoras eleitas, Caxias (MA), 1992-2016

VEREADORA	PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS
Labibe Gedeon Simão	s.i.
Maria de Fátima Mendonça Campos	não
Tânia Maria Porto Cantalice	não
Raimunda de Fátima Rocha Bezerra	s.i.
Ana Lúcia Soares da Silva Ximenes	não
Cláudia Fabiana Vieira Silva	não
Thaís Garcia Coutinho Guimarães Barros	não
Benvinda Almeida Machado	não
Nelzir Oliveira Costa Queiroz	não
Taniery Fernanda Porto Cantalice	não
Aureamélia Brito Lima Soares	s.i.

Fonte: Tabela construída a partir dos dados do Relatório de Pesquisa PIVIC 2015-2016 (FACEMA), 2019.

Do mesmo modo, é característica do grupo o fato de que das oito mulheres entrevistadas, nenhuma teve como porta de entrada na política representativa a militância em movimentos sociais. De acordo com os dados coletados, as vereadoras não participaram de movimentos oriundos da sociedade civil organizada, sendo lançadas como candidatas por outras vias, de modo especial, por meio da herança familiar e das atividades que elas desempenham ou desempenhavam no campo profissional. Não foi possível coletar informações acerca da participação em movimentos sociais ou populares de três das onze vereadoras.

¹⁹⁷ O conceito de patronagem utilizado é de Weingrod (1977, p. 324), já destacado anteriormente.

A relação mantida entre as vereadoras e seus cônjuges políticos, - tendo eles já exercido mandado ou não -, está para além da herança familiar, é algo que confere um capital social para ambos, já que as atividades assumidas por elas e seus esposos garante que tenham relativo sucesso no campo político. Além dos laços de consanguinidade, como nos casos observados de Thaís Coutinho com o pai, o tio e o primo; Taniery Cantalice com a mãe e o pai, líder de partido político, deve-se perceber os laços mantidos através do matrimônio.

Retomando a discussão, realizada no primeiro capítulo, referente à organização do movimento feminista em Caxias, observa-se que a criação de duas organizações no espaço local ao longo do século XX parece não ter exercido influência direta no recrutamento das mulheres para a disputa eleitoral. De acordo com Moritz (2016, p. 04),

Além de dinheiro e tempo livre, redes de contatos é outro importante recurso para participar da política e disputar cargos eletivos, independente do gênero. A possibilidade de construir uma rede de contatos depende da inserção dos indivíduos no mundo do trabalho e do seu ativismo social, tanto em movimentos sindicais ou associações comunitárias. Como muitas vezes as mulheres estão mais afastadas dessas atividades, elas têm mais dificuldade em construir essas redes.

O fato de nenhuma das vereadoras eleitas para o período advir da militância sindical ou de outro movimento social, aponta a permanência de uma característica da política local: a persistência de uma elite que consegue arregimentar entre seus membros os ocupantes dos cargos na esfera do estado¹⁹⁸. A ausência de mulheres eleitas tendo como porta de entrada a militância nos movimentos sociais também pode ter relação com o quesito capital financeiro, haja vista que, pelo sistema eleitoral brasileiro, as despesas com companhas são elevadas, o que muitas vezes inviabiliza candidaturas que não têm reforço econômico substancial. Ocorre, deste modo, uma espécie de “seleção social” daqueles que competem em eleições.

Observa-se ainda que as vereadoras eleitas no período analisado compõem um grupo que, em sua maioria, já carregava um capital simbólico efetivo advindo da ocupação do espaço legislativo por membros da família. Das onze vereadoras que compõem o grupo, apenas três não tinham tido, outrora, parentes ocupando cadeiras no Legislativo municipal.

¹⁹⁸ De acordo com Gaxie (2012), a lógica do recrutamento político carrega um substrato específico da manutenção do poder em uma determinada camada da sociedade. “[...] a representação parlamentar fornece uma imagem invertida da estrutura social, visto que mais de três quartos dos deputados provêm do decil mais favorecido – social e culturalmente – da população. Desse ponto de vista, a competição política interessa (em todos os sentidos), acima de tudo, a todos os agentes situados no topo da hierarquia social, ou melhor, às diferentes frações das classes superiores. Correlatamente, as características sociais do corpo político tornam-se mais “aristocráticas” à medida que se galga a hierarquia de poder e de prestígio dos cargos em competição. Assim, a porcentagem dos agentes que pertencem às classes superiores aumenta quando se avança nas hierarquias partidárias ou quando se vai dos prefeitos e gestores departamentais aos candidatos a deputados, dos candidatos aos eleitos ou dos deputados aos ministros” (2012, p. 166, grifos do autor).

Isso aponta um trabalho de continuidade do grupo familiar e o uso do capital político nas candidaturas femininas. Apenas no caso de Taniery Cantalice, uma mulher, a mãe, Tânia Cantalice, foi a representante anterior na Câmara Municipal. Nos demais casos, as vereadoras deram continuidade ao trabalho desenvolvido por parentes do sexo masculino.

Observando os dados apresentados nos anais da Câmara Municipal de Caxias, observou-se que foi a partir da década de 1990 que mais fortemente as mulheres passam a ser identificadas pelos sobrenomes das famílias nas quais estão inseridas, seja por laços de consanguinidade ou pelo casamento, a saber: Labibe Simão (cônjuge), Tânia Cantalice (cônjuge), Ana Lúcia Ximenes (cônjuge), Cláudia Coutinho (cônjuge e cunhado) Thaís Coutinho (pai e tio), Taniery Cantalice (pai e mãe), Benvinda Machado (cônjuge) e Aureamélia Soares (cônjuge). Anterior a esse período, as vereadoras eleitas eram apresentadas ao eleitorado a partir da sua filiação religiosa (Jerônima Medeiros), profissão/ocupação (Mãe Adelaide e Irmã Joana, ambas parteiras; dra. Ivone, médica; Edméer Assunção, professora; Conceição Pé no chão, funcionária pública do INSS). Apenas Jesus do Salí, se identificava a partir do nome do marido que já havia sido vereador.

Esta não é uma realidade específica de Caxias. A pesquisa realizada por Costa (2011, p. 29) concluiu que há uma relação entre a entrada das mulheres na política local no Maranhão e a iniciação política atrelada ao seio familiar. Segundo a pesquisa, “O acionamento das relações de parentesco apareceu nas disputas políticas, o nome como elemento de distinção em relação aos demais candidatos envolvidos na disputa eleitoral aparece no conjunto dos casos”.

No grupo analisado, apenas Raimunda de Fátima Rocha Bezerra, Maria de Fátima Mendonça Campos e Nelzir Oliveira Costa Queiroz fogem à regra, entretanto as duas primeiras utilizaram como marca de diferenciação o bairro (Baixinha) e a localidade (Brejinho), onde residiam. Já a terceira utiliza a identidade religiosa (Irmã), ligada às igrejas evangélicas.

Fátima do Brejinho e Fátima da Baixinha podem representar casos de desenvolvimento de relações de confiança e reciprocidade entre as candidatas e seus eleitores. A primeira foi eleita a partir de votos oriundos da localidade em que residia, o Brejinho, povoado com mais de mil habitantes e que possui uma população urbana bem avançada. Fátima da Baixinha, por sua vez, identifica-se com um bairro periférico, bastante populoso, na qual mantinha uma floricultura muito conhecida na cidade.

O fato de terem desenvolvido uma base de apoio comunitário reforça a ideia desenvolvida por Máira Ines Vendrame (2016), ao estudar as redes sociais desenvolvidas por

imigrantes italianos no século XIX, de que o “estabelecimento de canais de interdependência e solidariedade permitiu a manutenção de um jogo contínuo de relações de reciprocidade, abrindo caminho para circulação de favores entre os indivíduos ligados por laços parentais” (VENDRAME, 2016, p. 167). Essa parentalidade, não está, necessariamente, restrita aos laços de consanguinidade, mas aos vínculos e parentescos simbólicos que são, como os que ocorrem através do compadrio, das amizades e dos vínculos espirituais como o batismo.

No caso de irmã Nelzir, única entre as onze vereadoras a possuir apenas o fundamental completo e se autodeclarar nas eleições analisadas apenas como “dona de casa”, há que se analisar o peso substancial do apoio arregimentado pela Igreja Assembleia de Deus, na qual é batizada. Relevante observar ainda que o ex-vereador Assis Alder Queiroz, esposo de Nelzir, também utilizou em suas campanhas eleitorais como diferencial a religiosidade, ao adotar o nome político “Irmão Assis”. Os dois refletem o exemplo do poder que as igrejas pentecostais vêm ativando nas últimas décadas no Brasil.

A carreira política das mulheres eleitas em Caxias parece se estruturar a partir da influência familiar e parental. A pertença a uma determinada família (unida por laços de consanguinidade ou afetividade) é um dos passaportes para a disputa eleitoral, porém não se deve esquecer, evidentemente, a estrutura de recrutamento das candidaturas que deve obedecer ao sistema político brasileiro, as regras internas dos partidos em nível local, os recursos e a própria motivação da candidata e do grupo que a escolhe¹⁹⁹.

Relevante enfatizar que esta relação familiar não se resume aos vínculos de parentesco em primeiro grau, mas se estende a primos, tios, além dos amigos considerados parentes por vínculos afetivos ou de apadrinhamento (os chamados parentes por ritual), que promove a circulação de assistência e troca de favores, muitas vezes, utilizando o aparato estatal. Segundo Vendrame (2016, p. 180), as relações de parentesco estendido ou ritual, revela uma relação de mão dupla, de ajuda mútua. No caso do grupo analisado pela pesquisa, essas relações se desenvolvem a partir da assistência que as vereadoras prestam aos seus “parentes políticos” (amigos, cabos eleitorais, afilhados) e estes, garantem fidelidade à “madrinha política” através do voto nos processos eleitorais.

Das onze vereadoras eleitas no período, nove delas possuem parentesco com outros políticos, seja por consanguinidade ou por matrimônio. Também existem os vínculos de parentalidade entre algumas delas, como é o caso de Tânia e Taniery Cantalice (mãe e filha,

¹⁹⁹ Sobre partidos político e a intersecção com o gênero, verificar o trabalho de Clara Araújo (2005)

respectivamente), bem como entre Cláudia e Thaís Coutinho (madrasta e enteada, concomitantemente). Esses dados estão distribuídos na tabela a seguir.

TABELA 12 - Candidatas eleitas e suas relações com políticos locais, Caxias (MA), 1992-2016

Eleição	Vereadora	Familiar Político	Mandato anterior ao exercido pela vereadora
1992	Labibe Gedeon Simão	Esposo: Fauze Elouf Simão (vereador em Caxias); Filho: Fauze Elouf Simão Júnior (vereador, secretário municipal, prefeito de Caxias); Filho: Paulo Sérgio Simão (vereador em Caxias).	Sim
1996	Sem vereadora eleita	-	-
2000	Maria de Fátima Mendonça Campos	Sem vínculo de parentesco com políticos.	Não
2000 e 2004	Tânia Maria Porto Cantalice	Filha: Taniery Fernanda Porto Cantalice (vereadora em Caxias).	Não
2000	Raimunda de Fátima Rocha Bezerra	Sem vínculo de parentesco com políticos.	Não
2004 e 2012	Ana Lúcia Soares da Silva Ximenes	Cônjuge: vereador Antônio José Ximenes.	Sim
2004	Cláudia Fabiana Vieira Silva	Cônjuge: Ferdinando Araújo Coutinho (vereador em Caxias e Matões, prefeito em Matões); Cunhado: Humberto Ivar Araújo Coutinho (vereador e Prefeito de Caxias, deputado estadual MA); Cunhada: Cleide Barroso Coutinho (vice-prefeita em Caxias, deputada estadual MA); Cunhado: Berilo Araújo de Sousa (vereador em Caxias); cunhado: Edmundo Coutinho (vereador em Matões); Enteada: Thaís Garcia Coutinho (vereadora em Caxias); Sobrinho: Leonardo Barroso Coutinho (prefeito de Caxias).	Sim
2000 (Matões) 2008, 2012 e 2016	Thaís Garcia Coutinho Barros	Pai: Ferdinando Araújo Coutinho (vereador em Caxias e Matões, prefeito em Matões; Tio: Humberto Ivar Araújo Coutinho (vereador e Prefeito de Caxias, deputado estadual MA);	Sim

(Caxias)		Tia: Cleide Barroso Coutinho (vice-prefeita de Caxias e deputada estadual MA); Tio: Berilo Araújo de Sousa (vereador em Caxias); Tio: Edmundo Coutinho (vereador em Matões); Madrasta: Cláudia Fabiana Vieira Silva (vereador em Caxias); Primo: Leonardo Barroso Coutinho (prefeito de Caxias).	
2012 e 2016	Benvinda Almeida Machado	Esposo: José Raimundo Machado (vereador em Caxias).	Sim
2012 e 2016	Nelzir Oliveira Costa Queiroz	Cônjuge: Assis Alder Queiroz (vereador em Caxias).	Sim
2012 e 2016	Taniery Fernanda Porto Cantalice	Mãe: Tânia Maria Porto Cantalice (vereadora em Caxias).	Sim
2016	Aureamélia Brito Lima Soares	Cônjuge: Adelmo de Andrade Soares (vereador em Caxias, Secretário de Estado da Agricultura Familiar do Maranhão (2015-2018). Deputado estadual para o período de 2019-2022.	Sim

Fonte: Tabela Construída a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral, Fichas de Cadastro de Candidaturas e do Relatório de Pesquisa PIVIC 2015-2016 (FACEMA), 2019.

A tabela aponta que, logo após a promulgação da Lei de Cotas, nas eleições de 1996, não houve mulher eleita para a Câmara Municipal de Caxias. Esse é um aspecto que difere dos dados de outras realidades no país, pois, naquela eleição, verificou-se um aumento de cerca de 3,7% no acento de mulheres nas câmaras municipais brasileiras. De acordo com Moritz (2016, p. 06),

Nas eleições municipais de 1992 foram eleitas 3.952 vereadoras, quatro anos depois, em função da lei de cotas, houve um salto no número de mulheres que conquistaram vagas nas Câmaras Municipais. Elas passaram de 7,4% para 11,1% dos assentos nesses Legislativos.

A tabela 12 também aponta que apenas duas vereadoras não possuíam vínculo de parentesco ou conjugalidade com outros políticos e que as demais, à exceção de Tânia Cantalice, entraram na política representativa após a saída ou distanciamento temporário de parentes ou cônjuge, o que demonstra o uso do capital familiar e parental²⁰⁰. Chama a atenção

²⁰⁰ Miguel, Marques e Machado (2015, p. 727), a partir dos estudos de Pierre Bourdieu, elaboraram uma conceituação de “capital familiar”, definido pela [...] existência de parentes próximos ocupando posições de liderança política ou quando o/a parlamentar se beneficiou com o prestígio e/ou os contatos de parente próximo.

o fato de que as mulheres não decidem sozinhas entrar no campo da representatividade. De alguma forma, em determinadas conjunturas, precisam dar continuidade ao trabalho que já vinha sendo desenvolvido pela família e que para que não ocorresse a perda do capital político existente, bem como as benesses relativas à partilha do poder, elas se candidataram. Desse modo, as candidaturas femininas se apresentam a partir da conjuntura e representam as decisões do grupo ao qual estão engajadas.

A tabela também indica a noção de família estendida. No caso de Thaís e Cláudia Coutinho, os laços de parentesco são ampliados, não pelos laços de consanguinidade, mas pelo casamento. Cláudia não é sua parente de sangue, mas se torna membro da família ao constituir família com o pai de Thaís, Ferdinando Coutinho. Do mesmo modo, Berilo Araújo, não é seu tio consanguíneo, mas assim se torna, ao contrair núpcias com Ivanise Coutinho, irmã de seu pai.

Os dados indicam, ainda, o processo de transmissão de um capital político às candidatas eleitas. Lima (2013), ao analisar as eleições municipais para prefeito, ocorridas em um município²⁰¹ no Maranhão em 2008, destaca, entre as bases sociais dos candidatos, as estratégias de reprodução familiar e as “heranças”, em que membros de uma mesma família se inserem na lógica do Estado, exercendo funções eletivas ou não. Essa realidade também pode ser constatada por meio de parte do marketing político²⁰² utilizado pelas eleitas em Caxias, trata-se do material de campanha.

4.3 SENSIBILIDADE E FORÇA: MARKETING ELEITORAL NAS CAMPANHAS FEMININAS EM CAXIAS-MA

Os processos eleitorais têm sido analisados a partir de diversos aspectos, porém um que chama a atenção é aquele que transforma os pleitos em verdadeiros espetáculos empreendidos pelo marketing eleitoral. De acordo com Felisberto e Rodrigues (2002, p. 09),

A imagem do candidato é a embalagem do produto a ser vendido e como toda embalagem tem que ter boa aparência. Deve facilitar a conquista do eleitorado,

²⁰¹ O nome do município usado na pesquisa é fictício, sendo que, pela proximidade com o lócus analisado, entende-se tratar-se do município de Caxias.

²⁰² Marketing político “[...] pode ser definido como um conjunto de técnicas e procedimentos cujo objetivo é avaliar aspectos psicológicos do eleitorado, visando embasar estratégias para aumentar a aceitação do candidato junto à população. Basicamente centra-se: i) na imagem dos candidatos, dos partidos políticos e dos adversários, ii) nos aspectos psicológicos dos eleitores e, por fim, iii) no acompanhamento de todo o processo eleitoral, intervindo de modo ativo conforme os objetivos pretendidos (Rubens Figueiredo, 2000). Já o marketing eleitoral, se constitui como uma das vertentes do marketing político e tem como marca a personalidade dos candidatos e candidatas e tem como objetivo principal o maior acúmulo de votos possível (Paula Fernanda Schimith, 2017)

divulgação das propostas do candidato e suas vantagens; dar ênfase ao passado do candidato para que os eleitores recordem dos momentos em que o candidato obteve destaque junto à opinião pública. A criação do slogan, resumindo a imagem do candidato, deve estabelecer a posição do candidato, quais as ideias defendidas por ele; difundir todas as qualidades que possui o candidato.

O objetivo do marketing político é vender uma boa imagem da candidatura, destacando valores positivos para o eleitorado. É comum nas campanhas eleitorais o destaque para características voltadas para o local onde a eleição ocorre, tais como município (Caxias), estado (Maranhão), país (Brasil); o gênero, “Deixa o homem trabalhar”, “A força da mulher”, a juventude “Ele é jovem”, o partido, entre outros atributos. A ideia central é garantir uma proximidade entre o candidato ou candidata e o público, de modo a encantá-lo. Para isso, são utilizadas diversas peças publicitárias, desde cartazes, folhetos, santinhos, programas de rádio e TV e jingles.

Para análise das candidaturas femininas em Caxias são apresentadas peças do marketing eleitoral de algumas das mulheres do grupo analisado, para perceber como as candidatas se apresentavam ao eleitorado caxiense e as conexões entre estas candidaturas e os marcadores utilizados como forma de diferenciação entre elas e seus concorrentes.

FIGURA 04 - Material de Campanha Tânia Cantalice/Eleições 2004



Fonte: Arquivo pessoal fornecido para a pesquisa, 2019.

O material de Campanha acima foi utilizado a segunda candidatura de Tânia Cantalice, em que concorreu a uma vaga na Câmara Municipal de Caxias no ano de 2004. A mensagem no cartaz tenta transmitir a perspectiva de continuidade do trabalho realizado no exercício do

mandato anterior e a vinculação ao sobrenome do marido, empresário local e também fundador do partido ao qual Cantalice era filiada à época, o PRTB.

O *jingle* da campanha apresenta a ideia da renovação política, além das características voltadas ao combate, à luta e também à ação. A música apresenta a vinculação da candidata com a população empobrecida e os trabalhadores.

*Tânia Cantalice esperança do povo/
É gente nova, é sangue novo/
Ela é a renovação/
Guerreira de luta e ação/
É idealista/
Briga, se preciso for/
É amiga do pobre/
Irmã do trabalhador
(Jingle Campanha Tânia Cantalice – Eleições 2000).*

Os adjetivos utilizados para descrever a candidata fazem-na parecer mais próxima do eleitorado e destacam características positivas para a sociedade: é nova na política, por isso lança mão da necessidade de “renovação”. O marcador de gênero aparece na ideia de é uma guerreira pronta para lutar pela defesa do seu povo, dos pobres e dos trabalhadores. A candidata não enfatiza o engajamento com causas femininas, como a luta por creches, centros de educação infantil ou o enfrentamento à violência baseada no gênero. De acordo com Guionnet (2002, p. 125), as mulheres são chamadas a abraçar a disputa eleitoral pela necessidade de renovação de práticas políticas familiares e são indicadas pelos dotes que, supostamente, estão atrelados ao feminino:

[...] femmes expliquent qu'elles sont plus proches des citoyens, plus humaines et plus pragmatiques parce qu'elles s'occupent des enfants, entretiennent les relations familiales et doivent mener une double vie de labeur (domestique et remunerée), les ouvriers vantaient leurs qualités de travailleurs énergiques, honnêtes, simples, désintéressés, généreux et dévoués. L'association entre conditions de vie quotidien et pratiques politiques n'est guère nouvelle²⁰³.

Desse modo, a prática feminina no modo de fazer política estaria mais próxima da humanidade, do zelo, apresentando na sua proposta política o fato de que estão mais próximas

²⁰³ Em tradução livre, significa dizer que “[...] as mulheres explicam que estão mais próximas dos cidadãos, são mais humanas e pragmáticas, porque cuidam dos filhos, mantêm as relações familiares e levam uma vida dupla de trabalho (doméstico e remunerado). Os trabalhadores exaltam suas qualidades como trabalhadores vigorosos, honestos, simples, altruístas, generosos e dedicados. A associação entre condições de vida e práticas políticas não é nova”.

das causas sociais²⁰⁴ e destacando como experiência a participação anterior em campanhas políticas do esposo, do pai ou de outra liderança do sexo masculino.

FIGURA 05 - Material de Campanha Cláudia Coutinho/Eleições 2004



Fonte: Acervo de colecionador cedido para a pesquisa, 2017.

No material gráfico componente do marketing eleitoral da campanha de Cláudia Coutinho, aparece como propaganda a vinculação matrimonial, apesar de, à época, ela não ser oficialmente casada com Ferdinando Coutinho, que ela tentava substituir na Câmara Municipal de Caxias, enquanto ele se candidatava à vaga de vereador em Matões. Para se apresentar ao eleitorado, utilizou como *slogan* de campanha: “Ação no campo e na cidade”, em referência à forte atuação que a família do esposo tinha no município. José Barros Filho (In REIS; GRILL, 2014, p. 257), descreve o cunhado de Cláudia, Humberto Coutinho da seguinte maneira:

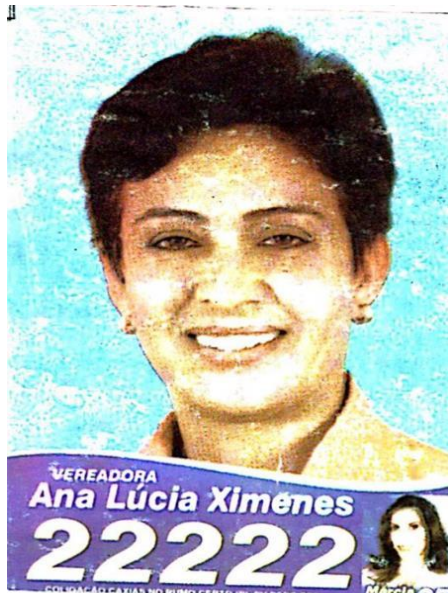
Médico de profissão, Humberto Coutinho ganhou notoriedade na cidade pela prestação de assistência médica feita em seu próprio hospital. Começou a “vida política” como vereador de Caxias, em 1988, elegendo-se depois deputado estadual

²⁰⁴ Em Caxias, essa máxima parece se concretizar: Na década de 1980, Rita Santos Queiroz foi nomeada secretária municipal de Ação Social pelo esposo, o prefeito Hélio Queiroz; Márcia Regina Serejo Marinho foi nomeada secretária municipal da Criança e Ação Social em Caxias, entre os anos 1993 a 1996, período em que seu marido, Paulo Fonseca Marinho, foi prefeito; também foi eleita deputada federal em 1994 e prefeita de Caxias em 2000; Cleide Barroso Coutinho foi secretária municipal de Assistência Social no primeiro mandato do esposo, Humberto Coutinho, elegeu-se deputada estadual em 2006, reelegeu-se em 2010 e em 2018 (já viúva); Liana Lobato Rocha Coutinho foi nomeada secretária municipal de Políticas para as Mulheres em 2013, no governo de Leonardo Barroso Coutinho, seu esposo; entre 2016 e 2018, a primeira-dama Letícia Mabel Pinheiro Silva foi nomeada secretária municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

por quatro mandatos consecutivos (1990, 1994, 1998, 2002). Em 2004 foi eleito prefeito da cidade de Caxias, derrotando a então prefeita Márcia Marinho, ligada ao grupo Sarney, o que o levou a se aproximar do Governador José Reinaldo Tavares na condição de “liderança regional” (BARROS FILHO, In REIS; GRILL, 2014, p. 257).

A mensagem repassada pelo marketing eleitoral buscou vincular sua imagem à família a qual pertencia e ao trabalho já desenvolvido pelos seus antecessores na Câmara Municipal de Caxias. Englobar o campo e a cidade, significou realçar ao eleitorado a atuação da família nesses dois espaços geográficos do município. Ela atua para um coletivo, a família. Como parte do grupo ora analisado, antes mesmo de se candidatar oficialmente, Cláudia já atuava juntamente com o marido na busca por apoio e prestígio.

FIGURAS 06 e 07 - Material de Campanha Ana Lúcia Ximenes/Eleições 2004 e 2012, respectivamente.



Fonte: Acervo de colecionador cedido para a pesquisa, 2017.

Nas duas campanhas de que participou, a candidata Ana Lúcia Soares da Silva Ximenes utilizou o sobrenome do cônjuge, apresentando-se como herdeira do espólio político conquistado por ele em mandatos anteriores. Nas duas eleições, foi eleita com expressiva maioria de votos, tornando-se uma das principais lideranças políticas de Caxias.

No material gráfico de divulgação da primeira campanha, usa como principal dispositivo o sobrenome. Nas imagens, o uso do cabelo curto tornou-se emblemática nas duas candidaturas, e Ana Lúcia Ximenes focou na ideia da autenticidade do seu nome como marca de uma personalidade forte e destemida. Apesar de se colocar como defensora das mulheres e usar o *slogan* “A força da Mulher”, a candidata parece buscar se diferenciar das características

físicas femininas, e usa o cabelo curto e a vestimenta mais masculina. Essa representação física, alinhada ao discurso vinculado à força, podem ter influenciado favoravelmente na maior aceitação dessa candidata pelo eleitorado.

Nas eleições de 2012, a candidata utilizou dois capitais simbólicos: o sobrenome e a proximidade com as políticas para as mulheres. Aparece, tanto no cartaz de divulgação da campanha como no jingle, o *slogan* “A força da mulher”, enaltecendo o marcador de gênero como referência e diferenciação em relação às demais candidaturas. No *jingle* da campanha de Ana Lúcia, é perceptível a vinculação ao consorte e padrinho político.

*Ana Lúcia fez o seu trabalho/
o Ximenes continuou/
agora está de volta para continuar o seu trabalho/
70888 é Ana Lúcia/
70888 para o trabalho continuar/
Ana Lúcia é o nome certo para Caxias melhorar/
Em defesa da educação/
isso eu quero e você também quer/
Ana Lúcia é a força da mulher/
Ana Lúcia é mais saúde/
Ana Lúcia é educação/
Ana Lúcia é a voz do povo e respeito ao cidadão/
70888: Faça o seu voto valer/
70888 vamos vencer/
No dia 7 de outubro/
vote Ana Lúcia Ximenes/
A força da mulher/
70888, vamos vencer/
vamos votar para valer.
(Jingle Campanha Ana Lúcia Ximenes – eleições 2012)*

A mensagem apresentada também aponta para espaços de arregimentação de eleitores (trabalhadores da educação e saúde, já que ela é funcionária pública), fazendo alusão ainda à ideia de cidadania ou respeito ao cidadão. Há um indicativo sugerindo que a candidata pertence ao povo, que, por meio dela, fará ouvir sua voz: “Isso eu quero e você também quer. Ana Lúcia é a força da mulher”.

A ideia parece ser trazer para o grupo político da candidata o eleitor que buscava melhorias em políticas públicas específicas: educação e saúde. Prevalece a vinculação com o sobrenome do marido, expressando a conexão com a conjugalidade, aqui apresentado como o principal capital simbólico utilizado pela candidata: “Ana Lúcia fez o seu trabalho/o Ximenes continuou/agora está de volta para continuar o seu trabalho”.

Quando a representação dos atributos positivos não se relaciona diretamente ao sobrenome, as candidatas eleitas têm utilizado como referência o lugar de origem (bairro ou povoado) ou a identidade religiosa, reforçando a ideia de pertencimento a um grupo, um

espaço geográfico ou uma religião, no intuito de garantir a eleição. É o caso da propaganda vinculada à candidatura de Nelzir Oliveira Costa Queiroz, em 2012, que enfatiza, além do gênero, a fé. *Jingles*²⁰⁵ de campanha são emblemáticos da visualização da crença religiosa que perpassa a vida da candidata.

*11222 Nelzir/ 11222 vou votar/
 Nelzir!!!/Mulher de ação/mulher guerreira/
 Coração de mãe/ mulher verdadeira/
 Suas mãos não se cansam de ajudar/
 O povo carente e sofrido/ irmã conte comigo/
 em você eu vou votar/
 11222 Nelzir/ 11222 vou votar/
 Sua coragem/ seu trabalho a gente quer/
 Nelzir mulher de fé/
 Sua luta/jamais desistir/
 para Câmara de Caxias melhorar/
 Fé, compromisso e ação. (Jingle Campanha Irmã Nelzir – eleições 2012)*

Os atributos ligados ao feminino podem ser claramente observados na canção. Ser mãe, mulher, ter fé são qualidades que precisam ser destacadas pelas mulheres ao disputar cadeiras no Legislativo municipal. A vinculação a uma política assistencialista aparece nos *jingles* e aporta no trecho “suas mãos não se cansam de ajudar”. Do mesmo modo, a canção evoca características vinculadas ao masculino “força, coragem e luta”, o que leva à perspectiva de que, para penetrar em um campo tradicionalmente masculino, às vezes, as mulheres procuram conectar sua imagem a aspectos que compõem no imaginário social, a masculinidade.

Esse caráter de irmandade aparece como uma singularidade da candidata conhecida como “irmã Nelzir”. O apego ao espiritual e à fé a diferencia dos demais candidatos, ao tempo em que forja um compromisso político de ação e transformação entre a candidata e seu grupo de eleitores. O nome político utilizado pela candidata também evoca a ideia do parentesco espiritual, aqueles que, através do batismo, estendem os laços familiares a todos os congregados da igreja a qual pertence. Esse público, recebe, de modo específico, o chamamento para o voto na candidata. Este é o seu principal alvo nas eleições municipais.

²⁰⁵ Relevante observar que todos os jingles utilizados na pesquisa, à exceção do produzido para a campanha de Tânia Cantalice, estavam disponíveis em CD, distribuídos aos cabos eleitorais e à própria população. O *jingles* da citada vereadora foi encaminhado diretamente por ela em áudio, à pesquisadora.

FIGURA 08 - Material de Campanha Irmã Nelzir / Eleições 2008

Fonte: Acervo de colecionador cedido à pesquisa, 2017.

Irmã Nelzi tenta mostrar que seu caráter de envolvimento em uma manifestação religiosa, posta a partir de seu nome de candidatura "Irmã", é usado como apelo espiritual à fé, um diferencial em sua proposta de candidatura, uma vez que, pessoas mais próximas de Deus, com envolvimento religioso, em tese, incorrem em menores riscos de pecar e tendem a ser mais honestas e solidárias. A palavra “interceder”, presente no slogan de sua campanha, está bastante ligada à religiosidade: “Meu forte é interceder e o seu é escolher”. Do mesmo modo, remete à lógica do livre arbítrio que o eleitor possui na escolha entre uma das candidaturas apresentadas. A interseção pode significar tanto junto às esferas políticas, quanto também junto a Deus. Uma diferença encontrada no marketing político está no material de campanha desenvolvido por Benvinda Machado nas eleições de 2012.

FIGURA 09 - Material de Campanha Benvinda / Eleições 2012

Fonte: Acervo de colecionador, cedido à pesquisa, 2017.

A candidata coloca seu nome à disposição do eleitorado e enfatiza suas características vinculadas ao trabalho e ao compromisso que assume a partir da campanha. Esposa de ex-vereador, a candidata não utiliza sobrenome, não explora as características vinculadas ao gênero feminino, tampouco aproxima sua candidatura a espaço, comumente explorados por mulheres em campanhas eleitorais (saúde, educação e assistência social). Eis aqui um elemento diferenciador existente no grupo. Benvinda é uma das poucas vereadoras que não assumiram qualquer cargo público em comissão antes ou depois do mandato. Funcionária pública federal de carreira, a candidata não se remete diretamente ao espólio do marido no cartaz.

Em outros materiais de campanha, tais como panfletos, santinhos, folhetos e fotos, a candidata utilizou a imagem do esposo e ex-vereador José Raimundo, associada à frase “Apoio de Dr. José Raimundo”, com o objetivo de apresentar a continuidade do nome da família na política. Para o mandato de 2012-2016, Benvinda foi eleita com 983 votos.

No caso das vereadoras caxienses, foi possível verificar que das onze vereadoras, seis foram ou são casadas com ex-vereadores; duas não possuem vínculo de parentesco com políticos; uma, Tânia Cantalice, foi substituída pela filha em mandato posterior; e uma delas constitui-se como o principal exemplo de herdeira de um espólio político: Thaís Coutinho, que teve o pai, dois tios e a madrasta como vereadores em Caxias em mandatos anteriores.

Os dados também apontam que, das onze vereadoras supracitadas, sete utilizam o sobrenome agregado ao nome na campanha eleitoral. O capital simbólico embutido no sobrenome representa uma confiança social, já adquirida e disseminada entre os eleitores, isto

é, algo que depende fundamentalmente da crença socialmente difundida na sua validade (BOURDIEU, 2007, p. 194).

A força deste capital carregado de simbologia e significados está associada à garantia do prestígio que o indivíduo tem sobre a sociedade e que, no momento da disputa eleitoral, é repassado para a candidata apresentada para a sociedade. O uso do sobrenome da família ou do cônjuge parece exercer um valor considerável no imaginário da população, o que indica a aceitação da candidatura, não exatamente pelo nome, pelas propostas, mas pelo sobrenome da candidata.

Caxias se apresenta como exemplo claro de como a Lei de Cotas por sexo para o Legislativo no Brasil não se converte, necessariamente, em ganhos na disputa eleitoral. Apesar do aumento no número de candidaturas de mulheres nas duas últimas eleições, aquelas que se elegeram, em sua maioria, possuíam vínculo com políticos já renomados no município e que já passaram pelo Legislativo municipal.

As candidatas eleitas nas sete últimas eleições têm em comum a marca do sobrenome da família ou do cônjuge, o que leva a estabelecer uma espécie de simbologia agregada ao pertencimento a uma determinada “família política” ou de “famílias de políticos”. Nesse sentido, destacam-se os sobrenomes: Simão, Ximenes, Coutinho, Cantalice e Soares.

Ao analisar a carreira política das vereadoras nas capitais brasileiras, Moritz (2016) ampliou o campo de estudo acerca das portas de entrada das mulheres na política, acrescentando o grupo denominado de *outsider*²⁰⁶, do qual fazem parte mulheres que:

[...] adquiriram destaque na sua vida profissional (empresárias, comunicadoras, esportistas), como as celebridades (cantoras, artistas) e, mais recentemente, as líderes religiosas vinculadas às igrejas (neo)pentecostais (Pastoras e Bispas), mas que não apresentam larga experiência no campo da política representativa.

A experiência que o grupo de Caxias exhibe diz respeito à ocupação de outros cargos no nível da gestão de políticas públicas, seja como secretárias, coordenadoras ou diretoras. Cinco das onze vereadoras exerceram funções de chefia anteriormente ao exercício do

²⁰⁶ *Establishment* e *outsider* são expressões inglesas sem uma tradução específica para o português, mas que designam, no primeiro caso, grupos de pessoas que ocupam posições de prestígio e poder dentro de uma determinada comunidade. Já o segundo caso se refere às pessoas, que estão fora desse grupo que detém o poder. Trata-se de um grupo heterogêneo e difuso de indivíduos que ocupam posições menos importantes na sociedade e que não têm as mesmas características daqueles que são considerados os guardiões das boas maneiras, das artes, etc. No campo da política, poderíamos classificar *establishment* como o grupo político que se consagra no poder, que tem a experiência no campo político e que compreende todo o *métier*. Já *outsider* são aqueles iniciantes, que não têm larga experiência ou um currículo robusto no campo das políticas públicas para apresentar à sociedade. Sobre essa discussão vê o trabalho de Norbert Elias e John Scotson (2000), em que os autores buscam compreender, através do uso de várias fontes (estatísticas, entrevistas, documentos e etnografia), o nexos da configuração social e das relações de interdependência verificadas na comunidade analisada.

mandato, duas delas foram nomeadas em cargos comissionados após o exercício do mandato, e três delas nunca ocuparam funções em comissão no Executivo.

Não existe uma uniformidade entre os cargos em comissão exercidos pelas vereadoras. Parte está ligada à área de saúde, mas não como gestoras da pasta. Cinco delas exerceram funções como secretárias municipais (Educação, Cultura, Esporte, Turismo, Juventude, Infraestrutura e Política para as Mulheres)²⁰⁷. Três ocuparam cargos em comissão na esfera estadual (educação, administração e saúde)²⁰⁸, o que pode indicar que o poder extrapola a esfera municipal e chega à órbita dos órgãos da estrutura estadual também. Esse dado corrobora com os estudos de Costa (2011), que apontam que a entrada das mulheres na política representativa se processa a partir de alguma experiência anterior:

[...] em alguns casos a condição de neófita tinha que ser relativizada, pois algumas mulheres tinham adquirido uma experiência prévia que contribuía na socialização política, como militância em sindicatos, participação em associações ou envolvimento nas campanhas do marido, mostrando como na análise do uso do recurso de gênero nas disputas eleitorais é preciso considerar também a posição social dessas mulheres (COSTA, 2011, p. 47).

No caso de Caxias, a experiência das mulheres como candidatas se processa a partir da contribuição em campanhas de parentes ou cônjuges, bem como no exercício desses cargos comissionados na órbita do executivo e sem representação em movimentos sociais ou populares.

Outra característica do grupo é a não permanência das mulheres no Legislativo, ao contrário do que ocorre com os homens, que se perpetuaram por mais de dois mandatos para o período analisado. Nesse caso, apenas Ana Lúcia Ximenes, Fátima da Baixinha²⁰⁹, Thaís Coutinho e Irmã Nelzir possuem mais de um mandato. Ana Lúcia Ximenes, a exemplo, foi

²⁰⁷ Labibe Simão foi Secretária Municipal de Educação em Caxias entre os anos de 1977 e 1979. Ana Lúcia Ximenes foi Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres em Caxias entre os anos de 2009 e 2012, quando deixou o cargo para se lançar pela segunda vez como candidata a vereadora. Tânia Cantalice foi Secretária Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Juventude entre os anos de entre 2010 e 2011, após o exercício do mandato de vereadora em Caxias, Thaís Coutinho foi Secretária Municipal de Infra-Estrutura no município de Matões entre 2002 e 2004, quando se afastou do mandato de vereadora naquele Município; Taniery Cantalice foi, entre 2017 e 2019, Secretária Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres em Caxias; Aureamélia Soares foi secretária municipal em dois momentos: antes do mandato de vereadora, foi secretária municipal de Esporte, Lazer e Juventude entre os anos de 2014 e 2016. Em 2019, assumiu o cargo de Secretária Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, se afastando da Câmara Municipal.

²⁰⁸ Labibe Simão foi Gestora Regional de Educação entre 2002 e 2004. Ana Lúcia Ximenes foi Assessora Especial da Gerência Regional de Pedreiras no primeiro governo de Roseana Sarney; Cláudia Fabiana Vieira Silva, responsável pelo setor de Regulação do Hospital Regional de Caxias Dr. Everaldo Ferreira Aragão de 2017 aos dias atuais.

²⁰⁹ Nas eleições de 2012, Fátima da Baixinha ficou como suplente e assumiu a vaga na Câmara Municipal apenas em 2015, após a saída de Ronaldo Chaves para exercer cargo de Secretário de Estado de Articulação Institucional no governo de Flávio Dino.

eleita em 2004, não saiu candidata em 2008, retornou à Câmara Municipal em 2013, elegendose primeira presidenta da Casa, e não concorreu à eleição em 2016, em favorecimento do esposo Antônio José Ximenes. As demais vereadoras do pleito 2013/2016, Taniery Cantalice e Benvinda Machado, não conseguiram se reeleger na eleição de 2016. Irmã Nelzir elegeu-se em 2012 e reelegeu-se em 2016. Já Thaís Coutinho permanece na Câmara Municipal pelos últimos três mandatos.

Um dado distinto diz respeito à disputa eleitoral para outros cargos. Das componentes do grupo, apenas Labibe Simão e Tânia Cantalice colocaram seus nomes para concorrerem em outros processos eleitorais além da seara do Legislativo municipal. A primeira foi candidata à vice-prefeita de Caxias na chapa com Márcia Marinho, nas eleições de 2004; e Tânia Cantalice foi candidata à deputada estadual (2006 e 2014) e Federal (2018)²¹⁰. Ambas as candidatas não lograram êxito em suas candidaturas fora da Câmara Municipal de Caxias. Carecem, então, as mulheres eleitas para o Legislativo caxiense daquilo que Coradini (2012, p. 109) denomina “carisma de função”, isto é, a “[...] ocupação prévia de cargos (*que*²¹¹) passa a ser o principal recurso eleitoral” utilizado em grande medida por candidatos a cargos eletivos. Uma história permeada pela ocupação de cargos na esfera do estado é um importante recurso utilizado na disputa eleitoral, o que falta em grande medida ao grupo de mulheres ora analisado.

A entrada das mulheres na disputa eleitoral em Caxias também se processa a partir da necessidade de assumirem funções públicas, bem como pela renovação das práticas políticas, assentando seu cotidiano em esferas ligadas ao bem-estar da população, incremento à honestidade, valores que a sociedade preza e a manutenção do trabalho político já desenvolvido por determinadas famílias.

Pelo material de campanha analisado, bem como a partir das informações obtidas pela prosopografia, observou-se que o grupo apresenta ligação com as questões relativas a áreas ao cuidado. Esse dado permite reafirmar o pensamento de que as mulheres, ao adentrar o espaço da política, utilizam como prerrogativa, o fato de que são, “por natureza”, mais voltadas aos afazeres domésticos e familiares, aos cuidados com as crianças, enquanto os homens são mais racionais, e, portanto, mais próximos aos cidadãos e cidadãs. Por outro lado, foi possível observar que as candidatas também ocuparam cargos fora do legislativo que estão mais próximo daquilo que é considerado masculino, tais como o esporte e infra-estrutura (Aureamélia Soares e Thaís Coutinho).

²¹⁰ Nessa eleição, a candidatura de Tânia Cantalice foi indeferida pela Justiça Eleitoral.

²¹¹ Complemento nosso.

As vereadoras também utilizam marcadores, que por vezes remetem ao grupo familiar, seja através do uso do sobrenome de familiares, seja por consanguinidade ou por matrimônio. Predomina, no entanto, ainda, a ideia de que as mulheres, ao entrar na disputa eleitoral, elaboram uma plataforma específica voltada para as demandas femininas. De acordo com Guionnet (2002)

[...] un plus grand pragmatisme, un rapport moins ambitieux, moins carriériste à la politique - en liaison avec une moindre séparation entre vie privée et vie publique -, une volonté d'être plus efficaces dans leur rapport au temps, à la prise de parole, à l'action, une plus grande faculté à entretenir des relations de proximité avec les autres - collègues et citoyens - et à demeurer à l'écoute de leurs interlocuteurs, une appétence singulière pour les domaines sociaux, de service aux personnes et, a contrario, un moindre intérêt pour les considérations partisans, les dossiers techniques, les prises de parole et les relations violentes et conflictuelles, etc. (p. 114).²¹²

Desse modo, a prática feminina no modo de fazer política estaria mais próxima da humanidade, do zelo, ressaltando através do material de campanha o fato de que elas estão mais próximas das causas sociais, com destaque para a experiência anterior em campanhas políticas dos esposos, pai ou outra liderança do sexo masculino. Ao entrarem na disputa eleitoral, as mulheres costumam focar em características consideradas femininas, ligadas, principalmente ao cuidado, à competência, à determinação, à honestidade, ao pertencimento a determinada família considerada tradicional, à região ou à sua ligação pessoal (pai, marido, tio) com determinado político já com carreira consolidada.

As mulheres, ao que parece, não possuem meios para se manterem no poder a não ser quando estão apoiadas em uma estrutura de grupo, familiar ou parental. Ainda que pesem seus projetos e suas redes de contatos, elas dependem muito da projeção política garantida pelos laços de parentesco ou de conjugalidade. Nesse sentido, não se pode esquecer que essas candidatas representam, não exatamente as demandas femininas, mas o grupo ou, especificamente, a família à qual estão vinculadas. Não se trata aqui de analisá-las como vítimas ou passivas nesse processo, mas como sujeitas, que se lançam na empreitada eleitoral tomando para si a responsabilidade de garantir a permanência, na esfera do estado, do seu grupo político.

²¹² Tradução livre: [...] maior pragmatismo, um relacionamento menos ambicioso, menos política orientada para a carreira - em conexão com uma menor separação entre vida privada e pública - um desejo de ser mais efetivo em sua relação com o tempo, para falar, para ação, maior capacidade de manter relações estreitas com os outros - colegas e cidadãos - e de permanecer atenta aos seus interlocutores, um apetite singular pelos campos sociais, atendimento às pessoas e, inversamente, menos interesse em considerações partidárias, questões técnicas, discursos e relacionamentos violentos e conflitantes, etc.

Costa (2010, p. 215), ao analisar as mulheres em campanhas eleitorais no Maranhão, avalia que a “influência familiar” está presente nas trajetórias políticas femininas. Enfatiza que prevalece entre as candidatas a existência “[...] de um trabalho de socialização e incorporação de práticas concernentes à política [...], habilidades adquiridas nos trabalhos sociais [...], relações de parentesco com políticos e vínculos da ‘família’ com outras famílias de tradição política do Maranhão”.

O grupo analisado apresenta mais similitudes do que diferenças entre as mulheres que o compõem, bem como em relação a outras regiões do estado e do país, com destaque para a vinculação delas com famílias políticas ou sendo casadas com políticos. Constitui-se como característica do grupo um elevado índice de mulheres com curso superior e um pequeno número de mandatos na Câmara Municipal.

Relevante destacar a maneira como o capital de algumas dessas mulheres também foram utilizados pelo grupo familiar para se manter no poder. Pertencendo a uma família, parentela, bairro ou comunidade, as candidatas eleitas trouxeram consigo alguma experiência anterior às campanhas nas quais se lançaram candidatas. Essa experiência, pode ser através da participação em outros processos eleitorais ou através de redes sociais de reciprocidade (parentesco, amizade, igreja, comunidade, bairro, colegas de profissão) que de algum modo, acabaram por sinalizar uma relativa liderança, capaz de fazê-las vencer o processo eleitoral em determinada conjuntura política.

Chama a atenção o fato de que as mulheres em determinados momentos, precisaram dar continuidade ao trabalho já desenvolvido pelo cônjuge ou para que o nome da família não perdesse o capital político existente, bem como as benesses relativas à partilha do poder. O processo eleitoral, neste sentido, relaciona-se aos mais variados segmentos e aos vínculos sedimentados na composição das bases eleitorais das candidatas, bem como ao sobrenome ao qual estão vinculadas.

Os dados prosopográficos apontaram a política como uma extensão da família e as mulheres vereadoras como membros de grupos familiares, apresentando muito mais similitudes do que diferenças no modo de fazer política. É a base parental que garante a inserção na política da maior parte delas. Entre aquelas que compõem o grupo de vereadoras que apresenta de forma mais incisiva a permanência da família na ocupação do espaço público em Caxias, percebe-se a figura de Thaís Coutinho. Esta mulher representa a continuidade dos laços familiares na política, constituindo-se como herdeira do espólio da linhagem à qual pertence. A ideia do próximo capítulo é apresentar a trajetória desta mulher,

compreendendo-a como uma das representantes de uma das famílias políticas mais proeminentes do estado do Maranhão.

A escolha pelo estudo da trajetória de Thaís Garcia Coutinho Barros como protagonista de nossa análise não se processou de maneira aleatória. Para que a decisão fosse tomada, levou-se em consideração a disponibilidade de fontes, sem a qual o trabalho do historiador não se concretiza. O fato de já haver outras produções sobre sua caminhada política, a disponibilidade de materiais de campanhas das quais participou, doados tanto por ela quanto por alguns funcionários e colecionadores, a disponibilidade dos dados do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal Regional Eleitoral, bem como do Cartório Eleitoral de Caxias, que disponibilizou o acervo de fichas e demais documentações relativas aos diversos processos eleitorais, também foram definidores para que Thaís Coutinho figurasse como personagem principal da análise feita no próximo capítulo.

5 “PORQUE NINGUÉM FAZ POLÍTICA SÓ”²¹³ - A TRAJETÓRIA DE THAÍS COUTINHO NO LEGISLATIVO DE CAXIAS-MA

Para a compreensão da trajetória política de Thaís Coutinho, é preciso inseri-la no âmbito da família à qual pertence. Foi através da linhagem que a vereadora ingressou na política, seja acompanhando as diversas vitórias e derrotas comuns ao jogo da política representativa, enfrentadas pela família ou através do próprio caminho que traçou, ao se lançar como candidata.

Oriunda de uma das principais famílias políticas do Maranhão, acompanhou, em 1983, o tio Berilo Araújo ser eleito vereador em Caxias, vitória que se repetiu nas quatro eleições seguintes. Entre as eleições de 1989 e 2001, viu seu pai Ferdinando Coutinho elege-se também vereador em Caxias e o tio Humberto Coutinho vencer as eleições, em 1989, para vereador em Caxias²¹⁴, deputado estadual nas eleições de 1990, 1994, 2002 e 2014, além de prefeito de Caxias em 2004 e 2008²¹⁵. Em 2004 foi também o ano em que Thaís participou da sua primeira disputa eleitoral em Matões, sagrando-se vereadora naquele Município (Costa, 2011).

Nesse intervalo, acompanhou a tia, Cleide Barroso Coutinho, eleger-se vice-prefeita de Caxias, cargo a que abdicou, mais tarde, por divergências com o prefeito, Hélio de Sousa Queiroz. Em 2006, Cleide Barroso Coutinho elegeu-se deputada estadual, obtendo a segunda votação do Estado. Em 2010, foi reeleita. Na disputa para o mesmo cargo, em 2018, Cleide Coutinho foi novamente a segunda deputada mais votada do estado (ALEMA, 2019²¹⁶; Grill, 2009, p. 22).

Thaís Coutinho acompanhou, em 2004, a campanha da madrastra, Cláudia Coutinho, para a Câmara de vereadores em Caxias. Na disputa com Márcia Marinho para as eleições majoritária do mesmo ano, Humberto Coutinho venceu, sagrando-se prefeito de Caxias. Encarado como um dos nomes políticos mais articuladores das últimas duas décadas no Maranhão, foi um dos responsáveis pela apresentação de Flávio Dino como candidato ao governo do estado nas eleições de 2010, quando este ficou em segundo lugar, perdendo para Roseana Sarney Murad (COSTA, 2011; BARROS FILHO, In GRILL et al, 2008).

²¹³ Fala da vereadora Thaís Coutinho em entrevista concedida em 2016 para o Projeto de pesquisa “Representatividade Feminina no legislativo de Caxias - MA: entraves, rupturas e perspectivas atuais”, desenvolvido através do Programa de Iniciação Científica Voluntário – PIVIC (FACEMA), entre 2016 e 2017.

²¹⁴ Câmara Municipal de Caxias - Legislaturas, 2018. Disponível em: <https://cmcaxias.ma.gov.br/legislaturas>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

²¹⁵ Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão – ALEMA. Disponível em: <https://www.al.ma.leg.br/deputados/humberto-coutinho>. Acesso em: 02 de novembro de 2019.

²¹⁶ Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão – ALEMA. Disponível em: <https://www.al.ma.leg.br/deputados/cleide-coutinho>. Acesso em: 02 de novembro de 2019.

A vereadora também participou das eleições vitoriosas do pai a vereador (2008), vice-prefeito (2012) e prefeito (2016) em Matões. Mesmo que em menor destaque, a vereadora também se envolveu nas campanhas do tio Edmundo Araújo Coutinho, nas eleições a vereador de Matões em 2012, mesmo ano em que o primo, Leonardo Barroso Coutinho, foi eleito prefeito de Caxias.

Entre as perdas, encontram-se as duas derrotas do tio Humberto nas candidaturas a prefeito de Caxias, nas eleições de 1992 e 2000, para Paulo e Márcia Marinho, respectivamente e a de Leonardo Barroso Coutinho à reeleição para prefeito em 2016, para o engenheiro e ex-vereador, Fábio José Gentil Pereira Rosa, antigo aliado da família Coutinho e que havia rompido com o grupo após divergências relacionadas ao apoio à sua candidatura para a presidência da Câmara Municipal em 2013²¹⁷.

Por tudo isso, pode-se denominar os Coutinho de “família política”, apresentando todas as características que revestem o uso do conceito como estratégias de bases familiares e de parentesco para o exercício de cargos - eletivos ou não - na órbita do estado. Eles se constituíram, em torno da tradição de poder econômico, ligado, de modo especial, à pecuária e a área da saúde. Nos últimos anos, investiram também na área educacional²¹⁸, na construção civil e no setor de comércio, com a implantação do primeiro *shopping center* existente em Caxias. De acordo com Grill (2009, p. 22), “Humberto Coutinho possui o maior patrimônio declarado, dentre todos os candidatos a prefeito do Maranhão, em 2008”.

Thaís Coutinho tem a inserção na política representativa, no ano de 2000, no município de Matões²¹⁹, situado a 464 km da capital do estado, São Luís, quando foi eleita para a Câmara Municipal, pelo PDT. Essa vereadora faz parte de um dos grupos políticos mais fortes

²¹⁷ Blog do Antônio Martins. Fábio Gentil derrota prefeito apoiado por Flávio Dino e Humberto Coutinho. Disponível em: <https://www.blogdoantoniomartins.com/em-caxias-fabio-gentil-derrota-prefeito-apoiado-por-flavio-dino-e-humberto-coutinho/>. Acesso em: 01 de novembro de 2019; Blog do Irmão Inaldo. Vereador Fábio Gentil diz não saber quem mente mais, se é Humberto ou Léo Coutinho. Disponível em: <https://www.irmaoinaldo.com.br/2013/09/vereador-fabio-gentil-diz-nao-saber.html?m=1>. Acesso em: 02 de novembro de 2019.

²¹⁸ Os irmãos Humberto e Ferdinando Coutinho são conhecidos no Maranhão como dois dos principais agropecuaristas do estado. A família é proprietária do maior Centro Universitário do interior do Maranhão e acionista do primeiro *shopping center* de Caxias.

²¹⁹ Matões é um município do leste maranhense, com população estimada em 33.615 habitantes no ano de 2018. A história do município está ligada ao processo de desenvolvimento da pecuária no Estado. O local ficou conhecido por ser uma antiga pousada que abrigava vaqueiros, comerciantes e colonizadores que, vindos do Piauí, passavam por Caxias e Pastos Bons. A sede de Matões surgiu no início do século XIX, elevando-se à categoria de vila em 1835, com o nome de São José dos Matões. Através do Decreto-Lei Estadual nº 820, de 30-12-1943, o município de São José dos Matões passou a denominar-se simplesmente Matões. Em 30 de dezembro de 1952, foi elevada a cidade, permanecendo com o nome de Matões. Disponível em: <http://matoes.ma.gov.br/cidades/cidades/>. Acesso em: 20 de agosto de 2019.

do estado do Maranhão das últimas décadas²²⁰, que ora está alinhado à esfera estadual, ora distanciado. Naquele ano, Thaís Coutinho participou da sua primeira disputa eleitoral no legislativo municipal e saiu vitoriosa com apenas 21 anos e ainda cursando Enfermagem (COSTA, 2011, p. 33).

Nas eleições de 2004, a vereadora não se candidatou a nenhum cargo. Em 2008, mudou seu domicílio eleitoral, disputou e venceu as eleições para vereadora na Câmara Municipal de Caxias. Uma das marcas da carreira política dessa mulher, é a permanência. Coutinho é uma agente pública oriunda de uma típica família política²²¹ do interior do Brasil e que possui uma carreira vitoriosa.

O presente capítulo tem por objetivo fazer a análise, através de fontes orais, *jingles*, matérias publicadas na imprensa e material gráfico de campanha, da trajetória política da vereadora Thaís Coutinho no município de Caxias, no estado do Maranhão e o modo como se processam as redes familiares para a manutenção das elites políticas locais. Analisar a trajetória de uma mulher tendo como território de estudo, Caxias, no Maranhão, se constitui em um esforço historiográfico para também compreender não apenas as relações de gênero, mas a interdependência entre os embates políticos ocorridos nos espaços locais e a dinâmica macro da política estadual e nacional.

O esforço realizado na pesquisa é pensar o macro a partir dos espaços micros. Neste sentido, percebe-se que existe uma dependência da política federal e as alianças construídas com lideranças das áreas periféricas. Como exemplo podemos citar as disputas para a Câmara Federal e o Senado, onde permanece a *patronagem* e são negociadas emendas para determinados municípios em troca de apoio a candidaturas específicas. Isto significa afirmar que o local, influencia diretamente as decisões de âmbito nacional. De acordo com Jorge Mattar Villela (2011),

[...] as teorias e as práticas políticas locais preveem ao mesmo tempo a dissociação e a indissociabilidade dos níveis municipais e extramunicipais da política eleitoral e da democracia representativa. Os deputados são políticos distantes e, por isso, necessitam deste aspecto distrital do voto para almejem sua eleição. O aspecto distrital é conseguido por meio da ação dos políticos de nível municipal (vereadores e prefeito) ou submunicipal (lideranças de síndicos, chefes de família, comerciantes influentes, titulares de cargos públicos. A lista é virtualmente infinita). São essas forças políticas locais as que traçam o hífen que une política municipal e

²²⁰ Sobre a atuação da família Coutinho, vê os trabalhos de Barros Filho (in Reis e Grill, 2014), Barros Filho (in Grill, Reis e Barros Filho, 2008), Costa (2011), Brandão (In Sousa et al, 2015) e Lima (In Grill et al, 2010).

²²¹ Entende-se por família política um agrupamento de pessoas unidas por laços de matrimônio e ou consanguinidade que possui vários membros inseridos na órbita do estado, de modo especial no campo da política representativa.

extramunicipal, que tornam atraentes para os eleitores os candidatos a deputados, que transformam as eleições para deputados em voto distrital.

Assim, a análise sobre o processo eleitoral em âmbito municipal e a participação das mulheres nas eleições, não podem ser estudados sem se fazer as devidas conexões entre o local, o estadual e o nacional, sob o risco de se fazer uma análise isolada do contexto maior da política representativa, que possui tentáculos em todos os níveis. Existe, portanto, um vínculo entre as conjunturas locais e as demais esferas de governo, que muitas vezes, interferem nas escolhas de candidaturas, maior volume de recursos direcionados a determinados partidos e candidaturas, bem como ao tipo de mensagem que deve aparecer no material de campanha utilizado.

No capítulo anterior, destacou-se que em Caxias, nas eleições de 1992, Labibe Gedeon Simão saiu vitoriosa. Nas eleições de 1996, não houve mulheres eleitas. Em 2000, três mulheres foram escolhidas para a câmara municipal, (Raimunda de Fátima Rocha Bezerra, Tânia Maria Porto Cantalice e Maria de Fátima Mendonça Campos). Na disputa seguinte (2004), duas vereadoras (Ana Lúcia Soares da Silva Ximenes e Cláudia Fabiana Vieira Silva) foram eleitas. No pleito de 2009, apenas Thaís Garcia Coutinho sagrou-se vereadora. Em 2012, cinco mulheres venceram a disputa eleitoral (Ana Lúcia Soares da Silva Ximenes, Thaís Garcia Coutinho, Benvinda Almeida Machado, Nelzir Oliveira Costa Queiroz e Taniery Fernanda Porto Cantalice).

No ano de 2015, assumiu Maria de Fátima Rocha Bezerra, suplente de Ronaldo Chaves, que passou a ocupar a Secretaria Adjunta de Estado de Articulação Política, totalizando, então, seis mulheres na Câmara Municipal de Caxias. A legislatura 2013-2016, foi a que apresentou o maior número de mulheres com assento na Câmara Municipal de Caxias. Nas eleições de 2016, Thaís Coutinho e Irmã Nelzir foram reeleitas e Aureamélia Brito Lima Soares venceu a disputa eleitoral para a Câmara Municipal, perfazendo um total de três mulheres para a legislatura 2017-2020.

A análise do perfil do grupo de mulheres eleitas para o município de Caxias revelou não casos de excepcionalidades, mas indica que são mulheres que conseguiram penetrar no mundo masculino que são as câmaras municipais. O que existe de comum no grupo? O fato de que são agentes políticas oriundas da elite econômica local ou da classe média. Em termos profissionais, possuem formação nas áreas das licenciaturas, da saúde, da administração e do direito, afora aquelas que, no período em que concorreram às eleições e foram eleitas, não possuíam curso superior. A maioria, casada com político ou que possuía parentesco com políticos locais.

No grupo analisado pela pesquisa, Claudia Fabiana Vieira da Silva²²² e Thaís Garcia Coutinho Barros, foram as que mais representam a lógica da permanência de famílias na política e a utilização do sobrenome como capital simbólico nas campanhas eleitorais, já que as duas e seus antecessores (Humberto Ivar Araújo Coutinho, Ferdinando Araújo Coutinho e Berilo Araújo), formam o maior número de mandatos exercidos por uma mesma família na Câmara Municipal de Caxias. Além disso, a família coleciona o exercício de três mandatos na prefeitura municipal de Caxias (dois de Humberto Coutinho e um de Leonardo Coutinho). A família também possui ramificações políticas em todo o Maranhão (mandatos de deputado estadual de Humberto e Cleide Coutinho) e exercício da prefeitura municipal de Matões (Ferdinando Araújo Coutinho), além da influência na definição de resultados eleitorais em outros municípios, em campanhas para o governo do estado, câmara e Senado Federal. Elas retratam, portanto, a continuidade do núcleo familiar Coutinho na Câmara Municipal de Caxias.

Das duas, o diferencial de Thaís Coutinho, é a permanência no legislativo municipal por quatro mandatos consecutivos. É a herdeira política no legislativo municipal da família com maior influência política da região. A vereadora fez, ao longo dos quatro pleitos (um em Matões e três em Caxias) a que concorreu, assim como ocorreu com a madrastra, uso do prestígio familiar. Coutinho também se diferencia das demais vereadoras pelo volume do capital político herdado e pelas articulações que a família mantém em âmbito estadual.

O capital utilizado pelos herdeiros políticos, corresponde ao uso do espólio deixado pela experiência e o nome de outros políticos existentes em determinada região. Herdeiro é aquele ou aquela que é investido de uma herança baseada no nome ou no apadrinhamento por um político de renome. A herança faz parte do mote que define a seleção de candidaturas. No geral, o espólio político está recoberto por três capitais (BOURDIE, 1989, p.190), quais sejam: o capital pessoal de notoriedade, o capital delegado e o capital pessoal heróico. Além disso, é necessário perceber uma outra faceta da herança política que está ligada à deturpação do processo democrático.

[...] as expressões *transmissão do poder, afilhado, ou herdeiro*²²³, ao mergulharem as eleições nos seus determinantes sociais, trazem à tona as manifestações do "espírito família", e não do "espírito público". Nesse sentido, invertem o que está

²²² Cláudia Coutinho é esposa de Ferdinando Coutinho, pai de Thaís. Ela foi o primeiro nome indicado para assumir a vaga deixada por Ferdinando na Câmara Municipal. Exerceu o pleito de vereadora em Caxias entre os anos de 2005 a 2008. Nas eleições de 2004, ficou como suplente, mas assumiu a cadeira do legislativo quando o vereador Evangelista José da Silva assumiu a Secretaria Municipal de Limpeza Pública no mandato de Humberto Coutinho, cunhado de Cláudia Coutinho.

²²³ Grifo do autor.

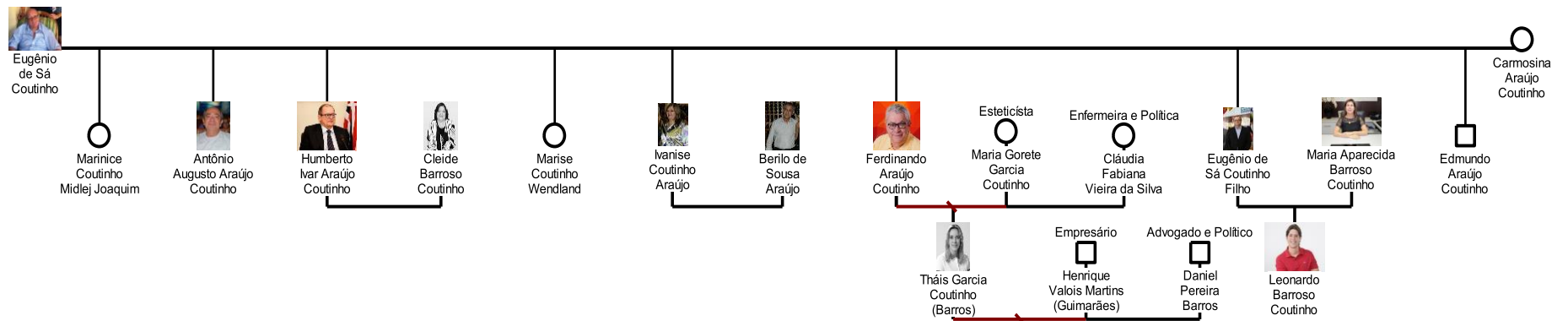
contido na visão institucionalizada da cidadania cívica, ao exibirem o eleito impondo a escolha de seu sucessor e, conseqüentemente, retirando do eleitor certos atributos invocados pela “cartilha democrática”, como o *modo de seleção do pessoal político* (a eleição pelos “cidadãos”) e o *princípio de legitimidade* (“o povo” como fonte de poder) (CÂNEDO, 2007, grifos no original).

Esse jogo se constitui como uma forte característica da sociedade brasileira que vem se reinventando ao longo do processo histórico. Apesar da constituição democrática, o País mantém, dentro da ordem representativa, a manutenção de famílias na órbita do estado através do voto. Grupos construídos por laços de parentesco têm se mantido no poder através de gerações a partir da participação popular. É o que Grill chama a atenção quando trata sobre “[...] as formas de delegação do capital político acumulado pela “família”, pelo partido ou pelo líder carismático” (GRILL, 2004, p. 160).

Thaís Coutinho se apresenta publicamente e nos processos eleitorais como filha e sobrinha dos irmãos Ferdinando e Humberto Coutinho, respectivamente, divulgando o legado da própria linhagem na política e enfatizando o pertencimento a esse grupo, tentando “[...] preservar a reputação da família numa relação de equivalência com as reputações dos outros” (WOLF, 2011, p. 15).

A seguir é exibida a árvore genealógica da família Coutinho. A figura 10 aponta a partir de Eugenio de Sá Coutinho e Carmosina Araújo Coutinho, a linhagem do principal grupo político da região leste maranhense.

FIGURA 10 – Genealogia da Família Coutinho.



Fonte: GenoPro [<https://www.genopro.com>]²²⁴

²²⁴ Infográfico produzido através do GenoPro, que é um software para desenho de árvores genealógicas. Esta ferramenta pode exibir uma representação gráfica de árvores genealógicas com precisão e riqueza de detalhes.

No caso da trajetória analisada, a herança familiar inicia-se com o avô paterno (vereador, prefeito interino no atual município de Matões na década de 1940²²⁵), passando pela influência de vários outros parentes (pai, madrasta, tios, tia e primo), além do fato de que o esposo, de segunda núpcia, Daniel Pereira Barros²²⁶, também tem origem em família de políticos no município de Viana - MA. Thaís Coutinho, forja então, sua vivência em meio às articulações próprias da política partidária, dos acordos e da indicação de nomes para os diversos processos eleitorais.

A família Coutinho se constituiu politicamente em torno do patriarca, Eugênio de Sá Coutinho, no município de Matões, em meio ao processo de elevação do antigo distrito de São José dos Matões em cidade na década de 1940, culminando com a Lei de criação do Município, em 30 de dezembro de 1952, pelo então governador do estado, o caxiense Eugênio Barros. Proprietário de terras, “Seu Eugênio”, exerceu forte poder naquele território²²⁷.

Para que o projeto político do grupo pudesse ser levado a cabo, projetaram nomes de agentes em diferentes espaços da política representativa. No intuito de garantir materialidade a esse projeto, Humberto, Ferdinando, Cleide e Thaís Coutinho são algumas dessas figuras que se projetaram na corrida eleitoral e venceram. De acordo com Leandro e Dos Santos (2010, p. 02),

As relações genealógicas são consagradas e acionadas por grupos familiares, criando e perpetuando laços tradicionais nos diversos postos dirigentes, no caso da política, por meio de “heranças culturais ou políticas” ou “patrimônio material ou simbólico familiar” dos ascendentes.

Entre os membros da família, Humberto Coutinho, foi a principal liderança, exercendo uma influência política que extrapolou os territórios dos municípios de Matões e Caxias, posteriormente expandindo para outros territórios - Parnarama, Tuntum, Paço do Lumiar, Aldeias Altas, Pedreiras, entre outros – (Barros Filho, In Gril et al, 2008) suas redes de relações. Humberto Coutinho se tornou, entre os anos de 1990 a 2017, o principal nome da

²²⁵ GRILL (2009, p. 21)

²²⁶ Thaís Coutinho vem de dois casamentos. O primeiro foi com Henrique Valois Martins Guimarães (falecido), empresário do ramo da construção civil, do qual se separou ainda no exercício do primeiro mandato de vereadora em Caxias. Casou em segunda núpcias com Daniel Pereira Barros, advogado, com família política ramificada no município de Viana - MA, localizado na Baixada Maranhense. O avô e dois tios foram prefeitos daquele Município. Daniel Barros foi secretário Adjunto de Saúde em Caxias na administração do primo de Thaís, Leonardo Coutinho. Em 2017, após sair da Prefeitura de Caxias, foi nomeado pelo governador Flávio Dino, Gestor Regional de Saúde de Caxias. Ele se tornou, nas duas últimas eleições, juntamente com Ferdinando Coutinho, o principal articulador do nome de Thaís Coutinho, inclusive quando ela se torna líder da oposição em 2017.

²²⁷ Fonte: <http://capitaldoleste.blogspot.com/2011/09/morre-pai-do-prefeito-de-caxias-ma.html>; <https://www.al.ma.leg.br/noticias/18262>; BRANDÃO (In Sousa et al, 2015)

política do leste maranhense e um dos mais renomados políticos do estado do Maranhão. A fama de articulador era sua principal insígnia, influenciando as decisões políticas de grupos políticos em todo o estado (BRANDÃO, In SOUSA et al, 2015, p. 292)

Todo o nome político da vereadora girou em torno da figura paterna e do parentesco com Humberto Coutinho. Em entrevista concedida a Dayana Costa (2011, p. 35), Thaís revela essa proximidade com o parente mais importante na política, enfatizando as vantagens de ser sobrinha do líder político:

Ah, pelo respaldo de ser ‘Coutinho’, ele ser meu tio e trabalhou muito bem. Então as pessoas: “Poxa, ser o tio dela”. Você vê também pela história familiar (a história familiar, política), é de honestidade, de respeito. E isso fez também que eu entrasse com respaldo bem maior do que outras pessoas que não tinham esse nome, né? O ‘Coutinho’. Eu não tô fazendo feio também não. (Entrevista com Thaís Coutinho).

Além do capital econômico, a herança política familiar foi o capital mais utilizado pela vereadora desde sua primeira campanha. Gaxie (2012) alerta para o fato de que existe uma espécie de seleção social no mercado político simbolicamente hierarquizado, sendo a concorrência política uma maneira de indicar o fosso existente entre a política representativa e as classes populares. Isso significa dizer que o capital econômico, em uma disputa eleitoral, é um elemento que pode definir, em situações específicas, o resultado do processo.

Thaís Coutinho representa a figura de uma mulher da elite local, que tem laços consanguíneos com políticos de renomes. Entre as barreiras que poderiam se colocar como obstáculos à participação de Thaís na política estariam as desvantagens econômicas e culturais, porém ela pertence a uma das famílias mais ricas do estado do Maranhão, marcada pelos investimentos no agronegócio e em outros setores, como saúde e educação (BRANDÃO, In SOUSA et al, 2015; LIMA In GRILLI, 2010).

Já o capital cultural vinculado à vereadora, é percebido pelo fato de que a família agrega, entre seus membros, indivíduos com profissões consideradas de destaque para a sociedade e para a política, tais como a engenharia, medicina, economia e direito²²⁸. Apesar de, na maioria das vezes, não ser possível converter as relações estabelecidas no exercício

²²⁸ Dos oito filhos de Eugênio de Sá Coutinho e Carmosina Araújo Coutinho, por ordem de filiação e profissão, tem-se a seguinte constituição em termos de formação e atuação: Marinice Coutinho Midlej Joaquim – médica; Antônio Augusto Araújo Coutinho - engenheiro civil (falecido); Humberto Ivar Araújo Coutinho – médico, empresário, agropecuarista e político (falecido); Marise Coutinho Wendland –professora com Licenciatura em Letras; Ivanise Coutinho Araújo – economista e empresária (sócia do irmão Humberto Coutinho na Clínica Casa de Saúde e Maternidade de Caxias); Ferdinando Araújo Coutinho – agropecuarista e político (único sem formação superior); Eugenio de Sá Coutinho Filho - engenheiro eletricitista e empresário (sócio do irmão Humberto Coutinho no Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão e no Sistema de Rádio e TV Sinal Verde até 2018, quando venderam a emissora) e Edmundo Araújo Coutinho – advogado e político.

profissional em recursos eleitorais, quando agregadas a outros capitais, como o nome e o partido político, a profissão do candidato ou da candidata, tende a ser um fator relevante no processo eleitoral, de modo especial, em espaços territoriais maiores, onde a especialização e profissionalização política são mais observadas. Corandini (2001, p. 20) alerta para o fato de que:

[...] mais que relações estabelecidas no exercício profissional, trata-se de usos de títulos profissionais em combinação com outras esferas de atuação e formação de “liderança”, numa espécie de “transfiguração” da “profissão” e sua conversão em recursos eleitorais”.

Desse modo, apesar de não ser definidor em uma disputa eleitoral, a propriedade de títulos acadêmicos tende a representar, para o eleitor, em conjunto com outros capitais, a ideia de maior preparo para ocupação de cargos públicos. Isto significa dizer que, um título de nível superior, garante, aos olhos dos eleitores, um determinado grau de competência para a arte da política, tendo em vista que o trabalho na esfera da política representativa exige de um certo domínio sobre leis e políticas públicas.

Outra simbologia atrelada ao sobrenome Coutinho é a ideia da honestidade e fidelidade aos cabos eleitorais e aliados políticos. Na esfera empresarial, possuem a fama de serem “bons pagadores” (GRILL, 2009, p. 21) e manterem empregados de longas datas. De acordo com Costa (2011, p. 35) a vereadora “[...] utiliza o parentesco e o trabalho do tio à frente da prefeitura e toma para si um “histórico familiar” que abarca valores morais (“honestidade” e “respeito”) sedimentados enquanto valores “intrínsecos” dos “Coutinho [...]”. Essas características são constantemente utilizadas pela família Coutinho nos processos eleitorais.

5.1 A TRAJETÓRIA DE THAÍS COUTINHO: DA HERANÇA FAMILIAR ÀS PARTICULARIDADES DA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE PRÓPRIA.

Esta seção é composta pela caracterização da trajetória política de Thaís Garcia Coutinho, vereadora de um mandato exercido no Município de Matões e três mandatos consecutivos em Caxias, estado do Maranhão. Os dados utilizados para a composição deste tópico foram adquiridos através das informações conseguidas a partir do uso da prosopografia, bem como através das fontes orais. A coleta dos dados sobre a vereadora se deu entre março de 2016 e maio de 2019.

As fontes utilizadas foram: fichas cadastrais de candidaturas fornecidas pelo Cartório Eleitoral de Caxias, site do TER-MA, anais da Câmara Municipal de Caxias, blogs e artigos produzidos sobre a vereadora. Também foram utilizadas as informações prestadas pela própria vereadora em entrevista concedida em 2016 para o Projeto de Iniciação Científica Volutário (PIVIC) da Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão (FACEMA) “Representatividade Feminina no Legislativo de Caxias (MA): entraves, rupturas e perspectivas atuais”.

Foram colhidas informações referentes à participação em partidos políticos, idade ao exercer o primeiro mandato, profissão/ocupação, naturalidade, estado civil, grau de instrução. Ainda foram observados dados relativos a incentivo para a entrada na política, participação em entidades da sociedade civil organizada, envolvimento anterior na política representativa, familiares políticos, quantidade de mandatos exercidos, nome político, assim como a própria percepção do que é ser a representante da família Coutinho no parlamento municipal de Caxias.

Ao tratar sobre a trajetória das mulheres no legislativo municipal, a que se falar também sobre a influência do sobrenome da família como um capital simbólico embutido no fazer político cotidiano, desde as candidaturas até o próprio modo de atuação nas câmaras municipais. De acordo com Biroli (2014, p. 07), “[...] falar em família é falar de uma realidade social e institucional, profundamente política tanto nos fatores que a condicionam quanto em seus desdobramentos”. Isso significa dizer que, mesmo na política, quando membros de uma mesma comunidade familiar se lançam na corrida eleitoral, os fatores ligados à essa estrutura se conectam, apresentando também as contradições inerentes ao fazer parte daquele grupo específico. Ser o herdeiro ou a herdeira de um espólio político também requer esforço daquele que foi investido de tal poder. As cobranças tendem a se iniciar dentro da própria família e se estendem para o restante da sociedade.

Tomando por base as reflexões de Ginzburg (1989, p. 174), a trajetória de Thaís Coutinho não pode ser tomada como alheia à história do seu município ou estado e ainda das relações de parentesco e conjugalidade – de modo que “corre-se o risco de perder a complexidade das relações que ligam um indivíduo a uma sociedade determinada”. Parece existir uma tendência no modo como as mulheres que exercem funções na órbita da política representativa, mobilizam vantagens oriundas dos diferentes espaços ocupados por elas no decorrer de suas trajetórias e como articulam redes de sociabilidades políticas e familiares no intuito de ter sucesso na arena eleitoral.

O nome ou sobrenome é, portanto, o elemento que diferencia os indivíduos uns dos outros ao longo de todo o processo histórico, em todas as sociedades conhecidas. Não parece ser diferente no caso das mulheres que participam da política representativa. Em variadas situações, momentos históricos e espaços geográficos, elas têm utilizado como mecanismo de vitória nos processos eleitorais, o sobrenome (CANÊDO, 1991; LEWIN, 1993; MONTEIRO, 2017). De acordo com a própria vereadora:

Na minha primeira campanha foi herança familiar. As pessoas me conheciam como a “enfermeira Thaís” que tratava todos bem, eu sempre procurei tratar todo mundo bem, sempre! A Thaís de hoje [...] O que eu sou é o que eu sempre fui, uma pessoa alegre, brincalhona, divertida, trato bem, não tenho distinção de cor, gênero, nível social, nada disso. E isso fez muito [...]. Eu me inseri em todos os níveis da sociedade, tanto das pessoas pobres, ricas, classe média, pelo meu jeito de ser, mas minha primeira campanha eu ganhei por herança familiar. (Thaís Coutinho - Entrevista concedida em março de 2016 para o Projeto de Pesquisa “Representatividade feminina no legislativo de Caxias (MA): entaves, rupturas e perspectivas atuais”).

A fala da vereadora indica tanto para a divulgação de suas características pessoais, sua simplicidade, alegria, o contato com o eleitorado, indiferentemente de classe social, raça e etnia ou gênero, como também para o uso do sobrenome da família para se lançar politicamente. Na teia de relações que recobrem o lançamento das candidaturas ao legislativo municipal, a influência do nome da família é, sem dúvida, um dos principais pilares. A capacidade de transmitir significados positivos através da utilização do sobrenome familiar, tem se constituído como uma ferramenta eficaz na perpetuação do poder político local através de (CANÊDO, 1991; LEWIN, 1993; MONTEIRO, 2017).

A história de Thaís Coutinho se entrelaça à de dois municípios do leste maranhense: Caxias e Matões. Ela é filha de Ferdinando Araújo Coutinho²²⁹ e Maria Gorete Garcia Coutinho, ele, proprietário rural e político, ela, esteticista. Dos oito filhos, Ferdinando Coutinho é o sexto na ordem de filiação do casal Eugênio de Sá Coutinho e Carmosina Araújo Coutinho. A vereadora é bacharel em enfermagem pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em São Luís, ano de 2003. De acordo com a própria vereadora, entrou na política a partir do incentivo do pai²³⁰ e do tio Humberto Coutinho²³¹. É funcionária pública, sendo enfermeira concursada da Prefeitura Municipal de Caxias.

²²⁹ Ferdinando Araújo Coutinho é, atualmente, prefeito do município de Matões (MA), que se localiza a 104 Km de Caxias. Foi vereador por Caxias (MA) em quatro legislaturas e duas em Matões, chegando a ser presidente da Câmara e vice-prefeito neste último município e, posteriormente, prefeito.

²³⁰ Costa (2011).

²³¹ Humberto Ivar Araújo Coutinho foi um político maranhense, formado em Medicina pela Universidade Federal da Bahia. Deixou como viúva, a médica e deputada estadual por três mandatos Cleide Barroso Coutinho.

O primeiro mandato como vereadora foi em Matões/MA, com apenas 21 anos de idade. Deixou o mandato para exercer o cargo de secretária municipal de Infraestrutura. Em 2008, já em Caxias, foi eleita pelo PDT e posteriormente pelo PSB em 2012 e 2016. Thaís Coutinho é a substituta dos membros de sua família (Humberto, Ferdinando, Cláudia Coutinho e também do tio Berilo Araújo²³²) no legislativo municipal.

Thaís Coutinho entrou na disputa eleitoral em Caxias no pleito de 2008 por conta de impedimento jurídico da madrastra Claudia Coutinho, que não pôde concorrer à reeleição por possuir parentesco com o prefeito Humberto Coutinho²³³, que tentava a reeleição. Apesar de ser também parente e de forma direta, Thaís Coutinho foi lançada como candidata, e não havendo contestação jurídica, venceu as eleições.

No primeiro mandato na Câmara Municipal de Caxias, foi a primeira vice-presidente da Casa no biênio 2010-2011, quarta Secretária entre 2011-2012 e também a primeira mulher líder de oposição do Município (2017-?). No mandato de 2009 a 2012, foi a única mulher a ocupar acento no legislativo do Município. Entre as comissões de que fez parte no segundo mandato, estão as Comissões de Saúde²³⁴ (suplente) e de Assistência Social, Direitos Humanos e Mulher²³⁵ (titular).

Iniciou sua carreira política em 1988 como vereador em Caxias. É, em termos proporcionais, o vereador mais bem votado em toda a história do Município. Em 1990, foi eleito deputado estadual com reeleições sucessivas nos pleitos de 1994, 1998 e 2002. Em 2004, foi eleito prefeito da cidade de Caxias, sendo reeleito em 2008. Em 2012, conseguiu eleger seu sucessor, o sobrinho Leonardo Barroso Coutinho, que governou de 2013 a 2016. Em 2014, Humberto Coutinho, foi eleito novamente deputado, se tornando, em 2015, presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão. Faleceu em primeiro de janeiro de 2018, vítima de um câncer contra o qual lutou por cerca de cinco anos. Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, 2018. Fonte: ALEMA, 2019.

²³² Economista, professor da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, ex-vereador de Caxias por quatro mandatos. Secretário Municipal de Fazenda nos dois governos de Humberto Coutinho e no governo de Leonardo Coutinho. Casado com Ivanise Coutinho, irmã de Humberto e Ferdinando Coutinho.

²³³ A Instrução Nº120, Resolução nº22.717 do Tribunal Superior Eleitoral, em seu Artigo 15, parágrafo 4º considerou como inelegível no § 4º São inelegíveis ao cargo de vereador no mesmo município o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do prefeito reeleito ou não, salvo se este renunciar até 6 meses antes do pleito (Res. no 21.738, de 4.5.2004).

Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-resolucao-tse-no-22-717-eleicoes-2008>. Acesso em: 19 de agosto de 2019.

²³⁴ Segundo o Regimento Interno da Câmara Municipal de Caxias, compete à Comissão de Saúde emitir parecer sobre os processos referentes à saúde pública e higiene, bem como sobre a organização institucional da saúde no Município, política de saúde e processo de planificação em saúde (Câmara Municipal de Caxias, MA, 2015).

²³⁵ Segundo o Regimento Interno da Câmara Municipal de Caxias, compete à Comissão de Assistência Social, Direitos Humanos e Mulher opinar e emitir parecer sobre matérias que versem sobre: & 1º – O exercício dos direitos assistenciais inerentes às minorias, à mulher, à criança, ao adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência física em suas relações sociais, pessoais e de políticas públicas no Município de Caxias; & 2º Posicionamento sobre os direitos humanos a todas as pessoas, movimentos, organizações e poderes públicos que historicamente lutam pela valorização do ser humano, e acompanhar os indicadores sociais para a avaliação permanente das questões relacionadas aos direitos fundamentais dos referidos segmentos, assistência oficial, inclusive a proteção à maternidade, à criança, ao adolescente, aos idosos e aos portadores de deficiência. & 3º As políticas públicas para a mulher: a) Receber, avaliar e proceder as investigações e denúncias relativas às ameaças dos interesses e direitos da mulher; b) Fiscalizar e acompanhar programas governamentais e não governamentais de políticas públicas para as mulheres e aos relativos a interesse e direitos da mulher; c)

No caso feminino, Guionnet (2002, p. 116) enfatiza que “[...] as novas participantes mobilizam mais sistematicamente a retórica de práticas políticas específicas de mulheres do que as estabelecidas”²³⁶, quais sejam: relacionam-se a áreas consideradas do universo feminino, tais como educação, assistência esáude.

Fazendo uma análise da sua candidatura a vereadora em Caxias, Thaís Coutinho expressa a forma como obteve acesso à política e como existe uma vinculação entre o seu nome e o sobrenome da família, de modo especial no que se refere às figuras do pai e do tio:

Na minha primeira campanha²³⁷, as pessoas que me apoiaram eram quem apoiavam meu pai e o meu tio Humberto Coutinho, eu peguei herança familiar na minha campanha, foi herança familiar, nada mais! (Thaís Coutinho – entrevista concedida à pesquisa, 2016 para o Projeto de Pesquisa “Representatividade feminina no legislativo de Caxias (MA): entraves, rupturas e perspectivas atuais”).

Tendo o pai como vereador, vice-prefeito e prefeito de Matões, e o tio (Humberto Coutinho) como uma das principais personalidades da política maranhense ao longo do século XX – (deputado por cinco mandatos, sendo por duas vezes presidente da Assembleia legislativa do Estado do Maranhão, e prefeito de Caxias por dois mandatos), a ligação do nome da candidata com sua família, não seria difícil de ser feita. Do mesmo modo, inclui-se o fato de que a tia, foi vice-prefeita de Caxias e deputada estadual por três mandatos (com acento na mesa diretora da Casa) e o primo (Leonardo Barroso Coutinho), prefeito de Caxias, Thaís Coutinho se projeta politicamente utilizando como esteio a herança familiar.

No Brasil e, de modo especial, no Nordeste, se configurou uma realidade em que a origem social de candidatos e candidatas é um relevante fator de sucesso ou fracasso na disputa eleitoral, conforme os estudos de (CANÊDO, 1991; LEWIN, 1993; MONTEIRO, 2017; GRILL, 2004 e 2009; GRILL et al, 2008; COSTA, 2008 e 2011). Desse modo, fazer parte de uma família política quando agregada a outros capitais como o econômico e o cultural é forte indicativo de vitória no processo eleitoral.

Conforme o discurso da entrevistada, fica explícita a noção de pertencimento a um grupo familiar político respeitado na região e com uma trajetória política sedimentada no

Colaborar com entidades nacionais e internacionais que atuem na defesa dos interesses e direitos da mulher; d) Trabalhar em conjunto com as demais comissões, especialmente quando houver ameaças à violação dos direitos da mulher nas diferentes fases da sua vida; e) Pesquisar e estudar a situação das mulheres no Município de Caxias; f) Dar parecer em projetos pertinentes à questão da mulher; g) Assegurar o cumprimento das políticas públicas dispostas na Lei “Maria da Penha” e demais legislações vigentes (Câmara Municipal de Caxias, MA, 2015).

²³⁶ Tradução livre para “[...] les nouvelles entrantes mobilisent plus systématiquement la rhétorique de pratiques politiques spécifiques aux femmes que les établies”.

²³⁷ Aqui a vereadora se refere não à campanha em Matões, quando foi eleita e exerceu seu primeiro mandato, mas ao processo eleitoral em Caxias no ano de 2008, quando substituiu a madrastra Claudia Coutinho.

estado, tendo ramificações em vários municípios maranhenses (Caxias, Matões, Parnarama, Tuntum, São Domingos, São João do Sóter, Aldeias Altas e até na capital do estado). Ao se lançar como candidata em Caxias, Thaís Coutinho não poderia mais ser considerada uma neófito, já que trazia, em seu currículo político, o exercício do cargo como vereadora no município de Matões, além da experiência prévia como gestora de uma secretaria municipal, o que, em certa medida, contribuiu na socialização política do seu nome. De acordo com Coradini (1998, p. 112-113):

[...] a eficácia do “trabalho político” decorre dos recursos e possibilidades de manipulação das relações e sentidos contidos nessas diferentes esferas, a partir de uma perspectiva de acumulação de capital político. Essas esferas incluem, por exemplo, relações de parentesco, de “liderança” corporativa (sindicato de professores, de trabalhadores rurais, de “empresários”), de ação ético-religiosa, de vizinhança (a “comunidade”) e afinidades sociais e de estilo de vida (os clubes, as “festas”, os “desportes”), por fim, sem pretensão de exaustão, relações estabelecidas por meio da ocupação de cargos públicos” (grifos do original).

Além desses fatores, ainda há que ser considerada a força política de Humberto Coutinho no controle sobre o partido que comandava à época para indicar a sobrinha como candidata. Não se pode negar que o sobrenome de Thaís Coutinho não foi responsável apenas por sua vitória, mas sobretudo e primeiramente pela indicação do seu nome na lista de candidatos lançada pelo PDT naquele momento. Não se pode esquecer que “nas democracias liberais, o sistema partidário é o principal ‘porteiro’ em um processo de recrutamento de candidaturas” (ÁLVARES, 2008, p. 898).

Thaís Coutinho entrou na disputa eleitoral em Caxias filiada a um partido que se define como de centro esquerda, sendo, à época, o mais importante mandatário do partido, o próprio tio, que definia as principais candidaturas, em clara permanência das estruturas de poder que envolvem o domínio sobre os partidos políticos no Brasil. Ser possuidor de um mando sobre um partido é uma ferramenta necessária em uma política estruturada sobre a *patronagem* e o clientelismo, que marcam a troca de favores entre a liderança e os cabos eleitorais. Mesmo não tendo participado da direção de partidos políticos, o fato do tio comandar a sigla, foi um fator importante na definição do seu nome como candidata²³⁸. De acordo com Bourdieu (2011, p. 204):

²³⁸ Ao estudar a participação feminina nas direções dos partidos políticos na América Latina, Sales e Cotrim (2017) defendem que ainda persiste minoritariamente a presença de mulheres nos espaços de poder e que isso também é reflexo da pouca participação destas nas direções das siglas partidárias, já que os partidos políticos são apontados, por parte da literatura existente, como o principal mecanismo que reveste a organização da disputa eleitoral e a estruturação das democracias modernas.

À medida que o campo político avança na história e que, notadamente com o desenvolvimento dos partidos, se institucionalizam os papéis, as tarefas políticas, a divisão do trabalho político, aparece um fenômeno muito importante: o capital político de um agente político dependerá primeiramente do peso político de seu partido e do peso que a pessoa considerada tem dentro de seu partido. Nós não damos suficiente importância a essa noção extraordinária de investidura.

O poder do líder Humberto Coutinho advinha do controle que ele mantinha sobre alguns partidos políticos. Enquanto cacique político que dominava siglas partidárias, ele tinha o poder de indicar as principais candidaturas. Thaís Coutinho, foi, então, investida na condição de candidata a partir da recomendação direta do tio, com a anuência do pai, primeiro no PDT, em 2008, e, posteriormente, no PSB, em 2012 e 2016.

Costa (2011, p. 29), ao analisar a participação política feminina e as elites políticas no Maranhão, indica a existência de uma vinculação entre o sobrenome da família e a entrada das mulheres na política representativa. No geral, as mulheres maranhenses “têm uma iniciação política dentro do seio familiar, demonstrando a ideia de um trajeto peculiar na formação de político”. Nesse sentido, as relações familiares e de parentescos são acionadas como uma maneira de atestar a credibilidade daquela que se lança na disputa eleitoral. Como, no geral, não possuem o *métier* político, necessitam utilizar outros capitais, tais como o sobrenome que possuem.

No caso da vereadora estudada, a própria afirma o uso do capital político da família para o lançamento do seu nome na arena eleitoral. No entanto, a edil destaca, que, no decorrer dos seus mandatos, passou a existir a necessidade de construção de uma identidade própria. Essa demanda adveio da experiência acumulada ao longo dos mandatos na Câmara de vereadores.

A trajetória de Thaís Coutinho se assemelha ao fato de que, ao longo da história, as elites locais têm se mantido no poder através da herança familiar, da ocupação e transmissão de cargos públicos para as gerações subsequentes, seja por conta do falecimento de alguma liderança ou, ainda, pela impossibilidade do político em entrar na disputa eleitoral. As elites se estruturam e permanecem ocupando postos de mando no Estado dependendo de quanto capital político seus membros conseguem consolidar, acumular e transmitir. Isto perpassa pelo mecanismo de ocupação de cargos públicos, percentual de votos validados a cada eleição e a rede de sociabilidade construída tanto a nível local, quanto estadual e, até, nacional (Coradini (1998; Canêdo, 1991; Lewin, 1993; Monteiro, 2017; Grill, 2004 e 2009; Grill et al, 2008; Costa 2008 e 2011).

Nesse sentido, é emblemática a fala da vereadora ao revelar a ideia de um projeto de continuidade da família enquanto grupo político, mas também destacando a necessidade de uma certa autonomia em relação ao seu grupo de origem:

Meu pai que me incentivou, me ajudou. Até hoje ele acompanha, só que hoje, é... Eu já procurei meu espaço, né? Eu e meu esposo Daniel, a gente fez já um grupo, porque ninguém faz política só²³⁹, eu tenho um grupo hoje sólido. Pessoas que me ajudam aqui na política de Caxias (Thaís Coutinho – entrevista concedida à pesquisa, 2016 para o Projeto de Pesquisa “Representatividade feminina no legislativo de Caxias (MA): entaves, rupturas e perspectivas atuais”).

A fala assinala a existência de uma rede de contatos que cada político necessita para manter-se no poder. Além das redes familiares, os grupos de amigos, cabos eleitorais, lideranças locais, companheiros de trabalho e de profissão se apresentam como importante mecanismo de consolidação dos nomes políticos. Daí a vereadora frisar que política não se faz de forma isolada, sozinho. A edil apresenta, portanto, a necessidade de ampliação da sua rede, não apenas aquela atrelada ao pai ou ao tio, mas uma que seja fruto da sua própria vivência política.

Apesar de não se enquadrar como fantoche ou vítima do grupo, ela sozinha, não tem autonomia sobre sua projeção, já que não detêm o capital financeiro ou simbólico construído apenas por ela mesma. Nesse momento ela incorpora o mecanismo tradicional para a retroalimentação da rede de poder que pertence ao seu grupo político e que alicerça a sua entrada na política representativa.

Grill (2008) ao analisar as táticas oriundas dos vínculos familiares ativadas pela classe política no Rio Grande do Sul observou algumas lógicas que diferenciam as disputas eleitorais: o uso do nome e a imagem da família em decorrência da reputação familiar na memória política local, a familiaridade com o meio político em virtude dos constantes contatos com os códigos que marcam o funcionamento da esfera estatal e os acessos a determinados cargos que são usados a partir dos vínculos de parentesco. O uso do nome, no entanto, é o um dos mais frequentemente utilizado.

Thaís utiliza o sobrenome Coutinho como uma marca positiva na sua trajetória política. Ela reafirma o compromisso da família com o Município e reforça características que aparecem como inerentes à família Coutinho, tais como o cumprimento da palavra, a fama de serem bons pagadores, a fidelidade com os amigos e a ajuda prestada àqueles que pertencem ao grupo político da família. A narrativa da vereadora está dotada de forte subjetividade, que

²³⁹ Grifo nosso.

apresenta a negação do “outro” a partir da autoafirmação e da imagem que projeta perante seus eleitores e a sociedade.

Outro dado relevante aparece ao citar o nome do esposo “Daniel”. Oriundo de uma família política da Baixada Maranhense, Daniel Barros, exerceu uma forte influência nas duas últimas eleições da vereadora. Ele se tornou uma figura extremamente presente nas campanhas realizadas, sendo um dos principais disseminadores da propaganda de campanha via internet.

Thaís também revela outro traço da política brasileira, alicerçada nas relações de *patronagem*, clientelismo e assistencialismo²⁴⁰. É a relação de dependência que envolve políticos e eleitores.

Hoje além [...] de ter [...] ser Coutinho, hoje já tenho um grupo por amizade, já ajudei muitas pessoas. As pessoas que votavam muito pelo meu tio Humberto, pelo meu pai, hoje votam pela Thaís, pelo reconhecimento do meu trabalho, pela ajuda que faço. Meu trabalho basicamente [...] claro, a gente até tem uns projetos na Câmara, mas o meu trabalho muito é... de assistencialismo, a verdade é essa! Eu sou daquelas que se de madrugada me ligar, que tá passando mal, eu vou lá, fico com a pessoa, se precisar... Eu sou assim “a amiga”, porque você sabe que quando você é político, você abre muito espaço e eu utilizo esse espaço mais pra ajudar as pessoas. Eu sou aquela pessoa que ajuda, tá no dia a dia. [...]. Sou braçal! (Thaís Coutinho – entrevista concedida à pesquisa, 2016 para o Projeto de Pesquisa “Representatividade feminina no legislativo de Caxias (MA): entresses, rupturas e perspectivas atuais”).

O discurso aponta para a lógica da transmissão de patrimônio político entre membros de “famílias políticas” ou “famílias de políticos”, quando afirma que obteve os votos por conta da sua vinculação com a parentela. A vereadora sabe o que significa “ser Coutinho”, mas também já revela a necessidade de constituir um grupo específico, dela mesma.

Outro ponto que necessita de destaque é a observação dos mecanismos que a família utiliza, com destaque para a continuidade do grupo no palco eletivo “[...] quando você é político, você abre muito espaço e eu utilizo esse espaço mais pra ajudar as pessoas.”²⁴¹ [...]”. O “espaço” tratado pela vereadora parece estar ligado à sua proximidade com os

²⁴⁰ Para Braga, Nicolás e Becher (2013, p. 175), clientelismo e assistencialismo fazem parte de uma mesma realidade: “i) o “clientelismo” envolve uma relação de troca ou permuta entre o “patrão” ou o “político” (no nosso caso, os candidatos à vereança) e seu “cliente” (eleitor potencial ou real) baseada em uma *transferência de recursos* daqueles para estes últimos; ii) o clientelismo envolve uma relação durável de natureza *assistencial e personalizada* entre um “político” ou liderança política, e sua “clientela” (real ou potencial) qualquer que seja a dimensão em que esta ação se dê (campanha eleitoral, exercício do mandato, execução de políticas governamentais etc.), estabelecendo-se, portanto, uma relação assimétrica de barganha mútua (ou de “troca”, para os adeptos de um viés mais antropologizante) entre as partes”.

²⁴¹ Grifo nosso.

equipamentos do Estado para o auxílio aos amigos, cabos eleitorais, eleitores e aliados políticos.

A fala da entrevistada aponta a permanência das relações de dependência entre ela e seus eleitores. Ela usa sua influência e poder político para ajudar seus representados e cabos eleitorais, desenvolvendo mecanismos de conexão entre os diferentes níveis de poder que envolvem os políticos de mandato e seus eleitores. Em relação às práticas assistencialistas, Palmeira (2006) salienta ser este um dos principais mecanismos do elo que une o “político” e o “eleitor”. É também um dos elementos fundamentais das relações de interdependência entre o político e seus eleitores, formando uma rede de reciprocidade.

Outro fator que é necessário levar em consideração diz respeito à profissão da vereadora. Como enfermeira, Thaís se aproximou também do seu grupo profissional, destacando em seu material de campanha uma proximidade com a área de saúde. Essa vinculação profissional também aparece em sua fala. Ao abordar a questão de que seus amigos (eleitores) ligam, caso estejam “passando mal”, dá um indicativo de que ela tem proximidade com sua área de atuação: a saúde e que ajuda aqueles que são próximos.

A profissão também garantiu a Thaís uma rede de relação de proximidade, afetividade e reciprocidade, que culmina em um dos seus principais grupos de eleitores. A área de saúde tem sido um dos seus principais investimentos em termos de plataforma política.

A lógica da “ajuda”, faz com que Thaís tenha construído uma rede de alianças e reciprocidade também na zona rural. A vereadora tem uma atuação forte no interior do município, arregimentando lideranças de trabalhadores rurais. De acordo com a vereadora, ela possui atuação tanto na zona urbana como na zona rural:

Zona urbana e zona rural. Eu tenho muita gente da zona rural também, muitas mesmo! [...] Quando eu trabalhei no “Socorrão”²⁴² eu fiz muita amizade dentro do “Socorrão. Aí tenho o meu esposo também como secretário adjunto hoje de saúde, mas ele começou foi esse ano, mas eu sempre tive acesso na saúde por ser enfermeira. (Thaís Coutinho – entrevista concedida à pesquisa, 2016 para o Projeto de Pesquisa “Representatividade feminina no legislativo de Caxias (MA): entraves, rupturas e perspectivas atuais”).

Para além de pertencer à família Coutinho, o discurso aponta também para a necessidade de forjar uma identidade própria, que opera no sentido de constituição de uma nova liderança política: a Thaís, sem necessariamente depender do sobrenome “Coutinho”. Assinala, dessa forma, como marco fundador desta nova identidade o fato de que é “a amiga”,

²⁴² “Socorrão” era a denominação antiga para o atual Hospital Geral “Gentil Filho”, em Caxias, onde Thaís atuou como enfermeira.

“aquela pessoa que ajuda” e que carrega em si a marca da simplicidade, quando o nível social dela se iguala ao do povo: “sou braçal”.

Ser Coutinho ajuda e atrapalha, então às vezes eu posso fazer muito o meu trabalho, mas as pessoas acham que eu ganho só por causa do meu tio, às vezes eu fico até um pouco chateada, que às vezes as pessoas não reconhecem o meu trabalho, o da Thaís, não da Thaís Coutinho. Claro, o “Coutinho” me abriu as portas, mas pra ela ficar aberta, se eu não trabalhar: “babau”. (Thaís Coutinho – entrevista concedida à pesquisa, 2016 para o Projeto de Pesquisa “Representatividade feminina no legislativo de Caxias (MA): entraves, rupturas e perspectivas atuais”)

Existe, portanto, uma dualidade entre ser Coutinho e carregar a estigma de pertencer à família e toda positividade e negatividade inerente ao imaginário popular e ser a Thaís que tem o desejo de alçar voos maiores sedimentado no próprio nome e no trabalho realizado por si mesma. O mesmo esforço que por vezes, o sobrenome é mais forte, aparece mais, tem maior credibilidade, o que acaba por diminuir a individualidade da vereadora. A queixa é relevante, pois aponta para o bônus e o ônus de pertencer a uma família política com uma história já consolidada no Município.

É relevante destacar que os aspectos inerentes à figura da vereadora vão conferir visibilidade ao grupo à qual pertence e vice-versa. Os aspectos favoráveis de sua trajetória política se agregam ao grupo, do mesmo modo que as características positivas e negativas do grupo familiar acabam também se vinculando à imagem da vereadora.

Apesar do que o discurso assinala, a vereadora utiliza o sobrenome da família como marca da diferença entre ela e os demais candidatos nas três campanhas para o Legislativo caxiense. A fama que o líder político Humberto Coutinho manteve durante a vida em todo o Maranhão, de político honesto, bom pagador e homem sério, é usada como uma diferenciação entre a família Coutinho e seus adversários políticos.

5.2 THAÍS COUTINHO E AS ESTRATÉGIAS DE CAMPANHAS: USO DA HERANÇA FAMILIAR COMO CAPITAL POLÍTICO

Nesta seção, faz-se a análise do material de campanha utilizada por Thaís Coutinho nas eleições de 2008, 2012 e 2016. As fontes utilizadas estão compostas pelos cartazes, santinhos e *jingles*. Tendo como parâmetro o fato de que, no Brasil, as eleições são extremamente disputadas e caras, é necessário organizar um plano de atuação que deve levar em consideração as chances de vitória diante da filiação em um determinado partido, os aliados, os adversários, o eleitorado, além, claro, da equipe que compõe os comitês, o

irrestrito respeito à legislação eleitoral e o material de campanha, bem como o custo final com os gastos que um processo eleitoral exige. De acordo com Bordieu (2011, p. 195), “Quem quer que entre para a política, assim como alguém que ingresse em uma religião, deve operar uma transformação, uma conversão”.

No atual contexto partidário brasileiro, com todo o aparato legal existente, aqueles que se lançam em uma campanha eleitoral devem elaborar estratégias que possam transmitir ao eleitorado um perfil adequado à ocupação do cargo que se propõe exercer. De acordo com o Manual de Campanhas Eleitorais: estratégia, eleitorado e financiamento da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS) (2016, p. 12), define-se estratégia de campanha como “[...] um plano que integra todos os elementos e projetos para se obter êxito no pleito”.

Nesse sentido, cada candidatura, inclusive do mesmo candidato, porém, em pleitos diferentes, requer estratégias diferenciadas a fim de atingir o eleitorado. Os eleitores precisam se sentir próximos da candidatura e isto depende de uma série de fatores que vão desde o partido político ao qual o (a) político (a) está vinculado (a), à família a qual pertence, além de outros capitais cumulativos utilizados no decorrer da campanha, incluindo o capital financeiro.

Agregado a isso, ainda há que ser considerado o conhecimento (capital cultural) que o agente político já possui advindo de outras campanhas disputadas ou das quais tenha participado apoiando outros candidatos. O fato é que as estratégias de uma candidatura, envolvem momentos pré-campanha, a campanha em si mesma e o pós-campanha, que diz respeito à parte burocrática, tais como pagamento dos agentes que trabalharam no período e a prestação de contas. Entende-se, portanto, as campanhas eleitorais conforme a análise de Irllys Barreira (1998, p. 31-32) como a

[...] evocação de novos e antigos padrões de comportamento e regras de conduta. A reconstituição da sociedade em dois grandes blocos (eleitores e candidatos), incluindo aí subgrupos criados a partir de formas diferentes de adesão, comanda também cenários plenos de ritualidade. Do lado dos candidatos, desde o café da manhã, passando por “suas preferências pessoais” até a divulgação de suas “biografias”, percebe-se a existência de uma contabilidade de gestos, imagens e palavras que caracterizam uma publicidade permanente da vida cotidiana, típica do período eleitoral. Os eleitores, portando a condição de “vontade geral decisiva”, participam de forma contundente de eventos ou acenos discursivos frequentes, que aparecem nos discursos através de noções como “povo”, “cidadãos” ou nas várias formas de cumprimento, tais como “companheiros”, “irmãos”, “conterrâneos”.

Compreender as campanhas como rituais implica dizer que existe um período específico para sua realização, “o tempo de política”, como se essa se encerrasse em si mesma neste curto espaço temporal. Ao mesmo tempo, fica implícito, como nos casos da religião,

que nem todas as pessoas estão aptas ao fazer político que uma campanha eleitoral exige. Também implica desafios postos aquele ou aquela que disputam um cargo eletivo, com a constituição de agendas de atendimentos, participação em eventos públicos, reuniões de articulação do processo e o reduzido convívio com a família. Desse modo, “campanhas políticas constituem momentos especiais de construção da representação com base em várias perspectivas” (BARREIRA, 1998, p. 33).

A estruturação de uma campanha eleitoral envolve uma série de fatores que variam desde a construção e incremento de uma identidade pública, demarcação de uma mensagem que tenha sentido para o eleitorado, definição de uma estratégia de relacionamento com partidos, cabos eleitorais e eleitores, e montagem da equipe de trabalho e orçamento. Tudo isso exige tempo e organização. No caso da candidata analisada, em todos os pleitos de que participou, houve a participação ativa da família, desde a elaboração da sua imagem vinculada ao sobrenome Coutinho, até a organização da equipe e do orçamento disposto nas campanhas²⁴³.

Um dos aspectos essenciais de qualquer candidatura é o reconhecimento feito pelos eleitores. Tanto as caminhadas de rua quanto o material de campanha têm como objetivo levar ao conhecimento da população o nome do candidato ou candidata a um determinado cargo eletivo, além, é claro, de demarcar a tentativa de um contato mais direto com os eleitores e as eleitoras. De acordo com Scotto (1999), as campanhas de ruas servem para definir um lugar de destaque aos candidatos e candidatas, separando-os dos indivíduos comuns. Em municípios de médio porte, como Caxias, as caminhadas se tornaram um fator preponderante, muito mais utilizado do que os velhos comícios. A caminhada se tornou um mecanismo que aproxima mais diretamente a (o) candidata (o) da população.

Esse contato mais direto permite à (ao) candidata (o) conversar com os moradores e as moradoras dos diversos bairros e distritos do Município, ouvir os apelos sobre o que o território necessita. Também existe um sentido neste ritual que é alavancado pelo toque, cumprimento que a política faz com os eleitores. É o momento dos apertos de mãos, dos abraços, das fotografias e das filmagens. As caminhadas têm sido o meio mais utilizado para romper com o distanciamento entre políticos e a população.

Outro mecanismo bastante utilizado nas campanhas eleitorais são as carreatas, que arregimentam o máximo possível de eleitores em veículos próprios. As carreatas se transformaram em uma manifestação direta de apoio a determinadas candidaturas. Dentre as

²⁴³ Informações sobre as prestações de contas dos candidatos, podem ser obtidos no site do Tribunal Superior Eleitoral. As prestações de conta incluem os doadores de recursos e os gastos efetivados pelo candidato (a).

atividades de campanha existentes no Município, certamente as carreatas são as mais aguardadas. É o momento em que candidatos (as) mostram para a população e os adversários o chamado “volume de campanha”, que significa o valor do capital social, político e econômico que é capaz de arregimentar. Quanto maior o número de veículos (carros, motos e bicicletas), mais a carreata aparece para os curiosos e pode definir os votos de última hora, pois, no Brasil, existe uma tendência para o eleitorado não votar em candidato que “já perdeu”.

FIGURA 11 - *Card*²⁴⁴ - Grande Carreata Léo 40 e Thaís Coutinho



Fonte: Acervo pessoal, 2016

Uma das novidades entre os materiais de campanhas do pleito de 2016 foi o uso dos *cards* em blogs e redes sociais. O *card* acima mostra o desenho da candidata Thaís Coutinho nas eleições de 2016. O apelo do cartão é o chamamento para a carreata liderada por Léo Coutinho, candidato na chapa majoritária, e os aspirantes a vereadores da coligação. O material apresenta as informações sobre as duas candidaturas, quais sejam, número, nome e slogan dos dois candidatos. O uso de desenhos e bonecos de candidatos também foi muito utilizado nos pleitos de 2012 e 2016. A própria candidata Thaís Coutinho usou o boneco nas duas eleições.

Além das caminhadas e, em grande medida, atuando como substitutas, dos antigos comícios, as reuniões realizadas em residências ou outros espaços fechados, a convite de correligionários e cabos eleitorais, também foram bastante utilizadas nas últimas campanhas

²⁴⁴ *Card* é uma palavra inglesa que, na tradução, significa “cartão”. São peças publicitárias que, junto com *posts* e vídeos, são geralmente utilizados em redes sociais para fazer propaganda de algum evento, serviço ou similar. Em 2018, a justiça eleitoral regulamentou o uso desse material na internet.

eleitorais. Constituem-se como mecanismos que permitem que pessoas, com ou sem cargo eletivo, convidem amigos, vizinhos e familiares para um encontro informal com seus candidatos.

FIGURA 12 - Thaís Coutinho Recebe apoio de empresário e ex-vereador



Fonte: Blog do Irmão Inaldo, 13 de setembro de 2016²⁴⁵

Ao analisarmos uma candidatura feminina, é necessário enfatizar que o ritual de construção se diferencia de acordo com o gênero feminino ou masculino. Além do fato de que é, por meio do processo eleitoral, que se [...] “descortinam um conjunto de significados simbólicos, visões de mundo, divisões que se explicitam em linguagens, crenças e rituais” (BARREIRA, 2008, p. 46). Desse modo, analisar as candidaturas de Thaís Coutinho como um ritual exige um olhar sobre seu material de campanha e quais capitais são utilizados por ela para a obtenção das vitórias nos pleitos aos quais concorreu.

Outros materiais muito utilizados em períodos eleitorais são os cartazes e santinhos. Trata-se de propaganda política impressa com informações do candidato e seu número, que tem como objetivo essencial vender a imagem do aspirante. De acordo com a legislação eleitoral²⁴⁶, esse tipo de material é de responsabilidade do partido ou coligação. Santinhos e

²⁴⁵ Blog do Irmão Inaldo, 13 de setembro de 2016. Thaís Coutinho recebe apoio de empresário e ex-vereador. A matéria trata sobre a reunião conduzida por empresário caxiense e ex-vereador de Caxias que aderiram à campanha de Thaís Coutinho e realizaram, em conjunto, uma reunião em apoio à candidatura de 2016. Disponível em: <http://www.irmaoinaldo.com.br/2016/09/thais-coutinho-recebe-apoio-de.html?m=1>. Acesso em: 27 de março de 2018.

²⁴⁶A Lei nº 9.504/97, art.41, afirma que é livre o exercício da propaganda eleitoral, desde que realizada nos termos da legislação eleitoral. Deve também conter o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela confecção, bem como de quem a contratou, e a respectiva tiragem para efeitos de prestação de contas (Lei nº 9.504/97, art. 38, § 1º). Esse tipo de propaganda é permitido até as vinte e duas horas do dia que antecede a eleição (Lei nº 9.504/97, art.39, § 9º). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm. Acesso em: 26 de agosto de 2019.

cartazes costumam conter a fotografia do candidato, o *slogan* de campanha e o número eleitoral, bem como as informações do contratante e do contratado para a realização do serviço, conforme se observa na figura abaixo.

FIGURA 13 - Cartaz de Campanha – Thaís Coutinho, 2008



Fonte: arquivo pessoal, 2017.

A figura 13 se refere à campanha eleitoral de 2008, a primeira disputada pela vereadora em Caxias, em que é possível verificar a fotografia da candidata, seu número, partido e coligação a qual está vinculada. Como capital político, observa-se a utilização do sobrenome da família como uma estratégia de campanha e a ideia de continuidade contida no *slogan* “Continuar é preciso”, referindo-se à sua entrada na política como candidata a vereadora que substituiu, na Câmara Municipal, a madrastra Cláudia Coutinho, que anteriormente havia substituído o esposo e pai de Thaís Coutinho, Ferdinando Coutinho. Nessa primeira eleição, Thaís obteve 2.815 votos.

A afiliação a uma família não define apenas a medida do crédito social de alguém. Ela também estrutura a natureza dos recursos sociais sob o comando dessa pessoa em operações envolvendo não parentes (WOLF, 2011, p. 16). Nesse sentido, o cartaz transmite a ideia de juventude, simplicidade, mas aponta também a lógica da continuidade da família na vida política do Município. A renovação perpassa pela conexão do contínuo. Não é apenas a Thaís que se lança, ela carrega todo um capital político alicerçado no sobrenome da família que ela assumiu o compromisso de representar na Câmara Municipal.

O vínculo de parentesco atua tanto como uma fonte de crédito de notoriedade pessoal quanto como um processo de investidura da instituição familiar, assim como

a seleção interna aos partidos promove a capitalização de uma “história política” simbolizada pelas etiquetas, mas simultaneamente dependente das redes de relações no partido, personalizadas pelas lideranças, e dos trunfos simbolizados pelos líderes carismáticos (GRILL, 2004, p. 160).

O sobrenome da família se torna o maior patrimônio usado por Thaís Coutinho. O mesmo slogan é utilizado na campanha eleitoral de 2012. O nome da candidata aparece em destaque com uma seta indicando o prosseguimento da política exercida no mandato anterior e a ideia de continuidade. O sobrenome, apesar de aparecer em menor tamanho, não desaparece, pelo contrário, reafirma e identifica a candidata como pertencente à família Coutinho, o que fortalece a ideia do uso do patrimônio político familiar como o capital político de uma família que é [...] instaurado em um dado momento e continuamente mantido pelos membros de uma mesma família, sejam seus membros unidos através da consanguinidade, seja por laços simbólicos (ARAGÃO, 2014).

O mesmo ocorre em relação a outras candidatas no mesmo período. O artifício do capital familiar parece ser uma das tônicas da política, de modo especial, nas campanhas municipais, nas quais os eleitores estão mais próximos dos candidatos e a especialização política não é tão exigida pelo eleitorado. Apesar de não se constituir objeto deste estudo, o município de Caxias apresenta uma dinâmica em que o emprego do capital político da família é utilizado tanto em candidaturas femininas quanto masculinas.

FIGURA 14 - Flayer²⁴⁷ de Campanha – Thaís Coutinho, 2012



Fonte: arquivo pessoal, 2017²⁴⁸.

²⁴⁷ A palavra *flayer* vem do inglês e significa folheto. Constitui-se material gráfico com um tamanho maior do que o dos tradicionais santinhos, sendo possível utilizar mais informações sobre as propostas de campanha dos candidatos.

Já nas eleições de 2016, a candidata modificou o slogan das duas campanhas anteriores, passando a utilizar a frase “O avanço continua”, na perspectiva de afirmação de que a política impetrada pela família constituiu uma melhoria para o Município. A ideia do “avanço”, já havia sido utilizada anteriormente por outro político de grande representatividade no Município entre as décadas de 1970 e 1980, o coronel Aluísio Lobo²⁴⁹.

Presente em todo o material de campanha estão as insígnias que, ao longo do tempo, foram projetadas sobre a família Coutinho: a honestidade, o trabalho, a fidelidade aos membros do grupo, a fama de bons pagadores e o fato de que mantêm relações importantes na órbita do estado e do governo federal. O uso da seta compondo o primeiro nome da candidata significa a ideia de caminho a ser seguido, assim como a continuidade da candidata na vida pública. “Continuar é preciso”. O apelo é forte e busca, entre os eleitores, arregimentar seguidores para a caminhada, a campanha, a permanência de Thaís Coutinho na Câmara Municipal.

O cartaz da campanha de 2016, mostra uma Thaís Coutinho com cabelos mais claros, mais madura, não apenas fisicamente, mas tentando apresentar uma candidata mais próxima do *métier* político, já que não é mais uma neófito na disputa eleitoral. Além de todos os capitais apresentados, há ainda a lógica de apresentação dos mandatos anteriores no portfólio de agente pública. Um detalhe quase imperceptível, está na apresentação do nome: o “Thaís”, está muito mais visível do que o sobrenome. Isso pode indicar que a candidata, de alguma forma, buscava uma maior autonomia, mesma que mínima, da família.

²⁴⁸ Apesar de a fotografia estar recortada por conta do tempo, o slogan geral da Campanha foi: “O trabalho não pode parar”, uma alusão aos mandatos anteriores exercidos pelos membros da família Coutinho tanto no Legislativo, quanto no Executivo Municipal de Caxias.

²⁴⁹ Aluísio de Abreu Lobo nasceu em Caxias a 02 de março de 1917 e faleceu em São Luís a 14 de agosto de 2012. Oficial do Exército Brasileiro no posto de 2.º Tenente da Arma de Infantaria, foi prefeito de Caxias por dois mandatos (de 1966 a 1970 e de 1978 a 1983). Foi Deputado Estadual em 1983. Tem um dos *jingles* políticos mais conhecido no Município: “Avante Aluísio Lobo/Avante sem ter demora/Avante Aluísio Lobo/ tu és o candidato da vitória”. Era conhecido como “O avante”.

FIGURA 15 - Material de Campanha – Thaís Coutinho, 2016



Fonte: arquivo pessoal, 2017.

O cartaz aposta no conceito de uma política mais amadurecida, um olhar que procura demonstrar a segurança da experiência obtida nos mandatos anteriores. A imagem apresentada busca enfatizar uma mulher simples, em vestimenta um tanto masculina, maquiagem neutra e um sorriso acolhedor. A experiência que foi conquistada ao longo dos anos, agora mostra uma mulher que representa a permanência através do slogan: “o avanço continua”.

Na realidade, a construção de símbolos e estratégias discursivas, que acontece por ocasião de candidaturas femininas, é reveladora de que as mulheres não entram na vida política de forma silenciosa. Ao contrário, ritualizam essa entrada, seja comemorando a capacidade de “romper barreiras”, seja enfatizando sua capacidade para o exercício da função em reação aos preconceitos historicamente arraigados, que associam negativamente gênero feminino e desempenho político (BARREIRA, 1998, p. 105).

O cartaz reforça a necessidade de continuidade não apenas do seu nome na política, mas também da própria família, já que naquele momento, tanto ela quanto o primo, Leonardo Coutinho, disputavam a reeleição. Outro detalhe observado é a maturidade que o perfil da candidata aponta entre a eleição de 2008 e a de 2016. Se a figura 13 apresenta uma Thaís com traços de juventude bem acentuados, a figura 15, mostra a imagem de uma candidata mais segura que atravessava a quarta eleição.

Contrariando a ideia de alternância de poder, característica de toda sociedade republicana e representativa, a ideia contida no *slogan* “O avanço continua” introduz o artifício de permanência do lugar ocupado pela candidata. A mensagem é clara, a da

longevidade. Indica, ainda, a ideia de que, através do trabalho executado pela vereadora na Câmara, houve progresso para o Município.

Ao fazermos uma análise sobre as diferenças apresentadas entre os pleitos estudados, percebeu-se que na campanha de 2016 foi feito uso, de maneira acentuada, de redes e mídias sociais como mecanismo de comunicação, o que é uma realidade exibida em todo o Brasil. Thaís Coutinho contou, então, com um grupo fiel de cabos eleitorais que divulgaram seu nome para seus seguidores. O uso das redes e mídias sociais tem sido um elemento-chave na divulgação de nomes políticos para a disputa eleitoral nas últimas eleições no Brasil²⁵⁰.

É inegável que os últimos pleitos eleitorais foram marcados pela militância na internet, de modo especial por meio das redes sociais de cabos eleitorais e eleitores. Os *cards* de divulgação da campanha foram compartilhados pela sua rede de seguidores, atingindo o objetivo de apresentar a candidata para os “amigos virtuais” de seus cabos eleitorais e colaboradores.

FIGURA 16 - Card de campanha Thaís Coutinho, 2016



Fonte: Acervo Pessoal, 2016.

Esse *card*, de modo específico, traz o forte valor simbólico do parentesco estendido. Nele aparecem, respectivamente da esquerda para direita, Humberto Coutinho, Ivanise Coutinho Araújo, Berilo Araújo, Leonardo Coutinho, Thaís Coutinho e Liana Coutinho²⁵¹, parentes não apenas por consanguinidade, mas também pelos laços rituais do matrimônio e da

²⁵⁰ Sobre este conteúdo, verificar os trabalhos de Francisco Paulo Jamil Marques e Camila Mont'Alverne (2014) e Felipe Murta, et al (2017).

²⁵¹ Liana Lobato Rocha Coutinho é odontóloga, casada com Leonardo Coutinho e exerceu a função de secretária Municipal de Políticas para as Mulheres de Caxias no governo do marido.

linhagem não direta. Nesse caso, a imagem aponta quem eram os candidatos de Humberto Coutinho que, à época, era presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.

A figura apresenta, em seu ponto central, o líder político ladeando os dois candidatos e, ao fundo, aparecem os apoiadores das duas campanhas, no intuito de mostrar o poder de arregimentação política para as duas candidaturas. A imagem indica o momento da *investidura* dos sobrinhos como os escolhidos pelo líder político. Também mostra a separação entre *profissionais* e *profanos*. No centro da fotografia, estão os políticos, ao fundo, seus eleitores. Para Bourdieu (2011), o poder político é peculiar no sentido de se parecer com o capital literário: trata-se de um capital de reputação, ligado à notoriedade, ao fato de ser conhecido e reconhecido, notável.

O uso da rede familiar e parental nas campanhas eleitorais colabora para apropriação das técnicas políticas utilizadas pelas famílias no Brasil, bem como para o acionamento das relações de parentesco e amizade que são constantemente retroalimentadas para que a candidata tenha êxito nas urnas. A campanha, então, se reveste em um ritual de significados e símbolos presentes na linguagem política e eleitoral (Barreira, 2008).

Todos os materiais anteriores apresentam um conjunto de características que reafirmam valores considerados necessários a uma boa política. Estes predicados também estão presentes nos *jingles* de sua campanha. *Jingles* políticos são os mais fáceis de serem disseminados entre os eleitores, já que possuem um apelo simples com o sentido de chamar a atenção das pessoas de forma rápida e popularizar a candidatura.

*Vamos lá Caxias/ na palma da mão/
Eu voto 40888/
Seu sorriso amigo/ seu jeito aguerrido/eu sou Thaís/
É gente da gente/ tem simplicidade/ eu sou Thaís/
Coração de mãe/ amiga leal/ eu sou Thaís/
Com sua alegria/ seu jeito de ser/ eu sou Thaís/
Por seu trabalho/ por sua luta/ eu sou Thaís/
É mulher de verdade/ tem dignidade/ eu sou Thaís. Porque continuar é preciso.
(Jingle Campanha Thaís Coutinho – eleições 2012).*

Entre as mensagens usadas no *jingle*, as mais utilizadas são as que enfocam as características atribuídas ao feminino. Nas entrelinhas, fica subentendido que a identidade desta *mulher* deve ser copiada pelos seus seguidores (eleitores e eleitoras). A utilização do pronome pessoal no caso reto “eu”, “sou”, “seu”, “sua”, incorpora a identidade dos eleitores à candidatura proposta, no caso, a de Thaís Coutinho.

Observa-se no *jingle* elementos que remetem à incorporação de características que parecem ser inerentes à própria candidata, pelos seus eleitores: “Seu sorriso amigo/ seu jeito

aguerrido/eu sou Thaís”. Pelo fato de ser pessoa simples, “gente da gente”, a candidata sai da sua classe social de origem (a elite econômica e política do município) para assumir a classe social do povo, o que abarca o universo de seus eleitores, expressados na simplicidade e na alegria. O apelo presente no *jingle* remonta às características relacionadas ao feminino (dignidade, amiga, mãe, aguerrida, alegria).

Relevante fazer uma conexão entre a mensagem contida no *jingle* e a própria fala da vereadora. A música destaca que ela “tem simplicidade”. A própria também se caracteriza como uma pessoa simples, até “braçal”. Aqui observamos o jogo de palavras que se confundem entre como a vereadora se percebe e o que o material de campanha apresenta como qualidade de distinção entre Thaís e seus concorrentes na corrida eleitoral.

Os atributos ligados ao feminino podem ser claramente observados na canção. Ser mãe, mulher, amiga, passam a ser equivalentes a qualidades que precisam ser destacadas pelas mulheres ao disputar cadeiras no legislativo municipal. De acordo com Irllys Barreira (2008, p.48), o uso do feminino na política “[...] expressam versões idealizadas sobre um desempenho tido como potencialmente positivo e capaz de modificações nos espaços institucionalizados da política”. Ao analisar a situação da participação feminina no legislativo local da França, Christine Guionnet (2002, p. 116), alerta para o fato de que:

No geral, o ponto de vista de uma especificidade feminina na política é defendido pela quase generalidade de mulheres recém-eleitas de todas as convicções políticas, mas existe certa relutância em relação a esse tipo de discurso formulado por mulheres mais profissionais, eleitas ou ativistas políticas de saída ou de longa data²⁵².

Pensar desse modo implica analisar a participação feminina na política a partir da ótica de diferenciação entre a candidata e os demais concorrentes. Elas trazem a moralidade e o cuidado para a esfera política, destacando a simplicidade, o afeto, a amizade como marcas femininas que fazem bem à velha política masculina. Reforça aqui o que Céli Pinto (2003, p. 26), denomina de feminismo bem comportado, “[...] na medida em que agia no limite da pressão intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais”.

Forja-se, então, a marca política de Thaís Coutinho alicerçada no sobrenome da família, mas buscando enfatizar características singulares: é mulher, mãe, amiga. Ela é a representante do povo que luta por seus aliados e que possui um jeito próprio de ser e fazer política. Sobressai, então, na peça publicitária aquilo que Barreira (1998) nomeia de jogos de

²⁵² Tradução livre.

identificação e diferenças. A letra define a fronteira entre a candidata e os demais a partir do gênero: ela é mulher, ao mesmo tempo em que se coloca como exemplo de um conjunto de valores morais e políticos próprios do feminino.

Representações associadas ao "feminino" parecem comparecer com eficácia nos momentos de crise política ou transição. Seja na ótica corretiva ("uma mulher age diferente"), na visão altruísta ("interesses coletivos acima dos individuais") ou na perspectiva salvacionista ("relações mais humanistas"), emerge a ideia de uma posição "diferente", geralmente marcada por oposições radicais (BARREIRA, 2008, p. 29).

O *jingle* também faz um apelo ao *locus* onde a campanha é realizada, no caso, o município de Caxias. A mensagem atrela a luta da candidata à sua conexão com a terra natal. “Vamos lá Caxias/ na palma da mão/Eu voto 40888”. O apego ao local “Caxias”, tem como foco a permanência de Thaís Coutinho e sua família como grupo que muito fez pela cidade, referenciando o mandato anteriormente exercido e que necessita ter continuidade.

Outra característica poderosa utilizada na campanha de 2016 foi sua vinculação a cargos políticos anteriormente exercidos e sua afinidade profissional, a área de saúde. Enquanto enfermeira e funcionária pública municipal, Thaís arregimentou seguidores nesse setor, recebendo apoio de médicos, enfermeiros e outros profissionais da área.

*Dia 7 de outubro digite é Léo 40 e Thaís Coutinho 40888/
Eu voto 40888/ Thaís Coutinho pra vereadora/
Ela é amiga/ é guerreira/ tem trabalho prestado aqui por nosso chão/
Sua palavra não falha/ eu sou Thaís/ não mudo não/
Eu voto 40888/ Thaís Coutinho pra vereadora/
Seu trabalho humano/ seu jeito de ser/ ganhou meu coração/
Continuar é preciso/ na saúde, na educação e na cultura/
Eu voto 40888/ Thaís Coutinho pra vereadora/ Continuar é preciso/ com Thaís
Coutinho e Léo 40. (Jingle Campanha Thaís Coutinho – eleições 2012).*

O *jingle* assinala como mote a imagem de uma candidata que já tem serviços prestados na comunidade, já não sendo mais uma neófito. Também é percebido o conceito de *ethos*, ligado à criação da imagem de si mesma. Tomando por base a ideia de que qualquer discurso implica a construção de uma imagem daqueles que o professam, a candidata projeta um auto-retrato no qual são impressas as qualidades que se imagina inerente ao político (honestidade, força, trabalho, ajuda), o que caracteriza a tentativa de garantir o sucesso da empreitada eleitoral.

Outro destaque vai para a divulgação do nome do primo “Léo” Coutinho para prefeito. Aqui, aparece a vinculação da propaganda e uma família política, em que dois herdeiros

buscam a permanência em cargos na órbita do estado, conquistados através do voto popular. O discurso presente no material de campanha revela não apenas a vinculação de uma candidata à sua família, mas arregimenta o seu nome e de um parente, ambos concorrendo no mesmo pleito a cargos distintos na esfera municipal. O sobrenome da família, aqui é apreendido como o principal capital simbólico utilizado em ambas as campanhas (do primo para o executivo e dela, para o legislativo)

Nesse sentido, as peças de publicidades, incluindo cartazes, *flayers* e *jingles*, buscam apresentar a imagem da candidata, sublinhando o perfil de mulher batalhadora, voltada à ajuda, ao auxílio, ao zelo. São enfatizados os marcadores da maternidade, amizade, simplicidade, características que se voltam para o estatuto definido pela sociedade como algo inerente ao feminino.

A tabela a seguir aponta as características presentes nos *jingles*, que foram atribuídas e exaltadas nas candidaturas de Thaís Coutinho ao legislativo caxiense nas eleições de 2008, 2012 e 2016. Percebe-se uma forte vinculação ao gênero feminino, com a valorização de atributos social e culturalmente atribuídos às mulheres, mas também outras aproximações como ao lugar onde as campanhas foram realizadas, bem como às políticas públicas que possui mais afinidade: educação, saúde e cultura, bem como à sua vinculação profissional.

TABELA 13 – Elementos presentes nos *jingles* de Thaís Coutinho ao Legislativo de Caxias, MA, 2008, 2012 e 2016.

ELEMENTOS PRESENTES – JINGLES THAÍS COUTINHO
Alegria
Amiga leal
Caxias
Cultura
Dignidade
Educação
Jeito Aguerrido
Luta
Mãe
Mulher de Verdade
Mulher
Saúde
Simplicidade
Sobrenome
Sorriso amigo
Trabalho

Fonte: Tabela construída a partir das informações retiradas de materiais de Campanha de Thaís Coutinho, 2019.

Thaís Coutinho apresenta-se como um exemplo em meio ao universo das outras vereadoras e ex-vereadoras caxienses que têm se apresentado como referência na arena eleitoral, pautando seu discurso em elementos voltados para se contrapor ao outro. A vereadora se auto intitula como diferente e os elementos que a diferem dos outros candidatos se aliam aos distintivos inerentes àqueles que pertencem à família Coutinho: honestidade, amizade, cumprimento de palavra e outras características que são suas propriamente: amiga, companheira, simples, braçal. A mulher que luta por uma Caxias melhor.

Também perpassa pela lógica da construção da liderança Thaís Coutinho, o uso do gênero como elemento diferenciador: é mãe e mulher, que cuida, ajuda. Apesar do marcador da insígnia do feminino, o principal elemento presente na trajetória de Thaís é a ideia de continuidade que aparece nos cartazes, nos *jingles* e nas narrativas da própria vereadora. Ela é uma política marcada pelo sobrenome e como tal deve alinhar-se aos sabores e dissabores de ser quem: uma “Coutinho”.

Sabores, por poder utilizar os capitais que a parentela possui. Dissabores envolvem, por exemplo, o controle interno que existe entre candidatos e políticos pertencentes a uma mesma parentela em relação às escolhas e opções de cada representante durante os pleitos e depois que assumem posições na câmara. O fato de ser a voz que representa o grupo na Câmara, também a força a fazer a defesa do executivo perante seus pares e a população. Situação nem sempre agradável ou favorável.

Portanto, a trajetória política de Thaís Coutinho se encontra marcada pela herança familiar e da parentela, pelo acesso à política através dos mecanismos tradicionais de participação política, alicerçada pela investidura concedida pelo pai e pelo tio, as duas principais lideranças políticas oriundas da família para o período analisado²⁵³. Esse fato leva a outra constatação: que existe, nos processos eleitorais, uma espécie de seleção social das candidaturas, marcada, por exemplo, pela ausência na participação em movimentos sociais, mas também para a necessidade da constituição de uma rede de sociabilidade própria, cuja identidade esteja voltada para a figura política da própria vereadora.

Importa ainda, salientar que os atributos do grupo parental (honestidade, bons pagadores) - abrigados sobre um determinado sobrenome (Coutinho), são usados como capital simbólico pelos políticos que fazem parte da linhagem e que os capitais que ela carrega, mas

²⁵³ Faz-se essa observação tendo em vista que, a partir do falecimento do líder político Humberto Coutinho, quem assumiu a liderança do grupo foi sua viúva, a política Cleide Barroso Coutinho, que, em 2018, elegeu-se novamente deputada estadual e, em 2019, tornou-se membro da mesa diretora da Assembleia Legislativa do Maranhão.

do que apenas familiar, é um capital simbólico pertencente a uma parentela estendida que engloba além do pai e da madrasta, os tios, tias e primos. Por fim, Thaís não se forja na política sozinha ou apenas através dos vínculos de sangue, mas também através das vinculações fictícias (os compadres e comadres, os afilhados, as amigadas), que se convertem em votos nos processos eleitorais.

Ainda há que se destacar que Thaís Coutinho possui uma carreira política de sucesso, sendo a vereadora com o maior número de mandatos exercidos na Câmara Municipal de Caxias no período analisado. Ela possui uma especialização política que as demais vereadoras do grupo não têm, sendo já dotada de uma profissionalização política.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da participação política das mulheres possui diferentes vieses. Nesse sentido, a política é compreendida como uma espécie de *métier*, que abrange o aprendizado adquirido, bem como a performance de um conjunto de atitudes, capacidades, competências técnicas, específicas do campo da política. Como as mulheres entraram nesse mundo muito tempo depois da entrada dos homens, estruturou-se uma desvantagem, marcada, sobretudo, pela ausência de uma história política própria. As poucas fontes disponíveis produziram um silêncio ensurdecedor sobre a história das mulheres, o que só acentua as dificuldades na feitura de uma historiografia das mulheres.

Com raras exceções, a história do movimento feminista, ou dos vários movimentos políticos produzidos pelas mulheres, foi produzida por homens ou por mulheres brancas e liberais. O feminismo que a maioria das pessoas conhece diz respeito a uma parcela do movimento que não engloba parte significativa das mulheres do mundo. Trata-se de um feminismo branco, conduzido pelos países do capitalismo central, como França, Inglaterra e Estados Unidos. Produções acadêmicas feitas em países localizados fora desse eixo recebem tratamento periférico, o que nos levou a enxergar que o feminismo é também um movimento colonizado.

Demandas apresentadas pelo feminismo branco-liberal não correspondem exatamente à realidade das mulheres brasileiras que sofrem com a pobreza, o racismo e o sexismo presentes em um território marcado pela colonização e subalternidade. O discurso e a prática feminista liberal foram duramente criticados por mulheres feministas negras ainda no século XIX, exprimindo a necessidade de um movimento que tratasse as diferentes necessidades da diversidade das mulheres existentes.

Essas expressões do colonialismo europeu se enquadram no mesmo nicho das relações que se desenvolvem no Brasil no que se refere às expressões do movimento feminista e na política brasileira. A pesquisa indicou que os marcos iniciais do feminismo à brasileira se processaram na região Nordeste do Brasil, com a participação de escritoras maranhenses, tais como Maria Firmina do Reis e sua escola mista na capital do estado. Hoje, porém, os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, são considerados como os eixos hegemônicos da organização do movimento e da própria teoria feminista brasileira.

Mulheres maranhenses foram pioneiras na solicitação de alistamento eleitoral ainda na primeira onda do movimento feminista e, mais tarde, na década de 1930, o Maranhão também teve uma mulher participando da elaboração da constituição do estado. Em Caxias,

especificamente, a primeira vereadora foi eleita três anos após a promulgação do sufrágio universal.

Por outro lado, a pesquisa revelou uma incipiente organização do movimento feminista em Caxias, com destaque para apenas dois momentos históricos específicos: na década de 1950, a partir da criação da União Feminista do Bairro Cangalheiro; e, na década de 1980, a edificação da Associação de Mulheres do Bairro Seriema, ambas com teor feminista, porém sem uma atuação efetiva. Apesar disso, Caxias foi pioneira na criação de entidades feministas no Maranhão, anteriormente, inclusive, à organização dos primeiros grupos feministas da capital, nascidos na década de 1980.

Quanto à participação feminina na política brasileira, seu processamento também se deu sobre as bases de uma sociedade profundamente afetada pelo processo colonizador, na qual se tornou lugar-comum as mulheres se apresentarem, não como lideranças, mas como aquelas que substituem os titulares do poder: parentes do sexo masculino ou cônjuges. Apesar de todo o aparato jurídico existente a partir da promulgação da Lei de cotas por sexo para o Legislativo, os avanços continuam lentos e o recrutamento feminino na política brasileira ainda se alicerça em bases profundamente patriarcais e possui um viés econômico muito fortalecido.

De modo geral, considerando-se o número de mulheres candidatas posteriormente à promulgação da Lei de Cotas para o Legislativo, bem como o percentual de eleitas, observa-se um certo avanço, e isso é inegável. No caso de Caxias, entretanto e especificamente, o que se percebe é que as mulheres eleitas são oriundas de grupos políticos que já possuem uma história no Município. Essa realidade significa que, apesar de os partidos políticos, por uma obrigação jurídica, estarem cumprindo o percentual de sexo estipulado por lei, as mulheres eleitas, em sua maioria, configuram-se como substitutas de ex-vereadores que, por algum motivo – impedimento legal, renovação dos nomes da política, disputa de outros cargos eletivos (prefeito, deputado) – não puderam, em momentos específicos, disputar os pleitos.

O acesso das mulheres à política representativa no Brasil tem se estabelecido a partir da ótica do interesse de grupos políticos e econômicos específicos, cujas bases estão bastante próximas da manutenção do poder de famílias. Nesse sentido, nossa tentativa, ao longo deste trabalho, foi perceber o funcionamento das redes familiares para a manutenção das elites políticas no Maranhão, tomando como referência o município de Caxias, intercalando o objeto com a participação das mulheres na política local a partir do Legislativo. Desse modo, foi feito, por meio da prosopografia, a análise do grupo de vereadoras caxienses, incluindo o estudo de materiais de campanhas.

A pesquisa revelou que as experiências do grupo de vereadoras se dão a partir da vivência familiar, contribuindo nas campanhas de parentes próximos. Também se concluiu que só entraram na política após a saída ou distanciamento temporário de seus familiares da câmara municipal e que, quando decidem participar da política, usam, em seus discursos e práticas, a força do sobrenome no intuito de garantir confiabilidade à sua carreira política. Quanto à participação destas mulheres em seguimentos da sociedade civil organizada, as vereadoras eleitas de Caxias não têm atividades relacionadas a movimentos sociais ou populares.

O caso das candidaturas femininas analisadas levaram-nos a concluir que suas carreiras políticas se constituem a partir de seis órbitas: a) uma liderança política que indica o nome da candidata (parente consanguíneo ou por matrimônio); b) as qualidades atribuídas à candidata no material de campanha; c) a conjuntura política; d) os capitais utilizados pelas candidatas, explorando qualidades que comumente são identificadas ao feminino; e) obediência à legislação que rege o pleito em que a candidata entra na disputa eleitoral; e f) quanto de capital econômico a candidata tem para dispor no processo eleitoral .

Nesse sentido, ficou evidenciado que a maioria das mulheres que participam ou participaram do Legislativo caxiense tiveram como porta de acesso à política representativa o grupo familiar e parental. Observou-se que a formação das candidaturas se faz a partir da articulação das famílias e que as pretensões políticas carregam em si dois vieses: o individual, no qual a candidata apresenta para a sociedade as características peculiares da sua pessoa: sexo, profissão, competência, juventude ou experiência, honestidade, carisma e; o coletivo, no qual se destaca o sobrenome da família ou o grupo político no qual está inserida, além do marcador de gênero como tentativa de diferenciação em relação às demais candidaturas.

A ativação do parentesco com outros políticos como capital político aparece em quase todas as disputas políticas. O sobrenome familiar, é, portanto, o elemento que diferencia as mulheres em relação aos rivais na disputa eleitoral. A partir da análise do perfil do grupo de vereadoras caxienses, observou-se o uso das relações de parentesco pela maioria delas, sendo o nome um elemento que busca distingui-las das demais candidatas e candidatos.

Os materiais de campanha, de modo geral, têm como objetivo chegar o mais próximo possível do eleitorado. No caso das candidaturas analisadas, apresentam características das candidatas que as aproximam do universo feminino, exaltando atributos concernentes às mulheres: mãe, amiga, fé.

Em termos de origem socioeconômica, essas mulheres fazem parte de um grupo de elite que transita entre as classes média e alta. São parentes ou esposas de empresários,

agropecuarias, e, claro, a maioria delas já tinha algum envolvimento na política por meio do acompanhamento de algum membro da família do sexo masculino, e do qual carregam a referência no fazer político, transvertido em capital simbólico.

Elas não são vítimas de um sistema, mas são membros de uma associação política, na qual, como sujeitas atuantes, fazem a defesa do grupo no qual estão inseridas, articulando-se e contribuindo para a manutenção da elite política e econômica da qual fazem parte. Por isso mesmo, estão sujeitas às articulações políticas em nível local, estadual e nacional.

Outra característica do grupo é a dificuldade de manter-se na carreira política. Apenas Ana Lúcia Ximenes, Thaís Coutinho e Irmã Nelzir possuem mais de um mandato. Outro destaque é a ausência de vereadoras oriundas do Movimento Feminista. Dada a fragilidade organizacional do feminismo em Caxias, há que se compreender essa ausência de mulheres oriundas desse movimento social específico, porém não se pode negar que, apesar de algumas candidatas serem oriundas de outras organizações, tais como a sindical e de trabalhadoras sem terras, as vereadoras eleitas em Caxias originam-se em grupos econômicos abastados da nossa sociedade.

Entre as vereadoras eleitas para o período de análise, 1992 a 2016, Thaís Coutinho é a que mais apresenta diferenciação em relação às outras vereadoras. É a única que possui uma carreira política longa, conseguindo manter quatro vitórias consecutivas para o Legislativo municipal. Também é a única que passou por outra eleição municipal fora do domicílio eleitoral de Caxias, sendo, inclusive, eleita. Por fim, ela é, juntamente com a madrastra, Cláudia Coutinho, a que mais possui parentes políticos entre o grupo analisado.

A família Coutinho é tomada como unidade política principal da trajetória analisada, já que, foi a partir de um projeto de domínio político elaborado por outros membros da família, que Thaís tem acesso a cargos eletivos ou não dentro da esfera do estado. Thaís Coutinho, assim como as outras, utiliza-se dos mecanismos tradicionais de participação política, quais sejam: a indicação de um cacique político de uma agremiação partidária forte, uso do capital político e financeiro da família.

A protagonista foi analisada a partir de seus grupos de interação: a família, os parentes, os partidos políticos, as demais vereadoras, eleitores e cabos eleitorais, que deram subsídios para que a vereadora fosse eleita por quatro mandatos consecutivos, primeiro no município de Matões e, posteriormente, em Caxias, ambos municípios no interior do Maranhão, entre os anos de 2004 e 2006. A vereadora é vista como ponto privilegiado de observação de uma família política de destaque em todo o Maranhão, os “Coutinho”, grupo que se estruturou a partir da década de 1940 pelo patriarca, avô paterno de Thaís Coutinho.

Alcançar sucesso na carreira ou acessar posições de poder exigia um enorme investimento, para o que a família acionou contatos e colocou em prática algumas estratégias, ou seja, não era tarefa para ser realizada só. Daí a consciência da própria vereadora de que “*ninguém faz política só*”, que é necessário possuir uma rede de relacionamentos que dê suporte ao projeto político constituído. Para a composição dessa rede, Thaís Coutinho contou com o principal capital utilizado em suas campanhas, o sobrenome do pai e do tio, bem como de todo o aparato econômico que havia ao seu dispor.

Para a obtenção das vitórias eleitorais, houve um pesado investimento familiar em sua carreira que perpassava pela interação com os outros membros da família estendida: pai, tios, tia, madrasta, primos e os laços de amizade, matrimônio, além da transformação do capital econômico em capital cultural e político. Pôde-se perceber ainda que a vereadora possuía uma série de mecanismos que impulsionaram seu sucesso político.

Fora os laços familiares, Thaís Coutinho construiu um investimento individual edificando uma rede de relacionamentos e contatos, formando para si mesma um circuito de cabos eleitorais que trabalharam seu nome nas eleições das quais participou. Esses cabos eleitorais tinham atuação desde a zona rural, ponto originária da atuação política da família Coutinho, até a zona urbana, de modo especial entre seus pares da área da saúde. O fato de ser enfermeira concursada fez com que Thaís organizasse uma rede de contatos dentro do campo da saúde, utilizando esses serviços para garantir benesses a seus eleitores.

Trata-se, portanto, de uma agente pública em processo de amadurecimento político, que colocou mais recentemente seu nome como possível candidata à prefeitura de Caxias nas eleições de 2020. Há quem diga que tudo não passa de mera conjectura, mas o fato é que a vereadora que possui a história mais longa em âmbito local no período analisado²⁵⁴, é também, a primeira mulher oriunda daquela Casa que tem o nome projetado para a disputa eleitoral como pré-candidata a prefeita do município analisado.

²⁵⁴ Adelaide Fraga Lima é a vereadora com mais mandatos na Câmara Municipal de Caxias. Thaís Coutinho se iguala a ela em número de mandatos, sendo um, porém, exercido fora de Caxias, como foi explanado no decorrer do trabalho.

REFERÊNCIAS

ACHIN, Catherine. **Le mystère de la chambre basse**: comparaison des processus d'entrée de femmes au parlement, France-Allemagne, 1945-2000. Dalloz, Coll. Bibliothèque des Thèses, 2005.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

ALKMIN, Antonio Carlos. O paradoxo do conceito de representação política. **Teoria e Pesquisa** - Revista de Teoria Política, São Carlos, v. 22, n. 1, p. 56-71, jan./junho, 2013. Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/337/229>. Acesso em: 15 de novembro de 2019.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulheres brasileiras em tempos de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 51, n. 4, 2008, p. 895-939. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v51n4/04.pdf>. Acesso em 03 de setembro de 2018.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Gênero, Política e Representações Sociais: a presença das mulheres nos cargos parlamentares, nas eleições de 2006, no Pará. In: FERREIRA, M. Mary. **Gênero, Política e Poder**: participação das mulheres nos espaços de poder no Norte e Nordeste. São Luís, MA, EDUFMA, 2012.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. **Mulher(es), história(s) e poder(es)**. 18º REDOR. (Anais Eletrônico). Recife, 2014. Disponível em: <http://paradoxzero.com/zero/redor/wp-content/uploads/2015/04/2184-4657-1-PB.pdf>. Acesso em 03 de setembro de 2018. Acesso em 08 de setembro de 2019

ANTUNES, Ricardo; RIDENTE, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. **Mediações**, v. 12, n. 2, Londrina, 2007.

ARAGÃO, Elthon Ranyere Oliveira. Heranças políticas e disputas eleitorais em Pinheiro-MA. In REIS, Eliana Tavares; GRILL, Igor Gaspar. **Estudos sobre elites políticas e culturais**. São Luís: EDUFMA, 2014, p. 277-305.

ARAGÃO, Elthon Ranyere Oliveira. Os donos do Mar(anhão): herança política e poder local em um Estado brasileiro. **Revista NEP** (Núcleo de Estudos Paranaenses), Curitiba, v. 3, n. 1, p. 285-304, maio 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/52571>. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, jun. 2005, p. 193-215. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/238/23802413.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2019.

ARAÚJO, Clara. Gênero e acesso ao Poder Legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 2, jul./dez. 2009, p. 23-59. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6626>. Acesso em 09 de setembro de 2018.

ARAÚJO, Clara. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 18(2): 352, maio-agosto/2010, p. 567-584. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v18n2/16.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

ARGENTINA. **Ley Nacional 24.012**. Sustitúyese el artículo 60 del Decreto nº 2135/91. Cupo Femenino. Código Electoral Nacional. Disponível em: <https://www.santafe.gov.ar/index.php/web/content/download/143926/707257/file/Ley%20Nacional%20N%C2%BA24012-%20CUPO%20FEMENINO.pdf>. Acesso em: 12 de abril de 2017.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. **A Guerra dos Bem-te-vis: A Balaiada na memória oral**. Coleção Humanidades. São Luís: UFMA, 2008.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. Balaiada e resistência camponesa no Maranhão (1838-1841). In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. Coleção História Social do Campesinato no Brasil. v. 1. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/UNESP. 2008. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Hist%C3%B3ria%20social%20do%20campesinato%20no%20Brasil%20-%20Formas%20de%20resist%C3%Aancia%20camponesa%20-%20v.%201.pdf>. Acesso em: 02 de agosto de 2018.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP, 2001.

BARREIRA, Irllys. **Chuvas de papeis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1998. Disponível em: http://nuap.etc.br/content/uploads/2013/05/chuva_de_papeis.pdf. Acesso em 20 de agosto de 2019.

BARREIRA, Irllys. Imagens de uma Prefeita na Imprensa. In: BARREIRA, Irllys (Org.). **Imagens ritualizadas: Apresentação de Mulheres em Cenários Eleitorais**. São Paulo: Pontes, 2008. cap. 17-44.

BARROS FILHO, José. As bases transacionais do recrutamento de apoiadores de uma candidatura. In REIS, Eliana Tavares dos e GRILL, Igor Gaspar. **Estudos sobre elites políticas e culturais**. São Luís: EDUFMA, 2014, p. 247-275.

BARROS FILHO, José. A tradição engajada: origens, redes e recursos eleitorais no percurso de Flávio Dino. In. GRILL, Igor Gaspar, REIS, Eliana Tavares dos e BARROS FILHO, José. **Elites, profissionais e lideranças políticas (RS e MA) – pesquisas recentes**. São Luís: EDUFMA, 2008. p. 171-275.

BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 12, n. 16, nov., 2011, p. 38-63. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2011v12n16p38>. Acesso em: 19 Jun. 2017.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean-Pierre. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-364.

BIROLI, Flávia. Autonomia, opressão e identidades: a ressignificação da experiência na teoria política feminista. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, 2013, p. 81-105. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-026X2013000100005&lng=es&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 de maio de 2018.

BIROLI, Flávia. **Família**: novos conceitos. Coleção O que saber. São Paulo: Fundação Percecu Abramo, 2014.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. v 1. 11 ed. Brasília: Editora da UnB, 1992.

BOHN, Simone. Mulheres brasileiras na disputa do Legislativo municipal. **Perspectivas - Revista de Ciências Sociais**. v. 35, p. 63-89, jan/jun, 2009. São Paulo: UNESP. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2288/1856>. Acesso em 20 de agosto de 2018.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, p. 193-216. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100008. Acesso em 02 de janeiro de 2016.

BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). **Escritos de Educação**, 3 ed., Petrópolis: Vozes, 2001, p.67-69.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRAGA, Sérgio, NICOLÁS, Maria Alejandra e BECHER, André Roberto. Clientelismo, internet e voto: personalismo e transferência de recursos nas campanhas online para vereador nas eleições de outubro de 2008 no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 19, nº 1, junho, 2013, p. 168-197. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v19n1/v19n1a08.pdf>. Acesso em: 29 de agosto de 2019.

BRANDÃO, Frederico José Ribeiro. Eleições em Caxias: ontem e hoje. In: SOUSA, Isaac Gonçalves; MENESES, Renato Lourenço de; VIANNA, Jotônio Moreira (Orgs.). **Cartografias invisíveis**: saberes e sentires de Caxias. Caxias: Academia Caxiense de Letras, 2015, p. 275-293.

BRASIL. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO. **Deputados**. Disponível em: <http://www.al.ma.leg.br/deputados/>. Acesso em: 20 de agosto de 2018.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5** de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

BRASIL. Câmara municipal de Caxias - Maranhão. **Legislaturas**. Disponível em: <http://camara.caxias.ma.gov.br/>. Acesso em 15 de maio de 2017.

BRASIL. Prefeitura municipal de Caxias. **Lei Orgânica do Municipal**. Revisada pela Emenda à Lei Orgânica (ELO) nº01/2015. Disponível em: http://arquivos.al.ma.leg.br:8080/ged/constituicoes_municipais/caxias.pdf. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

BRASIL. Prefeitura municipal de Caxias - MA. **Lei Municipal nº 1.658**, de 10 de maio de 2007. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Caxias. Caxias, 2007.

BRASIL. Prefeitura municipal de Caxias - MA. **Lei Municipal nº 1.745**, de 23 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a Reforma Administrativa e cria cargos no âmbito da Prefeitura Municipal de Caxias. Caxias, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. **Cartas das mulheres. Aos constituintes de 1987** – Assembleia Nacional Constituinte/Congresso Nacional. Brasília: 1986. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/a-constituinte-e-as-mulheres/Constituinte%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf. Acesso em: 02 de março de 2018.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 02 de março de 2018.

BRASIL. **Decreto nº 21.076**, de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 de julho de 2016.

BRASIL. IBGE, 2010. **Mapa de Caxias**. Organização SOUSA, A. S, 2018.

BRASIL. IBGE, 2010. **Mapa Marcos do Feminismo (séculos XVIII e XIX)**. Organização SOUSA, A. S, 2018.

BRASIL. IBGE, 2010. **Mapa Marcos do Feminismo entre o século XIX e as três primeiras décadas do século XX – Brasil/Maranhão**. Organização SOUSA, A. S, 2018.

BRASIL. IBGE, 2017. **Número de eleitores Tribunal Superior Eleitoral**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/consulta-quantitativo>. Acesso em 02 de fevereiro de 2019.

BRASIL. IBGE, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/caxias/panorama>

BRASIL. **Lei nº 12.034**, de 29 de setembro de 2009. Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112034.htm/ Acesso em: 12 de abril de 2017.

BRASIL. **Lei nº 4737**, de 15 de julho de 1965, institui o Código Eleitoral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4737.htm. Acesso em 12 de julho de 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.100**, de 29 de setembro de 1995. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19100.htm Acesso em: 12 de abril de 2017.

BRASIL. **Lei nº Lei nº 9504/1997**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9504.htm Acesso em: 12 de abril de 2017.

BRASIL. **Lei nº12.034/2009**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112034.htm/ Acesso em: 12 de abril de 2017.

BRASIL. Prefeitura municipal de Caxias / Secretaria municipal de políticas para as mulheres. **Regimento Interno**. Caxias, MA, 2013.

BRASIL. Prefeitura municipal de Caxias / conselho municipal dos direitos da mulher. **Regimento Interno**. Caxias, MA, 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Eleitoral. **Lista de candidatos**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>. Acesso em: 02 de novembro de 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Eleitoral. **Lista de deputados eleitos**. Brasília: 2000. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/>. Acesso em 01 de outubro de 2015.

BRASIL. Tribunal Regional do Pará. **Lista de Candidatos a vereador**. Disponível em: <http://www.tre-pa.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2008/eleicoes-2008>. Acesso em 16 de janeiro de 2019.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. **Lista de Candidatos a vereador**. Caxias, Maranhão. Eleição 2004. Disponível em: <http://www.tre-ma.jus.br/>. Acesso em: 02 de março de 2017.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. **Lista de Candidatos a vereador**. Caxias, Maranhão. Eleição 2008. Disponível em: <http://www.tre-ma.jus.br/>. Acesso em: 02 de março de 2017.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. **Lista de Candidatos a vereador**. Caxias, Maranhão. Eleição 2012. Disponível em: <http://www.tre-ma.jus.br/>. Acesso em: 02 de março de 2017.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. **Lista de Candidatos a vereador**. Caxias, Maranhão. Eleição 2016. Disponível em: <http://www.tre-ma.jus.br/>. Acesso em: 02 de março de 2017.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte. **Lei Estadual nº 660**, de 25 de outubro de 1927. Regula o Serviço eleitoral do estado do Rio Grande do Norte. Disponível em: <http://www.tre-rn.gov.br/>. Acesso em: 14 de abril de 2016.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas Eleitorais**. Disponível em: http://www.tse.jus.br/?came_from=http%3A//www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/eleicoes/eleicoes-anteriores/estatisticas-eleitorais-2016/resultados. Acesso em: 28 de junho de 2019.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Instrução Nº 120, Resolução nº 22.717**. Dispõe sobre a escolha e o registro de candidatos nas eleições municipais de 2008. Brasília: 07.03.2008. Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-resolucao-tse-no-22-717-eleicoes-2008> acesso em: 19 de agosto de 2019.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Lei Nº 9.504**. Estabelece normas para as eleições. Brasília: 30.09.1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm. Acesso em 26 de agosto de 2019.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Lista de Candidatos a vereador**. Caxias, Maranhão. Eleição 2008. Disponível em: <http://www.tre-ma.jus.br/>. Acesso em: 02 de março de 2017.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Lista de Candidatos a vereador**. Caxias, Maranhão. Eleição 2012. Disponível em: <http://www.tre-ma.jus.br/>. Acesso em: 02 de março de 2017.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Lista de Candidatos a vereador**. Caxias, Maranhão. Eleição 2016. Disponível em: <http://www.tre-ma.jus.br/>. Acesso em: 02 de março de 2017.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Lista de candidatos eleitos**. disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>. Acesso em: 02 de novembro de 2018.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Lista de senadores e senadoras eleitas**. <http://www.tse.jus.br/>. Acesso em 22 de maio de 2017.

BRASIL. UNIÃO INTER-PARLAMENTAR. **Relatório: Mulheres no Parlamento 2015: Revisão Anual**. Disponível em: http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=53373#.WU0IDmhv_IV. Acesso em 23 de maio de 2017.

BRAZIL, Governo Provisório dos Estados Unidos do Brazil, **Decreto nº 50-A**, de 07 de dezembro de 1889. Dissolve a Illma. Camara Municipal e crêa um Conselho de Intendencia Municipal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-50-a-7-dezembro-1889-504462-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 de setembro de 2018.

BRIQUET, Jean-Louis. Une histoire de famille. La gestion d'un patrimoine politique. Le cas d'une famille de notables corses: les Gavini (1850-1962). In:

PATRIAT, Claude; PARODI, Jean-Luc. **L'hérédité en politique**. Paris: Economica, 1992.

BRITO, Maria Noemi Castilhos. Gênero e cidadania: referenciais analíticos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100017. Acesso em: 11 de setembro de 2017.

BROSSIER, Marie; DORRONSORO, Gilles. O paradoxo da transmissão familiar do poder. **Revista NEP-UFPR** (Núcleo de Estudos Paranaenses), Curitiba, v. 3, n. 4, p. 1-10, dezembro 2017. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ZNZOzSF17-sJ:https://revistas.ufpr.br/nep/article/download/57155/34483+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 02 de janeiro de 2019.

BUSINO, Giovanni. **Elites e élitisme**. Paris: Presses Universitaire de France, 1992.
CAMPO, Paulo Fernando de Souza. Cruz Vermelha Brasileira (filial São Paulo) na imprensa (1916-1930). **Revista de Enfermagem Ana Nery**, Rio de Janeiro, jul-set, p. 492-499, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v13n3/v13n3a06>. Acesso em: 02 de maio de 2018.

CÂNEDO, Leticia Bicalho. As metáforas da família na transmissão do poder político: questões de método. **Cadernos CEDES**, v. 18, n. 42. Capinas: 1997. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621997000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 02 de outubro de 2018.

CÂNEDO, Leticia Bicalho. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). **Revista Pro(Posições)**, v. 13, n. 03, set-dez 2002. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643945/11401>. Acesso em: 02 de janeiro de 2019.

CÂNEDO, Leticia Bicalho. Metáforas do parentesco e a duração política. **Revista Texto de História**. v. 3, n. 1. p. 82-103. Brasília, UnB, 1995. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/textos/index>. Acesso em: 10 de setembro de 2018.

CARNEIRO, Leandro Piquet; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Definindo a arena política local: sistemas partidários municipais na Federação Brasileira. **Revista de Ciências Sociais**. v. 51, n. 02, p. 403-432. Rio de Janeiro, Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582008000200006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 15 de setembro de 2018.

CARNEIRO, Suely. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Portal GELEDÉS - Instituto da Mulher negra**: 06/03/2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, coronelismo e clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, v. 40, n. 02, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003. Acesso em: 01 de setembro de 2018.

CASTRO, A. R. Gomes de. **As raças humanas**: a mulher. Rio de Janeiro: Pap. E. Typ. Marques, Araújo & C, 1921.

CAXIAS. CÂMARA MUNICIPAL DE CAXIAS MARANHÃO. **Legislaturas**. Disponível em: <http://camara.caxias.ma.gov.br/>. Acesso em 15 de maio de 2017.

CAXIAS. PREFEITURA MUNICIPAL. **Lei Orgânica do Municipal**. Revisada pela Emenda à Lei Orgânica (ELO) nº01/2015. Disponível em: http://arquivos.al.ma.leg.br:8080/ged/constituicoes_municipais/caxias.pdf. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

CERVI, Emerson. Voto, dinheiro e diferenças regionais nas eleições brasileiras: recursos financeiros e políticos para candidatos a deputado federal em 2010. **8º Encontro da ABCP**. Gramado, RS. Realizado de 01a a 04 de agosto de 2012. Disponível em: file:///C:/Users/Win%2010/Downloads/Voto,%20dinheiro%20e%20diferen%C3%A7as%20regionais%20nas%20elei%C3%A7%C3%B5es%20brasileiras_%20recursos%20financeiros%20e%20pol%C3%ADticos%20para%20candidatos%20a%20deputado%20federal%20em%202010.pdf. Acesso em: 12 de outubro de 2019.

CERVI, Emerson; COSTA, Luiz Domingo; CODATO, Adriano e PERISSINOTTO, Renato. Dinheiro, profissão e partido: a vitória na eleição para deputado federal no Brasil em 2010. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 30, n. 1. 2015. p. 189-205). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v30n1/0102-6992-se-30-01-00189.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

COELHO, Maria Helena da C.; MAGALHÃES, Joaquim R. **O Poder Concelhio**: das Origens às Cortes Constituintes. Coimbra, Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986.

COLLING, Ana. A construção histórica do feminino e do masculino. In STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise Rodrigues (Orgs.). **Gênero e cultura**: questões contemporâneas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 13-38.

CONNEL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo: inVersos, 2016.

CONNEL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero**: uma perspectiva global. São Paulo: inVersos, 2015.

CORADINI, Odaci Luiz. Origens sociais, mediação e processo eleitoral num município de imigração italiana. In: PALMEIRA, M; BARREIRA, I. **Candidatos e Candidaturas**: enredos de campanha eleitoral no Brasil. São Paulo: Anna Blume, 1998.

CORADINI, Odaci Luiz. **Em nome de quem?**: recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2001.

CORADINI, Odaci Luiz. Categorias sócio-profissionais, titulação escolar e disputas eleitorais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 20, n. 41, fev. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n41/a08v20n41.pdf>. Acesso em 12 de junho de 2019.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no poder: mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBA – Assembleia Legislativa da Bahia, 1998. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/donasnopoder.pdf>. Acesso em: 06 de agosto de 2018.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 2005. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/380>. Acesso em: 12 de janeiro de 2018.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. 2012. Disponível em: <https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>. Acesso em: 02 de janeiro de 2017.

COSTA, Dayana dos Santos Delmiro. Especialização política numa perspectiva de gênero: um estudo sobre as variações na composição da elite política maranhense com base nos processos de recrutamento das deputadas federais/estaduais (1982-2006). **32º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, MG. Realizado de 27 a 31 de outubro de 2008. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/32-encontro-anual-da-anpocs>. Acesso em 13 de agosto de 2017.

COSTA, Dayana dos Santos Delmiro. Mulher em campanha eleitoral: parentesco, gênero, religião e apoios no percurso de uma candidatura. In GRILL, Igor Gaspar; LIMA, João Gilberto do Nascimento; ARAGÃO, Elthon Ranyere Oliveira; COSTA, Dayana dos Santos Delmiro. **Eleições municipais no Maranhão: bases sociais das candidaturas, especialização política e redes de relações**. São Luís: EDUFMA, 2010, p. 209-249.

COSTA, Dayana Dos Santos Delmiro. Mulheres e elites locais no maranhão: perfis, trajetórias e campanhas. **Revista eletrônica de ciência política**, Cidade, v. 2, n. 1, p. 26-44, 2011. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/politica/article/download/25475/17094>. Acesso em: 05 jan. 2016.

COSTA, Dayana Dos Santos Delmiro. Profissionalização política e relações de gênero na elite política maranhense. **Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe**. São Cristovão, n. 18. Jan/jun, 2008. Disponível em: seer.ufs.br/index.php/tomo/article/download/483/399.pdf. Acesso em: 05 jun. 2016.

COSTA, Dayana dos Santos Delmiro. Profissionalização política e relações de gênero na elite política maranhense. **Revista TOMO**. São Cristovão (SE), n. 18, jan-jun 2011a. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/483/0>. Acesso em: 19 de julho de 2018.

COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas; BUTTURE, Paula; LOPES, Ana Paula. O desenho e as fontes da pesquisa com elites parlamentares brasileiras no século XX. in

PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano (Orgs.). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015, p. 63-92.

COSTA, Wagner Cabral. Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. **Observa Nordeste**, 2006. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1772%3Ado-qmaranhao-novoq-ao-qnovo-tempoq-a-trajetoria-da-oligarquia-sarney-no-maranhao-&catid=58&Itemid=414. Acesso em: 15 de março de 2016.

COSTA, Wagner Cabral. Novo Tempo/Maranhão Novo: quais os tempos da oligarquia? in: SOUSA, Moisés Matias Ferreira de (Org.). **Os outros segredos do Maranhão**. São Luís: Estação Gráfica, 2002, p. 13-24.

COUTINHO, Milson. **Caxias das Aldeias Altas**: subsídios para sua história. 2 ed. São Luís: Caxias: Prefeitura Municipal de Caxias, 2005.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DEL PRIORE, Mary. **A mulher na história do Brasil**. Coleção Repensando a História. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1989.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DOURADO, Joaquim Martins. **Aos eleitores catholicos**. Rosário: Tip. M. Silva, 1933. Disponível em:

http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/201408272236261409189786_66041409189786_6604.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2018.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142003000300010&script=sci_arttext. Acesso em: 12 de março de 2018.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres**: o século XX. v. 5. Edição portuguesa. Porto: Afrontamento, 1991.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EM TORNO do Feminismo. **Pacotilha**, São Luís, nº. 218, 22 de nov. de 1929, p. 1.

ESTACHESKI, Dulceli de Lourdes Tonet; MEDEIROS, T. G. A atualidade da obra de Mary Wollstonecraft. **INTERthesis** (Florianópolis), v. 25, 2017, p. 371-374.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Sycorax/Elefante Editora, 2017.

FELISBERTO, Deize Liliane; RODRIGUES, Kellen Cardoso. A utilização do marketing nas campanhas políticas. **Revista Científica UNISUL**. 2002, p. 01-23. Disponível em: http://paginas.unisul.br/agcom/revistacientifica/artigos/artigo_kellendeize.pdf. Acesso em: 12 de novembro de 2019.

FELISBINO, Riberti de A.; BERNABEL, Rodolpho T.; KERBAUY, Maria Teresa M. Somente um deve vencer: as bases de recrutamento dos candidatos à Prefeitura das Capitais brasileiras em 2008. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 41, fev/2012, p.219-233.

FERREIRA, Maria Mary (Org.). **Gênero, política e poder**: participação das mulheres nos espaços de poder. Norte e Nordeste. São Luís: EDUFMA, 2012.

FERREIRA, Maria Mary. **As caetanas vão à luta**: Feminismo e políticas públicas no Maranhão. São Luís: Grupo de Mulheres da Ilha/EDUFMA, 2007.

FERREIRA, Maria Mary. **Os bastidores da tribuna**: mulher, política e poder no Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2010.

FERREIRA, Maria Mary. **Representação feminina e construção da democracia no Brasil**. VIII Congresso Luso Brasileiro de Ciências Sociais. Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. Coimbra, setembro de 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/>. Acesso em 30 junho 2010.

FERREIRA, Maria Mary. **Vereadoras e prefeitas maranhenses**: ação política e gestão municipal com enfoque de gênero. São Luís: EDUFMA, 2015.

FERREIRA, Maria. A mulher e sua missão. **A Mocidade**, São Luís, nov. de 1934, p. 2.

FIGUEIREDO, Rubens. (2000) O marketing político: entre a ciência e a razão. In: FIGUEIREDO, Rubens (org.) **Marketing político e persuasão eleitoral**. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, p. 11- 41.

FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. Introdução: ordens e liberdades. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (Dir.). **História das mulheres no Ocidente**. v. 4: O século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991, p. 09-15.

FRASER, Ronald. **La historia oral**: una nova font documental. Barcelona: L'Avenc, 1984.

FREDIANI, Ramón. El mercado olítico y el sistema electoral D'hondt en Argentina. **Actualiddae Económica**, año XV, n°57 julio-diciembre 2005. Disponível em : <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/acteconomica/article/view/4027/3854>. Acesso em: 30 de abril de 2019.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Biografia Ribamar Fiquene**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fiquene-jose-de-ribamar>. Acesso em: 16 de janeiro de 2019.

GARCIA, Priscila Fernanda da Costa. As mulheres no movimento estudantil dos anos 1960. Anais. **I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**. Londrina, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/7.PriscilaGarcia.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2018.

GAXIE, Daniel. As lógicas do recrutamento político. In **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 8. Brasília, maio-ag. de 2012, p. 165-208. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n8/07.pdf>. Acesso em 02 de fevereiro de 2019.

GAXIE, Daniel. **La Démocratie Représentative**. Paris: Montchrestien, 1993.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A Micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**, 4 ed., São Paulo: Edições Loyola, 2001.

GOMES DE CASTRO, A. R. **As raças humanas – a mulher**. Rio de Janeiro: Papelaria e Tipografia Marques, Araújo & Cia, 1919. Disponível em: http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/201408272236311409189791_92561409189791_9256.pdf. Acesso em: 10 de maio de 2018.

GRAZIANO, Luigi. Introduction – Political Clientelism and Comparative Perspectives. **International Political Science Review**. v. 4, n. 4, 1983, p. 425-434.

GRILL, Igor Gastal. – Recursos sociais, mediação e alianças nas eleições municipais no Maranhão. **Revista de Ciências Sociais**. Dossiê: Instituições, atores e mediações. v. 1, n. 02, p. 07-31. Fortaleza: UFCE, 2009.

GRILL, Igor Gaspar, COSTA, Dayana dos Santos Delmiro, ARAGÃO, Elthon Ranyere e LIMA, João Gilberto do Nascimento. **Bases sociais, alianças e mediação na seleção das “elites locais” no Maranhão (2008)**. 33º Encontro Anual da ANPOCS (Anais Eletrônico). Caxambu (MG), 2009. Disponível em: <http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/IgorGastalGrill.pdf>. Acesso em 01 de agosto de 2018.

GRILL, Igor Gaspar. As bases da herança política no Rio Grande do Sul: parentesco, partidos e redes. **Revista Sociedade em Debate**, v. 10, n. 02, p. 159-197. Pelotas: 2004. Disponível em: <http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/issue/view/42/showToc>. Acesso em: 20 de setembro de 2018.

GRILL, Igor Gaspar. As fronteiras móveis da “oligarquia” e a “elite política” maranhense”. In MARENCO, A. **Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias** [on line]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013, p. 135-169. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/bfwrk/epub/moreno-9788538603849.epud/> acesso em: 10 de junho de 2018.

GRILL, Igor Gaspar. Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão. In: **31.º Encontro Anual da Anpocs**, 2007, Caxambu,

MG. Realizado em 22 a 26 de outubro de 2007. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/2009>. Acesso em 13 de agosto de 2017.

GROSSI, Míriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**. Ano 9, 2º semestre, 2001, p. 167-206. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100010. Acesso em 15 de julho de 2019.

GUEDON, Phillipe Chaves. Estratégias partidárias e perfil social dos vereadores do Rio de Janeiro: entre o ser e o querer ser. **Revista Almanaque**, v. 1, n. 2. 2017. p. 4-25. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/?journal=almanaque&page=issue&op=view&path%5B%5D=787>. Acesso em 21 de outubro de 2019.

GUERZONI FILHO, Gilberto. Observações sobre a autonomia municipal: o poder judiciário e a composição das câmaras de vereadores. In DANTAS, Bruno; CRUXÊN, Eliane; SANTOS, Fernando; DANTAS, Gustavo Ponce de Leon (Orgs.). **Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois**. Brasília: Senado Federal, 2008, p. 110 a 131.

GUILHON, Maria Virgínia. Sarneísmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia. **Repositório UFMA**, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/bitstream/1/160/3/SARNEISMO.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

GUIONNET, Christine. Entrées de femmes en politique. L'irréductibilité du genre à l'heure de La parité. **Politix**, v. 15, n. 60, 2002. p. 113-146. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/polix_0295-2319_2002_num_15_60_1243. Acesso em 01 de agosto de 2018.

HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HAHNER, June E. **Emancipação do sexo feminino: A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HEINZ, Flávio. O Historiador e as elites: à guisa de introdução. In: HEINZ, Flávio (Org). **Por Outra História das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HOLLANDA, Cristina Buarque. A questão da representação política na Primeira República. **Caderno CRH**, v. 21, n. 52, p. 25-35, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792008000100003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 12 de outubro de 2018.

HUNT, Lynn. Revolução Francesa e vida privada. in: ARIES, Philippe; DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). **História da vida privada: da revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 18-35.

JOSÉ Reinaldo Tavares toma posse e viaja para Brasília. **Imirante**. Disponível em: <https://imirante.com/maranhao/noticias/2003/01/01/jose-reinaldo-toma-posse-e-viaja-para-brasil.html>. Acesso em: 16 de janeiro de 2019.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As Câmaras Municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. **Revista Opinião Pública**. Campinas, v. XI, n. 2, outubro, 2005, p. 337-365. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762005000200003. Acesso em: 10 de julho de 2018.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli; DIAS, André Luiz Vieira. O comportamento eleitoral dos paulistas e dos brasileiros nas eleições de 2002 e 2014. **Revista Opinião Pública**. Campinas, Campinas, v. 23, n. 1, jan.– abr., 2017, p. 60-95. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v23n1/1807-0191-op-23-1-0060.pdf>. Acesso em: 02 de outubro de 2018.

KLERING, Luis Roque, BERGUE, Sandro Trescastro, SCHRÖEDER, Christine da Silva, PORSSSE, Melody de Campos Soares, ZTRANZ, Eduardo e KRUEL, Alexandra Jochims. Competências, papéis e funções dos poderes municipais no contexto da administração pública contemporânea. **Revista Análise**. Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 31-43, jan./jun. 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Alexandra_Kruel/publication/327750466_Analise_A_Revista_Academica_da_FACE_Competencias_papeis_e_funcoes_dos_poderes_municipais_no_contexto_da_administracao_publica_contemporanea_Powers_roles_and_functions_of_municipal_authorities_within_t/links/5ba24250a6fdccd3cb629058/Analise-A-Revista-Academica-da-FACE-Competencias-papeis-e-funcoes-dos-poderes-municipais-no-contexto-da-administracao-publica-contemporanea-Powers-roles-and-functions-of-municipal-authorities-within.pdf. Acesso em 27 de outubro de 2019.

LAQUEUR, Thomas. **Inventado o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEANDRO, H. W; DOS SANTOS, D. W. S. “Grandes famílias”: e estruturação do poder em Sergipe: Grupos familiares e dinâmicas do poder. **Scientia Plena**. v. 6, n. 12, 2010. Disponível em: <https://scientiaplena.org.br/sp/article/view/315/85>. Acesso em 01 de março de 2018.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA FILHO, Arthur Almada. **Efemérides caxienses**. Imperatriz: Ética, 2014.

LIMA, Elizabeth Cristina de Andrade. A “herança bendita”, a festa e a instituição do poder da família Cunha Lima na Paraíba. **Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas**. Campina Grande, v. 33, n. 1 jan-jun, p. 9-33, 2013. Disponível em http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_302.pdf. Acesso em: 10 de outubro de 2018.

LIMA, João Gilberto do Nascimento. Seleção de “elites locais” e a dinâmica de concorrência eleitoral em Campos (MA). In GRILL, Igor Gaspar, ARAGÃO, Elthon Ranyere, COSTA, Dayana dos Santos Delmiro. **Eleições municipais no Maranhão: bases sociais das candidaturas, especialização política e redes de relações**. São Luís: EDUFMA, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 11 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

MAGALHÃES, Yankee Costa. Gênero e política: as mulheres no legislativo estadual maranhense (1934-2001). In: ABRANTES, Elizabeth Sousa (Org.). **Fazendo gênero no Maranhão**: estudo sobre mulheres e relações de gênero (séculos XIX e XX). São Luís: Editora UEMA, 2010, p. 281-309.

MANHANELLI, Carlos. **Jingles eleitorais e marketing político** [recursos eletrônicos]: uma dupla do barulho. São Paulo: Summus, 2011.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil e MONT'ALVERNE, Camila. Mídias sociais e eleições: um estudo sobre as campanhas de reeleição dos vereadores de Fortaleza no Twitter. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**. São Leopoldo: UNISINOS, v. 16, n. 03, set/dez. 2014, p. 228-242. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2014.163.08/4447>. Acesso em: 14 de novembro de 2019.

MARENCO, André; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento Legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 22, n. 64, jun. 2007. P 93-194. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n64/a08v2264.pdf>. Acesso em: 28 de junho de 2019.

MARNEUR, Vitor. O gênero da hereditariedade na política: uma via de acesso para os eleitos municipais da Gironde. **Revista NEP-UFPR** (Núcleo de Estudos Paranaenses), Curitiba, v.3, n. 4, p. 47-65, dezembro 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/57160/34488>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.

MARTELOTTE, Lúcia. 25 anos de aplicação de leis de cotas na América Latina: um balanço da participação feminina. **Revista SUR 24**, v.13 n. 24, p. 91 - 98, 2016a. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/108501/25_anos_aplicacao_martelotte.pdf. Acesso em 03 de setembro de 2018.

MARTELOTTE, Lúcia. Mitos de la paridad. **Página12**. Domingo, 11 de septiembre de 2016, 2016b. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/sociedad/3-309124-2016-09-11.html>. Acesso em 01 de outubro de 2018.

MARTINS, Ana Paula Vosne. O pintor, o médico e a mulher: códigos visuais e de gênero na pintura de tema médico. **Revista Gênero**, v. 10, n. 02, p. 107-123, 2010. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/15/5>. Acesso em: 20 de setembro de 2018.

MARTINS, Thaís Cavalcante; KERBAUT, Maria Teresa. O perfil da elite local: uma análise da autopercepção dos vereadores sobre a representação. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 8, n. 2, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/download/51400/33926>. Acesso em: 08 de julho de 2019.

MELO, Salânia Maria Barbosa; SOUZA, Joana Batista de; SALAZAR, Denise Cristina da Silva Campos (Orgs.). **Caxias: Memórias, histórias e outros saberes**. Teresina: EDUFPI, 2016.

MENDES, Iris. A esquerda em Caxias. In: SOUSA, Isaac Gonçalves; MENESES, Renato Lourenço de; VIANNA, Jotônio Moreira (Orgs.). **Cartografias invisíveis: saberes e sentires de Caxias**. Caxias: Academia Caxiense de Letras, 2015, p. 294-296.

MENDES, José Armando. Contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos. **Revista Análise Social**, v. 27, p. 357-365, 1992. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223054015V8hLU3da0Zq71UH1.pdf> Acesso em: 20 de outubro de 2018.

MENEGON, Valdenia G. e S. “Lobby do batom”: a imprensa brasileira e o olhar sobre o movimento de mulheres na assembleia nacional constituinte e o movimento feminista no Maranhão de 1980. Anais. III **Cehla**. São Leopoldo (RS), 2018. Disponível em: <https://cehla-unisinos.weebly.com/uploads/7/7/8/1/77816490/anais.pdf>. Acesso em: 25 de outubro de 2018.

MERLINO, Tatiana Ojeda. **Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino**. São Paulo: Caros Amigos, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, jul. – set/2015, p. 721 – 747.

MIGUEL, Luís Filipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. **Revista Sociologia Política**, n. 20, Curitiba, junho de 2003, p. 115-134. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000100010. Acesso em junho de 2018.

MIGUEL, Luís Filipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e singularidade feminina. **Revista Estudos Feministas**, 9, 2º sem, p. 253-267, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8614.pdf>. Acesso em 21 de julho de 2018.

MOCHEL, Arcelina. Liberta-se a mulher. **Esquerda**, São Luís, out. de 1934, p. 3.

MORITZ, Maria Lúcia. Familismo e gênero no congresso brasileiro (2006 - 2014). **13º Congresso Mundos de Mulheres & Seminário Internacional Fazendo Gênero 11: Transformações, conexões, deslocamentos**. Florianópolis, 2017. Anais Eletrônicos. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1500231125_ARQUIVO_PaperMLMORITZ_VFinal_15jul.pdf. Acesso em: 07 de julho de 2019.

MORITZ, Maria Lúcia. Lei de Cotas 20 anos depois: um balanço do empoderamento local. O caso das vereadoras das capitais brasileiras (1996 – 2016). **10º ENCONTRO ABCP**. Belo Horizonte, 2016. Disponível em:

<https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/lei-cotas-20-anos-depois-balanco-empoderamento-local-caso.pdf>. Acesso em 02 de julho de 2019.

MOSSÉ, Claude. A Antiguidade: leitura crítica do tomo 1 da História das Mulheres. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **As mulheres e a história**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995, p. 17-23.

MURTA, Felipe; ITUASSU, Arthur; CAPONE, Letícia; LEO, Luiz; LA ROVERE, Roberta. Eleições e mídias sociais: interação e participação no Facebook durante a campanha para a Câmara dos deputados em 2014. **Revista ComPolítica**. Rio de Janeiro: PUC, v. 17, n. 01, p. 47-72 Disponível em: <http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/111/115>. Acesso em: 14 de novembro de 2019.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Revista Psicologia em Estudo** Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set/dez, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722006000300021&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 01 de maio de 2017.

NORONHA, Andrius Estevam. O uso da prosopografia para o estudo de elites locais: o caso dos empresários de Santa Cruz do Sul. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). **História Social de Elites**. São Leopoldo: OIKOS, 2011.

NORRIS, Pippa. Recrutamento político. **Revista de Sociologia e Política**. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/34455>. Acesso em 01 de maio de 2019.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Zahar Editora. Brasília: ENAP, 1997.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil**. Curitiba: Ed. Insight, 2012.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de; GOULART, Mônica Helena Harrich Silva; VANALI, Ana Christina; MONTEIRO, José Marciano. Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Sociologia**. v. 5, n. 11, dez. 2017. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/revista/index.php/RBS/article/view/225>. Acesso em: 14 de set de 2018.

PACHECO, Maria da Glória Costa. O “voto de saias”: trajetória de conquista do sufrágio feminino no Maranhão (1900-1934). In: ABRANTES, Elizabeth Sousa (Org.). **Fazendo gênero no Maranhão: estudo sobre mulheres e relações de gênero (séculos XIX e XX)**. São Luís: Editora UEMA, 2012, p. 251-280..

PALHETA, Sandra Pereira; NASCIMENTO, Eduardo Santos do; ÁLVARRES, Maria Luiza Miranda. Idas e vindas no poder – um estudo de caso das candidatas à câmara municipal de Belém, nas eleições de 2008. In FERREIRA, Maria Mary. **Gênero, política e poder: participação das mulheres nos espaços de poder no Norte e Nordeste**. São Luís: EDUFMA, 2012, p. 167-200.

PATRIAT, Claude. Perspective Cavalière. In PATRIAT, Claude; Jean-Luc. **L'hérité en politique**. Paris: Economica, 1992, p. 07-15.

PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano (orgs.). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

PERISSINOTTO, Renato; CODATTO, Adriano. Apêndice 3. In PERISSINOTTO, Renato e CODATTO, Adriano (Orgs.). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011, p. 301-307.

PERISSINOTTO, Renato e MIRÍADE, Ângel. Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 52, no 2, 2009, pp. 301 a 333. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v52n2/v52n2a02.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2019.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2017.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

PERROT, Michelle. Outrora, em outro lugar. In PERROT, Michelle **História da vida privada**, 4: da revolução francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 14-17.

PESSOA, Jordânia Maria. **Entre a tradição e a modernidade: a belle époque caxiense: práticas fabris, reordenamento urbano e padrões culturais no final do século XIX**. São Paulo: Ética, 2009.

PETIT, Cristina Molina. **Elementos para una dialectica feminista de la Ilustración**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1994.

PINHEIRO, Roseane Arcanjo. **Um mapa da difusão do jornalismo maranhense nos séculos XIX e XX**. V Congresso Nacional de História da Mídia, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007-1/Um%20Mapa%20da%20Difusao%20do%20Jornalismo.pdf>

PINHO, Odila. Entrevista concedida a Carlos Humberto Reis para o Jornal “O Tempo”. In REIS, Carlos Humberto. **O sufrágio feminino: enquête publicada n’ “O Tempo”, em 1931**. Maranhão: Typ. M. Silva, 1933. Disponível em: http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20160921091621.pdf. Acesso em 24 de maio de 2018.

PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>. Acesso em: 25 de agosto de 2017.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Percecu Abramo, 2003.

PINTO, Céli Regina. Mulher e política no Brasil: os impasses do Feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa. **Revista Estudos Feministas**, ano 2, 2º semestre 1994, p. 256-270. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16109/14652>. Acesso em: 20 de maio de 2018

PINTO, Céli Regina; MORITZ, Maria Lúcia; SCHULZ, Rosângela M.; MORAES, Taís Flaviana. **Perfis, trajetórias, desempenhos**: uma pesquisa com as vereadoras gaúchas, Porto Laegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

PINTO, Céli Regina; SILVEIRA, Augusta. Mulheres com carreiras políticas longevas no Legislativo brasileiro 1950-2014). **Opinião pública**, Campinas, v. 24, n. 1, jan.-abr., 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v24n1/1807-0191-op-24-1-0178.pdf>. Acesso em: 08 de julho de 2019.

PIOVESAN, Flávia. Ações Afirmativas sob a Perspectiva dos Direitos Humanos. In SALES Augusto dos Santos (Organizador). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005. p. 35-45.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**. São Paulo (15) abr. 1997.

RABAY, Glória. Mulheres na política: as filhas herdeiras e a força do nome da família. In FERREIRA, Maria Mary (Org.). **Gênero, política e poder**: participação das mulheres nos espaços de poder no Norte e Nordeste. São Luís: EDUFMA, 2012, p. 63-87.

RABAY, Glória; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa; SILVA, Lucimeiry Batista da. **As prefeitas paraibanas de 2013 a 2016**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (anais eletrônicos), Florianópolis, 2016. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373421605_ARQUIVO_O_Asprefeitasparaibanasde2013a2016.pdf. Acesso em: 12 de março de 2018.

RAGO, Margareth. Adeus ao Feminismo? Feminismo e (pós)modernidade no Brasil. **Cadernos AEL**, n. 3/4, 1995/1996, p. 11-43. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2612/2022>. Acesso em: 20 de setembro de 2018.

RAGO, Margareth. **As mulheres e suas artes de fazer política**. 1985a. Disponível em: http://historiacultural.mpbnnet.com.br/artigos.genero/margareth/RAGO_Margareth-As_mulheres_e_sua_arte_de_fazer_na_politica.pdf. Acesso em: 12 de dezembro de 2017.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890 - 1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985b.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história: descobrindo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, São Paulo, p. 89-98. 1998. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51202>. Acesso em: 17 de setembro de 2017.

REDE Mulher e Democracia. **A Questão da Mulher na Visão Parlamentar no Nordeste do Brasil**. Recife: Mulher e Democracia, 2008.

- REIS, Carlos Humberto. **O sufrágio feminino**: enquête publicada n' "O Tempo", em 1931. Maranhão: Typ. M. Silva, 1933. Disponível em: http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20160921091621.pdf. Acesso em 24 de maio de 2018.
- REIS, Eliana Tavares dos e Grill, Igor Gaspar. Ars obligatoria, ars inveniendi: imposições e subversões na afirmação política e intelectual de mulheres parlamentares. In REIS, Eliana Tavares dos; Grill, Igor Gaspar. **Elites parlamentares e a dupla arte de representar**: intersecções entre "política" e "cultura" no Brasil. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016, p. 118-147.
- REIS, Flávio. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão**. 2 ed. São Luís: [s.n.], 2013.
- RÉMOND, René. Introdução, in RÉMOND, René (ORG). **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento/Justificando: 2017.
- RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do Feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras: 2018.
- RIBEIRO, Renato Janine. **A democracia**. 2 ed. São Paulo: Publifolha, 2002.
- RODRIGUES, Almira. **Participação política das mulheres e gestão em políticas de gênero**. CFEMEA, 2005. Disponível em: http://www.spm.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/politica-e-genero/participacao_politica_das_m.pdf. Acesso em: 27 de julho de 2017.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social**: um estudo das bancadas partidárias da Câmara dos Deputados. São Paulo, Edusp, 2002.
- ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença**: sexo e gênero na medicina da mulher. 2 ed. Revisada e ampliada. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/8m665/pdf/rohden-9788575413999.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2018.
- SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes**: mito e realidade: mito e realidade. Petrópolis, 1976.
- SAINT-MARTIN, Monique de. A nobreza em França: a tradição como crença. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 20, 1992. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_20/rbcs20_11. Acesso em 14 de setembro de 2018.
- SAINT-MARTIN, Monique de. **Los sociólogos se deben comprometer con los movimientos de defensa de los derechos humanos**. Entrevista concedida a Mónica Maldonado para o Centro de Investigaciones María Saleme de Burnichon/ Facultad de Filosofía y Humanidades da Universidad Nacional de Córdoba em 01 de novembro de 2010.

Disponível em: <https://ffyh.unc.edu.ar/ciffyh/los-sociologos-se-deben-comprometer-con-los-movimientos-de-defensa-de-los-derechos-humanos/>. Acesso em: 02 de agosto de 2019.

SALES, mariana Alencar; COTRIM, Flavio Badaró. Participação das mulheres em partidos políticos na América Latina uma agenda de pesquisa. **9º Congresso Latino-americano de Ciência Política**. Montevideu: Associação Latina-Americana de Ciência Política, 2017.

Disponível em:

<http://www.congresoalacip2017.org/archivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZNToiYToxOntzOjEwOiJRRF9BUiFVSZPIjtzOjQ6IjI0MDUiO30iO3M6MT0iaCI7czoZMjoiMzkyNjZlZDZmYjgyZDE3NGVmOTNkNGE1OTlhYTY3ZjkiO30%3D>. Acesso em 10 de junho de 2019.

SANTOS, Fabiano. Patronagem e poder de agenda na política brasileira. **Dados** – Revista de Ciências Sociais. v. 40, n. 03. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000300007. Acesso em: 02 de outubro de 2018.

SANTOS, Fabiano; PAULA, Carolina Almeida de; SEABRA, Joana. Cotas e movimentos sociais nas estratégias partidárias de inserção das mulheres na vida parlamentar: os casos do Rio de Janeiro e Ceará nas eleições 2010 para a Câmara dos Deputados. In ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Cèli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (Orgs.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012, p. 283-313.

SANTOS, Jordana de Souza. A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar.

Revista Aurora, ano III, n. 05, 2009. Disponível em:

<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/SANTOS.pdf>. Acesso em: 23 de outubro de 2018.

SANTOS, Renato Marinho Brandão. A gestão da cidade: o papel da Intendência Municipal na construção de uma Natal Moderna (1890-1930). **Revista Espacialidades [on line]**, v. 2, n. 01, p. 1-21, 2009, UFRN. <https://cchla.ufrn.br/espacialidades/v2n1/renato.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

SARTI, Cyntia. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cadernos de Pesquisa**. v. 64, p. 38-47. São Paulo, 1988. Disponível em:

<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1182>. Acesso em: 20 de março de 2018.

SAWICKI, Frédéric. Classer les hommes politiques: Les usages des indicateurs de position sociale pour la compréhension de la professionnalisation politique. In OFFERLÉ, Michel (dir.). **La profession politique: XIXe-XXe siècle**. Paris, Belin, coll. «Socio-histoires», 1999, p. 135-170. Disponível em: http://ceraps.univ-lille2.fr/fileadmin/user_upload/enseignants/Sawicki/Sawicki-Classer_les_hommes_pol_1998.pdf. Acesso em 09 de julho de 2018.

SCAVONE, Lucila. Prefácio. In: FERREIRA, Maria Mary. **Os bastidores da tribuna: mulher, política e poder no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2010.

SCHMIDT, Joessane de Freitas. As mulheres na Revolução Francesa. **Revista Thema**, 2012, v. 09, n. 02. Disponível em: <http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/147>. Acesso em 05 de maio de 2018.

SCHIMITH, Paula Fernanda. A influência do marketing eleitoral nas decisões do voto. **Cadernos de Administração**, 2011, v.19, n. 2. p 77-92. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/34719>. Acesso em: 10 de novembro de 2019.

SCHNEIDER, Graziela (Org.) **A revolução das mulheres**: emancipação feminina na Rússia soviética. São Paulo: Boitempo, 2017.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Erico Vital. **Dicionário mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SCHUPUN, Mônica Raíssa. Entre o masculino e o feminino: a identidade política de Carlota Pereira de Queiroz. **Cadernos Pagu**, p. 331-377, 1999. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51306>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

SCOTT, Joan. **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos do homem. Tradução de Evio A. Funk. Florianópolis: Mulheres, 2002.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, jul/dez, 1995. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 15 de maio de 2016.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Federal Paulista, 1998.

SCOTTO, Gabriela. Imagens, candidatos e campanhas eleitorais: um estudo comparativo sobre campanhas presidenciais brasileiras e argentinas. In CHAVES, Christine de Alencar. **Cadernos do NUAP**, n. 2. Rio de Janeiro: NUAP, 1999, p. 50-58. Disponível em: <http://nuap.etc.br/content/uploads/2018/10/caderno-2.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2019.

SILVA, Eulina Moraes. Sociedade negra quilombola de Caxias – SNQC: um movimento de luta. in: Escola de Formação Quilombo dos Palmares. **Movimentos sociais do Nordeste**: avanços e desafios para maior equidade regional e social. Recife: Equip, 2004, p. 233-240.

SILVA, Patrick. **O Poder Legislativo municipal**: estrutura, composição e produção. Capítulo 4 – A produção legislativa. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 2014. Disponível em: Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-21052015-113557/en.php>

SIMMEL, Georg. **On Individuality and Social Forms**. Chicago: University of Chicago Press, 1971.

SOARES DE QUADROS. **Pelo Maranhão feliz**: manifesto apresentado ao eleitorado maranhense, como candidato independente nas eleições para deputados à Assembleia

Constituinte do Estado. São Luís, 1934. Disponível em:
http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/201408272219521409188792_87731409188792_8773.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2018.

SOARES, Rodrigo. A presença feminina na câmara de vereadores de Porto Alegre com base nas eleições entre 1996 e 2016 e os reflexos da lei 9.504/97. **Revista Estudos Legislativos**, Porto Alegre, ano 10, n. 10, p. 15-87, 2016. Disponível em:
http://submissoes.al.rs.gov.br/index.php/estudos_Legislativos/article/view/172. Acesso em: 01 de julho de 2019.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres. **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, set/dez, 2000. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a07>. Acesso em: 12 de março de 2018.

SOIHET, Rachel. **O Feminismo Tático de Bertha Lutz**. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

SOUSA, Isaac Gonçalves; MENESES, Renato Lourenço de; VIANNA, Jotônio Moreira (Orgs.). **Cartografias invisíveis: saberes e sentires de Caxias**. Caxias: Academia Caxiense de Letras, 2015.

SOUZA, Renato Barreto. **Clientelismo e voto na Califórnia fluminense**. Anais do 28º encontro anual da ANPOCS –2004 Caxambu-MG, outubro de 2003. Disponível em:
<https://www.anpocs.com/index.php/papers-28-encontro/st-5/st24-2/4090-rsouza-clientelismo/file>. Acesso em: 02 de agosto de 2018.

SPOHR, Alexandre Piffero; MAGLIA, Cristiana; MACHADO, Gabriel; OLIVEIRA, Joana de Oliveira. Participação política das mulheres na América Latina: o impacto das cotas e de lista fechada. **Revista Estudos Feministas**. 2016, v. 24, n. 2, p. 417-441. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ref/v24n2/1805-9584-ref-24-02-00417.pdf>. Acesso em: 01 de agosto de 2019.

TEIXEIRA, Deyse Soares da Silva; ARAÚJO, Keyla Rejane Avelar; LIMA, Ticiania Amarala; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulheres e participação política nas eleições municipais de 2008: microrregião de Parauapebas-PA. In: FERREIRA, Maria Mary. **Gênero, política e poder: participação das mulheres nos espaços de poder no Norte e Nordeste**. São Luís: EDUFMA, 2012, p. 137-165.

TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TSE cassa o mandato do governador do Maranhão Jackson Lago. **G1. rede mirante**. Fonte:
<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1026638-5601,00-TSE+CASSA+O+MANDATO+DO+GOVERNADOR+DO+MARANHAO+JACKSON+LAGO.html>. Acesso em: 16 de janeiro de 2019.

TSE confirma cassação de Jackson Lago. **ESTADÃO**. Fonte:
<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tse-confirma-cassacao-de-jackson-lago,356073>. Acesso em: 16 de janeiro de 2019.

UNIÃO INTER-PARLAMENTAR. **Relatório: Mulheres no Parlamento 2015: Revisão Anual.** Disponível em:

http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=53373#.WU0IDmhv_IV. Acesso em 23 de maio de 2017.

VILLELA, Jorge Mattar. Eleições e políticas no Sertão de Pernambuco, Brasil: o voto como forma de luta e mecanismo de coletivo de inibição. In **Revista de Antropologia Social** dos Alunos do PPGAS-UFSCar, v. 3, n. 2, jul.-dez., p.10-29, 2011. Disponível em:

http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2015/05/Vol3no2_01.VILLELA.pdf. Acesso em 01 de novembro de 2019.

VENDRAME, Máira Ines. **O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália).** São Leopoldo: OIKOS; porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

VERBOVEN, Koenraad; CARLIER, Myriam; DUMOLYN, Jan. A short manual to the Art of prosopography. In: HANDBOOK, A. **Prosopography approaches and applications.**

Universiteit Gent, 2007, p. 35-70. Disponível em <http://hdl.handle.net/1854/LU-376535>. Acesso em 03 de janeiro de 2017.

VILANETO, Quincas. **O município e a Câmara Municipal.** Caxias: Câmara Municipal de Caxias, 2006.

WEINGROD, Alex. Patrons, Patronage and Political Parties. In: SCHMIDT, Stephen W. et al (ed). **Friends, Followers and Factions.** Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1977, p. 377-400.

WOLF, Eric R. Parentesco amizade e relação patrono-cliente em sociedades complexas. **Série Tradução**, v. 1. Brasília: UnB, 2011. p. 1-22. Disponível em:

<http://www.dan.unb.br/images/pdf/serie-traducao/st%2006.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2019.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos das mulheres.** São Paulo: Edipro/Boitempo, 2015.

ANEXOS

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Facema
Faculdade de Ciências
e Tecnologia do Maranhão

MISSÃO

Proporcionar a Formação de Profissionais reconhecidos pelo mercado a partir de um ensino superior diferenciado.

1 de 3

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E.)

Prezada participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa **"REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO LEGISLATIVO DE CAXIAS-MA: ENTRAVES, RUPTURAS E PERSPECTIVAS ATUAIS"**, desenvolvida por VALDENIA GUIMARÃES E SILVA MENEGON, docente do curso de bacharelado em Serviço Social da Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão – FACEMA e do qual participam a co-orientadora Maria de Jesus Martins de Andrade Cunha, a voluntária Rhosyele de Moura Cardoso e as colaboradoras Mônica Vaz da Silva e Mágila Jannayna Lima Martins.

O objetivo central do estudo é: investigar as variáveis intrínsecas ao problema da sub-representação feminina no legislativo municipal; compreender como se processa a inserção das mulheres na política local, avaliar a participação política das mulheres que atuaram e/ou atuam ativamente no Legislativo municipal de Caxias; traçar o perfil das vereadoras que exerceram e/ou exercem mandatos nessa Cidade e; analisar a plataforma política das vereadoras de Caxias no estado do Maranhão.

O convite à sua participação se deve ao fato de você ser vereadora ou ter exercido mandato no legislativo caxiense.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizada caso decida não participar da pesquisa ou, tendo aceito, desistir desta.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas, caso você queira manter sigilo.

O material será armazenado em local seguro. Contudo, existe o risco indireto de sua identificação. Ocorrendo tal situação haverá a responsabilização de qualquer dano por parte das pesquisadoras.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar da pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.



Facema
Faculdade de Ciências
e Tecnologia do Maranhão

MISSÃO

Proporcionar a Formação de Profissionais reconhecidos pelo mercado a partir de um ensino superior diferenciado.

2 de 3

O tempo de duração da aplicação do questionário é de aproximadamente 30 minutos.

As respostas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às estas a equipe da pesquisa

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12 e orientações do CEP/FACEMA.

Os benefícios da pesquisa encontram-se em contribuir para o estudo de temáticas ligadas às relações de gênero, bem como auxiliar na elaboração de políticas públicas no sentido de garantir a ampliação da participação política das mulheres.

Os riscos da pesquisa dizem respeito a algum procedimento que seja considerado como constrangedor às participantes da pesquisa. Estes riscos poderão ser minimizados a partir da assinatura deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE que garante você a possibilidade de abandono caso não deseje mais participar do trabalho

A participação nesse trabalho poderá ainda trazer os riscos considerados inerentes a todo estudo envolvendo seres humanos. Tais riscos podem ser imediatos ou tardios. A esse respeito ressaltamos o reconhecimento de que algum dano eventual psicológico ou social possa vir a acontecer, porém com ausência de intencionalidade. Mas quanto isso lhe será assegurado o direito de não responder à pergunta que provocar constrangimento.

Os resultados serão apresentados na III Mostra Científica da Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão – FACEMA. Sendo assegurado aos interessados e afins ou à órgãos competentes o acesso aos dados da pesquisa.

Este termo é redigido em duas vias, sendo uma para a participante e outra para a pesquisadora, todas as páginas deverão ser rubricadas pela participante da pesquisa e pela pesquisadora responsável (ou pessoa por ela delegada e sob sua responsabilidade), com ambas as assinaturas apostas na última página.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da FACEMA, no endereço: Rua Aarão Reis, 1000 – Centro, CEP: 65. 606-020 - Caxias – Maranhão, Tel. - (99) 3422-6800, e-mail: cepfacema@facema.edu.br. O Comitê de Ética em Pesquisa é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro

Facema | **MISSÃO** Promover a Formação de Profissionais reconhecidos pelo mercado a partir de um projeto de modo que os princípios éticos de respeito aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Valdenia Guimarães e Silva Menegon

Valdenia Guimarães e Silva Menegon

Pesquisadora Responsável

Rhosyele de Moura Cardoso

Rhosyele de Moura Cardoso

Pesquisadora Participante

Contato com a pesquisadora responsável (99) 98806-1010; e-mail: valdeniamenegon@hotmail.com

Caxias – MA, 04 de Dezembro de 2015

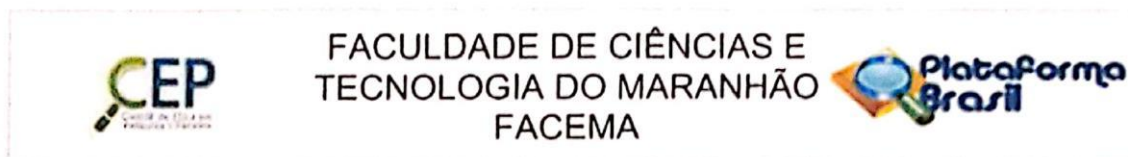
Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

(Assinatura da participante da pesquisa)

Nome legível da participante:

RG e CPF:

ANEXO B – Parecer consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO LEGISLATIVO DE CAXIAS-MA: ENTRAVES, RUPTURAS E PERSPECTIVAS ATUAIS.

Pesquisador: VALDENIA GUIMARÃES E SILVA MENEGON

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 54099216.4.0000.8007

Instituição Proponente: FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO MARANHÃO LTDA - ME

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.475.922

Apresentação do Projeto:

A pesquisa enfoca o tema "A representatividade feminina no legislativo de Caxias-MA: reflexões contemporâneas sobre permanências, entraves e rupturas", buscando investigar as variáveis intrínsecas à subrepresentação política das mulheres. Procura evidenciar o gênero como uma categoria resultante do processo histórico-cultural fundamental para a compreensão das relações de poder existentes entre e homens e mulheres no cenário

sociopolítico. Analisa a participação política das mulheres que atuaram e/ou atuam ativamente no Legislativo municipal de Caxias, no estado do Maranhão, traçando o perfil das vereadoras que exerceram e/ou exercem mandatos nessa Cidade. O método de análise escolhido é o históricodialético de base antropológica por permitir tecer uma crítica às assimetrias ocasionadas a partir dos papéis socialmente atribuídos a homens e mulheres ao longo do tempo, utilizando para este fim, a História Oral. Os resultados preliminares da pesquisa revelaram pontos significativos sobre a baixa representatividade das mulheres no legislativo, destacando a ausência de uma plataforma voltada para a igualdade de gênero, raça e etnia. Parte-se do pressuposto de que a subrepresentação feminina nos espaços de poder e decisão se constitui como reflexo da estrutura social sexista, classista e patriarcal que tem como consequência as assimetrias de gênero.

Endereço: Rua Aarão Reis, nº 1000 Centro

Bairro: CENTRO

UF: MA

Município: CAXIAS

Telefone: (99)3422-6800

CEP: 65.606-020

E-mail: cepfacema@facema.edu.br



FACULDADE DE CIÊNCIAS E
TECNOLOGIA DO MARANHÃO
FACEMA



Continuação do Parecer: 1.475.922

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a trajetória política das vereadoras do município de Caxias, Estado do Maranhão entre os pleitos de 1993 à atualidade, apontando as

principais variáveis para a sub-representação política das mulheres no Legislativo Municipal caxiense.

Objetivo Secundário:

Compreender como se processa a sub-representação política das mulheres no Legislativo municipal de Caxias – MA; Analisar a trajetória política das mulheres que compuseram os quadros da Câmara Municipal de Caxias desde 1993 à atualidade; Traçar o perfil das vereadoras que ocuparam cadeiras no Legislativo Municipal de Caxias-MA.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos da pesquisa dizem respeito a algum procedimento que seja considerado como constrangedor às participantes da pesquisa. Estes riscos poderão ser minimizados a partir da assinatura deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE que garante você a possibilidade de abandono caso não deseje mais participar do trabalho. A participação nesse trabalho poderá ainda trazer os riscos considerados inerentes a todo estudo envolvendo seres humanos. Tais riscos podem ser imediatos ou tardios. A esse respeito ressaltamos o reconhecimento de que algum dano eventual psicológico ou social possa vir a acontecer, porém com ausência de intencionalidade. Mas quanto isso lhe será assegurado o direito de não responder à pergunta que provocar constrangimento.

Benefícios:

Os benefícios da pesquisa encontram-se em contribuir para o estudo de temáticas ligadas às relações de gênero, bem como auxiliar na elaboração de políticas públicas no sentido de garantir a ampliação da participação política das mulheres.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Estudo de relevância social e científica que busca maior visibilidade ao empoderamento feminino frente à esfera legislativa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos adequados.

Endereço: Rua Aarão Reis, nº 1000 Centro

Bairro: CENTRO

CEP: 65.606-020

UF: MA

Município: CAXIAS

Telefone: (99)3422-6800

E-mail: cepfacema@facema.edu.br



FACULDADE DE CIÊNCIAS E
TECNOLOGIA DO MARANHÃO
FACEMA



Continuação do Parecer: 1.475.922

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

APROVADO

Considerações Finais a critério do CEP:

Qualquer alteração realizada na pesquisa, este CEP deverá ter ciência da modificação. Enviar ao término da pesquisa o Relatório Final.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_644643.pdf	30/03/2016 10:02:47		Aceito
Outros	Carta_Pendencia_CEP.pdf	30/03/2016 10:01:46	VALDENIA GUIMARÃES E SILVA MENEGON	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_LEGISLATIVO.pdf	30/03/2016 09:56:01	VALDENIA GUIMARÃES E SILVA MENEGON	Aceito
Outros	QUESTIONARIO_LEGISLATIVO.pdf	30/03/2016 09:53:58	VALDENIA GUIMARÃES E SILVA MENEGON	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_PIVIC.pdf	29/02/2016 11:08:48	VALDENIA GUIMARÃES E SILVA MENEGON	Aceito
Outros	CURRICULO_LATTES_EQUIPE.pdf	29/02/2016 10:46:27	VALDENIA GUIMARÃES E SILVA MENEGON	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DECLARACAO_ACEITE_INSTITUICAO.pdf	29/02/2016 10:44:10	VALDENIA GUIMARÃES E SILVA MENEGON	Aceito
Outros	QUESTIONARIO_.pdf	05/01/2016 12:13:16	VALDENIA GUIMARÃES E SILVA MENEGON	Aceito
Outros	CARTA_CEP.pdf	05/01/2016 11:22:56	VALDENIA GUIMARÃES E SILVA MENEGON	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO_.pdf	05/01/2016 11:15:01	VALDENIA GUIMARÃES E SILVA MENEGON	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAO_PESQUISADORES_.pdf	05/01/2016 11:08:08	VALDENIA GUIMARÃES E	Aceito

Endereço: Rua Aarão Reis, nº 1000 Centro

Bairro: CENTRO

CEP: 65.606-020

UF: MA

Município: CAXIAS

Telefone: (99)3422-6800

E-mail: cepfacema@facema.edu.br



FACULDADE DE CIÊNCIAS E
TECNOLOGIA DO MARANHÃO
FACEMA



Continuação do Parecer: 1.475.922

Declaração de Pesquisadores	DECLARACAO_PESQUISADORES_.pdf	05/01/2016 11:08:08	MENEGON	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_.pdf	05/01/2016 11:03:32	VALDENIA GUIMARÃES E SILVA MENEGON	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	05/01/2016 09:39:15	VALDENIA GUIMARÃES E SILVA MENEGON	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAXIAS, 04 de Abril de 2016

Assinado por:
EMILIA SARAIVA NERY
(Coordenador)

Endereço: Rua Aarão Reis, nº 1000 Centro

Bairro: CENTRO

UF: MA

Município: CAXIAS

CEP: 65.606-020

Telefone: (99)3422-6800

E-mail: cepfacema@facema.edu.br